

I/6

PUBLICAÇÕES
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

ARQUEOLOGIA
E
HISTÓRIA

VOLUME IV



PROPRIETARIA E EDITORA

A
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÊDE : — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCCC. XXV

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Histórico do Carmo

3361

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA

BIBLIOTHECA
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEOLOGOS PORTUGUESES
Edifício Historico do Carmo

3361

PUBLICAÇÕES
DA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

FUNDADA EM 1863

Premiada nas Exposições do Porto (1865), Paris (1867), Philadelphia (1876),
Barcelona (1878) e Lisboa (1898)

Reconhecida como instituição de utilidade pública em Portaria de 22-2-1918 e regida pelo Decreto n.º 8630 de 9-2-1923

ARQUEOLOGIA
E
HISTÓRIA

VOLUME IV



PROPRIETARIA E EDITORA

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

SÉDE: — EDIFÍCIO HISTÓRICO DO CARMO

LISBOA — M. DCCCC. XXV

A responsabilidade dos escritos insertos nas publicações desta Associação, pertence exclusivamente aos seus autores, cuja ortografia é, portanto, como é intuitivo, respeitada.

OS CRISTÃOS-NOVOS EM PORTUGAL NO SECULO XX

POR

SAMUEL SCHWARZ

SOCIO CORRESPONDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

INTRODUÇÃO

Antes de encetarmos o estudo sobre os «marranos» portugueses, queremos dar uma breve explicação prévia sobre a origem da palavra «marrano».

Muito tem sido escrito sobre este assunto, e, como mais importante, citaremos um estudo especial e muito completo, publicado pelo sábio professor italiano Artur Farinelli: «Marrano», Firenze, 1911, estudo que nos foi dado compulsar, graças á extrema gentileza da Ex.^{ma} Sr.^a D^{ona} Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

Em resumo: costumam designar-se nas literaturas europeas com o nome de «marranos», «marranes» ou «maranes», os judeus da Península Ibérica que foram obrigados ao baptismo cristão, ficando, porém, no seu íntimo, fieis á sua antiga religião.

O professor Farinelli admite que a origem deste vocábulo é a da palavra portuguesa, ou espanhola, *marrão* ou *marrano*, que significa *porco*, e que, segundo a sua opinião, foi aplicada, como injuriosa, aos cristãos-novos (1).

(1) Convém ainda notar que, já antes de Farinelli, um digno compatriota de Torquemada, o Padre Fr. Francisco de Torregoncillo, no seu livro "Sentinella Contra Judeos", que constitue um amontoado de baixas injúrias contra a nação judaica, apresentou sobre a origem da palavra "maranno" as considerações que transcrevemos, segundo a edição portuguesa de Coimbra de 1730, (ou a de Porto de 1745), pag. 116-117:

"Antigamente lhe davão outro nome por afronta de mais de perros, ou caens,

Mas esta interpretação é, de certo modo, inadmissivel, porquanto o termo em questão é usado na Europa com significação idêntica ao termo português *cristão-novo* e os próprios judeus assim designam os seus irmãos da Península, sem nenhum intuito de injúria ou desprezo, da mesma forma que os designam em hebraico com o nome de «anussim», que significa *forçados* ou *convertidos á força*.

Vox populi, vox Dei...

Por isto, será talvez mais exacto procurar a origem do termo «marrano» na lingua hebraica e nesta conformidade, o distinto hebraista Isucher Schwarz, nosso venerando Pai, alvitrou a derivação do hebraico «mareh-ain», que significa — *para a vista* — ou seja *crístãos «para inglês ver»*, conforme a pitoresca expressão portuguesa.

E', pois, neste sentido, que é empregado no decurso do estudo que segue.

que era chamarem-lhe Marranos, como o diz : *Didacus à Velasques*. Pois que razão haveria para lhe dar este nome chamando aos Iudeus Marranos. Muitas razoens dão gravissimos Authores : *Michael Ritius lib. 3 de Regibus Hispaniæ*, e outros, dizem que he muy antigo o darlhe este nome. *Lourenço Surio* no anno de mil quinhentos e dezoito, escrevendo muitas couzas de Hespanha diz estas palavras : *Carolus Hispaniarum Rex magnus eduxit copias adversus marranos*.

Dizem outros que dos Hespanhoes lhes sahio este nome, chamando-lhe Marranos, que em Hespanhol quer dizer, porcos, e assim por infamia lhe davão este nome, e com grande propriedade ; porque entre os marranos, ou marroens, quando grunhe, e se queixa algum deles, todos os mais acodem a seu grunhido, e como assim são os Iudeus, que ao lamento de hum acodem todos, por isso lhe derão titulo, e nome de Marrános.

São Jeronimo diz, que em o Hebreo, Marrã Atha, quer dizer apartados da ley e excomungados, maldito. O mesmo diz *Volgangus Lasius libro de gentium migrationibus*. Outros que refere o *Estatuto Toletano*, dizem que Marran Atha, quer dizer, *Dominus noster veniet* : Nosso Senhor virá, e como elles sempre esperão ao Messias, por isso lhes chamárão Marranos, que tem a sua origem do Hebreo e do Arabico, e que se deriva de hũ verbo, que em Hebreo significa rebelarse, e como estes sejião tão oppostos á Igreja, lhe tem dado por essa causa o nome de Marranos».

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A existência de judeus clandestinos, em pleno século xx, num país democrático e republicano da Europa, parece, á primeira vista, inverosímil...

Todavia existem, ainda, em Portugal!

São os dignos descendentes dos cristãos-novos, que o decreto de expulsão de 1496 e as brutais e desumanas violências, que se lhe seguiram, forçaram a abjurar a sua fé.

Estas relíquias do antigo e glorioso judaísmo português, milagrosamente salvas das fogueiras da Inquisição, aparecem-nos ainda, presentemente, conscientes da sua antiga religião, tendo conservado, apesar das vicissitudes de mais de quatro séculos de cristianismo oficial e de três horríveis séculos de Inquisição, a pureza da sua raça e da sua alma judaica.

Recordemos alguns pontos da História :

Houve uma diferença flagrante entre os decretos de expulsão dos judeus dos dois países ibéricos : Espanha e Portugal.

Em Espanha, como se sabe, houve realmente expulsão, em massa, de judeus, visto que, depois do decreto de 31 de Março de 1492, a maior parte do judaísmo espanhol, recusando abjurar a sua fé, abandonou, para sempre, o seu país natal, no curto espaço de quatro meses, estipulado no implacável decreto.

O grande historiador Alexandre Herculano, na sua «História da

Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal», Lisboa, 1864, tomo I, pag. 77, avalia em *oitocentos mil* o número de judeus que nessa época saíram de Espanha.

Ao contrário, em Portugal, nenhuma emigração importante de judeus seguiu o decreto de expulsão de 5 de Dezembro de 1496 ⁽¹⁾.

(1) O decreto de expulsão dos judeus de Portugal não tem indicada a data da sua assinatura nas «Ordenações do Senhor Rey D. Manuel 1.^o» (lib. II, tit. XLI).

Assim, o eminente mestre Alexandre Herculano, na sua «Historia da Origem e do Estabelecimento da Inquisição em Portugal», tomo I, pag. 113, sem especificar o dia em que o decreto referido foi publicado, diz simplesmente: «Em Dezembro de 1496...»

O grande historiador espanhol D. José Amador de los Rios, na sua «Historia Social Politica y Religiosa de los Judios de España y Portugal», Madrid, 1876, tomo III, pag. 352, obs. 1, diz:

«El edicto carece de fecha en las ordenaciones del rey dom Manuel, lib. II, tit. XLI; pero examinado por nosotros el ejemplar dirigido a la Camara Municipal de Lisboa por el mismo rey, bajo el titulo de *Carta Patente*, nos es licito asegurar que está datado em Muga a 5 dias del mez de Diciembre del expresado año de 1496 como aparece en los *Documentos*».

Esta mesma data foi também aceite, como historicamente estabelecida, pelo sábio professor da Universidade de Coimbra Dr. J. Mendes dos Remédios, que, na sua obra «Os Judeus em Portugal», pag. 289, diz: «A expulsão dos judeus foi decretada em 5 de Dezembro de 1496, estando D. Manuel em Muge...».

No entanto, o eminente historiógrafo J. Lúcio de Azevedo, na sua «História dos Christãos-Novos Portugueses», Lisboa, 1922, pag. 25, atribui ao decreto de expulsão a data de *24 de Dezembro de 1496*.

Como o Sr. Lúcio de Azevedo não indica a origem nem explica a razão que o leva a atribuir esta data ao aludido decreto, pareceu-nos mais aceitavel, até prova em contrário, estabelecida por novas investigações históricas a este respeito, a data indicada pelo Sr. Dr. Mendes dos Remédios, ou seja a de *5 de Dezembro de 1496*.

Já que falamos sobre o decreto de expulsão, devemos também notar, salvo o devido respeito, uma confusão da parte do eminente historiador Dr. Mendes dos Remédios, entre a data da expulsão e a do casamento de D. Manuel I.

Efectivamente, na sua já aludida obra «Os Judeus em Portugal», page. 287-289, diz:

«Realizou-se o casamento e, como era de prevêr, o plano dos reis catholicos contra os judeus não tornou a esquecer. Solicitado por cartas dos sogros, instigado certamente pelos escrupulos da mulher, D. Manuel não se atreveu por si só a rezolver a questão e decretar a expulsão dos judeus. Em conselho onde o assumpto foi proposto as opiniões dividiram-se em dois campos oppostos, uns pugnando pela estada dos judeus, outros pedindo a sua saída do reino... Prevê-se a opinião para que inclinaria o rei. A expulsão dos judeus foi decretada em 5 de dezembro de 1496...»

Este decreto do rei D. Manuel I, ordenando, sob pena de morte, que saíssem do país todos os judeus que, até 31 de Outubro de 1497, não tivessem aceitado o baptismo e oferecendo aos emigrantes todos os navios necessários á sua partida, não foi, na essência, mais do que um ardil, porque o rei, como veremos adiante, não queria, de modo nenhum, a saída dos judeus, mas sim a sua conversão, custasse o que custasse, ao catolicismo.

Com efeito, em Abril de 1497, pouco antes de expirar o prazo de cerca de dez meses, estipulado pelo decreto de expulsão, o rei, tendo sabido que a maioria dos judeus portuguezes se preparava para seguir o exemplo dos seus correligionários da Espanha, não hesitou diante da desumana e horrivel violência de lhes mandar arrancar os filhos até á idade de catorze anos, afim de os baptizar á força e confiar, em seguida, a sua educação a famílias cristãs.

Os esbirros do rei, conhecendo as intenções do seu Senhor, ampliaram este horrivel atentado a toda a juventude judaica até á idade de vinte anos.

Foi assim que muitas famílias judias, postas na horrivel contingência de perder os seus filhos, se foram igualmente baptizando, protestando, no entanto, veementemente, a sua constância na fé dos seus antepassados.

Os outros, um punhado de bravos, insensíveis a tantas dores e violências, recusando abjurar a sua fé, dirigiram-se por ordem do rei, para a Capital, com a promessa de que, em conformidade com o decreto de expulsão, lhes seriam fornecidos navios para os conduzir á Africa.

Mas, assim que todos estes desgraçados, que eram cerca de vinte mil, chegaram a Lisboa, foram encerrados no acampamento dos

Houve, pois, erro evidente da parte do historiador, visto que o contrato de casamento de D. Manuel I foi lavrado em Agosto de 1497 e o casamento realizou-se em Setembro do mesmo ano, enquanto que o decreto de expulsão é de Dezembro do ano anterior.

Este facto, aparentemente de somenos importância, como-lo em evidência para definir a responsabilidade de D. Manuel I na expulsão dos judeus, porquanto dele se deduz, claramente, que o moço rei foi, de certo modo, coagido pelos reis católicos de Castela, que só após a publicação do decreto em questão, consentiram no casamento com sua filha D. Isabel, que o monarca portuguez tanto ambicionava.

Estaos, onde, constringidos pela fome e pela violência, se suicidaram e pereceram muitos deles, sendo os sobreviventes arrastados, como feras, pelas barbas e pelos cabelos, ás pias baptismais (1).

Houve apenas sete ou oito, dos quais a História não conservou, desgraçadamente, os nomes, que resistindo a todas estas violências desumanas, não accitaram o baptismo.

Foram, pois, estes os únicos judeus expulsos de Portugal, em consequência do decreto de expulsão, e desembarcados nas costas selvagens da Africa, tendo o resto do Judaismo Português passado nesta época, oficialmente, ao catolicismo, ficando assim no país.

(1) Samuel Usque, judeu português, contemporâneo destes acontecimentos, relata-os da seguinte maneira, na sua obra «Consolaçam ás Tribulaçoens de Israel», Ferrara, 5313 (1553), 3.º Diálogo, folhas XXVIII e XXX :

«Acabado q̄ ouve a morte de arrebatat este rey dō Johão q̄ perseguido me havia. . . . outro tal meu ymigo recebeo logo o ceptro em seu lugar. . . . mandou apregoat que todos aquelles judeus que em seu reino se achavam se fizessem cristaõs ou se saysem de Portugal em hũ certo termo e nam se sayndo, achados que fossem sendo ynda judeos morressem morte natural e perdesem as fazendas por ysso, mas entẽdida que teve Elrey a resolução dos judeos : e quanto pouco mostravaõ estimar o desterro em lugar da troca da sua ley, começo dar a entender sua maa tenção, mandando que todos que no reino avia se recolhesem alixboa com fama que aly lhes queria dar embarcação ; e como os teve juntos. . . . mandoulhes aly noteficar que elle querya se tornasem todos cristaõs, e que o divesem fazer por amor, o que fariam ultimamente por força. . . . De maneira que achãdo os tam firmes como a seus padres, a elles com grandissima yra arremeterom. . . . e a hũs pelas pernas e braços, e a outros pelos cabelos e pelas barbas arrastando por força os levarom tee dentro as ygrejas, e aly lhe deitarom a sua aguoat, e tocando com ella hũs e mal alcançando outros lhes ympuserom sobre ysso nomes da cristandade, De muitos que grandes extremos fizerõ por se defender foy asinalado entre elles hum, o qual fazendo cobrir a seis filhos com seus taleciõs (*), com hũa sabia pratica esforçãdoos a morrer pela ley, hum a hũ, com elles todos ao cabo se matou, e outros molher e marido se enforcarom, e aquelles que os quiserom levar a enterrar foram matados pelos enemigos As lançadas ; Muitos ouve que se lançarom em poços, e outros das Janelas abaixo se faziaõ pedaços, e todos estes corpos ysraelitas assey mortos os levavam. . . . a queimar ante os olhos de seus yrmaõs, pera mayor medo e temor de sua crueldade os comprender ; Com esta violencia, contras as leys divinas e humanas ficarom feitos cristaõs muitos corpos, mas nunca nas almas lhes tocou macula, antes sempre tiverom imprimido o selo de sua antiga ley ;»

(*) Capas que os judeus põem durante as orações.

E' verdade que, tempo depois, muitas familias judaicas conseguiram fugir de Portugal, indo estabelecer-se na Turquia, Holanda, França, Itália e outros países, onde voltaram de novo ao seio do judaismo.

Este êxodo dos fugitivos cristãos-novos começou, sobretudo, a partir do horrivel massacre de judeus, que se deu em Lisboa a 19 de Abril de 1506, ou seja nove anos, apenas, depois da sua conversão geral ao cristianismo.

Durante esta bárbara carnificina, perto de 4.000 «marranos» receberam assassinados e queimados vivos pela multidão enlouquecida e excitada pelos frades...

Depois, veio a Inquisição, que continuou a matança sistemática dos cristãos-novos, desde 22 de Outubro de 1536, data em que foi proclamada em Evora, onde se encontrava então D. João III e a côrte, até 31 de Março de 1821, data em que foi abolida pelas Constituintes.

Durante estes longos e horriveis séculos de perseguição e de agonia, os desgraçados judeus, que não tinham conseguido fugir deste inferno, foram, em grande parte, dizimados e aniquilados...

Foi, pois, para nós uma enorme e agradável surpresa quando, por um concurso de circunstâncias inesperadas, nos foi dado conhecer em Portugal, sobretudo nas províncias do Norte, numerosas familias de cristãos-novos, que conservaram, até hoje, não só a pureza da raça semítica, visto que só casam entre si, mas ainda intacto o sentimento da religião e da nacionalidade israelita.

Estas familias, conhecidas em Portugal com a designação de cristãos-novos, são ainda vulgarmente chamados na província, simplesmente, «judeus».

Reconhecem-se, facilmente, pelo seu puro tipo «sefardi» (1) e eles próprios se consideram *judeus*, apesar de serem oficialmente baptizados e cristãos, continuando a celebrar as principais festas israelitas, como Sabat, Kipur e Páscoa.

O que mais impressiona, quando se quere estudar a vida destes judeus, é o grande segredo de que continuam a rodear, ainda actualmente, as suas cerimónias e práticas de religião judaica, tal como nos velhos tempos da Inquisição, pois que este segredo e desconfiança para com todos aqueles que não sejam da sua raça, torna o seu conhecimento e o seu estudo extremamente difíceis.

(1) Termo hebraico que significa : *Ibero-Judaico*.

Foi por isso que, só depois de muitos meses de continuados esforços e ainda graças a um concurso de curiosíssimas circunstâncias, conseguimos ser admitidos no seu grémio e assistir e tomar parte nas suas orações e cerimónias judaicas.

Foi assim que tivemos ocasião de estudá-los e recolher um grande número das suas orações em português arcaico, nas quais se integram palavras e até frases litúrgicas completas em lingua hebraica.

Além das orações, que colhemos de viva voz, tivemos também a felicidade de poder obter algumas rezas manuscritas, que foram religiosamente conservadas por algumas famílias de cristãos-novos, através de gerações.

II

SHEMAH ISRAEL . . .

Vamos ver em que circunstâncias podémos travar relações com os cristãos-novos em Portugal e ser admitidos no seu grémio.

Convém notar que, anteriormente á nossa vinda para Portugal, em 1915, já desde 1907 tínhamos estado por várias vezes na pátria de Torquemada e, estudando aí, de perto, a questão judaica, tivemos ocasião de verificar que não havia ficado em Espanha nenhum vestígio do antigo judaísmo, a não ser algumas famílias das ilhas Baleares, conhecidas pela designação de «chuetas», consideradas como descendentes de judeus.

Todavia, estas famílias não conservam nenhuma reminiscência de tradições judaicas, distinguindo-se, ao contrário, pelo seu excepcional fervor católico, a ponto de fazerem seguir a seus filhos, de preferência, á carreira eclesiástica. Como exemplo frisante, citaremos o caso do eminente estadista espanhol D. Antonio Maura, chefe do *partido católico e ultra-reacionário*, que, segundo consta, é de família «chueta».

Foi, pois, esta impressão que, no principio da nossa estada em Portugal, nos levou a não fazer caso do epíteto de «judeu», que então se applicava, *urbi et orbi*, a alguns vultos republicanos em evidência, como Afonso Costa e Guerra Junqueiro.

A própria fisionomia, tão tipicamente judaica, do poeta da «Velhice do Padre Eterno», não nos surpreendia também, porquanto o tipo semítico é bastante vulgar na Península.

Além disso podemos também constatar que, em consequência da actual propensão geral para o scepticismo e indiferença religiosas, tão acentuadas em Portugal, principalmente nas cidades, desde a implantação da República, as reminiscências judaicas das famílias de cristãos-novos, residentes em Lisboa e Porto, desapareceram por completo, não se distinguindo, todavia, por nenhuma devoção católica especial, como as famílias *chuetas* de Espanha.

Por outro lado, os casamentos mixtos entre famílias de cristãos-novos e cristãos-velhos, já tão frequentes, concorreram também para a completa assimilação daqueles, não sendo raro, encontrar-se em Lisboa famílias nitidamente cristãs com apelidos puramente judaicos, tais como Levy, Cohen, Maimon, etc.

Todavia, nas províncias não succede o mesmo; os casamentos mixtos, embora actualmente mais vulgares, eram ainda rarísimos há uns vinte anos, sendo, com efeito, nas províncias da Beira-Baixa e Trás-os-Montes, que começámos a notar a existência de cristãos-novos, que pitorescamente se dizem «judeus dos quatro costados», com o que querem significar que nas suas famílias não existem cruzamentos com cristãos velhos.

A primeira comunidade de cristãos-novos, que nos foi dado conhecer, foi a de Belmonte (Beira-Baixa) (fig. 1) em 1917.

Belmonte, pequena vila dos arredores da Covilhã, a qual é também considerada, em toda a Beira, como centro judaico *par excellence*, tinha já no século xiii uma comunidade judaica organizada, com a sua sinagoga, cujo edificio, aproveitado, depois da expulsão, para o culto católico, foi há um século destruido por um incêndio, mas da qual subsiste ainda a inscrição hebraica (fig. 2).

Esta bela e curiosa inscrição, gravada sobre um bloco de granito, encontra-se actualmente fazendo parte da interessante colecção epigráfica do Museu Municipal de Castelo Branco, onde tivemos ocasião de descobri-la.

No nosso estudo «Inscrições Hebraicas em Portugal», Lisboa, 1923, pag. 23-25, vem publicada e estudada esta interessante reliquia judaica, e por isso apenas diremos aqui que a inscrição é um versículo bíblico, Liber Habakuk, cap. 2, vers. 20, e a data indicada é a de 5057, correspondendo á de 1297 da era cristã.

Como dissémos, o edificio da antiga sinagoga de Belmonte desapareceu há uns cem anos, mas não o judaismo dos descendentes das

antigas famílias judaicas, nem os traços característicos da pureza da raça, como se pode constatar pelas figuras que publicamos no apêndice I.

Chegados a Belmonte, fomos surpreendidos pela quantidade de famílias judaicas que os seus conterrâneos cristãos se encarregaram de nos designar nesta localidade.

O primeiro a chamar-nos a atenção foi um comerciante cristão, que, querendo, sem dúvida, obter o exclusivo de fornecimento de comestíveis para a exploração mineira que ahi dirigimos, nos insinuou para nada comprarmos ao seu concorrente, Baltazar Pereira de Sousa, «porque», disse êle, «basta que lhe diga que é judeu».

Com efeito, bastou; e esse procedimento em combater a concorrência judia, teve para nós todo o sabor das chicanas anti-semitas do nosso país natal, a Polónia, o que nos impressionou e interessou vivamente.

Um dia, tendo encontrado, por acaso, o dito comerciante judeu, em Lisboa, aproveitámos o ensejo para lhe pedir informações sobre este assunto, sendo preciso, para lhe inspirar confiança, leva-lo á sinagoga.

Foi assim que êle nos confessou que era realmente descendente duma família judia, e que toda a sua família em Belmonte continua a exercer, em segrêdo, a religião judaica.

Este pobre homem, falecido, infelizmente, ha alguns anos, filho de António Pereira de Souza, octogenário ainda vivo, (fig. 3), tinha casado contra a vontade da família, com uma cristã, o que o excluiu da comunidade judaica da sua terra, mas, não obstante, mostrou-se muito interessado por todas as informações que lhe demos acerca do judaismo em geral e do sionismo, em particular.

Tornou-se em seguida um adepto entusiasta do ideal sionista e, quando soube por nós a notícia da «Declaração de Balfour», sobre a reconstituição da Nação Judaica na sua antiga pátria, a Palestina, exclamou entusiasmado: «Dava de boa vontade, metade da minha fortuna para ajudar o estabelecimento do nosso povo na Terra Santa».

Foi êle que se encarregou de nos apresentar e recomendar, como judeu, á sua família e ás outras famílias judaicas de Belmonte, o que fez com efeito, segredando-lhes ao ouvido, emquanto nos indicava: «E' dos nossos!»

Todavia, devemos dizer que esta recomendação não produziu grande efeito, ou porque o testemunho de ortodoxia judaica, vindo da

parte dum «renegado», mercê do seu casamento com uma cristã, fosse suspeito, ou por causa da desconfiança inata nos cristãos-novos.

Mas, ao cabo de esforços continuos e persistentes, conseguimos, a pouco e pouco, captar a confiança dalguns cristãos-novos, principalmente dos homens, que começaram a dar-nos várias informações acerca das suas orações e ritos judaicos.

Então soubemos serem sobretudo as mulheres, principalmente as mulheres idosas, que conhecem de cor todas as orações judaicas, e, habitualmente, as dizem e presidem ás reuniões e cerimónias religiosas dos cristãos-novos.

E não foi preciso pouco trabalho para conseguir também alcançar a confiança destas velhotas, que, na sua simplicidade, ignoravam por completo a existência doutros judeus, diferentes nos processos de culto dos cristãos-novos.

Estranhando que um *judeu* não procurasse fazer segredo da fé judaica, como costumam os cristãos-novos, começaram por nos pedir, como prova da nossa identidade religiosa, que lhes recitassemos algumas orações «judaicas», subentendendo com esta designação as dos cristãos-novos em língua portuguesa.

Em vão tentámos explicar-lhes a diferença entre cristãos-novos e «judeus-velhos», e que nos era impossivel aceder ao seu pedido, porquanto as orações que sabemos são em língua hebraica, em que é uso fazer as práticas litúrgicas dos judeus...

Esta foi mais uma razão em nosso desabono, porquanto as pobres criaturas nunca tinham ouvido falar da *língua hebraica*, nem sabiam que este idioma existia; daí o continuarem na sua desconfiança...

Até que, encontrando-nos uma tarde em Belmonte, e insistindo, como de costume, na nossa idea fixa de convencer os cristãos-novos da nossa nacionalidade judaica, uma velhota, que depois soubemos ser a que desempenhava o cargo de *sacerdotisa* («hazan») na comunidade judaica de Belmonte, nos disse :

«Visto que pretende conhecer outras orações judaicas, diferentes das *nossas*, diga-nos, ao menos, uma das que conhece nessa *língua hebraica*, que diz ser a língua dos judeus!...»

Tendo-lhes feito notar que pouco ou nada poderiam perceber numa reza hebraica, dispuzemo-nos, no entanto, a obedecer.

Era uma deliciosa tarde de verão, banhada por uma suave brisa montanhosa, destacando-se no fundo da paisagem, em toda a sua

grandeza, a Serra da Estrela, á qual as últimas reverberações do poente emprestavam uma tão deslumbrante auréola, que nos fazia lembrar a descrição bíblica do Sinai, quando Moysés recebia, de Deus, a Lei...

Ocorreu-nos, então, a feliz idea de recitar a sublime oração de «Shemah Israel» (1), base da religião judaica, que devia não poucas vezes ter ecoado nas sinistras masmorras da Inquisição e que os mártires judeus balbuciavam, decerto, emquanto exalavam as suas nobres almas nos suplicios e nas fogueiras dos autos de fé.

Notámos, quando pronunciámos a palavra «Adonai», que as mulheres tapavam os olhos com as mãos e ao acabar de recitar a breve oração, a anciã, que nos tinha convidado a rezar, disse, com autoridade, para as que a cercavam: «E' realmente judeu, porque pronunciou o nome de Adonai!»

Foi a partir deste momento que começámos a ser admitido, como correligionário, na comunidade dos cristãos-novos de Belmonte e podémos assistir ás suas reuniões e cerimónias judaicas, sendo êste o ponto de partida dos nossos estudos.

Conseguimos, a pouco e pouco, obter um grande número de orações, cheias de encanto poético e de interesse histórico, cuja apreciação será assunto do capítulo seguinte, as quais nos facilitaram o acesso junto dos cristãos-novos de outras povoações, como Covilhã, Fundão, Castelo Branco, Idanha, Penamacor, Monsanto, Bragança, Argozelo, etc.

Compreendemos então a diferença essencial que existe, sob o ponto de vista judaico, entre os descendentes dos judeus de Portugal e os da Espanha, isto é, entre os «cristãos-novos» e os «chuetas», a que acima aludimos, apesar da Inquisição em Portugal não ter sido nem de menos duração nem menos sanguinária do que em Espanha.

A nosso vêr, essa diferença só pode ser explicada pelo facto, já citado, de, em Portugal, não se chegar a realizar a expulsão dos judeus, como em Espanha, porquanto quasi todo o judaismo português, tendo sido obrigado a conversão geral, ficou no país.

Os cristãos novos portugueses, ainda tão conscientes da fé judaica, são pois os legítimos descendentes do antigo e glorioso judaismo por-

(1) Deuteronomio, cap. 6, ver. 4. — Esta oração, síntese da concepção judaica monoteísta, começa assim: «Ouve Israel, o teu Deus é só um!...»

tuguês, que gerou tantos eminentes génios e sábios, como os Jahia, Abrabanel, Menassé-Ben-Israel, Uriel da Costa, Spinosa, Zacuto, Amatus Lusitano, e tantos outros.

Merecem bem, pela sua nobre e estoica perseverança judaica, pelos seus sacrifícios e pela sua maravilhosa resistência e vitalidade nacionais, ser acolhidos com amor e devoção pela imperecível Nação Judaica e reintegrados com honra no seio do imortal Judaísmo.

III

RITOS E COSTUMES JUDAICOS DOS CRISTÃOS-NOVOS

Já vimos nos capítulos anteriores que, contrariamente ao que se passa em Espanha, um grande número de cristãos-novos portugueses tem conservado, até hoje, a pureza da sua raça e das tradições judaicas.

Reconhecem-se facilmente pelo seu tipo semítico-peninsular, chamado «sefardi», muito característico, como se pode vêr pelas fotografias publicadas no apêndice I.

Também os seus nomes e apelidos podem, por vezes, servir de indicação da sua origem judaica, mas este indício é pouco seguro, visto que, durante a forçada conversão geral de 1497, os judeus foram obrigados a abandonar não só a sua religião, como também os seus nomes judaicos, trocando-os geralmente pelos nomes dos seus padrinhos de baptismo, como o diz a testemunha ocular Samuel Usque (1):

«...a hũ pelas pernas e braços, e a outros pelos cabelos e pelas barbas arrastando por força os levarom tee dentro as ygrejás... lhes ympuserom sobre ysso nomes da cristandade...»

Assim os seculares e antigos nomes luso-hebraicos, tais como: Jahia, Jessurun, Abrabanel, Aboab, Habib, Zacuto, Usque, Abendane, Maimon, Cohên, Levy, Muchnina, etc., desapareceram da nomenclatura dos cristãos-novos portugueses e foram substituídos por nomes

(1) *Consolaçam ás Tribulaçoens de Israel* —passagem já citada, no cap. I, pag. 10, nota 1.

portugueses vulgares, ao passo que a outros deram, por ironia, nomes como Cruz, Firme-Fé, etc.

Entre os cristãos-novos que conseguiram fugir, durante a dominação da Inquisição, da sua pátria madrastra, para retomarem na Holanda, França, Itália, etc., a religião judaica, alguns voltaram aos apelidos dos seus antepassados como, por exemplo :

Dr. Amatus Lusitano, cujo nome de cristão-novo foi João Rodrigues de Castelo-Branco, e o antigo apelido judaico *Habib* que significa : *Amado*, ou *Amatus* em latim.

Dr. Zacuto Lusitano, cujo nome de baptismo foi Manuel Alvares de Tavora.

Dr. Jacob Rosales, cujo nome em Portugal era Manuel Bocarro Francês.

Menasse-ben-Israel, o famoso rabino português, cujo nome cristão-novo era Manoel Dias Soeiro.

Outros ficaram com os seus nomes portugueses, encontrando-se ainda actualmente entre os judeus da Holanda, nomes puramente portugueses, tais como :

Aguilar, Brito, Brandão, Henriques, Lara, da Fonseca, da Costa, Andrade, Teixeira, Mendes, Silva, Pinheiro, Cardozo, Coutinho, Carvalho, Soares, Sousa, Pereira, Teles, Abrantes, Marques, da Silva-Rosa, Gomes-Neto, Furtado, Nunes, Rodrigues, Granjo, Mello, Prado, etc.

Outros ainda tomaram o nome das suas terras natais, como os : Belmonte, Penamacor, Monsanto, Idanha, Villa-Real, etc.

Podemos, igualmente, citar alguns nomes de sábios rabinos e eminentes escritores judeus portugueses, que viveram na Holanda e escreveram na lingua portuguesa e cujos apelidos são portuguesísimos, como :

Abraham Gomes da Silveira, David Nunes Torres, David Neto, Isaac da Silva, Jacob de Castro Sarmiento, Jacob Freire de Andrade, Mosseh Pereira da Silva, Uriel da Costa, etc.

E' evidente que, sendo a maior parte dos nomes acima citados tão correntes em Portugal, como os de Dupont ou Parmentier em França, não podem os apelidos servir de guia na procura da origem judaica.

Apenas pode dizer-se que nalgumas regiões de Portugal, como nas províncias da Beira-Baixa e de Trás-os-Montes, certos nomes

indicam uma grande probabilidade de origem hebraica, pela simples razão que se trata de famílias que são conhecidas pelos seus conterrâneos cristãos, como sendo de origem judaica, e apontados com as designações de «cristãos-novos», «calmões» — nome injurioso que se dá aos cristãos-novos em certas vilas, como Penamacôr e Monsanto — ou muito simplesmente, «judeus».

Citaremos alguns destes nomes :

Abrantes, Carvalho, Costa, Cruz, Campos, Dias, Henriques, Estrela, Gaiola, Granjo, Lopes, Mascarenhas, Mattos, Mendes, Morão, Nunes, Paiva, Pinheiro, Pessoa, Preto, Pereira, Rodrigues, Souza, Silva, Vaz, etc.

Estas famílias sabem-no também e têm a consciência da sua origem judaica, conservando ainda muitas tradições religiosas dos seus antepassados.

Estas tradições, cerimónias e orações que os cristãos-novos portugueses têm conservado até hoje, foram-lhes transmitidas, sob o maior e mais rigoroso segredo, de pais para filhos, através dos longos e horríveis séculos da dominação inquisitorial, apesar dos iminentes perigos que a observação dos ritos hebraicos acarretava nessa triste época que Portugal atravessava.

Este permanente terror inquisitorial, esta espada de Damocles, sempre sangrando, suspensa sobre as suas cabeças, obrigava os «marranos», não só ao segredo rigoroso nas suas práticas religiosas judaicas, mas também a evitar, quanto possível, todos aqueles preceitos da religião hebraica, que não podiam ser escondidos e que os pudessem irremediavelmente perder.

Assim, a circuncisão, como «corpus delicti» gravíssimo, devia ter sido posta de parte logo desde o princípio da Inquisição, embora fosse ainda usada pelos cristãos-novos, aqui e acolá, durante a primeira metade do século xvi, como se pode constatar pelos livros de denúncias das Inquisições de Évora e de Lisboa⁽¹⁾.

Actualmente, esta antíquíssima prática semítica, tornou-se já completamente ignorada da maior parte dos «marranos».

A festa judaica dos Tabernáculos, a degolação ritual dos animais, tiveram a mesma sorte, assim como o uso de livros e objectos do

(1) A. Baião, *A Inquisição em Portugal e no Brasil*, Lisboa, 1921, pag. 108.

culto hebraico, de que não ficaram actualmente nenhuns vestígios nas tradições dos cristãos-novos.

No entanto, livros de rezas e objectos do culto judaico ainda existiam, entre os cristãos-novos, no princípio do século xvii, como se deduz do processo da Inquisição contra o eminente lente da Universidade de Coimbra, Dr. Antonio Homem, ao qual a posteridade compassiva deu o cognome de *præceptor infelix*, que foi queimado, como judaisante, durante o auto-de-fé decorrido em Lisboa no dia 5 de maio de 1624 (1).

Diversos outros usos e preceitos judaicos foram igualmente esquecidos, com o tempo, pelos cristãos novos, ao passo que outros sofreram modificações motivadas, provavelmente, pelos estratagemas a que se viam obrigados, no intuito de desviarem a odiosa e terrível vigilância dos espiões da Inquisição.

Assim, por exemplo, para a celebração da páscoa judaica, não podiam os cristãos-novos preparar o pão ázimo, com antecedência, conforme o costume judaico, por causa da apertada vigilância inquisitorial durante a temporada que precedia a páscoa judaica.

Só passados uns dias, depois dos espiões abandonarem a sua vigilância, na convicção de que não houve preparação do pão ázimo, os cristãos-novos se reuniam para a preparação do «pão-santo» e a celebração da páscoa conforme o rito judaico.

Este costume perdurou, como tradição, até aos nossos dias, celebrando-se, actualmente, entre os cristãos-novos da Covilhã e Belmonte, a preparação do pão ázimo, só na terceira noite de páscoa e não comendo pão nenhum durante os dois primeiros dias da festa pascal.

Da mesma origem deve ser o curioso costume dos cristãos-novos da região de Bragança, de collocarem dentro de uma panela de barro a candeia especial que, conforme o ritual judaico, acendem nas sextas-feiras de tarde, para celebrarem a entrada de sábado. Com este estratagemas evitavam que a candeia de sábado, a que chamam «candeia do Senhor», pudesse ser apercebida de fora pelos vizinhos e espiões.

(1) Processos n.ºs 15.421 e 16.255 da Inquisição de Lisboa, existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. *António Homem e a Inquisição*, por António José Teixeira, Coimbra 1902.

As festas e jejuns judaicos que estão ainda actualmente em uso entre os cristãos-novos são: o Sábado, a Páscoa e o «Kipur» (1). Antigamente, os mais ortodoxos, tinham igualmente o hábito de jejuar no dia, chamado, da «Rainha Ester», bem como ás segundas e quintas-feiras.

Além destas festas, que descreveremos mais abaixo, conservam os cristãos-novos os costumes e ritos judaicos seguintes:

Cerimónias de casamento, de entêrro, de luto, regras de alimentação, assim como as orações judaicas e a fé na vinda do Messias, para a restauração do povo de Israel na «Terra da Promissão».

São muito curiosas e dignas de estudo as orações judaicas dos cristãos-novos, de que juntamos no apêndice II todas as que conseguimos obter em diversas povoações da Beira Baixa: Covilhã, Belmonte, Caria, Fundão, Idanha-a-Nova, etc.

Estas orações, que estudaremos mais abaixo, são rezadas, seja em particular, ou seja em reuniões de cristãos-novos, por ocasião de sábados ou de outras festas e cerimónias judaicas, e são ditas em português arcaico, misturado, aqui e acolá, com palavras hebraicas.

Geralmente, é uma mulher que as recita de cor, em voz alta, ao passo que os assistentes as repetem em voz baixa.

Apesar do seu grande número, são estas orações recitadas sem auxílio de livros ou de notas escritas, e os cristãos-novos dizem-nas da mesma maneira como lhes foram ensinadas pelos seus antepassados.

Existem também, guardadas por algumas famílias, cópias mais ou menos antigas destas orações, mas estes manuscritos, dos quais conseguimos obter uma certa quantidade, não devem ser anteriores ao século XVIII, porque a sua posse devia tornar-se perigosa antes da abolição da Inquisição.

Na sua alimentação, abstêm-se os cristãos-novos, conforme o uso judaico, da carne de porco, coelho, lebre e de peixe sem escamas.

Quanto, á carne de porco, a abstenção não é, actualmente, absoluta, por causa da necessidade de se recorrer, na província, ao presunto e aos outros preparos da carne de porco, por falta de outra.

Mas, comtudo, ficou-lhes a tradição da abstenção da carne de

(1) Jejum judaico, chamado também «dia grande», que se celebra no décimo dia da lua de Setembro.

porco, que deixam de comer por completo, nos sábados e nas outras festas judaicas, bem como durante as temporadas de quarenta dias que precedem as festas da Páscoa e de «Kipur».

Fora destas ocasiões a abstenção da carne de porco, como já dissemos, não é absoluta, mas ainda assim é curioso notar que nunca comem morcela, nem quaisquer outros preparos feitos com sangue, em conformidade com a lei judaica.

Já não têm, os cristãos-novos, nenhuma noção da degolação ritual dos animais, chamada em hebraico «Chehitá», embora este rito judaico ainda estivesse em uso no século XVI, como se deduz das primeiras denúncias contra os «da Nação», como costumavam designar os cristãos-novos na linguagem inquisitorial (1).

Os cristãos-novos actuais, apesar de já não terem nenhuma noção deste rito, conservaram ainda, no entanto, a oração especial que dizem antes de matar qualquer cabeça de gado, e que publicamos com os n.ºs 68 e 68 bis no apêndice II.

Têm os cristãos-novos igualmente o hábito judaico de salgarem a carne de que deixam escorrer completamente o sangue antes de a cozinhare.

Conservam a tradição, chamada pelos judeus «Halá», durante a cerimónia da preparação do pão ázimo, que consiste em lançar no fogo, antes da cozedura, um pouco de massa (2), fazendo nesta ocasião uma oração especial, que publicamos com o número 53.

(1) Copiamos do interessante estudo, já citado, do Dr. Antonio Baião, dentre as denúncias da Inquisição de Lisboa, no século XVI, ao acaso, as seguintes :

Pag. 106. — «No dia 4 (de Janeiro de 1538) compareceu Ignez de Faria, viuva, que disse que costumava ir a casa do L.^{do} Gil Vaz Bugalho do desembargo d'El-Rei, e quando ia aos sabbados tinha notado que o guardavam, vestindo-se de festa, fingindo-se doente o dono da casa para não ir á Relação, a filha pondo a sua cadeia d'ouro e cota de chamalote e dizendo á escrava Maria, preta, que guardavam o sabbado que era o seu domingo ; os cordeiros e gallinhas mandavam-nos matar fóra, a casa de Pedro Vaz, cristão-novo, d'onde vinha o pão asmo...»

Pag. 128. — «No dia 5 de outubro (de 1641) pelo P.^e Fr. Jorge foi perguntada Catharina Lopes e disse que a mulher de Pedro Dias, cortador e christão-novo, lhe contara que a sogra «golava» os carneiros e como a tesmunha não soubesse o que tal queria dizer, a outra explicou que era o que os judeus costumavam fazer...».

(2) O uso judaico da «halá» é uma comemoração da antiga lei do dízimo, pela qual os judeus deviam oferecer a décima parte dos seus produtos para as necessidades dos sacerdotes e do templo de Jerusalém.

Esta tradição da «Halá», rodeada pelos cristãos-novos duma grande devoção, só é empregada, actualmente, na ocasião da preparação do pão ázimo, mas antigamente era empregada em todas as amassaduras de pão em geral, conforme o costume judaico, como se deduz do processo n.º 442, de 1674, da Inquisição de Lisboa, contra Brites Henriques, de que publicamos alguns extractos no nosso apêndice III.

Citaremos aqui, apenas, a passagem do interrogatório a que foi submetido, a infeliz Brites Henriques, interrogatório — ou «In genere» na linguagem inquisitorial — que publicamos integralmente no apêndice III :

«Perguntada, se quando se amassava em sua casa lançava ou mandava lançar no fogo tres pellouros de massa por cerimónia judaica ?
Disse que tal não fez».

Entre outras diversas cerimónias judaicas, que os cristãos-novos praticam, ainda actualmente, podem citar-se: as cerimónias do matrimónio e as de entêrro, que descreveremos mais abaixo.

Depois das refeições recitam uma oração de graças (apêndice II, n.ºs 16 e 16 bis), não colocam o pão ao contrário sobre a mesa, e quando, por descuido, cai no soalho algum bocado de pão, apanham-no e beijam-no piedosamente, exactamente como fazem os judeus.

Um outro costume puramente judaico, que encontramos entre os cristãos-novos, é o de juntar cuidadosamente todas as porções de unhas cortadas, para as queimarem.

Quando eram obrigados pela lei ou pelo ambiente a frequentarem as igrejas, — a completa liberdade religiosa só é um facto depois da implantação da República — diziam no átrio da igreja uma oração especial para afirmarem a sua fé monoteista e que não adoram «nem o pau nem a pedra senão o Deus de Israel que em tudo governa».

Actualmente os cristãos-novos, não frequentando as igrejas, não baptizando os seus filhos e fazendo o entêrro civil, estão convencidos, na sua ignorância da religião hebraica, de terem realizado acto de judeus.

Contudo as suas cerimónias e orações judaicas, propriamente ditas, continuam a faze-las em segrêdo, exactamente como nos velhos tempos da Inquisição.

Porém, este segredo não deve nunca ser interpretado como meio empregado para esconder, aos olhos dos seus conterrâneos cristãos, a sua origem hebraica, porque nas províncias conhecem-se bem todas as famílias cristãs-novas, uma a uma, da mesma forma como se conhecem os judeus na Polónia ou na Rumania, e, já nas escolas, os jovens cristãos-novos são tratados por *judeus* pelos seus pequenos colegas cristãos...

Este segredo tão incompreensível, á primeira vista, em pleno século xx, num país livre e democrático como Portugal, segredo tão prejudicial para quem pretende estudar a vida e os costumes dos cristãos-novos, explica-se, a pouco e pouco, quando se consegue entrar na vida e no trato dos cristãos-novos, ganhando a sua confiança e familiarizando-se com a sua psicologia especial.

Com efeito, não conhecendo da religião hebraica senão o que lhes foi transmitido oralmente pelos seus antepassados, o grande segredo, tão indispensavel outrora, que lhes foi sagradamente recomendado em conjunto com as tradições hebraicas, constitui para os cristãos-novos um dos ritos sagrados da religião judaica, ficando, por esta razão, muito admirados quando vêm um judeu que não oculte, junto dos que não o são, a sua crença religiosa, que, segundo elles, só deve ser professada em completo segredo.

Não falamos, evidentemente, senão da massa dos cristãos-novos constituída por gente simples, na maioria pequenos comerciantes e artífices.

Mas ha também entre elles importantes comerciantes e industriais, bem como um grande número de intelectuais.

Assim, por exemplo, no importante centro fabril da Covilhã, a Manchester Portuguesa em miniatura, quasi toda a indústria e comércio de lanifícios estão nas mãos dos cristãos-novos.

Este facto lembra-nos, instintivamente, um caso semelhante que se reproduziu, a milhares de léguas de Portugal, na nossa cidade natal Lodz, Covilhã polaca de 700.000 habitantes, onde quasi todos os industriais de lanifícios são também judeus.

Para pôrmos em relêvo o alto valor intelectual dos cristãos-novos portugueses daremos uma resumida resenha histórica:

Já antes da expulsão, quasi todos os grandes médicos portugueses que desde a fundação da monarquia portuguesa ocuparam junto

dos primeiros reis de Portugal os postos de cirurgiões e físicos-mores do reino, eram, na sua quasi totalidade, judeus.

E' sufficiente citarmos alguns nomes :

Rabi Guedalia ibn Jahia, médico-mor do rei D. Diniz.

Salomon ben Moses Salomon, fisico de D. Fernando e de D. João I.

Rabi Mosséh ibn Navarro, médico de D. João I, em 1391, e Grande-Rabino dos judeus portuguezes.

Mestre Guedalia ben Salomon ibn Jahia, médico de D. Duarte, e de D. Afonso V. — Depois da morte deste emigrou, em 1487, para Constantinopla.

O rei D. João II, tinha a seu serviço diferentes médicos e cirurgiões judeus, a saber : Mestre Leão, Diogo Mendez Becinho, Diogo Rodriguez Zacuto, os astrónomos José Vizinho, Mestre Rodrigo e o cirurgião Mestre António, ao qual o Rei serviu de padrinho de baptismo.

D. Manuel I, autor da lei de expulsão dos judeus de 1496, tinha como médico e astrólogo o grande sábio judeu, Abraham ben Samuel Zacuto, professor da Universidade de Salamanca, que já havia exercido idéntico cargo no reinado de D. João II, e que pela sua obra prima *Almanach perpetuum* (Leiria, 1496) pode ser considerado a alma das grandes descobertas marítimas portuguezas.

O seu successor D. João III, fundador da Inquisição no reinado do qual já não havia mais judeus, oficialmente, em Portugal, por terem sido obrigados á conversão geral de 1497, tinha, no entanto, todos os seus médicos e cirurgiões de origem hebraica.

Citamo-los :

Mestre Dionísio, ainda médico de D. Manuel I, passou ao serviço do seu successor D. João III e da Rainha. Conseguiu, depois, fugir de Portugal, e exerceu clinica em Londres e Veneza, tendo retomado, no estrangeiro, a sua antiga religião.

Diogo Lopes, nomeado fisico-mor do rei em 10 de Novembro de 1520 ⁽¹⁾.

Diogo Alfaro que substituiu o seu colega Diogo Lopes, como fisico-mor do rei, foi nomeado por alvará de 9 de Julho de 1528 ⁽²⁾,

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Místicos*, L^o 6, fl. 13 v.

(2) Idem, Chancelaria de D. João III, L^o 5, fl. 110.

e morreu em 1554, sendo substituído em 4 de maio do mesmo ano, por Leonardo Nunes (1).

Da grande afinidade dos cristãos-novos pela ciência médica, é prova também uma lista dum «grande número de físicos,urgiões e boticários que foram presos pella Santa Inquisição, e outros que fogirão, e outros muitos que confessarão por sua culpa terem mortos muitos cristãos velhos por medicina» (2).

A par da falange de médicos de grande nomeada dentro do país, seja-nos permitido citar também alguns nomes de eminentes médicos cristãos-novos portugueses, que tendo conseguido escapar-se das garras da Inquisição, atingiram, no estrangeiro, nomes mundiais, a saber :

Amatus Luzitano (1511-1568), originário de Castelo Branco.

Zacuto Luzitano (1575-1642), natural de Lisboa.

Philippe de Montalto, médico da rainha de França Maria de Médicis. Alguns autores o presumem ser irmão de Amatus.

Manuel Bocarro Francês, (1588-1662), também conhecido pelo nome de Jacob Rozales, que adoptou depois que voltou oficialmente ao seio do judaismo.

António Nunes de Ribeiro Sanches (1699-1783), natural de Penamacôr, que, fóra da medicina, escreveu muitas e valiosas obras em diversos outros ramos do saber humano.

Fora da arte de Hipócrates, os cristãos-novos portugueses também contribuíram altamente para o desenvolvimento de outros ramos da ciência, bastando-nos citar os gloriosos nomes de Baruch de Spinoza, Uriel da Costa, Leone Ebreo (filho do eminente sábio e ministro de D. João II, Isaac Abrabanel), do genial matemático Pedro Nunes, inventor do aparelho geométrico de precisão conhecido pelo nome de «nonius», doutro famoso matemático português André de Avellar, e dos eminentes jurisconsultos Tomé Vaz e Francisco Vaz de Gouvêa, estes três últimos, presos e torturados pela Inquisição (entre 1618 e 1631), bem como do eminentíssimo lente de Cânones da Universidade de Coimbra, António Homem, de quem já falámos, que foi queimado pela Inquisição em 1624.

(1) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. João III, L.º 58, fl. 55 v.

(2) Idem, Cod. 1606, fol. 66 e seg., lista publicada na Historia dos Christãos-Novos Portuguezes, já citada, apêndice 11, cap. 2.º pag. 466 e seg.

Não podemos terminar esta prolongada enumeração de sábios cristãos-novos, que confessamos já excessiva e fatigante, do que pedimos desculpa, sem mencionar o insigne dramaturgo português António José da Silva, que o imortal Camilo glorificou na sua obra prima «O Judeu», e que morreu queimado pela Inquisição, na idade de 34 anos, no auto-de-fé de Lisboa de 1 de Outubro de 1739.

Na falta de argumentos mais ponderosos, pretendem alguns detractores e difamadores dos cristãos novos (ainda os há em Portugal que os louros da Inquisição não deixam dormir...), que os judeus não servem para a nobre arte da guerra, nem para a pacífica labuta agrícola...

Pelo que diz respeito a esta última alegação, não admira que os judeus e cristãos-novos, tendo vivido até ao século XIX, em constante instabilidade e contínuas perseguições e confiscações de bens, não tenham podido dedicar-se á agricultura, que exige condições de estabilidade, de segurança e de paz.

A pretendida incapacidade dos judeus para os trabalhos agrícolas fica de sobra desmentida pelo exemplo convincente do recente empreendimento do povo judaico da restauração da sua antiga pátria, Palestina, onde existem já perto de cem mil colonos judaicos dedicados exclusivamente á agricultura.

Também entre os cristãos-novos portugueses, conhecemos, na Beira Baixa, diversas famílias de lavradores o que prova que a alegação da incompatibilidade judaica para os trabalhos agrícolas não passa duma lenda caluniosa.

Examinemos agora a outra alegação da incapacidade dos judeus para a arte militar, ainda, desgraçadamente, tão indispensavel para a defesa da independência de cada nação.

E' verdade que o ideal de concórdia e de paz universal, três mil anos antes de Wilson, já foi proclamado pelo profeta Isaias, porta-voz das sublimes aspirações da moral judaica.

Contudo, a história antiga da nação hebreia contém gloriosas páginas de lutas épicas para a defesa da sua independência, como as heroicas epopeias Macabeanas do frágil povo judaico contra o colosso heleno-sírio.

Também, quer nos parecer que na última guerra mundial os judeus verteram o seu sangue e lutaram nos campos de batalha com

um heroismo igual ao dos seus concidadãos cristãos, e que os cristãos-novos portugueses lutaram nas trincheiras da Flandres e nos campos de batalha africanos com um heroismo não inferior ao do resto do glorioso exército português.

Actualmente, conhecemos entre os cristãos-novos alguns briosos e bravos militares, dos quais citaremos apenas o nosso bom amigo capitão Artur Carlos de Barros Basto, que, desde a primeira hora, lutou com destemida bravura pela nobre causa dos aliados.

De volta, no fim da guerra, dos campos de batalha de França, coberto de honras e de glória, ingressou oficialmente no seio do judaísmo, sendo actualmente o fundador e presidente da nova comunidade judaica do Porto.

Voltando ao nosso assunto, diremos que os cristãos-novos são facilmente reconhecíveis pelo seu puro tipo judaico, muito característico que, principalmente nas mulheres, apresenta o tipo semítico de proverbial beleza. Se a denominação de *judeu* é considerada, por alguns, como injuriosa, a de *tipo de judia* é, pelo contrário, o mais lisongeiro cumprimento que se pode dirigir a uma senhora na Beira.

Pelo que diz respeito á quantidade de famílias cristãs-novas ainda existentes em Portugal, seria arrojado apresentar qualquer número aproximado, visto que nenhuma estatística ainda foi tentada.

O que podemos dizer, é que existem em núcleos mais ou menos numerosos espalhados por todo o país, principalmente nas províncias do norte.

As *más linguas* pretendem que na Covilhã, que conta uns vinte mil habitantes, a população de cristãos-novos é, segundo a pitoresca expressão popular, «uma casa sim, uma casa não». O mesmo sucede em Belmonte, vila vizinha da Covilhã, que conta uns seis mil habitantes.

Em núcleos mais reduzidos, existem em toda a Beira bem como em Traz-os-Montes, havendo algumas povoações raianas do distrito de Bragança, que se consideram constituídas exclusivamente por cristãos-novos, tais como: Argoselo, Carção, Vimioso, Vinhais, etc.

No Porto e em Lisboa também residem numerosos cristãos-novos, oriundos, em grande parte, das províncias do norte.

Depois de termos passado rapidamente em revista as condições

da vida dos cristãos-novos em Portugal, vamos agora estudar alguns aspectos particulares dos seus ritos judaicos.

Começaremos pelas

ORAÇÕES

E' intuitivo que, nos primeiros tempos, após a conversão geral forçada de 1497, os cristãos-novos, que no seu intimo se conservavam fieis á sua antiga fé, continuaram a rezar as antigas orações hebraicas, que tinham aprendido na sua infância, e que muitos iam transmitindo a seus filhos, apesar do decreto de D. Manuel, de 30 de Maio de 1497, proibindo aos cristãos-novos o uso de livros hebraicos.

Com efeito, entre as denúncias da Inquisição de Lisboa, do século xvi, encontram-se muitas relativas a orações hebraicas e á posse de livros hebraicos pelos cristãos-novos (1).

Mas o Santo-Officio vigiava e, a pouco e pouco, os livros hebraicos assim como os seus infelizes possuidores, desapareciam nas fogueiras dos autos-de-fé...

Começaram então a ser traduzidas as orações hebraicas em língua portuguesa, e essas traduções, feitas, sempre a ocultas, em épocas e lugares diferentes, por autores locais diferentes, apresentam, por esta razão, divergências de forma, segundo as localidades, conservando, no entanto, a mesma essência que denuncia a sua origem hebraica comum.

As perseguições, cada vez mais crueis, da Inquisição, deram lugar a uma nova serie de orações, umas em prosa, outras em verso, que, embora já não tenham a sua origem na antiga liturgia hebraica, são, quanto á forma e ao estilo, muito semelhantes ás poesias litúrgicas hebraicas chamadas «piutim», que, na sua maior parte, foram igualmente compostas por autores peninsulares.

Como já dissémos, conseguimos obter um grande número destas orações, quer colhendo-as de viva voz, quer pelos manuscritos que nos ofereceram algumas famílias de cristãos-novos. Vão publicadas no apêndice II.

Também descobrimos grande número de orações judaicas dos

(1) Dr. Antonio Baião, obra já citada, pag. 104, 105, 106, 107, 108, 111, 120, 125, etc..

cristãos-novos no processo n.º 4427 da Inquisição de Lisboa, arquivado na Torre do Tombo, referente á infeliz moça cristã-nova Brites Henriques, presa em 1674, que publicamos no apêndice III, junto com alguns outros documentos curiosos do mesmo processo (1).

A origem hebraica duma grande parte destas orações é evidentiíssima, tanto pelo seu texto e estilo, como pelas palavras hebraicas que freqüentemente nelas se notam. Uma delas, que publicamos com o n.º 40 no apêndice II, contém uma frase completa da liturgia hebraica: *Adonai Sebaot, male col haares quebodo*, que significa: — Deus Omnipotente, cuja honra enche toda a terra —, frase esta que, no manuscrito que possuímos, aparece numa ortografia adulterada assim: *Adunai Sabaat Malcolares; Cobrado...*, mas cuja reconstituição hebraica não deixa dúvida alguma.

As palavras hebraicas mais freqüentes nas orações dos cristãos-novos são: *Adonai*, — meu Deus —, *Sebaot*, — Omnipotente —, *Shehiná*, — protecção divina —, e a palavra «Samua» que muito provavelmente é uma adulteração da palavra hebraica *Shemá*, que significa — oiça —.

Os cristãos novos recitam automaticamente estas palavras hebraicas, desconhecendo não só a significação, como também a origem delas, supondo mesmo alguns que são palavras latinas...

A' semelhança da liturgia hebraica, têm os cristãos-novos orações quotidianas, orações especiais de dias festivos e orações adequadas ás outras diferentes cerimónias religiosas.

Como os israelitas, usam também os cristãos-novos dizer a primeira parte das suas orações sentados, a segunda parte de pé e voltados para o oriente e a terceira, a que chamam «acções de graças», sentados novamente, terminando assim o ciclo das preces.

Os cânticos litúrgicos, tão freqüentes nas orações judaicas, desapareceram, quasi completamente, da liturgia dos cristãos-novos, o que se explica facilmente pelo receio de serem pressentidos pelos espíões da Inquisição.

Apenas existe actualmente entre os cristãos-novos da Beira-Baixa uma oração cantada que se diz na Páscoa e que publicamos, com a respectiva música, sob o n.º 52 e 52 bis, no apêndice II.

(1) O Sr. Lúcio d'Azevedo, obra já citada, apêndice 23, pag. 484 e seguintes, já fez também referência e publicou alguns trechos das *Orações de Brites Henriques no Santo Officio em Lisboa*.

A oração publicada sob o n.º 54 no apêndice II começa pela frase : — «Em honra e louvor dos setenta e três nomes do Senhor seja».

Chocou nos esta expressão «setenta e três nomes do Senhor» que, logo desde o começo das nossas investigações, notamos ser muito freqüentemente empregada pelos cristãos-novos, e, tanto mais que não existe nenhuma outra correspondente nas orações ou locuções israelitas. Sugeriu-nos, por isso, a idéa que tivesse origem cabalística, e, de facto, verificamos que o eminente sábio toledano do princípio do século XII, Rabi Abraham-ben-Meir-Ibn-Ezra, também conhecido pelo nome de Avenare, analisando, no seu livro cabalístico *Sefer Hashem* (Livro do Nome de Deus), a significação mística do tetragrama divino (*Iehovah*), com que os hebreus designam Deus (1), e compondo e somando os números correspondentes a cada uma das letras componentes, conforme os métodos cabalísticos, determinou o algarismo 72, ao que atribui uma especial significação cabalística, dizendo que representa o número de letras de que é composto o Nome de Deus.

Reproduzimos a título de curiosidade o cálculo cabalístico do eminente sábio judeu, começando por notar que o tetragrama divino escreve-se em hebraico com as quatro letras :

iude, hé, vav e hé,

costumando por isso designar se, tropologicamente, por «tetragramaton», e é, gramaticalmente, uma forma indefinida do verbo «ser», —em hebraico *haio*—, forma que resume o pretérito, o presente e o futuro, exprimindo deste modo o símbolo da eternidade, ou seja a idea do Ser Supremo que sempre foi, que é, e que sempre será.

A cada uma das quatro citadas letras do tetragrama divino correspondem respectivamente os números : 10, 5, 6 e 5.

Somando sucessivamente a 1.^a letra, a 1.^a e 2.^a, a 1.^a, 2.^a e 3.^a, e a 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a, e adicionando as quatro parcelas resultantes obtem-se 72, como se pode varificar :

$$10 + (10 + 5) + (10 + 5 + 6) + (10 + 5 + 6 + 5) = 10 + 15 + 21 + 26 = 72$$

(1) Devemos notar que os hebreus consideram o tetragrama divino não como nome de Deus, mas apenas como símbolo, pelo que não pronunciam esta palavra e substituem a sua leitura pela de *Adonai*, que significa apenas : «meu Senhor».

A locução actualmente usada pelos cristãos-novos : «setenta e três nomes do Senhor», embora adulterada, deriva pois, a nosso vêr, da especulação cabalística de Avenare das «setenta e duas letras de que é composto o nome de Deus», e demonstra a grande antiguidade a que remontam as tradições íbero-judaicas dos cristãos novos portugueses.

A propósito de locuções empregadas pelos cristãos-novos, citaremos ainda a que usam para designarem entre si os seus correligionários, dizendo que «pertencem á letra I». Esta locução é também vulgar entre os judeus e refere-se á inicial da palavra «Israel».

Entre as orações dos cristãos-novos, encontram-se também algumas que denotam vestígios duma certa influência do ambiente católico, como se pode vêr pelas orações que publicamos sob os números 34 e 71 no apêndice II.

A primeira é dedicada a São Rafael, o que é contrário aos princípios da religião judaica que não conhece santos.

Esta oração parece uma evocação cabalística ao Anjo Rafael, e o epíteto de *São*, ou *Santo*, que também se encontra noutras orações, é já uma concepção puramente cristã.

A segunda é uma curiosa variante poética do «Padre Nosso», oração cristã de que não existe semelhante na liturgia judaica actual.

Porém, o «Padre Nosso», como se deduz dos Evangelhos, foi uma oração judaica do tempo de Jesus Cristo, tendo ella ainda conservado bem o seu antigo e genuino sabor judaico.

Ocupar-nos-hemos a seguir das

FESTAS E JEJUNS JUDAICOS DOS CRISTÃOS-NOVOS

Como já dissemos, as festas e jejuns judaicos que os cristãos-novos guardam actualmente são : os Sábados, os jejuns chamados da «Rainha Ester» e do «Dia do Senhor», também conhecido por «Dia-Grande» ou «Dia-Puro», — em hebraico *Kipur* —, e a festa da Pás-cua, a que chamam «Santa-Festa».

Porém, nos fins do século xvii, os cristãos-novos guardavam ainda mais outras festas e ritos judaicos, como, por exemplo, a festa chamada das «Cabanas», o jejum em memória da destruição do Templo de Jerusalém, os ritos mortuários judaicos, etc., como se

depreende do interrogatório a que foi submetida na Inquisição, em 26 de Abril de 1674, Brites Henriques, de que já falamos, interrogatório, que publicamos no nosso apêndice III.

Actualmente, parte das festas e ritos judaicos estão já esquecidos pelos cristãos-novos, e, mesmo o descanso sabático, já não é guardado por êles com todo o rigor da lei judaica, como o foi ainda no século XVI, a julgar pelas respectivas denúncias á Inquisição (1).

Porém, nos sábados, que precedem de 30 a 40 dias a festa da Páscoa e o jejum de «Kipur», não trabalham nem negoceiam, e reúnem-se a rezar.

Para dar uma idea da fé com que os cristãos-novos cumprem o descanso sabático nas épocas acima indicadas, citaremos um facto curioso e muito característico que presenciámos casualmente em Belmonte, em 1918:

A mesa do hotel de Belmonte tratava um comerciante cristão-novo da venda dos artigos da sua especialidade. Era uma sexta-feira, e até ao anoitecer desse dia não conseguiu chegar a um acôrdo com o comprador, que regateava o preço. Tendo este último resolvido, por fim, aceitar o preço pedido, veio nessa mesma noite para efectuar a transacção, e grande foi a sua admiração quando o cristão-novo se recusou, desta vez, a efectuá-la, e maior ainda quando, voltando no dia seguinte (sábado), e tendo oferecido até mais do que o preço que lhe foi pedido, a recusa se manteve.

Imaginou que o comerciante não teria a fazenda que propuzera, ou pretendia especular e explorar o interesse que êle, comprador, manifestára.

Dissera-lhe, no emtanto, o cristão-novo que só ao anoitecer desse dia podia ultimar o negócio e então o seu espanto chegou ao auge quando, ao pretender pagar pelo último preço que oferecera, só lhe foi aceite o preço que lhe tinha sido pedido na véspera, que era inferior, e isto sem mais explicações...

Tivemos então o ensejo de explicar ao comprador, estupefacto por este procedimento, as razões que haviam levado o nosso homem a segui-lo, pois que, respeitando as suas tradições religiosas, não transaccionava nem aproveitava os lucros que lhe auferira o descanso sabático.

(1) Dr. Antonio Baião, obra já citada, pag. 106, etc.

Pelo que diz respeito ás outras cerimónias de sábado, são elas, em geral, iguais ás dos judeus. A festa de sábado começa na sexta-feira, ao pôr do sol e acaba no sábado á noite.

Na tarde de sexta feira, antes do sol posto, celebram as donas de casa a entrada da festa sabática, acendendo uma candeia especial, a que chamam «candeia do Senhor», com azeite puro e uma torcida de linho virgem, especialmente preparada para este fim, recitando nessa ocasião a reza n.º 37 do apêndice II.

Estas torcidas, constituídas por sete fios, são preparadas por pessoas idóneas, que, durante todo o trabalho, desde a preparação do linho e sua fiação, até á confecção das torcidas, rezam constantemente.

Obtêm-se desta maneira as chamadas «torcidas rezadas» que se utilizam nas candeias sabáticas, bem como nas que se acendem na ocasião dos jejuns.

Estas candeias não são apagadas e deixam-se arder até ao fim.

Entre os cristãos-novos transmontanos existe, como já dissémos, o curioso costume de colocar a candeia sabática dentro dum pote de barro. Este costume é, sem dúvida, devido a um antigo estratagemma para evitar que a candeia fosse vista pela vizinhança, ardil que, depois, ficou na tradição.

As refeições de sábado são preparadas de véspera, por causa do rigoroso descanso sabático, e são constituídas, geralmente, por peixe e legumes, com exclusão completa de carne.

A abstenção de carne aos sábados, bem como durante as outras festas judaicas, no que diferem completamente dos judeus, explica-se pelo facto de que, os cristãos-novos, na impossibilidade de se proverem, após o estabelecimento da Inquisição, de carne degolada conforme o rito judaico, preferiam a sua abstenção completa, pelo menos nas ocasiões das festas judaicas.

Como succedeu com os outros, também este costume entrou, com o decorrer dos séculos, na tradição religiosa dos cristãos-novos, a ponto de ficarem muito admirados de saberem que os judeus comem carne nos sábados e dias festivos, o que para êles constitue um grande pecado...

Conforme o rito judaico, reúnem-se nos sábados três vezes para rezarem.

De todas as outras festas judaicas, conservam os cristãos-novos, como foi dito, apenas as duas mais importantes: o jejum do «Kipur» e a festa da Páscoa, que êles celebram com muito fervor religioso e em cuja celebração exprimem toda a sua alma judaica.

A festa do «Kipur», o «Dia-Grande» ou «Dia Puro» dos cristãos-novos, consiste num jejum rigoroso de vinte e quatro horas, em conformidade com o rito judaico.

A denominação de «Dia-Puro» deve provavelmente provir da palavra hebraica *Kipur*, que significa — perdão —, por ser este dia consagrado ao arrependimento e ao perdão.

O jejum começa de véspera, ao sol posto, conforme o costume judaico, acabando no dia seguinte, á aparição das primeiras estrelas, e é celebrado pelos cristãos-novos com um rigor e devoção não inferior aos dos judeus.

Porém, em lugar de celebrarem este jejum no dia competente, ou seja no décimo dia da lua «Tishri», que coincide geralmente com o mês de Setembro, fazem-no no dia décimo primeiro.

Este atrazo dum dia provém, como já vimos a respeito das outras diferenças com o rito judaico, da antiga preocupação dos cristãos-novos em despistarem a temida vigilância inquisitorial.

Este costume passou depois á tradição, que os cristãos-novos continuam a seguir á risca, embora saibam que os judeus celebram este jejum um dia antes.

E' verdadeiramente imponente a festa de «Kipur» entre os cristãos-novos.

Iluminam de véspera as suas casas com varias luzes á memória dos defuntos de cada família, além da candeia sabática, habitual das sextas-feiras, que também se acende.

Vestindo os seus melhores trajes, reúnem-se, neste dia, em grupos para rezarem desde o nascer do sol até a aparição das primeiras estrelas, sendo o jejum absolutamente rigoroso, como já dissemos, sem se poder comer nem beber e nem sequer fumar durante as vinte e quatro horas, em que se efectua.

Tal como nas sinagogas, as orações dos cristãos-novos, durante o dia de «Kipur», são rezadas em cinco sessões com um intervalo de descanso duma hora aproximadamente entre as sessões.

Da força que entre os cristão-novos, têm as suas tradições, pode dar uma idéa o facto de continuarem ainda actualmente a rezar no

dia de «Kipur» pela «salvação dos irmãos metidos na casa da Inquisição»... (1).

Neste dia é costume perdoarem-se mutuamente as ofensas e culpas e fazerem as pazes.

No fim do dia, á aparição das primeiras três estrelas, quebram o jejum com uma cerimónia curiosa, que consiste em mastigar sucessivamente três bocados de pão sem os engolir, deitando-os em seguida no fogo e recitando as orações n.ºs 49 e 50, etc., do apêndice II.

Com esta cerimónia acaba o jejum, comendo-se depois a refeição preparada de véspera, que não deve conter carne alguma, pela razão já explicada.

Nos velhos tempos da Inquisição, celebravam os cristãos-novos as suas festas judaicas a ocultas, para não darem lugar ás suspeitas da vizinhança, suspeitas que pódiam ser-lhes fatais.

Actualmente, porém, embora continuem a exercer as suas práticas religiosas judaicas em segrêdo, já os vizinhos conhecem perfeitamente o dia em que os seus concidadãos «judeus» fazem o jejum, e, em certas localidades, espreitam-nos nesse dia e fazem troça dêles.

Contam os cristãos-novos que, na Covilhã, nos bairros populares, o populacho costumava ir no dia de «Kipur» gritar, nas casas dos «judeus», para fazer troça do jejum: — «O' minha mãe, já nasceu a lua dá cá batata crua...»

A semana seguinte ao jejum de «Kipur» é considerada pelos cristãos-novos como semana festiva, o que deve ser uma vaga reminiscência da festa judaica das «Cabanas» que começa no quinto dia após o jejum de «Kipur».

A segunda festa judaica importante dos cristãos-novos é a da Páscoa, que, como se sabe, comemora a saída dos judeus do Egito e a constituição da nacionalidade judaica.

Durante os oito dias desta festa, que começa na noite do décimo quarto dia da lua nova de «Nissan», — que corresponde ao mês de Abril —, os cristãos-novos não comem senão pão ázimo, conforme manda a lei judaica.

(1) E' curioso notar que na sinagoga portuguesa de Londres faz-se ainda hoje o mesmo voto, no dia de «Kipur», sendo esta a única oração que se diz em português.

Os judeus costumam preparar o pão ázimo com uma certa antecedência e celebrar nas duas primeiras noites de Páscoa as refeições rituais, chamadas «sederim», que são ao mesmo tempo verdadeiras festas de família.

Porém, os cristãos novos, que nos tempos antigos eram estreitamente vigiados pelos agentes da Inquisição nas épocas das festas judaicas, não podiam, por esta razão, festejar devidamente a Páscoa judaica, e eis a razão porque preparam ainda actualmente, o pão ázimo só na terceira noite de Páscoa, ficando assim sem poder comer pão algum nos dois primeiros dias da referida solenidade.

Um mês antes da Páscoa, celebram os cristãos-novos o jejum chamado da «Rainha Ester», que é a única reminiscência que lhes ficou da festa judaica de «Purim», em memória da salvação dos judeus pela Rainha Ester, festa que os judeus celebram justamente um mês antes da Páscoa e que começa com um jejum.

A partir deste jejum, os cristãos-novos preparam-se para a festa pascal, deixando de comer carne de porco.

Este preceito é tão rigoroso que, se alguém, por esquecimento ou por necessidade, tiver comido carne de porco neste intervalo, já fica excluído da festa pascal, e não tem o direito de «entrar na Páscoa», — conforme a expressão dos cristãos-novos —, com o resto da comunidade.

Este procedimento prova o rigor com que os cristãos-novos celebram a Páscoa judaica, rigor, talvez, maior do que aquele que existe propriamente entre judeus.

Durante a Páscoa, como nas outras festas judaicas, facto que já frisámos anteriormente, abstêm-se os cristãos-novos completamente de carne, apesar do ritual carneiro pascal dos judeus, e fazem uso duma loiça nova ou loiça especial, que guardam de ano para ano, e que só é usada durante a Páscoa.

Nos dois primeiros dias de Páscoa, á falta de pão ázimo, abstêm-se, como já dissemos, completamente de pão, preparando o pão ázimo só na terceira noite de Páscoa com um cerimonial muito curioso e imponente.

Reunem-se, para este fim, por grupos, em casas particulares, sendo as salas onde se devem reunir préviamente limpas e caiadas para este efeito.

Os convidados entram todos vestidos de branco, sem poderem

trazer nada que seja de outra côr, mesmo nas roupas interiores, as mulheres em alvos trajes de festa e os homens envoltos em lençóis brancos.

Dum lado da sala ficam dispostos alguns fogareiros acesos, que hão de servir para a preparação do pão ázimo, e sobre os lençóis brancos que cobrem o chão estão dispostas as bacias brancas com farinha e agua para a preparação e a amassadura do «pão santo».

Os assistentes, ajoelhados, rezam constantemente enquanto preparam as amassaduras.

Mas antes de começar a cozer os bôlos de pão ázimo nas telhas dispostas sobre os fogareiros, cada um deita nas brazas um bocado da sua amassadura em memória dum antigo uso judaico de que já falamos.

Estes bocados de massa estoiram, geralmente, no fogo, mas caso não cheguem a estoirar a qualquer dos presentes, repete-se a operação até obter o estoiro almejado, que é considerado pelos cristãos-novos como de bom preságio.

Depois do pão ter assim estoirado a todos, os visitantes levantam-se, abraçam-se e felicitam-se mutuamente, continuando, em seguida, e com uma grande alegria, a cosedura do «pão santo», que cada família leva depois para as suas casas envolto em toallias brancas.

O pão ázimo, ou «pão santo», assim preparado serve para comer durante os seis dias restantes da festa pascal.

O vinho que se bebe durante esta festa também é especialmente preparado para este fim, com puro sumo de uva, sem se lhe misturar nenhum dos ingredientes habituais, e o barril de vinho pascal é posto num sitio resguardado de qualquer contacto de pão.

Durante toda a festa pascal, os cristãos-novos não trabalham e reúnem-se três vezes por dia para rezarem.

Também costumam fazer, durante a Páscoa, reuniões e refeições campestres, uns piqueniques pascaes, acompanhados de orações e de danças.

Entre as orações pascaes existe uma cantada, o único cântico que conhecemos na liturgia dos cristãos-novos, que, a julgar pela sua consonância oriental, deve ter uma origem antiquíssima.

Vem publicada, com a respectiva música, no apêndice II sob os n.ºs 52 e 52-bis, constituindo uma poética paráfrase do «cântico de Moisés» de *Exodo*, cap. 15.

Este cântico é acompanhado duma dança em forma de roda, o que não impede que seja considerado pelos cristãos-novos com muita veneração, e fora da ocasião da Páscoa, não é possível fazer-lhes cantar esta oração.

A oração n.º 51, do apêndice II, que se chama «oração da água» faz também parte das orações exclusivamente pascaes, e recita-se á beira de qualquer ribeiro nas proximidades da povoação, onde se reúne, para este efeito, toda a comunidade cristã-nova, vindo cada um munido dum ramo de oliveira.

Ao recitarem a frase :

«Lá vem Moisés com a sua vara alçada
A bater no mar selado...» etc.

batem na água com os raminhos, em comemoração da passagem dos hebreus através do Mar Vermelho.

Estes raminhos, assim consagrados, são guardados para o ano seguinte e servem para acender os fogareiros para a cosedura do «pão santo».

Estes últimos ritos pascaes dos cristãos-novos não existem nas cerimónias judaicas, mas trata-se apenas duns costumes locais, que não impedem que o character geral das cerimónias pascaes dos cristãos-novos fosse o que é entre os judeus: o de festa comemorativa da fundação da raça hebreia, festa ainda realçada pela alegria da primavera, e pelo facto de ser também a da família judaica, deixando uma saudosa lembrança e uma impressão indelével na alma da juventude.

Os cristãos-novos, além das festas judaicas já citadas, costumam celebrar também uma festa que chamam o «Natalinho» que, a julgar pelo seu nome, bem pode ser uma imitação do Natal cristão, pela influência do meio, a não ser que seja uma reminiscência da festa judaica de «Hanucá», que vem a 25 dias da lua de «Kislev», que corresponde a fins de Dezembro, e que comemora a victória dos exércitos judaicos capitaneados pelo heroi nacional, Judas Macabeu, contra os numerosos exércitos invasores do rei da Síria, Antioquio Epifânio.

Acabaremos o nosso estudo das cerimónias e ritos judaicos dos cristãos-novos com a descrição sucinta das

CERIMÓNIAS JUDAICAS DIVERSAS

que os cristãos-novos ainda praticam actualmente e que são: as cerimónias matrimoniais e as fúnebres.

Os cristãos-novos ainda conservam, efectivamente, o matrimónio religioso judaico.

Como já dissemos, casam quasi exclusivamente entre si, tendo os matrimónios mixtos, entre cristãos-novos e cristãos-velhos, tomado um certo incremento só desde a implantação da República.

Assim, antes de celebrarem os casamentos, seja na igreja, — ao que eram obrigados no tempo da monarquia —, ou seja no registocivil,— como o fazem actualmente —, celebram-nos, particularmente, em casa, conforme o rito judaico, em toda a sua simplicidade arcaica e patriarcal.

No dia do casamento judaico, que os cristãos-novos costumam celebrar sempre uns dias antes do casamento civil, os noivos jejuam em companhia de dois amigos do noivo, e de duas amigas da noiva, perfazendo assim os seis jejuns rituais.

Neste mesmo dia celebra-se a cerimónia matrimonial, propriamente dita, com rezas habituais em volta dos noivos, e, no fim das orações, uma pessoa da família liga as mãos direitas dos noivos com um pano de linho, proferindo a frase sacramental seguinte: «Em nome de Deus de Abrahão, Isaac e Jacob eu vos uno; cumpri vós a sua benção.»

Eis tudo.

As cerimónias fúnebres dos cristãos-novos têm também o caracter geral judaico de igualdade, simplicidade e beneficência.

Como é sabido, os judeus não conhecem os entêrros pomposos, as coroas, os caixões, ou os jazigos.

Pobres ou ricos, igualmente amortalhados num sudário branco, ficam sepultados na terra-mãe, distribuindo-se, em memória do defunto, esmolas aos pobres da comunidade.

Encontramos estas mesmas características nas cerimónias fúnebres dos cristãos-novos.

O defunto é lavado com água fresca da fonte, passando-se-lhe pela bôca uma moeda de prata, ou de ouro, que se oferece, em seguida, a um pobre.

Durante o entêrro a família do defunto distribui esmolas a cada esquina de rua que o cortejo fúnebre cruza até chegar ao cemitério.

A família deve oferecer a um pobre um fato completo, e dar-lhe, durante um ano, pelo menos as refeições sabáticas.

Também seguem os cristãos-novos o costume judaico de, logo depois da morte, deitar fora toda a água da casa mortuária.

E' um antigo costume judaico, explicado pela lenda do anjo da morte lavar na casa mortuária a sua espada homicida, lenda baseada sobre a possível contaminação das águas pela doença do defunto.

Na casa mortuária acende-se uma candeia, que não se apaga durante os primeiros oito dias, semana de luto pesado, durante a qual a família do defunto fica na casa mortuária, sentada sobre bancos baixos, indo aí diariamente os parentes e amigos rezar três vezes por dia.

Durante os primeiros oito dias de luto a família do defunto abstem-se de carne e ao oitavo e trigésimo dia do falecimento jejua.

Três meses depois do falecimento realisa-se o terceiro jejum, repetindo-se ainda de três em três meses até completar um ano.

Durante este ano de luto, a família distribui esmolas, em conformidade com as suas posses, sendo a beneficência e o auxílio mútuo a base dos costumes dos cristãos-novos.

A este respeito vem-nos à memória uma frase característica dum cristão-novo de Belmonte, que na sua simplicidade rústica nos disse: «A denominação de *judeu* vem do facto de nos *ajudarmos* mutuamente».

Efectivamente, a fraternal e proverbial solidariedade judaica constitui, também, uma das virtudes características dos cristãos-novos, graças á qual puderam resistir a três séculos de Inquisição...

IV

NOTA FINAL

OS ABAFADORES

Não é nosso intuito criticar nem estabelecer polémicas, mas queremos apenas, em homenagem á verdade, não deixar de refutar aqui a odiosa calúnia de homicídio ritual, que se attribui em Portugal aos cristãos-novos sob a forma da inverosímil e néscia lenda dos «abafadores» ou «afogadores».

Esta lenda é tão absurda e inaceitavel que não nos occuparíamos dela, se, no decorrer do nosso estudo sobre os cristãos-novos, não tivéssemos deparado com varias citações que a ela aludem, emprestando-lhe, de certo modo, uma aparência de verdade, visto serem feitas por autores de crédito, o que bastante nos chocou (1).

(1) Na *Revista Lusitana*, vol. 2.º, 1890-1892, p. 244, num artigo do Sr. Alfredo Alves, intitulado: *Notas sobre a linguagem vulgar de Aldeia de Santa Margueirida (Beira Baixa)*, dá-se a seguinte definição da palavra *Afogador*: «Christão-novo encarregado de estrangular ou abafar com as roupas da cama os moribundos da mesma comunhão religiosa; pois segundo é corrente, passa como preceito de certa seita judaica que os proselytos não devem morrer, mas serem mortos. O *afogador* cumpre a triste e repugnante missão com a serenidade com que o sacerdote pratica os actos mais santos do seu ministério.

Nos concelhos de Penamacôr e Covilhã, onde abundam os chamados christãos novos, são apontados pelo povo os *afogadores*. Conta-se que muitas pessoas teem sido instadas pelos moribundos para que os não abandonem, emquanto não expirarem, horrorisados com a idea do estrangulamento.»

Das averiguações a que nos levou a nossa curiosidade, concluímos tratar-se duma das muitas falsas acusações que o vulgo costumava assacar aos judeus e semelhante a uma outra acusação de homicídio ritual, que serviu de pretexto para os mais bárbaros massacres de judeus durante toda a idade média, pela qual se propalava que os judeus assassinavam crianças cristãs para, com o seu sangue, confeccionarem o pão ázimo. Identicamente se nos apresenta a malévola acusação lançada aos cristãos-novos sem sombra de prova, sem ponderações de possibilidade...

A lenda em questão afigura-se-nos, do resto, ter uma origem recente, porquanto, compulsando o livro, já anteriormente citado, — *Sentinela contra Judeus* —, amontoado de todas as injúrias que se podem inventar para aviltar uma religião e uma raça, não encontra-

— O Sr. Guilherme de Vasconcelos Abreu publicou um extenso artigo no jornal *Correio da Noite* de 25 de Outubro de 1886, intitulado *A seita dos abafadores* de que extraimos as seguintes passagens :

«Os dois pontos principais, aqueles pelo menos em que sempre ouvi falar como *sede dos abafadores*, em Portugal são as duas partes do reino em que o elemento judeu na provincia é notavel, Bragança e Covilhã...»

«Mas a religião dessas familias não é o Judaismo e nunca o foi, nem é o Catolicismo. Renegaram sempre e renegam hoje no foro intimo toda a religião que não seja a de suas práticas vis e absurdas.

Naqueles dois centros da *seita dos abafadores*, toda a gente sabe da sua existencia, e até eu sei de quem se aponta como o abafador actual numa terra»...

O sábio articulista attribui a origem provável dos abafadores, não aos cristãos-novos, mas sim à «*Seita dos Cataros* (catharo — «puro» em grego), seita de mártires, de verdadeiros santos, pasmo dos Cristãos da idade media»...

«Esta seita veiu ao ocidente da Europa pelo oriente e deve ser tão antiga como o proprio Cristianismo».

— O sr. Gonçalves Viana, *Apostilas aos Dicionarios portuguezes*, vol. 1.º pag. 4 e seg., art. *abafador* (*afogador*), cita apenas as definições e opiniões dos dois autores precedentes.

— O sr. João Lucio d'Azevedo, *Historia dos Cristãos-Novos Portuguezes*, já citada, pag. 99, diz :

«Em Bragança e certas terras da Beira, onde abundavam os christãos-novos, persiste ainda agora a tradição dos *afogadores* ou *abafadores*, que tinham por missão estrangular no leito os judeus moribundos. Porventura para que na hora final, inconscientes, não traíssem os parceiros as praticas do mosaísmo. A lenda por este modo explicada, parece mais provavel que o achar-se ligada a preceito religioso, como pretendem alguns. De toda a maneira ela se não formaria sem qualquer fundo de realidade».

mos nenhuma referência á lenda dos «abafadores», datando o aludido livro do século xviii.

O eminente académico e director do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Dr. António Baião, que tem consagrado uma grande parte da sua vida literária a investigações acerca do Santo Officio, informou-nos, também, nada lhe ocorrer que conste sobre a lenda dos «abafadores» na multidão de processos da Inquisição que, durante dezenas de anos, se tem dado a compulsar.

A nosso vêr, se a malevolência carece de explicações, a desta lenda pode ser a seguinte :

Os cristãos-novos, querendo aplicar, segundo as suas crenças, os últimos sacramentos aos moribundos, conforme as cerimónias a que acima nos referimos, eram forçados, em virtude do segrêdo com que costumam celebrar as suas práticas religiosas judaicas, a dispensar a presença dos vizinhos e amigos, estranhos á sua religião, que vinham acompanhar o doente.

Podiam admirar êstes que, sem mais explicações, quási os expulsassem, e, despeitados, inventar a lenda : que os parentes queriam, sem testemunho de estranhos, abreviar o passamento, abafando ou asfixiando o moribundo...

E' uso entre os cristãos-novos chamar, nestes casos, as pessoas da comunidade que melhor conhecem as orações e cerimónias judaicas *in articulo mortis*, que lhes assistem aos últimos momentos, sendo por isso essas que o vulgo aponta como *abafadores*.

O facto de tão inverosímil lenda ter encontrado aceitação e credulidade da parte do povo ignaro, e até mesmo nas classes intellectuais, nada prova a favor da sua veracidade, mas apenas demonstra que o ambiente de hostilidade contra os cristãos-novos, que tornou possível a existência da Inquisição até ao século xix, ainda não desapareceu completamente...

*

* *

Antes de terminar, cumprimos o dever de agradecer a todos os cristãos-novos que nos facilitaram informações e orações, tanto verbal como documentalente, dentre os quais devemos especiais favores ás Ex.^{mas} Senhoras D. Felismina Amélia de Souza, natural de Covilhã

e residente em Caria, D. Amélia de Souza Morão, distinta professora de Caria, D. Maria Caetano Vaz, de Belmonte, D. Raquel Caetano Vaz de Souza de Belmonte, e aos nossos bons amigos: Sr. Francisco Henriques Gabinete, natural da Covilhã e residente em Lisboa, Sr. Francisco Mendes Morão, natural de Belmonte e residente em Caria, Sr. Moisés de Souza, natural de Covilhã e residente em Caria, Sr. Diogo Henriques, de Belmonte.

APÊNDICE I

DOCUMENTAÇÃO GRÁFICA



Fig. 1 — Vista parcial de Belmonte com as ruínas do seu antigo castelo



Fig 2 — Inscrição da antiga sinagoga de Belmonte de 1297



Fig. 3 — António Pereira de Souza,
originário de Penamacor e residente em
Belmonte



Fig. 4 — Elisa Amélia Henriques,
de Belmonte



Fig. 5 — Um grupo de comerciantes cristãos-novos na feira de Belmonte



Fig. 6 — Francisco Nunes Souza da Cruz, natural da Covilhã e residente no Fundão



Fig. 7 — Francisco Mendes Morão natural de Belmonte e residente em Caria



Fig. 8 — José Gaiolas, quasi centenário, de Idanha a-Nova



Fig. 9 — Um rapaz cristão-novo de Belmonte



Fig. 10 — Cap. Artur Carlos de Barros Basto,
do Porto



Fig. 11 — António Caetano Vaz e sua mulher
Amélia Mendes Morão Vaz, de Belmonte



Fig. 12 — Família Henriques Abrantes, do Fundão



Fig. 13 — Felismina Amélia de Souza,
natural da Covilhã



Fig 14 — Ermelinda Amélia de Souza
Morão, de Belmonte



Fig. 15 — Família Francisco Henriques Gabinete, originária da Covilhã,
residente em Lisboa



Fig. 16 — Alguns membros da numerosa família Diogo-Henriques, de Belmonte



Fig. 17 — José da Costa Gaiolas, do Fundão



Fig. 18 — Tipos de cristãos-novos de Belmonte.
Da direita para a esquerda : Moisés Mendes Morão, Antero Caetano Vaz,
Eduardo Henriques e Cândido Daniel

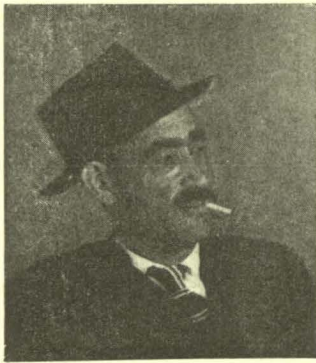


Fig. 19 — Moisés de Souza, da Covilhã



Fig. 20 — Ema Rosa, da Covilhã



Fig. 21 — António Diogo Henriques
e sua mulher Elisa Caetano Vaz Henriques,
de Belmonte



Fig. 22 — José Henriques, de Lisboa

Grande Deus de Israel. Adonai
 Sabaoth. Malicordis; Cobrado o furo
 de de todas as armas. Tentas de
 Voss e Terra, por se te Quij pea
 deys. pelo teu nome de Adonai.
 que assistes meu jejum, este meu
 apocamento de carne, e de um
 lugar de sacrificio, que me sejas
 obrigado a fazer te; mas tu Tentas
 tem os que a nao podemos fazer
 com firme a nossa obrigação; per
 estornos neste teu grande castigo me
 lites, abandonados, e desprendidos; per
 terras estranhas, fora de Geruzalem,
 Sidade de teu Santuario, sem terras
 Sansardelis, nem Sirdas em esse asub.

Fac-simile da primeira página do manuscrito da oração n.º 40,
do apêndice II

APÊNDICE II

ORAÇÕES DOS CRISTÃOS-NOVOS

I

ORAÇÕES QUOTIDIANAS

AO LEVANTAR :

1

O Senhor me dê bons dias na alma e no corpo ; salvação para a alma, paz aos vivos e glória aos mortos.

Me livre, o Senhor, dos meus inimigos, de quem mal me quer e mal fala de mim ; de Inquições, injustiças, ferros de El-Rei, de tudo quanto mau fôr me livre o grande Deus de Israel, por onde fôr e viver.

Amen, Senhor, ao ceu vá, ao ceu chegue !

2

Senhor que fizeste o dia,
com tão grande sabedoria,
e tornaste a amanhecer,
grandes são os meus pecados,
maior é a tua bondade,
Santo Senhor, toda a vida
a minha alma te bemdiga,
o meu coração te alague
e como servo em teu serviço acabe.

Amen, Senhor, etc.

3

Com bem venha a luz do dia,
santa seja a minha alegria,
me guardará, me livrará
do perigo da noite, do perigo do dia.
De homem morto — mau encontro,
de homem vivo — meu inimigo,
de cães danados e por danar,
de aguas correntes, fogos ardentes,
da lingua de má gente.
Ao Altíssimo Senhor seja presente !

Amen, Senhor, etc.

4

Senhor que me fizeste,
 a alma me assopraste,
 uma santa lei me déste,
 esmeralda, limpa e pura
 a Moisés a entregaste,
 sem dar mais outra alguma!
 Como a Daniel dos leões,
 salve os teus justos varões
 de tormentos e Inquições.

Amen, Senhor, etc.

5

Assim que me levantei,
 as minhas mãos lavei,
 com alma e com vida
 ao Senhor louvarei.
 Andaremos neste dia
 com grande atento,
 o senhor nos livrará
 do fogo e do tormento.

Amen, Senhor, etc.

6

Já lá vem a bela aurora,
 Já lá vem o calor do dia,
 Já lá vem o Altíssimo Senhor
 com a sua santa alegria.

Amen, Senhor, etc.

7

Levantai-vos meninas cedo,
 Já quere amanhecer,
 Louvaremos ao Altíssimo Senhor,
 Que nos ha de fortalecer.
 Louvai o Senhor ao som da viola
 Ele é tudo som e tudo glória.
 Louvai o Senhor meninas,
 Louvai-o com vozes finas.
 Louvai o Senhor donzelas,
 Louvai-o com vozes belas.
 Louvai o Senhor casadas,
 Louvai-o com vozes claras.
 Louvai o Senhor viúvas,
 Louvai-o com vozes puras.
 O Senhor de todos os amores,
 Louvai meninas e flores.

Amen, Senhor, etc.

AO FAZER AS ABLUÇÕES MATINAIS :

8

Louvido seja o Senhor que nos deu agua para nos lavarmos, pano para nos limparmos, olhos para vêr, ouvidos para ouvir e entendimento para o Senhor louvar e engrandecer. Amen, Senhor, etc.

8 (bis)

(Outra versão)

Os anjos louvem o Senhor, que me criou e me chegou a esta hora com bem, e me deu agua para me lavar, toalha para me limpar, olhos para vêr, mãos para bolir, ouvidos para ouvir e o ser de mulher ⁽¹⁾. Me dê o Altíssimo Senhor juizo e entendimento para o louvar e servir, para o nunca ofender e para cumprir os seus santos preceitos, e guardar, e temer, e observar ⁽²⁾ os seus santos mandamentos. Amen, Senhor, etc.

ORAÇÕES DA MANHÃ, TARDE OU NOITE :

9

(Variante da oração n.º 1)

O Senhor nos dê bons dias (boas tardes, ou boas noites) na alma e no corpo, salvação para a alma, paz com todo o mundo e glória aos mortos. O Senhor nos guarde e nos livre de quem nos bem fale e mal nos quere ⁽³⁾ e de tudo quanto mau fôr. Amen, Senhor, etc.

10

Levantei-me de manhã,
De manhã ao alvor,
A cantar e a rezar
Os santos psalms do Senhor.
Cantemos e não cançemos
Demos graças e louvor
Aos santos nomes do Senhor.

Amen, Senhor, etc.

11

Desde o nascente até o poente,
seja o grande Deus de Israel louvado para sempre.
Desde o nascer do sol até se pôr,
todos louvaremos o Altíssimo Senhor.
Louvaremos o Senhor ao som da viola
Que o Senhor é rei de toda a glória.
As nascentes que correm sem fim
Dão muitos louvores ao Senhor por mim.

Amen, Senhor, etc.

(1) — Também na liturgia judaica existe uma oração de manhã especial para mulheres.

(2) — Esta repetição e juxtaposição de verbos é muito usada na lingua hebraica, pelo que se pode deduzir a origem hebraica da maior parte d

(3) — Parece ser uma alusão aos

12

Senhor que dá alegria,
 que fez ceu, terra, noite e dia,
 receba o meu coração
 na sua santa divina mão.
 Ao senhor que criou os elementos,
 digamos todos, digamos :
 «Louvado sejais para sempre !»

Amen, Senhor, etc.

13

Abençoa-me Adonai,
 anda sempre comigo
 tua graça e teu abrigo,
 tua bondade e teu amor,
 faça-me, Senhor, o grande favor,
 que nunca ninguém me engane,
 só os anjos do altíssimo Senhor
 que me acompanhem.

Amen, Senhor, etc.

14

Alto Senhor, Rei divino,
 alumiai a minha alma de contínuo.
 Dai-me, Senhor, fé direita,
 e humildade perfeita,
 contra as vaidades do mundo.
 Não me deis, Senhor, riqueza,
 com que me ensoberbe,
 nem pobreza,
 que me abata
 dai-me, Senhor, remédio
 com que vos sirva,
 vida com que vos louve
 e morte com que me salve.

Amen, Senhor, etc.

15

Senhor quando for tempo,
 que a minha vida acabe
 de deixar o mundo presente,
 tenho um desejo mui grande,
 que aflige o meu espírito,
 quero viver e morrer
 no vosso santo serviço
 e nele acabar a noite e o dia.

Amen, Senhor, etc.

16

Senhor que estais n'esse empíreo
 eu cá n'este profundo
 chamo o Senhor para a minha alma,
 que eu depressa deixo o mundo ;
 se eu gozar a vossa glória,
 venturosa a alma minha.

Amen, Senhor, etc.

NO FIM DE CADA REFEIÇÃO REZA-SE A SEGUINTE ORAÇÃO :

17

(Conforme um manuscrito de Covilhã)

Bemditas graças a meu Deus sejam dadas pelos bens e esmolas que nos faz,
 tem feito e tem para fazer.

O Senhor, que nos deu para agora, nos abasteça. O Senhor, pelo seu santo e
 divino bem, nos livre da miseria e de tudo quanto mau fôr e mau pretender. Amen,
 Senhor, etc.

17 (bis)

(Outra versão, conforme se diz em Belmonte)

Santíssimas graças e louvores sejam dados ao Altíssimo Senhor pelos bens e
 esmolas que nos está a fazer, nos tem feito e nos tem para fazer.

O Senhor que nos deu para agora,
 nos dê para toda a hora.
 O Senhor que nos deu pão,
 nos dê a salvação.
 Todos á sua santa glória,
 todos ao seu santo louvor ;
 cantem os anjos no ceu,
 os serafins ao Senhor.

Amen, Senhor, etc.

AO DEITAR :

18

(Oração recolhida verbalmente em Idanha-a-Nova)

Na minha cama me deitei,
 as minhas portas fechei
 com as chaves de Abrahão ;
 os bons entrarão,
 os maus sahirão,
 os anjos do Senhor
 comigo estão.

Amen, Senhor, etc.

19

(Outra versão, conforme se diz em Belmonte)

Na minha cama me deitei,
 cinco anjos nela achei,
 dois aos pés, três à cabeceira,
 o Altíssimo Senhor ande na minha dianteira.
 Amen, Senhor, etc.

20

(Conforme se reza na Covilhã)

Em minha cama estou deitado,
 para dormir e descansar,
 um anjo me veio dizer :
 — Olha que has de morrer !
 — Ainda não hei de morrer,
 que ainda não estou preparado,
 para dar contas ao Senhor.
 Amen, Senhor, etc.

21

O' anjo da minha guarda,
 anjo bem aventurado,
 anjo, te peço e rogo
 que me livres do pecado,
 deste tão grande martírio,
 do rigor do dia e das trevas da noite ;
 quem me fez e me criou
 a ti, anjo, me encomendou.
 O' anjo da minha guarda,
 minha doce companhia,
 anjo, não me desampares,
 nem de noite, nem de dia.

Amen, Senhor etc.

ORAÇÕES VÁRIAS

22

Quando se começa a rezar, diz-se :

O Senhor me abençoe com as suas santas, poderosas e divinas bençãos, que deitou aos seus servos.

Seja de Adonai, Moisés, Abrahão, Isaac e Jacob.

Misericórdia, Senhor, com a minha alma ! *(três vezes).*

Licença vos quero pedir, ó meu divino Senhor, pelos Vossos Santos Nomes, que nós assim o tomamos para muita honra e gloria proveito e salvação.

Amen, Senhor etc.

23

Senhor, sentado estou,
 espero de vós que me ajudeis,
 e meus pecados perdoeis.
 Dai-me, Senhor, vitória,
 aos mortos santa glória,
 aos presos livramento,
 aos maus arrependimento ;
 suplico-vos, meu Deus,
 pelo vosso santo divino amor,
 que vos lembreis da minha alma,
 quando deste mundo fôr.

Amen, Senhor, etc.

24

Livrai-me, Senhor, dos meus inimigos,
 Guiai os meus sentidos.
 Senhor para três caminhos :
 Senhor, para te louvar,
 Senhor, para te engrandecer,
 Senhor, para te servir.
 Faça que a minha alma,
 Senhor, se não perca,
 leva-a a bom lugar,
 ponha-a em posto santo,
 verdadeiro e eterno.
 O Senhor me encobre
 com o seu santo divino manto ;
 se eu bem encoberto fôr,
 não terei medo nem temor.
 Louvado e engrandecido seja o Senhor,
 todos ao seu santo louvor,
 cantai os anjos no ceu,
 os serafins ao Senhor.
 Graças sejam dadas,
 ao Altíssimo Senhor.

Amen, Senhor, etc.

25

Poderoso alto Senhor,
 criador do universo,
 a vós, Senhor,
 que eu me confesso,
 sou um grande pecador
 e por tal me conheço ;
 de pecar e errar,
 peço ao Senhor perdão geral

das minhas culpas e erros.
 Não me deis Senhor, os castigos
 que eu bem mereço,
 livrai-me, Senhor, eu vos peço
 de mal do próximo.
 Por anjos governada
 seja a minha alma,
 guiada e amparada,
 a gozar a vista do Senhor,
 quando deste mundo fôr.

Amen, Senhor, etc.

26

Santo Deus de Sebaot, (1)
 santo é o vosso nome, Amen !
 Está o ceu e a terra
 cheia com a vossa graça.
 Vós que falastes a Moisés
 com a vossa santa e divina glória,
 permiti, Altíssimo Senhor,
 que tudo quanto eu vos pedir em bem,
 a vossa divina vontade faça.

Amen, Senhor, etc.

27 (2)

Fortunoso é o homem que teme o Senhor,
 que anda por bons caminhos
 e se governa com o suor das suas mãos.
 Será muito feliz, sua mulher será fecunda,
 e seus meninos parecerão
 raminhos novos de oliveira
 em redor da sua mesa.
 Benze-me, Senhor de Sião,
 para que vejamos os bens em Jerusalem
 e o pão do Senhor em nossa casa.

Amen, Senhor, etc.

28

(Depois das orações, para pedir a benção)

O Senhor, que abençoou a lã e o linho,
 a Abrahão e a seu filho,
 nos deite a sua santa e divina benção.

Amen, Senhor, etc.

(1) *Sebaot* é uma palavra hebraica que significa — *omnipotente*. No texto manuscrito está erradamente : *Sabaat*.

(2) Paráfrase do Salmo 128.

29

Ó Pai da minha alma,
 Senhor Deus de Abrahão,
 perdoai-me os meus pecados,
 só vós sabeis quantos são.
 Humilde e arrependido,
 ao Senhor peço perdão ;
 que me dê neste mundo o remédio
 e no outro a salvação.

Amen, Senhor, etc.

30

Grande Deus do Israel,
 grande forte de Abrahão,
 já que ouviste a Daniel,
 ouve a minha oração :

31

ORAÇÃO DE DANIEL (1)

Estando Habacuc (2) profeta no campo,
 Ele mais os seus pastores,
 Dando graças ao Senhor,
 Que lhe fazia tantos favores ;
 Dava-lhe com abundância
 Trigos, vinhos e gados,
 Para viver com fartura
 Ele mais os seus criados.
 Também, estava lamentando
 As penas que o povo tem,
 Uns presos em Babilónia,
 Outros em Jerusalem.
 Levantou os olhos ao céu
 Para pedir ao Senhor :
 «Queirai-vos lembrar de nós
 Pelo vosso divino amor.»—
 Lá nessas alturas,
 Viu um grande resplendor,
 Era um anjo do ceu,
 Serafim do Senhor.
 O anjo disse : «Manda-te o Senhor
 Que leves o jantar a Daniel,

(1) Esta interessante oração, que possuímos em diversos exemplares manuscritos, antigos e modernos, é uma poética variante da narração bíblica de Daniel, cap. 6, afastando-se no entanto, bastante, dos factos descritos no texto bíblico de *Daniel na cova dos leões*.

(2) Nos manuscritos que possuímos desta oração o nome de profeta *Habacuc* está erradamente escrito : *Abacum*.

Que ha seis dias que o lançaram
 No lago dos leões,
 Homens, peores que feras,
 Condenados corações.» —
 «Como hei de ir contigo, Senhor,
 Se eu não posso andar depressa ?» —
 «Eu te levarei pendente
 Por um cabelo da cabeça,
 Que não has de cair no chão ;
 Quem levas na tua guarda,
 E' o grande Deus de Abrahão.» —
 Chegaram a Babilónia,
 Lá no lago o achou ;
 Enquanto comeu e falou,
 O anjo se retirou.
 Daniel admirado disse :
 «Quem vos trouxe aqui, meu pae ?»
 «Manda-te o Senhor socorrer
 O teu miseravel estado.» —
 Habacuc, banhado em lágrimas, disse :
 «Dá-me os braços, filho amado,
 Como estás ?» — «Muito bem, meu pae,
 Melhor do que mereço,
 Ó, grande Deus de Adonai !
 Que ha seis dias que aqui estou
 De leões acompanhado,
 Do grande Deus poderoso
 Favorecido e amparado.
 Louvado seja o Senhor,
 Que a vida me tem guardado,
 Seja para o amar e servir
 E para lhe fazer obras
 Do seu santo divino agrado.» —
 Pôz a mesa Daniel
 E pelos leões chamou,
 Para repartir com eles
 O que o Senhor lhe mandou.
 «Come filho abençoado,
 Que isso não está bom
 Foi feito por pastores...»
 «Bom é e bom será,
 Louvado seja o Senhor
 Que tanto nos dá !» —
 Acabaram de jantar,
 Deram graças ao Senhor.

Nisto, ouviu Daniel
 Uma musica cantada,
 O que a musica dizia
 Daniel escutava.
 Dizia d'esta maneira :
 «Olhae, filhos d'Israel,
 Que liberdade feliz
 O Senhor annunciou !»
 Poz-se a contar as semanas,
 Não as poude contar ;
 Poz-se a somar os dias
 Não os poude somar ;
 Os segredos do Senhor
 Ninguem os pode penetrar.
 — Chorae, filhos d'Israel,
 Chorae o vosso pecado
 Com todo o vosso coração,
 Quem com o Senhor se pegou
 Nunca lhe faltou o perdão ! —
 A esse tempo chegou o anjo,
 Por Habacuc chamou,
 Com as lagrimas nos olhos,
 Um se foi e o outro ficou.
 Bemdito seja o Senhor
 Que a vida nos guardou,
 Seja para o servirmos,
 Para o louvarmos
 E para o nunca olvidarmos.
 Amen, Senhor, etc.

32

O SACRIFÍCIO DE ISAAC (1)

Pela jura que juraste
 Ao nosso pae Abrahão,
 Mandamentos que fizeste
 Nos campos de Morião. (2)
 Depois das palavras ditas,
 Partiu Abrahão pelos montes,
 Onde o Senhor o mandava.
 Mandou aos seus mancebos :
 «Mancebos, ficae aqui,
 Que eu e o moço iremos.

(1) — Também existe na liturgia judaica uma oração do sacrificio de Isaac.

(2) — O texto bíblico, Genesis cap. 22, diz : terra de Moriah.

A vós tornaremos.» —
 Disse Isaac lá no campo :
 «Senhor pae ! está aqui o fogo,
 E a lenha para acender ;
 Mas onde está a vítima ?» —
 «Olhae, vós, meu filho,
 Isso não vos dê cuidado,
 Que manda o Senhor,
 Que sejaes sacrificado». —
 «Se o Senhor manda e ordena,
 Cumpra-se o seu santo mandado !
 Quem morre pelo Senhor
 No ceu é coroado.
 Peae-me de pés e mãos,
 Para que, na hora da minha morte,
 Não faça algum desavizado,
 Não erga os olhos contra o Senhor,
 Nem contra vós, meu pae irado.» —
 Tapou Abrahão os olhos a seu filho Isaac,
 E ergueu a mão para dar o golpe.
 N'este tempo veio um anjo :
 «Tate, Abrahão ! velho honrado,
 Está o Senhor satisfeito
 E de ti já está pago.
 Manda-te o Senhor,
 Que vás àquella silveirinha,
 Que lá está um cordeirinho,
 Preso pela barbela,
 E d'elle farás sacrificio ao Senhor.
 Ó, benzer-te benzerei,
 Aplicar-te aplicarei, (1)
 Que as tuas sementes sejam tantas,
 Como o mar de areias,
 Ceu de estrellas,
 Árvores de folhas,
 E sementes por todo o mundo.» —
 Amen Senhor etc.

33

CÂNTICO DE LOUVOR A DEUS (2)

Louvai o Senhor, os moradores dos ceos,
 Louvai-o nas alturas,

(1) — Estas repetições dos verbos para accentuar a acção são muito usadas na lingua hebraica.

(2) — Esta oração é uma adaptação bastante livre, do psalmo 148, que também figura nas orações judaicas.

Louvai-o todos os seus anjos,
 Louvai-o todas as suas virtudes.
 Louvai-o o sol, a lua, as estrellas e a luz,
 Louvai-o todos !
 Louvai-o ceos dos ceos,
 Louvai-o, todas as aguas que estão sob os ceos,
 Louvem o nome do Senhor,
 Porque Elle falou, e foram feitas estas creaturas,
 Elle mandou e foram criadas,
 Elle as estabeleceu para durarem eternamente,
 Para todos os séculos,
 Poz-lhes um preceito
 E não será preterido.
 Louvai ao Senhor criaturas da Terra,
 Dragões e todos os abysmos,
 Fogo, granizo, neve, geadas, espiritos,
 Ou ventos das tempestades, que executam a sua vontade,
 Montes e todos os oiteiros,
 Arvores fructíferas e todos os cedros,
 Feras do bosque e todos os gados domesticos,
 Serpentes e aves de pena,
 Reis das terras e todos os povos,
 Principes e todos os juizes,
 [Mancebos e donzellas, velhos e creanças] (1)
 Louvem o nome do Senhor,
 Porque só o seu nome he digno de ser exaltado ;
 O seu louvor he sobre o ceu, e a terra assim o confessa,
 Elle exaltou o poder do seu povo,
 Elle seja louvado por todos os seus santos,
 Pellos filhos de Israel, (2)
 Povo que lhe he proximo e consagrado ao seu serviço.

Amen, Senhor etc.

34

ORAÇÃO DE S. RAFAEL (3)

Anjo S. Rafael bemdito, que assistes ao meu Senhor, peço-te anjo bemdito, sendo o meu advogado, faze-me esse favor, sendo o meu amparo fiel, para pedires e rogares ao grande Deus de Israel, que me guarde a mim e a todas as minhas pressas e necessidades.

(1) — No manuscrito que possuímos falta apenas a frase contida entre parentesis, que é o versículo 12 do referido psalmo 148.

(2) — No manuscrito se diz *Irrael* em lugar de *Israel* em conformidade com a antiga fonética portuguesa desta palavra. Em todo o resto conservamos a ortografia do original manuscrito.

(3) — Cópia de dois manuscritos que possuímos desta oração.

Esta oração dirigida ao anjo Rafael prova a influencia das idéas cabalísticas que também já se tinham desenvolvido entre o judaismo português antes da expulsão; mas o epíteto de São Rafael é já nitidamente uma influencia do ambiente cristão, visto que na religião judaica não existem santos.

Peço-te anjo bemdito que offereças ao Senhor esta reza illimitada, sendo por mim offerecida, sem ser de vós amparada, não terá valimento nenhum ; será um corpo sem alma.

Peço-te anjo bemdito que sejas o meu intercessor, com quem me hei de pegar com os santos nomes do Senhor. Elles são sagrados e não os posso nomear, mas trago-os impressos em a minha memoria, para o Senhor servir e louvar.

Peço-te anjo bemdiro, que tu me queiras amparar, dando-me tal favor, que nunca jamais torne a pecar, dando-me tal soberana guia, peço-te que me guies por santos caminhos do Senhor, e que me acompanhes, assim como tu acompanhaste o santo Tobias ; a este, como justo, o quizeste acompanhar, a mim, como peccador, tu me queiras amparar.

Eu confesso que o sou, e não ha outro igual. Com alma e vida ao Senhor quero louvar, para que no fim da minha vida a glória me queira dar.

Amen, Senhor, etc.

35

OS DEZ MANDAMENTOS

Eu sou teu Deus e Senhor,
Deus dum poder infinito
Que, piedoso, te salvei
Do captiveiro do Egypto.

1.º

Não terás alheios Deuses—,
Que em mim tens o sumo bem ;
Ama-me, como a ti mesmo,
E ao teu próximo tambem.

2.º

Não tomarás do teu Deus
O seu santo nome em vão — ;
E nem por Elle, de balde,
Jures na mais leve acção.

3.º

Ao sabbado não trabalhes,
Nem tu, nem filho, ou criado —,
Santificando este dia,
Só para mim reservado.

4.º

Honrarás teu pae e mãe —,
Com particular dever ;
São pessoas respeitaveis,
Porque te dêrão o ser.

5.º

Irado, não matarás
O teu proprio semelhante —,
E não conserves jamais
O odio, nem por um instante.

6.º

Com castidade serás —,
Modesto em tuas acções,
Sem manchar a tua alma
Com obscenas corrupções...

7.º

Não furtarás—, porque o furto,
De propósito e vontade,
E' um crime abominavel,
Que revolta a sociedade.

8.º

Contra o próximo não falles,
De todos dizendo bem,
Nem com falso testemunho
Jamais insultes alguem

9.º

Nem por leve pensamento,
Desejarás a mulher,
Que não seja a tua propria ,
Intentando-a corromper...

10.º

Não cubiçarás, emfim,
Aquil'o que não fôr teu —,
Contenta-te com os bens,
Que a Providencia te deu.

*
* * *

Aqui tens, querido filho,
Do bom Deus a lei primeira,
Que devemos observar
Com a fé mais verdadeira.

36

ORAÇÃO DOS CREDOS (1)

Em honra e louvor do meu Senhor Adonai ! (2)

Que Elle todo o poder tem,
Elle me queira ter por bem
De me ouvir, escutar,
Meus pecados perdoar,
E meus erros emendar.

(1) — Esta oração é uma adaptação da oração hebraica dos 13 credos da autoria do grande sábio e filósofo cordovês Rabi Mosés Ibn Maimon, conhecido também pelo nome de Maimónides, que viveu no século xi.

(2) — No manuscrito que possuímos diz-se *Adonaio*, em vez de *Adonai*.

Na minha lingua escrever (1)
Os seus santos mandamentos,
Que para nós foram dados e publicados.

Os mandamentos da nossa santa lei são treze :

- O primeiro : Crer, que o nosso Deus bemdito, — louvado e adorado seja o seu santo e bemdito nome —, criou todo o universo, e que todos os acontecimentos só Elle fez, só Elle faz e só Elle fará, para todo sempre.
- O segundo : Crer, que he unico, que não ha nada que com Elle se compare. Só Elle he o nosso Deus. Elle foi, Elle he e Elle será para toda a eternidade.
- O terceiro : Crer, que não he corpo, nem a imaginação humana o pode perceber, nem pode ser comparado com nenhuma virtudes que d'Elle emanem.
- O quarto : Crer, que o Senhor não tem principio nem fim, que nunca se permutou nem se permutará.
- O sexto : Crer, que só Elle deve ser venerado, e vós outros do meu povo, que fostes humilhados a servir a outros Deuses, não acreditais senão no Deus do ceu que nos governa.
- O setimo : Crer, que o espirito de Moisés foi inspirado pelo nosso Deus Adonai, e que elle foi o rabino (2) de todos os patriarcas e profetas.
- O oitavo : Crer, que o nosso Deus Adonai bemdito tem escrito no ceu à sua santa lei, que deu a Moisés, seu amado, no monte Sinai e no-la mandou á terra para a nossa salvação.
- O nono : Crer, que esta nossa santa lei he immutavel.
- O decimo : Crer, que o nosso Deus Adonai bemdito conhece as obras e os pensamentos secretos de todas as creaturas.
- O decimo-primeiro : Crer, que o nosso Deus Adonai bemdito julgará cada hum conforme a sua piedade.
- O decimo-segundo : Crer, que he certa a boa vinda do Messias, que Adonai bemdito no-lo mande cedo para a nossa salvação !
- O decimo-terceiro : Crer, que o nosso Deus Adonai bemdito ressuscitará os mortos conforme nos foi prometido pelos santos profetas.

Amen, Senhor, etc.

II

ORAÇÕES DE FESTAS JUDAICAS

ORAÇÕES DE SÁBADO :

37 (3)

(Ao acender a candeia nas sextas feiras ao pôr do sol, para festejar a entrada de sábado, diz-se a seguinte oração)

Bemdito meu Deus, meu senhor, meu Adonai, que nos mandou e nos encomendou com as suas encomendações bemitas e bem-santas que acendessemos

(1) — Daqui se vê que esta oração é bem uma adaptação portugesa do hebraico.

(2) — *Rabino* — palavra hebraica que significa — Mestre.

(3) — Esta oração é uma tradução doutra judaica idêntica que costumam também rezar as mulheres hebreias.

esta santa torcida (1) para alumiar e festejar a noite santa do Senhor, para que o Senhor nos alumie a nossa alma e nos livre de culpas penas e pecados. (2)

Amen, Senhor, etc.

38

Tal dia santo, como o de hoje,
folgou o Senhor e descansou,
suas santas bandeiras compostas,
com os pendões levantados,
e os nomes do Senhor
foram ditos e declarados,
por boca de todos os ventos
e criaturas aumentados.
— Sabado, sabado, Moisés, Moisés,
ao sabado nada farás,
ocupar-te-has.
em servir e adorar
o grande Deus de Adonai. —
Não ha outro nem haverá
Louvado seja o Senhor que a vida nos dá.

Amen, Senhor, etc.

ORAÇÕES DE «KIPUR»

39

Oração que se diz no «Dia Puro do Senhor» (3)

1.º

Alto Senhor de Israel, (4)
Deus eterno, omnipotente,
Escuta as sentidas queixas
Do teu povo descontente. . .

(1) — Noutras versões da mesma oração intercala-se nesta altura a frase seguinte:

ou ainda «com azeite de oliveira»,
«com lume da boca dum anjo».

(2) — O Dr. António Baião, obra já citada, pag. 134, insere, entre as denúncias da Inquisição do século XVI, o seguinte depoimento:

«No dia 24 de Março (1543) compareceu no mosteiro de S. Domingos, na capela de S. Pedro martyr, Germana Gomes e confirmou o depoimento contra Beatriz Mendes acrescentando que Catharina Alvares Dalegre guardava os sabbados, na 6.ª feira á noite accende candeias e quando isto faz costuma dizer o seguinte: — Estas são as encomendações benditas e santas que nos encomendou o nosso Deus q̄ accendessemos candeia e noyte de sabbado com azeite d'oliva limpa.»

Este depoimento prova que as orações que os cristãos-novos rezam actualmente são as que já rezavam no século XVI.

(3) — O «Dia puro», ou «Dia do jejum grande», corresponde ao jejum judaico do décimo dia do mês de Tishri, que vem geralmente em Setembro, chamado, em hebraico, «IOM-KIPUR», o que significa — Dia de Perdão.

O nome de «Dia Puro», com que os cristãos-novos designam esta festa, provém, sem dúvida, da palavra hebraica «Kipur».

(4) — No original manuscrito diz-se *Irrael* em lugar *Israel*.

2.º

Aplaquem-se as justas iras
Da Majestade offendida,
De novo entremos na graça,
Que ha muito havemos perdida.

3.º

Arbitro de toda a terra,
Deus augusto e poderoso,
Ao teu povo suplicante
Ouvido presta piedoso.

4.º

Quebrai, Senhor, este jugo,
Que nos peza deshumano,
Livrai-nos, Senhor, livrai-nos
Das garras d'este tirano.

5.º

Ha trez (1) annos que o teu povo
Em ferros geme e suspira,
Bastem os males passados,
Aplaque-se a tua ira !

6.º

Nossas culpas são imensas,
Nossos delictos pezados,
Mas he tua misericordia
Maior que os nossos pecados.

7.º

Livraste-o de hum Pharaó,
Por santo prodigio novo,
De outro Pharaó mais duro (2)
Outra vez livra o teu povo.

8.º

O poder d'este malvado,
Que nos oprime sem dó,
Cahia bem, como cahiram
Os muros de Jerichó.

9.º

Teu povo, n'aquelle tempo,
Mil vezes, Senhor, pecou,
Porem, a tua clemencia
Mil vezes lhe perdoou.

(1) — Numa segunda cópia que possuímos da mesma oração a palavra — *trez* — vem em algarismo — 3 —, o que nos leva a supor que a data alludida nesta oração é, muito provavelmente, a de três annos depois da conversão geral forçada dos judeus em Portugal em 1497, ou seja a do *ano de 1500*.

(2) — Admitindo a hipótese da data do anno de 1500, os epítetos de — *tirano* — e de — *Pharaó mais duro* — designam D. Manuel I.

10.º

Se te offendemos, Senhor,
Sobre nós chova o castigo,
Porem, não venha das mãos
Do teu e nosso inimigo.

11.º

A' tua voz formidavel,
Quebrem-se os duros grilhões
Hoje, porque he o teu dia,
Deve ser o dos perdões.

12.º

Para nós he a ventura,
Para ti, Senhor, a gloria,
O teu dia, sacro santo, (1)
Seja o dia da victoria...

Amen, Senhor, etc.

40

ORAÇÃO FORTE...

Grande Deus de Israel, *Adonai Sebaot Male Col Haares Quebodo* (2); o forte de todas as armas, Senhor do Ceu e da Terra, peço-te, Pay piedozo, pelo teu nome d'Adonai que aceites meu jejum, este meu apoucamento de carne e cebo em lugar de sacrificio, que nós somos obrigados a fazer-te; mas tu, Senhor, bem ves que o não podemos fazer, conforme a nossa obrigação, por estarmos neste tão grande cativo metidos, abandonados e despresados por terras estranhas, fora de Jeruzalem, Cidade do teu Santuario, sem termos Sacerdotes nem Levitas em seu assento, para que possam, Senhor, louvar e exaltar o teu Santo e Divino Nome. Por cuja cauza, Senhor, em ti confiamos, como em hum Pay Clementissimo, para que apiades o teu povo Israel afficto, a mim e a tudo que me pertence; e que me livres, Senhor, de toda a má sentença, de mau encontro, de lingua má, de vezinho mau, de espada, de angustia, de ansia de mizeria e de quebranto; e que me des, ó Pay piedozo, annos de fartura. apegame, Senhor, com os teus Santos e Divinos preceitos, assim como tu, Senhor, livraste a Moisés, teu servo, da má tenção de hum Rei impio, e a teu povo Israel da escravidão do Egito, a Abrahão, teu amado, do fogo dos Caldeus, a David, teu ungido, do laço de Saúl, a Jozé, o justo, do testemunho do Egypto (3) e a Jonas, teu profeta, do ventre da baieia, assim me livre e me escape de tudo o que me for mau para a alma e para o corpo, e de tudo aquillo, de que eu me não souber livrar. E a meus filhos que os faças, Senhor, huns bons servos teus, para que sigam os teus Divinos preceitos, e ás minhas filhas

(1) — Alusão ao dia de jejum de «Kipur», que é o dia mais santo do culto judaico.

(2) — E' uma frase completa da liturgia hebraica que significa: — *Deus Omnipotente, está cheia toda a terra da tua honra*. Mas esta frase figura um pouco deturpada no manuscrito que possuímos desta oração, sendo escrita assim: *Adunai Sabaat Malcolares; Cobrado* etc.

(3) — Alusão à scena de José com a mulher de Putifar, Genesis cap. 38.

que as tomes, Senhor, á tua Santa e Divina conta, que lhes des, Senhor, huma sorte boa, com que tenham conhecimento da tua Santa e Divina Lei, para que te possam servir e louvar; que mais vale confiar em Adonai que em principes, filhos de homens (1), que não olham mais que a sua arrogancia e riqueza, sem que tenham conhecimento de que nada do que teem he seu e que em hum instante são nada, pois lhes falta a consideração das contas que te hão de dar.

Pelas nossas más obras nos achamos em poder destes impios, degradados nas quatro partes do mundo, fora da terra dos nossos pays, porque não nos lembravamos dos pobres, das orfãs e das viúvas.

Não se gabe o rico com a sua riqueza, nem o sabio com a sua sabedoria, nem o valente com a sua valentia, que nada lhes ha de valer, senão as boas obras que tiverem feito neste mundo.

E para que, Senhor, nem eu, nem nenhum dos que me pertencem caíam em semelhante oprobio, peço-te, Supremo Senhor, que me encaminhes em a tua Santa e Divina Lei, e que me não desampares, Pay piedozo, porque dirão as nações: «onde está agora o teu Deus que te não acode?» E' certo que existe em as alturas (2), donde está vendo o bem e o mal.

Bemdito seja quem em Adonai confiar; eu, Senhor, como confio em o teu Santo e Divino Nome, te peço que te lembres das almas de todas as nossas obrigações, e das nossas, quando deste mundo formos, e que me des vida a tudo o que vivo tenho, e decretando-nos e fazendo certa a promessa que fizeste a Abrahão, nosso pay, de nos mandares o nosso bem aos olhos das nações, para que mais admirem a tua grandeza, hoje em os nossos dias, levando-nos a Jeruzalem, Cidade Santa em canticos de Sião.

Amen, Senhor, ao ceu va e la chegue.

41

Senhor de Abrahão, este termo que faço, este sangue que derramo, este cebo que offereço, recebe-me Senhor este santo sacrificio.

Anjos, archanjos, seraphins, cherubins, patriarchas, monarchas, sendo servido offerecer e apresentar este santo jejum, por atenção do santo Dia Grande, para que o Senhor nos perdoe as nossas culpas e pecados.

Deante da casa de Vossa Divina Majestade, Senhor, me apresento como culpado; se eu a morte mereço, á morte me condene.

Tu hes aquele Senhor que me podes dar e me podes tirar, apelo de Ti para Ti mesmo, da meza da vossa rigoreza justiça, para a meza da vossa clemencia.

Anjos, archanjos, seraphins, cherubins, patriarchas, monarchas, sendo servido oferecer e apresentar esse santo jejum, esta santa alegria.

Vós me destes quanto tenho levado e recebido, que o Altissimo Senhor me perdoe as minhas culpas, os meus erros e as minhas maldades que tenho feito contra o Senhor; que tudo o Senhor me tenha perdoado!

Amen, Senhor, etc.

(1) — Psalmo 118, vers. 8 e 9.

(2) — id. 115, id. 2 e 3.

Em honra e louvor do Senhor seja !

Omnipotente Senhor, creador do ceu e da terra, tu, Senhor, que me creaste a tua imagem semelhante, de nada me deste o ser, te peço, e humildemente te rogo que, com clemencia, des atenção a esta tua serva, e que tenhas compaixão de mim como a tiveste com o teu servo David. A ti, Pae poderosissimo, confesso os meus pecados, por grandes t'os não posso ocultar, perdoai-me. Senhor, que offendido te tenho por pensamentos, palavras e obras, sendo causa a minha culpa, a minha grande culpa. Portanto, te peço e rogo, ó Deus, tenhas de mim compaixão.

Tu hes meu Deus, tu a minha confiança, tu a minha alegria, tu a minha esperança. Hoje he dia de afflicção ; tambem sei que as portas do ceu estão patentes para o perdão, peço-te, Senhor, me consoles, me acudas e me salves. Conforta, Senhor o meu coração, consola a minha alma, alegre todas as minhas potencias.

Senhor e Pae meu, não desprezes esta tua serva, ainda que indigna, sempre sou tua, e obra tua ; para quem hei de fugir senão para ti ? se me lançares fora, quem me-ha de recolher ? Reconhece, Senhor, esta tua serva, ainda que indigna, foge para ti ; se vil e imunda, tu me podes purificar ; se cega, tu me podes alumiar ; se doente, tu me podes sanar ; se morta e sepultada tu me podes ressuscitar. Creio, Senhor, e confesso que he maior a tua misericordia do que a minha maldade, he maior a tua piedade do que a minha impiedade, mais podes tu, Senhor, perdoar-me do que posso cometer. Peço-te, Senhor, que não atendas a multidão das minhas culpas, antes me julgues e me sentencies conforme a tua misericordia. Tu, Senhor, hes Aquelle que não quere a morte do pecador, mas que mais viva para que mais se converta. O' anjo da minha guarda, não me desampares, me des auxilio para fugir de tudo aquillo que não for e abraçar os teus santos mandamentos, para ter-te, Senhor, commigo de aqui em deante ; chegada que seja a hora da minha morte, ainda que repentina, na tua Santissima Lei quero acabar, e só nela ir fazer companhia aos anjos para toda a eternidade e te louvar e engrandecer para sempre.

Amen, Senhor, etc.

Cauza de todas as cauzas, Deus imortal das alturas, Rei dos reis, Senhor dos senhores, que, só, ha-de ser glorificado e permanecerá para sempre como Rei invicto, Creador de toda a creatura, Merecedor de toda a reverencia, louvor e gloria eterna !

Eu pó e cinza posta ante vossa grande Majestade vos ofereço o sacrificio da magnificencia e todas as obras que fizer neste dia e obras que obrar neste desterro em quanto me durar a vida, com intenção recta protestando que desejo sejam conforme a vossa santa vontade, justificadas ante o vosso tribunal. E se, por castigo dos meus delictos e pouco merecimento por minha fragilidade e inclinações terrenas, ou pela malicia da conservação humana e desordem de minhas paixões, mão natural ou instancias de inimigos adular esta minha intenção afeando-se minhas pobres obras, ou meu pensamento occorrer qualquer persuasão ruim, ou se oferecer algum respeito humano para as desvanecer, digo Senhor Deus

meu que a detesto com a força do vosso braço poderoso o qual me ha de confortar.

E de novo dedico minhas obras, palavras, pensamentos e intênções, grandes e pequenas, em toda a hora do dia, instantes e todas as vezes que respirar, por todas as creaturas racionais e por mim mesmo, dar-vos incessantemente magnificencia, honra, superioridade, benção, louvor, grandeza, gosto, agrado, beneplacito, confissão de um Só Deus, forte, imortal, pederozo, santo, justo, sabio e mestre dos sabios, a quem quizera não ter ofendido, por quem quizera ter feito todas as obras que pelo amor do vosso amor se tem obrado, dando-vos, se for possivel, amor, louvor e beneplacito que com vontade reciproca vós dais, e por que todo o devido e perfeito amor ha de vir de vós, Pai das luzes, vos peço e rogo que tenhais por bem reger, governar, santificar e alumiar a minha alma, meu coração, potencias, sentidos e minhas acções em vossa Lei e na observancia dos vossos mandamentos, para que por vossa grande bondade e misericordia me fortaleçais e não caia em algum pecado, e que alcance a graça final, e por conseguir este bem ofereço todas as minhas pobres obras quanto merecer trabalhar e obrar para alcançar a minha salvação.

Amen, Senhor, etc.

Deus meu, eu creio em vós, fortalecei a minha esperança ; eu vos amo ; eu me arrependo de haver pecado, augmentai o meu arrependimento. Eu vos adoro como a meu primeiro principio, eu vos apeteço como a meu ultimo fim. Eu vos dou graças como a meu perpetuo bemfeitor, eu vos invoco como a meu defensor soberano. Meu Deus dignai-vos de me governar pella vossa sabedoria, de me conter pella vossa justiça, de me amparar pella vossa misericordia e de me proteger pello vosso poder.

Eu vos consagro os meus pensamentos, as minhas palavras, as minhas obras, os meus trabalhos para que de aqui em diante eu cuide, fale, e obre por vós, Senhor, eu quero quanto me enviareis e for do vosso agrado ; porque eu não sei todas as coisas que me podem ser uteis. Rogo-vos que alumieis o meu entendimento, inflameis a minha vontade, purifiqueis o meu coração e santifiqueis a minha alma. Meu Deus ensinai-me a purificar-me dos meus pecados, a vencer as minhas paixões e a praticar as virtudes que me conveem. Enchei o meu coração de ternura para a vossa bondade, de aversão ás minhas imperfeições, de zelo para o meu proximo, e de desprezo para o mundo. Fazei que eu me lembre de ser submisso aos meus superiores, fiel a todas as pessoas minhas amigas, caritativo com os meus inferiores. Ah meu Deus, vinde em meu auxilio para vencer a vaidade com a mortificação ; a avareza com a esmola ; a ira com a brandura e a tibieza com a devoção. Meu Deus, fazei-me prudente nas empresas, animoso nos perigos, paciente nas adversidades e humilde nos sucessos. Não permitais Senhor que eu jámais me esqueça de ter atenção nas minhas orações, temperança na minha comida, exacção nos meus empregos, e constancia nas minhas rezoluções. Senhor inspirai-me o cuidado de ter sempre a consciencia recta, o exterior modesto, edificativo e o procedimento regular ; e de aplicar-me incessantemente a adornar a natureza, a observar a lei e a merecer a salvação. Meu Deus, mostrai-me qual é a pequenas da

Terra, a grandeza do Ceu, a brevidade do Tempo e a duração da Eternidade. Fazei que eu me prepare para a morte, que tema o vosso juizo, que me livre do inferno e consiga a bemaventurança.

Amen, Senhor, etc.

45

ACTO

Meu Deus do meu coração, justo, santo, sabio, poderoso, immenso, piedozo, suave, excelso e benigno Senhor (1) cuja Majestade com soberano dominio governa todo o universo, desde o ceu até o abismo; a vós, Senhor, cujas grandezas com sonoros estampidos, estão publicando as vozes dos astros, plantas, brutos, rios, a vós, pois, Senhor, a vós chego temerozo e rendido, ó juiz dos meus erros e das minhas culpas, qual outro Adam, encoberto e fugitivo, quando descobriu a culpa quiz encobrir o delicto. Já, Senhor, aos vossos pés estou, todo arrependido, tremendo por minhas culpas de entrar comvosco em juizo, de vós para vós só, fujo, porque em vós, Senhor, deviso comizerações mais piedozas que abrandem os vossos castigos. Pequei, Senhor, eu o confesso, tão atroz, torpe e perverso, que ofensas sucessivas tenho peccado por vicio; não teem comparação minhas culpas e delictos, porque para enumera-los titubeia o algarismo; os meus torpes pensamentos, com remontados designios, puzeram montes de culpas para offender-vos tanto. Ah! quem tivera, Senhor um ai tão enternecido que apagára o meu peccado com o sopro d'um suspiro? Quem fora como David, que um gemido lhe bastou para aplacar dessa espada o duro fio? Mas quem sou eu, Senhor, para ver tantos prodigios, se eu sou aquelle ingrato que a vossa piedade irrita, eu sou aquelle furia dezatada contra os vossos preceitos, fui escandalozo e impio, eu sou aquelle lince para a culpa tão bem visto, sendo torpeza o não ver quando andava perdido. Eu sou outro cervo, Senhor, que no olfacto dos delictos, bastava imagina-los para serem cometidos. Que será de mim, meu Deus, que será deste conflicto? Daí a mão a um miseravel, levantai um cahido! Lembrai-vos, meu Creador, que da terra fui nascido, formado de humilde barro fragil, tosco e quebradiço. Vós sois aquelle Senhor tão amante e compassivo, que, com um gemido de uma alma, logo vos mostrais propicio; mostrai-me já, meu Senhor, o vosso rosto compassivo, bem que eu não mereça vossa piedade, que eu mais mereço o vosso castigo. Guiai este peccador pelo vosso santo caminho, seja a luz da vossa graça neste peregrino, para que, depois da luta deste Reino, mereça ir ver a vossa Divina Face, eternamente, no Paraizo.

Amen, Senhor, etc.

46

Adonai reina, Adonai reinou,
Adonai para sempre nos faça mercê (2).

(1) — Esta juxtaposição de adjectivos é uma das particularidades do estilo hebraico, pelo que se reconhece facilmente a sua origem.

(2) — E' uma frase usual da liturgia hebraica.

CONFISSÃO (1)

Poderozo alto Senhor,
Alumiai o meu entendimento
Para conhecer os erros
que contra vós tenho feito.

Confesso, Senhor, que eu sou
o peccador mais indigno
que neste mundo criastes
e que mais vos tenha ofendido.

Eu sou, Senhor, eu sou...

Pequei, Senhor, pequei
Com tão grande altiveza,
Offendi sem reparar,
A vossa divina grandeza (2).

Pequei, Senhor, contra vós,
Eu já choro o meu pecado,
De vos haver offendido
Vivo bem envergonhado.

Pequei com as minhas palavras,
Com injusta grossidão,
Bem sabeis, Senhor, que não tenho,
O saber de Salomão.

Pequei com as minhas obras,
Que não são da vossa aceitação.
Vós sois Pae de misericordia,
Eu sou filho de benção.

Aqui venho, Senhor, contrito
Alcançar de vós o perdão,
Lavai, Senhor as manchas
Deste afflicto coração.

(1) — Possuimos desta oração duas versões manuscritas com pequenas divergências.

(2) — Na outra versão segue nesta altura a seguinte estrofe um pouco confusa :

As mizerias foram minhas,
Naveguei tão violento,
Por mal dos meus erros,
Sem tomar conhecimento.

Pois Senhor, que se sella
 No maior consternação.
 Despacha-me, Senhor, em bem
 Esta minha petição,

Sem reparar os efeitos
 De tanta ingratidão,
 Tendo nesse tribunal santo,
 De mim comizeração...

Perdoai-me os meus peccados,
 A mim e a toda a geração,
 E a todo o povo de Israel
 Para onde fôr e viver (1).

Amen, Senhor, etc.

ORAÇÕES DE JEJUNS

48

(Quando se entra no jejum)

Senhor faço tenção de jejuar
 com a ajuda que tu, Senhor, me has de dar.
 Este dia de sacrificio e de penitência,
 este meu sangue que derreto no meu corpo,
 ofereço pela minha salvação.

Amen, Senhor, etc.

(Esta oração é repetida três vezes gargarejando-se com água depois de cada vez).

49

(Quando se sai do jejum, depois de aparecer a primeira estrela)

Bendita a estrela de Adonai,
 tudo que peço, Senhor, me dais,
 Bendita a estrela, bendita a companhia,
 bendito o Senhor que a guia,
 Já é hora, já passa de hora,

(1) — Na segunda versão manuscrita a oração acaba assim :

Livrai-me, Senhor de perigos e trabalhos a mim, a meu Pae, á minha Mãe, a toda a nossa gente e a todo o povo de Israel, por onde fôr, passear e folgar.

Amen, etc.

louvado seja o Senhor,
que o jejum do meu corpo sai fora.

(*Repete-se três vezes*)

5o

(*Antes de começar a refeição, divide-se um pedaço de pão em três bocados, e reza-se assim*)

Louvado seja o Senhor que te criou,
do centro da terra te deitou,
o Senhor me faça a minha alma
tão limpa e tão clara como tu és.

(*Um a um mastigam-se os três pedaços de pão que se deitam depois no fogo dizendo*)

Deixa-me fazer, como fizeram os nossos irmãos
na Terra Santa da Promissão.

5o-bis.

(*Variante desta última reza, conforme se diz em Belmonte*)

Louvado seja o Senhor que da erva fez pão,
deita-me o Senhor a sua santa e divina benção.

(*Quando deitam os três bocados de pão no fogo dizem assim*)

— Fogo de Samuá, tome-o lá!

(*Três vezes*)

ORAÇÕES DA PÁSCUA

51

ORAÇÃO DA ÁGUA (1)

A quatorze da lua
Do primeiro mez do anno, (2)
Parte o Povo do Egypto,
Israel meu irmano.
As cantigas que vão cantando
Ao Senhor vão louvando.
— Aonde nos trazes Moisés,
Aqui neste despovoado,

(1) — É uma inspiração do cântico bíblico do Êxodo cap. 15, mas difere nalguns detalhes da narração bíblica.

(2) — É a data de 14 de Nissan, da Páscoa judaica.

Onde não ha pão nem lenha,
 Nem nunca pastou o gado ?
 Louvamos ao alto Senhor
 Que é o Senhor do nosso cabo.—
 Lá vem Moisés com a sua vara alçada
 A bater no mar selado.
 Abriu-se o mar em doze carreiras,
 Passará o meu povo em salvo.
 O meu povo em salvo passou,
 Para onde o Senhor o mandou,
 Por seu santo real mandado.
 O Senhor criou quatro elementos :
 Ceu e terra, noite e dia,
 Sendo tão concebidas,
 Tão altas e tão subidas
 Todas quantas ellas são ;
 Aqui não ha que negar,
 Pode pôr e tirar,
 Fazer almas tornar,
 Pae nosso poderoso,
 Que nos haveis de perdoar,
 Assim como perdoaste a El-Rei David
 O seu pecado de Bersabé (1),
 Faça-nos, Senhor, tão grande mercê,
 Perdoai-me, tambem a mim
 E a todo o povo de Israel,
 Por onde fôr e viver.
 Amen, Senhor, etc.

52

CÂNTICO DA PÁSCUA (2)

Adonai, Adonai,
 Adonai, Senhor meu !

Cantamos hoje ao Senhor	E era vencedor
D'esta hora singular,	O seu Omnipotente Nome,
O cavallo e o cavalleiro	O carro do Pharaó
Lançou no profundo mar.	E seu exército consome.
Estende o teu braço,	Caminhamos e andamos,
Já nos fica fortaleza ;	Louvaremos ao Deus d'Israel,
Do Pharaó e do inimigo	Que nos livrou do Egypto
Já combateu a fraqueza.	D'aquelle rei tão cruel.

(1) — O nome exacto da amante do rei David, a que se alude aqui, é *Bai-Shebá* (II Samuel, cap. II) mas, a deturpação deste nome bíblico já se encontra nas orações de Brites Henriques na Inquisição de Lisboa, em 1674, como se vê pela respectiva oração n.º 12 do apêndice III.

(2) — Este cântico, inspirado no «Cântico de Moisés», Exodo cap. 15, canta-se conforme a música de 52-bis.

Caminhamos e andamos,
Louvaremos ao Deus d'Abrahão,
Que nos livrou do Egypto
Da terra da escravidão.

Caminhamos e andamos,
Louvaremos ao Senhor,
Cantam os anjos no ceu
Os seraphins ao Senhor.

52-bis

CÂNTICO DA PÁSCUA (1)

MÚSICA

Cami - nha - mos e an - da -

mas lou va - remos ao Deus d Isra - el -

Que - nos li - vrou do - E - gy

pto da - quelle rei tão cru el - Que -

nos li vrou do - E - gy - pto da -

quelle rei tão cru - el

(1) — Transcrito em música pelo Ex.^{mo} Sr. Antonio de Campos Silva.

(Antes de começar a cozer o pão ázimo, chamado pelos cristãos-novos «pão santo», deita-se um bocado de massa no fogo, rezando três vezes assim)

— Samuá, tome-o lá! (1)
 Ao ceu vá á terra torne
 Para o sustento dos pecadores,
 O Senhór te cubra de bom crescimento!

ORAÇÃO DA FORMOSURA (2)

Em honra e louvor dos 73 nomes do Senhor seja! (3)

A Formosura santa do meu Deus de Adonai sobre nós seja.

O Senhor dos Ceus compõe as obras das nossas mãos, o Senhor dos Ceus as comporá. Estamos encobertos no alto, á sombra do abastador nos adormecemos. Viva Adonai, meu brio, meu rei, meu Senhor, meu castelo, meu edificio. Elle nos guardará e nos livrará do mau laço, tortura, mortandade, castimento (4) da sua santidade. Debaixo da sua santa Saquiné (5) não temeremos o pavor da noite nem a seta que corre de dia, nem a mortandade que anda na escuridão, nem a peste do meio dia. Nos alumie aquelle grande Senhor com a sua mão direita. Mal não chegue a nós nem ás nossas casas. Quando estivermos de pé os anjos nos guardarão, em Palmas nos trarão, para que não tropece o nosso pé em pedra. O leão pisaremos, as cobras calcaremos.

Peço-vos leal desculpa real e amor filial. Longamente chama-lo-hei.

Quem o Senhor louve e serve, ama-lo-ha, muitos dias disfrutará, salvação boa de vós meu Deus, Adonai.

Amen, Senhor, etc.

(1) — Será talvez — *Shemah tefi'a*, que significa — *Ouçá a oração*.

(2) — Colhemos esta oração de viva voz em Belmonte, mas também possuímos outra cópia da mesma oração que nos foi gentilmente oferecida por nosso bom amigo Ex.^{ma} Sr. Francisco Henriques Gabinete cristão-novo, residente em Lisboa. Também encontramos uma oração, quasi idéntica entre as de Brites Henriques na Inquisição de Lisboa em 1674, que publicamos com o numero 28, apêndice III.

Esta oração parece ser uma paráfrase duma oração hebraica, que se diz em caso de viagem e que consiste no Salmo 91 precedido do versículo 17 do Salmo 90.

(3) — A expressão de «pelos 73 nomes do Senhor» é bastante freqüente entre os cristãos-novos e tem conforme explicamos anteriormente, (vide pag. 31 e 32), uma origem cabalística, devendo o algarismo ser 72 e não 73.

(4) — Desconhecemos a significação desta palavra, mas talvez queira dizer — castigo—por se parecer com a palavra franceza — «châtiment».

(5) — Deve ser uma deturpação da palavra hebraica «Shehiná» que significa — protecção divina.

III

ORAÇÕES DIVERSAS

ORAÇÕES DE VIAGEM

55

Eu vou partir,
 santa seja a minha ida,
 santa seja a minha vinda
 e o lugar onde me amanhecer
 que ninguem me possa mal fazer,
 O Senhor me queira livrar e defender :
 de homem morto — mau encontro,
 de homem vivo — meu inimigo,
 da lingua de má gente,
 de mau homem, de má mulher,
 de boca que diz o que quer ;
 por onde fôr e viver.

Amen, Senhor, etc.

56

Em belo dia e bela hora
 sai da minha casa para fora ;
 bom e mau encontrarei,
 os maus se me desviarão,
 os bons me encaminharão,
 para o caminho da salvação.

57

O' anjo da minha guarda,
 minha doce companhia,
 livrai-me dos perigos da noite,
 livrai-me dos perigos do dia.
 Tudo me mande,
 tudo me traz ;
 encaminhai-me perfeito,
 voltai-me em paz.

Amen, Senhor, etc.

ORAÇÕES DE DEFUNTOS

58

(Quando se entra no cemitério)

Deus vos salve lá passados,
 fostes vivos como nós,
 nós seremos como vós,

lá nesse ceu onde estais
pedi ao Senhor por nós,
que, neste vale de lágrimas,
pediremos ao Senhor por vós.

Amen, Senhor, etc.

59

(Quando se lava o defunto)

Bemdito meu Deus, meu Senhor, meu Adonai, que nos mandou e nos encomendou que lavassemos este nosso irmão, como fizeram os nossos irmãos na Terra da Promissão.

Amen, Senhor, etc.

60

Irás e virás, ao campo de Josafat,
o diabo encontrarás e lhe dirás :
— Salta atraz, Satanaz !
— Que traz ?
— Agua para me lavar,
pano para me limpar
e oferta para te atirar.

61

Em seis dias e seis noites,
fez Adonai o ceu e a terra,
no sétimo folgou e descansou.
Assim folgue e descanse
a alma do finado
que não tenha acusador a sua alma
nem a minha quando deste mundo fôr.

62

Louvado seja o nome do Senhor,
bem por alma do nosso irmão...
que deste mundo partiu.
As suas carnes se desfarão
por onde a sua alma mereça a pena.
O Senhor a livre da pena de aguilhão,
a ponha em bom lugar,
posta em alçamento ;
no ceu com claridade,
na terra com proficuoamento.
O Senhor lhe dê lugar,
que a tome á sua conta,
que fale com Elias e Araão,
com todos aqueles que profetas são
e que arredor do Senhor estão.

Amen, Senhor, etc.

63

(Oração de despedida, quando levam o defunto da casa)

O anjo da guarda te guarde,
o anjo da guia te guie,
que o Altíssimo Senhor vá na tua companhia.
Deus te dê boas saídas de casa e boas entradas de sepultura.
Pede ao Altíssimo Senhor, que me dê saúde e ventura.

Amen, Senhor, etc.

64

FÓRMULA DE CASAMENTO (1)

Em nome de Deus de Abrahão, Isac e Jacob eu vos uno.
Cumprí vós a sua benção.

Amen, Senhor, etc.

65

ORAÇÃO Á LUA NOVA (2)

Lua nova, Deus te salve!
de todo o perigo me segures.
Assim como tu és nova e velha
assim o Senhor me faça uma boa serva;
assim como eu te não posso chegar,
assim ninguém me possa alcançar.

Amen, Senhor, etc.

66

EM CASO DE TROVOADA

Trovoada forte, detem-te em ti,
está o Senhor entre ti e mim;
o Senhor te quebrantará,
com o seu braço santo,
para que não faças perca nem dano,
a mim, nem a coisa minha.

Amen, Senhor, etc.

67

QUANDO BATE O RELÓGIO

As horas do Senhor sejam dadas,
nossos trabalhos acabados
nossos bens aumentados,
nossos pecados perdoados,
no regaço do Senhor deitados,
a Lei do Senhor seja publicada
aqui e além
na casa santa de Jerusalém.

Amen, Senhor, etc.

(1) — Esta fórmula, simples e concisa, é parecida com a que empregam os judeus.

(2) — Existe também entre os judeus uma oração á lua, proveniente do facto do calendário judaico ser luno-solar, e por essa razão os judeus costumavam, antigamente, espreitar as aparições da lua nova e rezar nestas ocasiões.

68

QUANDO SE MATA QUALQUER
CABEÇA DE GADO

Louvado seja o Senhor que te criou
para o sustento dos pecadores
Perdôe a morte que te vão fazer,
pelo amor de Deus.

Amen, Senhor, etc.

68 — bis

(Conforme se diz em Belmonte)

Te tiro a vida,
que eu te não posso dar.
Louvado seja o Senhor que te criou
para me eu alimentar.

69

QUANDO SE DIZIMA A AMASSADURA

Bemdito meu Senhor, Meu Deus, meu Adonai, que nos encomendou com as
suas encomendas bemditas e bem-santas que dizimássemos este pão, para a boca
do leão, como fizeram os nossos irmãos na Santa Terra da Promissão.

Amen, Senhor, etc.

70

AO ENTRAR NUMA IGREJA

Nesta casa entro
não adoro nem o pau nem a pedra
Só a Deus que em tudo governa.

71

ORAÇÃO DO «PADRE NOSSO». — PARÁFRASE DOS CRISTÃOS-NOVOS (1)

Senhor, que estaes nas altas alturas,
Por vossos altos favores,
Vos chamão os pecadores :
PAE NOSSO,

A vós Senhor, como posso
O vosso nome invocarei,
Pois, de certo, eu bem sei
QUE ESTAES NOS CEUS,

(1) — Esta oração parece ser relativamente moderna, já por causa do estilo, já por causa da influência evidente do ambiente cristão. O Pater-Noster não existe actualmente na liturgia judaica, embora no tempo dos evangelhos, o Pater Noster tivesse sido uma oração puramente judaica.

Amparai, Senhor, um reu,
Que muito ver vos deseja,
Que o vosso nome seja
SANTIFICADO

Eternamente sejais louvado,
Por tais modos ;
A uma voz digamos todos :
SEJA

Do dizer ninguem se peja,
Nem o mais de vos louvar ;
Só deve triunfar
O VOSSO NOME.

Matai-nos a nossa fome,
Com o bem da vossa mão,
E do ceu, meu Deus, o pão
VENHA A NÓS

Amparai-nos sempre vós,
Dando-nos pão e mais pão,
E por fim, em conclusão,
O REINO VOSSO.

Fazei que seja nosso
Esse Reino da Verdade ;
Sempre, a vossa vontade
SEJA FEITA

Quando dermos conta estreita,
Comvosco meu Deus, me veja,
Para perdoar-me seja
A VOSSA VONTADE

Dai-nos lá, na eternidade,
A' vossa vista um lugar ;
já que andamos a perigrinar
ASSIM NA TERRA,

E' assim que se desterra,
Um pezar com tal prazer,
Pois melhor lugar não pode haver,
COMO NO CEU.

Em tempo algum seja reu,
Por culpas que não cometi ;
A todos dai, como a mim,
O PÃO NOSSO,

Eu prometo de ser tão vosso,
Que por vós morrerrei ;
Sempre vos louvarei
CADA DIA,

Dai-nos prazer e alegria,
Com poderes da vossa mão,
E a todos o perdão
NOS DAI HOJE.

Que de vós ninguém já foge,
Antes se chegão constrictos
Porque sois o Deus dos affictos,
PERDOAI-NOS

Por vosso amor amparai-nos !
Feliz quem de vós amparo tem ;
Absolvei-nos, tambem,
AS NOSSAS DIVIDAS,

Que por serem contrahidas,
Temos todos grande dor ;
Perdoai-nos, Senhor,
ASSIM COMO NÓS

Havemos mister, e vós,
Se acaso o perdão nos dais,
A perdoar nos ensinai.
PERDOAMOS

Que é glória vossa, e damos
O perdão por mui bem feito,
Pois perdoar é preceito
AOS NOSSOS

Pois, por sermos todos vossos,
E' mui justo o perdão,
Para que não haja, não
DEVEDORES.

Assim, com os vossos favores,
Que qualquer é superior ;
Agora, por vosso amor.
NÃO NOS DEIXEIS

Senhor, não desampareis
Barro que não é valente,
Pois se deixa facilmente
CAHIR

Cuidai muito em nos acudir
Com auxilios eficazes,
Que de cahir somos capazes
EM TENTAÇÃO,

Estendei-nos a vossa mão,
Senhor, com todo o cuidado,
De contrahir o pecado
LIVRAI-NOS

Meu Deus e Senhor, dai-nos
Zêlo e serviço fecundo,
E livrai-nos neste mundo
DO MAL.

Agora, diga já cada qual,
Com bem puro e firme amor,
Louvado seja o Senhor,
AMEN.

QUANDO SE PREPARAM AS TORCIDAS

72

Formosura de Adonai, formosura tão santa !

Tate Senhor, porque eu não sabia guardar a vossa santa lei, mas agora que eu a sei, me acho por bem consolada, a vossa Santa Lei guardada. Também me guardareis, também me amparareis, também me dareis o que vos eu não souber pedir. Salvação para a minha alma e graça para a Deus do Ceu servir e engrandecer.

Amen, Senhor, etc.

73

Bemdito, meu Senhor, meu Deus, meu Adonai, que nos encomendou com as suas encomendas bemditas e bem-santas que torcessemos (ou fizessemos) esta torcidinha para alumiar e festejar a noite santa de sexta feira, até santo santo sábado, com azeite de oliveira nova e estopinha de sedeiro.

Amen, Senhor, etc.

74

Anjos bemditos, profetas, patriarcas, monarcas deante do Senhor sejam servidos entregar esta torcidinha á honra e louvor do Senhor por intenção da santa sexta feira, até santo santo sábado.

75

Abençoada seja esta torcidinha com as benças que o Senhor deitou aos seus santos servos e servas. Seja de Adonai, Abrahão, Isaac e Jacob, a misericordia do Senhor seja com a nossa alma.

Amen, Senhor, etc.

ORAÇÃO QUE SE DIZ EM CASO DE PERIGO (1)

76

Com as armas de Adonai estamos nós armados
 com o manto do Senhor encobertados,
 e com a fé do santo Tobias (2) no corpo
 para que não sejamos presos, nem feridos, nem mortos,
 nem nas mãos dos nossos inimigos postos.

Por mau laço mal embaraçados,
 sejamos nós do Altíssimo Senhor acompanhados.
 Quantos nos virem e nos ouvirem por nós sejam,
 Adonai bemdito seja a nossa salvação,
 o nosso guia e ande em a nossa companhia.

Amen, Senhor, etc.

76 — bis

(Outra versão da mesma oração) (3)

Com a espada de Adonai esteja eu armado,
 com o manto de Senhor esteja eu acobertado,
 com a fé do Santo Tobias no corpo
 para que não seja preso, nem ferido, nem morto,
 nem nas mãos dos meus inimigos posto.
 Por mau laço, mal embaraçado, mal guiado ;
 os bons que me virem e me ouvirem por mim serão,
 os maus fugirão,

Adonai bemdito seja a minha salvação.

O Senhor não se aparte de mim
 nem de noite nem de dia,
 nem á hora do meio dia.

Amen, Senhor, etc.

(1) — Cópia dum manuscrito da Covilhã.

(2) — Os epítetos de *Santo* bastante frequentes nas orações dos cristãos novos, são já uma adaptação e influência da religião cristã, visto que a religião judaica não conhece santos.

(3) — Colhida de viva voz em Belmonte.

IV

ADDENDA

ORAÇÕES DOS CRISTÃOS-NOVOS DE TRAZ-OS-MONTES (1)

Quando no mar nós nos vimos,
Fugindo ao rei Faraó
A chamar por *nosso Deus*,
A ver se ele nos respondia... (2)

...Que adorássemos o Nascente,
E louvássemos o Poente,
Louvemos seu santo nome
Agora e sempre! (3)

Saimos do vosso seio
A adorar ao *deus alheio*,
Coisa que tanto nos erra...

Senhor, desvia a mim e a tudo o *Santo Povo* da desgraça e do poder dos inimigos...

Levantei-me de manhana,
De manhana ao alvôr,
A cantar e a rezar
Os santos psalmos do Senhor;
Cantemos e não cançemos,
Demos graça, e louvor,
Nome santo do Senhor!... (4)

(1)—Tendo sido publicado o livro do Sr. Mario Saa, *A Invasão dos Judeus*, emquanto o nosso estava no prelo, aproveitamos a ocasião para juntar aqui, a título de comparação, algumas orações dos cristãos-novos de Vilarinho-dos-Galegos e Bragança, publicadas pelo Sr. Saa nas pags. 232 e seguintes.

Desgraçadamente, são apenas uns fragmentos de orações, acrescentando serem copiadas com pouco rigor, como é fácil constatar; no entanto apresentamo-las aqui, *ipsis verbis*, para mostrar a sua semelhança com as orações dos cristãos-novos da Beira Baixa que publicamos neste apêndice.

(2) — Como se pode vêr, as duas linhas finais dèste trecho devem ser bastante erradas.

(3) — Esta oração deve ter sido mal copiada, porquanto é uma interpretação dos versículos 2 e 3 do Psalmo cxii, que rezam assim:

•Seja bemdito o nome do Senhor desde agora para sempre.
Desde o nascente até o poente, seja louvado o nome do Senhor.

Os cristãos-novos de Belmonte também possuem uma oração semelhante, que publicamos neste apêndice com o n.º 11 e que começa assim:

Desde o nascente até o poente.
seja o grande Deus d'Israel louvado para sempre.
Desde o nascer do sol até se pôr
todos louvaremos ao Altíssimo Senhor, etc.

(4) — Idêntica oração existe também entre os cristãos-novos de Belmonte, que publicamos com o n.º 10.

Senhor, que esclareceu o Dia,
 Senhor, que é minha alegria!...
 Paços, confórtos, mesas d'alegria,
 Pela graça de Sião!... (1)

O meu Deus, quem já se vira
 N'aquela santa cidade,
 Chamada Jerusalém!...
 Jerusalém está esperando
 Cada hora... e cada dia...

Ó alto Deus d'Israel
 Cumpri vossas profecias...

Adonay, Adonay, em que tenho confiança
 Vivo a meu fôlgo (?), minha esperança
 A que já Deus prometeu a nosso Padre Abrahão,
 De gosar as tuas senhas toda a *gente da nação!*
 Nós, pelos nossos pecados,
 Todos andamos errados,
 Em terra alheia, *sem pastôr!*...
 Tende de nós piedade e misericórdia, Senhor!

Aos quatorze da lua de março,
 Resplandecente do Dia,
 Partiu o Povo d'Israël do Egito,
 Cantando em harmonia —
 Cantares que iam cantando,
 E ao Senhor iam louvando.
 E louvavam ao Senhor
 De todo o seu coração;
 Passaram no mar Vermelho
 Para a Terra da Promissão.
 E o *Povo*, aflicto à sêde,
 Ao Ceu clamava por água;
 Adeante vae Moysés
 Com a sua vara alçada;
 Bateu numa penha magna
 E lançou água clara... (2)

Abacó, profeta estava no campo
 Com seus pastores,
 Dando graças ao Senhor

(1) — As duas últimas linhas desta oração são bastante confusas e devem estar erradas.

(2) — Esta oração é muito parecida, fora algumas variantes, com a «Oração da água», n.º 51, de Belmonte, que se diz na Páscoa, (vide pag. 39).

Que lhe fez, tantos favôres ;
 Que lhe dá com abundancia
 Trigo, vinhos e gados,
 Para viver com fartura,
 Ele e mais os seus criados.
 Tambem estava alimentando (lamentando ?)
 As penas que o *Povo* tem,
 Uns prêsos em Babilónia
 Outros em Jerusalém... (1)

Psalmó de David, minha morada, meu braço forte, minha vara armada, aqui, Senhor, amesúro. Faço toda a reverencia! Aqui, *Nação*, veneração! Tu és um Deus supremo, Eterno Senhor, e outro não! Glorias sejam dadas ao Senhor no Ceu, e paz a nós na Terra, para sempre sem fim; amen Senhor, Ao Ceu vá! (2)

(*Aos moribundos usam dizer, á maneira ritual*)

Ao Vale de Jusafá irás, um leão encontrarás:

Se te pedir senha, toma, dá-lhe dinheiro! (*aqui lhe passam por a vista com uma moeda*). E se te pedir carne, dá-lhe pão! (*aqui lhe passam por a vista com um pedaço de pão*). Se te procurar de que Lei és, diz lhe que és da Lei de Moysés; que te deixe passar, livre e desembaraçado, para onde Deus te mandar! Se te perguntar quem te compra (quem te amortalha), diz-lhe que foi uma hebreia que neste mundo ficou, e que se mais bem não e fêz foi porque mais não sabêa (*sabia*). (3)

(*Oito dias apoç o passamento, reúnem-se num comum almoço todas as pessoas de família, e é proferida esta benção*).

Bemdito sempre louvado seja o Senhor dos altos Ceus, que nos da tantos bens seus, e em nós tem tantos cuidados: acéitemos de bom grado o mantimento que comemos, graça com que o servimos depois da morte, amen! Cantemos com grã victoria: — O Senhor leve esta alma á sua divina Glória!...

(*E ao erguerem-se da mesa, é lançada esta benção*)

A benção que o Senhor deitou a Sião, Sião deitou-a Abrahão, Abrahão dei-

(1) — E', exactamente, o principio da «oração de Daniel», que publicamos com o n.º 31, com apenas alguns erros de cópia da parte do Sr. Saa.

(2) — Esta oração é muito confusa, e supomos que deve referir-se aos primeiros versículos do Psalmo xvii, que rezam assim: — (Tradução portuguesa do Padre António Pereira de Figueiredo).

Eu te amarei, Senhor, que és a minha fortaleza.

O Senhor é a minha fortaleza, e o meu refugio, e o meu libertador. Elle é o meu Deus, meu favorecedor, e n'elle esperarei, meu protector, e a força da minha salvação, e meu amparador.

Louvando-o invocarei ao Senhor, etc.

O final da oração: «amen Senhor, ao Céu vá!» é semelhante ao das orações de Belmonte que é: «ao ceu vá ao ceu chegue!»

(3) — Comparar com a oração parecida, n.º 60.

tou-a ao linho, Israel deitou-a seus filhos! (1) Bote-a o Senhor sobre esta mēsa, e sobre este pão, e sobre todos quantos presente estão! O que se comeu por fartura e o que sobrou por benção, tudo seja por esta alma, tudo seja aparecido para honra e glória sua, e para a sua salvação! E se falta lhe não fizer que o reparta pelas almas mais necessitadas que haja na sua obrigação. A ele o Senhor o tenha em descanso, em Glória, em claridade, donde possa pedir ao Senhor pela saúde de toda a sua família, e a ele o Senhor lhe livre a sua alma de dar nas *ventosas de alveiras escaldosas* (?) (refere-se ao Inferno), de sombras de parêdes, de linguas de má gente, fogos ardentes, e de todos os trabalhos e perigos; o Senhor queira livrar a sua alma e defendê-la; amen!

TROVAS DO LICENCIADO ANTÓNIO VAZ) (2)

Cristão-novo, físico da Guarda, denunciado em 1582 á Inquisição de Lisboa.

(*Caderno 6.º do Promotor da Inquisição.*)

O SONHO

O sonho que eu sonhava
Se o ouzasse a dizer
Mas eu ey grande vergonha
Que mo não quizessem crer.

Que sonhava com prazer
Que os mortos se erguião
E tornavam a viver
E que todos erão sahidos (se sahião?).

Os que estavam nas prisões
Traz dos montes escondidos
Sonhava que erão sahidos
Da dura e forte prisão.

Vi a tribu de Adão
Com os dentes arreganhados
E muito espedaçados
Da serpente do dragão.

E assi vi a Ruben
Co hũa voz de muita gente
O qual vira mui contente
Cantando em Jerusalem.

(1) — Esta parte é bastante confusa e errada, a julgar pela oração n.º 28 parecida a esta e que reza assim:

«O Senhor que abençoou a lã e o linho,
a Abrahão e a seu filho
nos deite a sua santa e divina benção.»

(2) — *Trovas dos cristãos-novos no século XVI*, por António Baião publicada na revista *Lusa de Viana do Castelo*, n.º 43-44, do 2.º ano, de 15 de Dezembro de 1918 e 1 de Janeiro de 1919, pag. 147.

O' quem vira a Belem
E os montes de Syon
E a esse bom Jurdão
Para se lavar mui bem.

Os doze pilares movidos do vento
Cairão de raiz e tão bem de cimento
Ahi protestará a firme columna
E Israel averá sua firme sentença.

Sairá a voz do Grão Testamento
Por todo o mundo soando em hebraico:
Achegaivos meus filhos ao povo judaico
De todas as terras do derramamento
Que já sou entregue de vossos pecados
Ja sois dignos de ser perdoados
Vinde ás terras do Prometimento.

CONFISSÃO DUM JUDEU ESPANHOL NO AUTO-DE-FÉ
DA INQUISIÇÃO DE LERENA NO ANO DE 1661 (1)

Dios eterno, firme y fuerte,
Como me atrevo a invocarte ?
Pero atrevase a nombrarte.
El que se atrevio a offenderte.
Dios mio, si tengo suerte,
Si tendré, que la ha tenido,
Y tiene el que te ha offendido,
Y llega con aflicion
A ti a pedir perdon
De su culpa arrependido.

Tu criador, yo vil creatura
Tu Señor, yo pecador
Te offendi, que gran error ?
Por mi culpa, que locura ?
Borre la hermosa ventura
Del alma con el pecado,
Con el error la he manchado,
La asé con el delito,
Ya me pesa, estoy contrito,
No estés conmigo enojado.

El ser que me diste
De nada, y con tu poder
Formando de nada el ser,

(1) — Padre Fr. Francisco de Torregencillo, *Sentinella contra Judeos*, edição portuguesa de Pedro Lobo Correu, de Coimbra, 1730, pag. 34-40.

Vine a ser lo que quisiste :
 A semejança me hiziste,
 Con la forma y parecer
 Tuya, solo por tu ser
 Piedoso, y Omnipotente,
 No por mi que es evidente
 No me havias menester.

En mi a questa alma infundiste
 Con tres potencias cabales,
 Y sentidos corporales
 Tambien cinco me pusiste ;
 Conocimiento me diste
 De todo, y libre alvedrio,
 Pero yo (que desvario !)
 Las gracias de lo que he dado
 Son, el averte enojado,
 Y es el pago como mio.

Que justos son tus enojos !
 Y que injusto es el peccar !
 Yo te he de desenojar
 Con lagrimas de mis ojos ;
 Recibe ya los despojos,
 De mi triste coraçon,
 Recibe tanta aflicion,
 Recibe tanto tormento,
 Recibe mi sentimiento
 Y dadme Señor perdon.

Tu clemencia lata es mar,
 Para nadie se ha secado,
 Y para mi, aunque errado,
 Tampoco se ha de secar ;
 Noche y dia he de llorar,
 Para que aquestos dos rios
 De los tristes ojos mios
 Vayan a esse mar clemente,
 Y alcancen por su corriente
 Perdon de mis desvarios.

El no responder, Señor,
 A lo que te estoy dizendo,
 Dize que me estas oyendo
 Para perdonar mi error ;
 Mas ya te oygo (ay dolor !)
 Dezir a tanto pesar
 Juntamente con callar
 Te de alguna disculpa

Que si yo pequé por mi culpa,
Que disculpa te he de dar ?

Yo disculpa (é trance amargo)
No tengo a delito tanto,
Solo te podré dar descargo,
Dandome conocimiento,
Memoria y entendimiento,
Voluntad, libre alvedrio,
Y sentidos ! Criador mio,
Yo disculpa no la siento.

Nunca, Señor, te has mostrado,
Aun contrito justiciero ;
No llevantes no el azero,
Buelve en piedoso lo ayrado ;
Yo confieso mi pecado
Conosco mi inadvertencia,
Y no ignoro mi imprudencia,
Aunque es grave el error mio,
Se haze gota de rocío
Esse mar de tu clemencia.

No pido prosperidad
Ni esto llora el coraçon,
Solo te pido perdon
De mi culpa, y de mi maldad ;
Señor tu tienes piedad,
La clemencia está contigo,
De mi error eres testigo,
Yo te doy muy mala cuenta,
Pero aquel que se presenta
Merece menos castigo.

Ya delante de ti llego,
No levantes, no la espada
De la justicia, que nada
De lo que dixeres niego ;
Dizesme que vivo ciego,
Confieso tienes rason,
Justos tus enojos son,
Mas valgame aora el sagrado
De tus pies, pues he llegado,
No me niegues el perdon.

Aqui llorando he de éstar
A tus pies, Señor, asido,
Que quien tanto te ha offendido
Que ha de hazer, sino llorar ?
Ciego vivi por pecar,

Por un gusto breve, llego
Para que lo quite, ruego
Me concedas sera justo
Pues vivi ciego por gusto
Que viva por llorar ciego.

Ya Señor mis tristes ojos
No son ojos sino fuentes
Que con estas dos corrientes
Pienso aplacar tus enojos;
No tengo sino despojos
Del alma que darte, achado
A tus pies, donde he llegado,
No tengo sino dolor;
Mas que ha tener, Señor,
Quien nacio con el pecado?

Si me cierras el oydo.
Donde pecador he de ir?
A quien triste he de pedir,
Justo Dios, si a ti no pido?
Mil veces arrependido
Estoy ya por cada error,
Y si por llegar, Señor,
Soy atrevido a hablarte,
Mas no soy, que fue agraviarte
Atrevimiento mayor.

Ya, Señor, estoy aqui,
Mas ay que quando pecava,
Yo mui lexos de ti estava
Y tu mui cerca de mi;
Fueron delante de ti
Mis pecados cometidos;
Sean por estes gemidos
De ti, Señor, perdonados,
Y pues soy de los damnados,
Sea de los escogidos.

Por ser tanta tu clemencia
Te suplico que me acojas
Y por saber que te enojas,
Nunca desta impertinencia;
Tambien pues que en tu presencia
Estoy, y te he de suplicar
Muchas cosas con llorar;
Pues tanto el llanto te agrada,
Mas que puedo pedir? nada,
A lo que tienes que dar.

APÊNDICE III

EXTRACTOS DO PROCESSO N.º 4427
DE BRITES HENRIQUES
NA INQUISIÇÃO DE LISBOA,
EM 1674

Brites Henriques, filha do abastado cristão-novo de Lisboa, António Rodrigues Mogadouro, foi presa, como judaizante, bem como toda a sua família — pai, três irmãos e duas irmãs— em 9 de Janeiro de 1674, com a idade de 21 ou 22 anos, como consta do processo n.º 4427 da Inquisição de Lisboa, arquivado na Torre do Tombo.

O pai e as duas irmãs de Brites morreram nas masmorras inquisitoriais, tendo sido queimados em estátua. O irmão mais velho, Diogo, de 47 anos, foi queimado vivo no auto-de-fé de Lisboa, de 1683. Um outro, Francisco, foi condenado ao cárcere e hábito perpétuo.

O irmão mais novo, Pantaleão, encarcerado aos 18 anos, e Brites, confessando ambos a sua constância na fé judaica, foram condenados, depois de torturados durante 8 anos, á reclusão perpétua num mosteiro.

As orações que seguem foram extraídas dos processo de Brites Henriques, a qual detalhou deante dos inquisidores todas as cerimónias judaicas que praticava, bem como todas as orações que costumava rezar.

Copiamo-las na sua ortografia antiga, com a única diferença de pormos, para maior clareza, a letra «V» em lugar de «U» consoante.

A linguagem dalgumas orações é uma mistura de espanhol e português, influencia provável, da ocupação espanhola, mas abundam também repetições e erros evidentes que se podem explicar, tanto pelo estado de terror em que devia achar-se a pobre mulher a recitar orações judaicas em face dos seus terríveis algozes, como pela dificuldade técnica de transcrever fielmente as orações verbais, da parte do escrivão inquisitorial.

I

ORAÇÕES

(*Todos os dias, de manhã*)

1.º
Louvado seja o Senhor
que assim he esclarecido,
sê tu, meu Senhor, servido
de constante me fazer
para que'o teu bem possa merecer

2.º
Bendiga la luz del dia,
el Señor que la envia
ella nos dê graça e alegria
e saber para fazer a sua vontade

para que quando morrer
possamos aparecer no reino da claridade.

(Em qualquer hora do dia estas outras)

3.º

Agora começo a rezar ao Senhor dos altos Ceos,
que me ouça a minha voz, a minha oração e petição,
e todo o bem quanto na terra lhe pedir,
outorgado e firme seja nos Ceos,
os Anjos do Ceo digão : Amen,
glorias sejam dadas ao Senhor.

4.º

Fazeme meu Senhor como Moisés,
para que desça a tua graça,
e tudo quanto te pedir,
a tua vontade o cumpra. (faça?)

5.º

Ensiname meu Senhor, a louvar-te
com que mereça a tua gloria e salvação,
o pecado de Israel perdoado, a vinda da remissão.

6.º

Abre meu Senhor, tuas santas orelhas,
ouvirás tuas peccadoras ouvelhas,
que andam tristes e derramadas,
sem pastor,
chamando por ti Senhor,
que nos dês algum favor.

7.º

Perdoame meu Senhor,
quanto te tenho offendido,
perdoa o dezanor
que hei tenido,
perdoa a miseravel que te chama,
não me condenes Senhor, a eterna llama,
perdoame miseravel peccadora
que te havia de amar e não te ama.

8.º

A ty Senhor de verdade
grande Rey de fortaleza,
peço por tua grandeza
perdão das minhas maldades,
diante de ty de joelhos
humilho o meu coração
vertendo agoa dos olhos;
grande fazedor da terra

e do Ceo esclarecido,
 ouve teu povo afligido,
 metido em estranha terra,
 vê Senhor quantos tormentos
 e quantas perseguições
 atalha, atalha aflições,
 cumpre os teus prometimentos.
 Santissimos Consistorios,
 Divinos e Divinaes
 sem fim para sempre jamais. Amen.

8.º-bis

(Ella confitente rezando essa oração nestes carceres (da Inquisição) se não punha de joelhos nem chorava muito contra sua vontade, mas em seu coração acrescentava á ditta oração as palavras seguintes quando nella falava em pôr de joelhos ou verter agoas)

Ainda que me não ponho de joelhos nem choro
 nem verão agoa os meus olhos
 eu só a ty me humilho e te peço perdão
 e te peço e rogo que nos tires da Inquisição
 com este santo perdão
 e com a tua santa mão.

9.º

Não me castigues Senhor com a tua ira,
 antes Senhor me levanta
 com a tua benção me alcança ;
 bem sei Senhor, que por minhas obras
 mereço ser castigada,
 mas tu és Deos de piedade,
 descança Deos a minha alma,
 a my e a tudo que he meu ;
 não me castigues Senhor, com rigor,
 á hora da minha morte acompanheme Senhor.

10.º

Homem posto em confissão
 da grão maldade que hey feito
 Ao Senhor dos altos Ceos peço perdão
 seja esta minha oração,
 diante sua mizericordia aceita
 em que nunca vos servi
 e sempre vos offendi,
 uzando menos cuidados :
 Lembrete Senhor de my
 e perdoame meus peccados,
 dame a Fé de Aabrahão,
 os trabalhos de Jacob,

a paciencia de Job,
 poys que te peço perdão,
 dame meu peccado, não,
 mas ajude e bom mundo,
 como a meus antepassados
 perdoe minhas culpas e peccados.

11.º

Oh, meu Deos, e grão Senhor,
 creador do Universo,
 eu só a ty me confesso,
 por muy grande peccadora,
 de peccar perdão te peço,
 não me des o que mereço,
 dame ajuda e os favores
 que prometeste a Daniel,
 esta vinda do Messias
 seja Senhor em nossos dias,
 mandenos por mensageiro
 o Profecta Moysés que nos tire do captiveiro. Amen.

12.º

Meu Deos todo poderoso
 Senhor de todo o Universo,
 não me des o que mereço,
 mas olhae o que padeço,
 vedeme como quem sois,
 vede minhas afflicções,
 que de nada me creastes
 daime coração limpo e firme
 vós Senhor que perdoastes
 a David o peccado de Berzabé (1)
 perdoa Senhor a nós
 pello poder que em ty he,
 pello grão prometimento,
 que Abrahão contigo teve,
 seu filho se te humilhou
 e nunca se demoveu,
 mas antes firme estava
 aos três dias e obediente,
 isto vos ponho diante
 para que me façais constante :
 dai vos pressa com me chamar,
 dai vos pressa com me acudir

(1)— O nome da amante do rei David era *Bath-Sebá* (II Samuel, cap. 11) e este erro de nome também existe nas actuais orações dos cristãos-novos, como se vê pela oração n.º 51.

no caminho em que andar,
 para vos poder servir,
 meu Deos todo poderoso,
 chamado Deos de Abrahão,
 pella vossa piedade
 tendeme da vossa mão.

13.º

Poderozo e grão Senhor,
 que fizeste o Ceo e a terra,
 do mundo governador,
 vuelve como grão pastor,
 las ovejas a la sierra,
 las que anduvieran perdidas,
 apartadas del rebanho,
 recoge, no les hagan daño
 de serem apascentadas
 por outro pastor estranho :
 yo como oveja perdida
 que tu rebaño dexé,
 vuelveme Senhor a ty
 que de nuevo la vida me des.
 O' grande Dios perdoname
 como al cordero humilhado,
 que Abrahão sacrificou
 entre las zarças atado,
 ouviste-lo Dios exaltado
 porque a ty se humilhou,
 ya el golpe dar queria,
 teniendo su braço alçado,
 viendo su Magestade immensa,
 su pecho tan bueno y santo,
 un Arcangel le enbió,
 que del cielo descendio
 que detuviesse la mano ;
 O' gran Dios si tienes dado
 contra my mala sentencia,
 por tu divina clemencia
 me hayas por revogada,
 tirame destes tyranos
 y sus malas manos,
 así como tiraste a Joseph
 del poder de sus hermanos,
 tambien nos livre de Santanas
 y de sus malas cadenas,
 como tiraste a Jonas

del vientre de la balena,
 tu fuerte braço Señor
 será mi amparo y abrigo,
 si contra my se mostrar
 algum feroz enemigo,
 de mis mayores peligros
 siempre mé has querido guardar,
 alla entre los celestiales,
 danos bienes temporales
 com que possamos passar.

14.º

O immenso, muy alto e poderoso Senhor dos Senhores, em que estão todas as mizericordias, e piedades, Senhor de maravilhas e de mercès e bens, Senhor que amanhece e anoitece, e manda de dia o sol e de noite a lua acompanhada das estrellas cujo numero e conto só vos Senhor sabeis, as quais obedecem a vos e a vosso chamado, como Senhor dellas e de todas as couzas creadas, e me destes conhecimento da verdadeira verdade e me abristes os olhos e o entendimento para que a minha alma se não perdesse e tivesse salvação, sabendo a quem havia de chamar e pedir perdão de meos peccados, pelo que sejas muitas vezes bendito e louvado, mas com grande confiança em vos Senhor, que sois o que perdoais, e podeis ouvirme, fazei por vosso Santissimo nome que os Anjos que na vossa companhia estão pessão por my, me livre do poder de justiça e dos falsos testemunhos e dos verdadeiros que me não impeção; livrai-me Senhor assim como livraste a Noe do diluvio a Jonas do ventre da balea aos vossos servos do forno ardente, a Daniel do lago dos leões, a Judith de Holofornes, a David do seu sogro Saul, a Santa Esther das avidas mão de Amão, assim me acudi vos Senhor como acudiste a Agar e Ismael no dezerto, deitada da casa do seu Senhor, renovai minhas couzas assim como renovaste à viuva Sareptana, mandaste dar vida a seu filho, por vosso santo servo Elias ⁽¹⁾, limpai-me Senhor da lepra dos meus peccados, pois que me destes conhecimento, que conhecesse meu Deos que tudo isso são mizericordias vossas peçovos meu Senhor por quem sois, uzeis comigo, assim como com todos estes, porque o Senhor que então ereis, sois e sereis para sempre, ainda que meus merecimentos volo não mereção, uzai comigo vos meu immenso Senhor por quem sois, de mizericordia, e então ficarei mais obrigada para comtudo vos louvar e pedirvos me não dezempareis da vossa santa mão, botai aos vivos a vossa benção, e todas as minhas couzas sejam amadas vossas, viva eu e todas as minhas couzas para o vosso santo serviço. Amen.

15.º

Alto Deos, meu chamado, Senhor meu por quem eu chamo, que me livre da conquista, a minha alma se não perca, o Senhor se entrega della, não entres comigo em juizo Adonay a meu pedido, que tu es Senhor da Magestade, Adonay Senhor, as graças que he Senhor que a merece, bentos dias de Adonay, vivos e mortos de presente.

(1) — 1 Reis, cap. 17, vers. 8-24

16.º

alto Deus de Abrahão,
 forte Deus de Israel,
 tu que ouviste a Daniel,
 ouve Senhor minha oração, (1)
 tu Senhor que te apresentaste
 em tão altas alturas,
 ouve a my peccadora,
 que te chamo das baixuras ;
 tu que a todas as creaturas
 abriste caminhos e fontes.
 Botei meus olhos aos montes,
 de onde vem para my ajuda ?
 Minha ajuda és tu Senhor,
 que fizeste Ceo e terra, mar e ares,
 tu me livres de todo o mal,
 e de todo o perigo. Amen. (2)

17.º

Encomendome a Adonay,
 que elle he minha alegria,
 que elle me ha de guardar e salvar
 de cão danado e para danar,
 de homem vivo meu inimigo
 de homem morto mau encontro
 do rayo do poder das justiças
 de fogos ardentes
 e de boca de má gente. (3)

18.º

Ao Senhor dos altos Ceos me encomendo
 que he o muy alto e verdadeiro Senhor
 em que eu creio,
 e o poder todo nelle está,
 sê tu Senhor servido,
 desta reza me outorgar,
 para me mandares tirar
 de tão grande cativoiro,
 por algum bom mensageiro
 que me leve para parte
 onde te saiba louvar.

(1) — O principio desta oração é quasi idéntico ao da dos cristãos novos de Belmonte que publicamos no apêndice II, com o n.º 3o.

(2) — Salmo 121.

(3) — Esta oração é muito parecida com a que publicamos com o n.º 3, no apêndice II.

19.º

Outorgame, Senhor, outorgame
 Outorgame o que te pedir,
 porque só da tua piedade
 espero que me tires de tanta maldade,
 e me mandes boa liberdade,

20.º

Outorgame, Senhor, outorgame,
 Outorgame quanto te pedir,
 só por ty espero
 meu Deos e meu Senhor,
 que tu me tires daqui
 com o teu favor e valor,
 e de tua santa mão
 e de tua santa salvação
 do teu santo perdão geral
 para me livrares e para me guardares
 assim como tu Senhor
 guardaste aos filhos de Israel.

21.º

Hum bom coração te peço
 meu poderozo Senhor,
 para te não offender,
 a ty só peço perdão
 de quantos peccados tenho
 que a outrem ninguem não,
 para mais te saber pedir
 e para tu mais em breve me acudir.

22.º

Pois tu és tão grande monarca,
 meu poderozo immenso e piedoso Senhor
 e a Israel perdoaste,
 só a ty te peço perdão,
 perdoame meu Senhor,
 pois que tu estás vendo
 o cativeiro e o perigo em que estou,
 mandame teu socorro,
 meu poderozo Senhor.

23.º

Ouveme tu meu Senhor,
 com os teus santos ouvidos,
 outorgame o que te pido,
 porque só de ty espero tudo
 o amparo e o abrigo.

24.º

Pella tua mizericordia
me olha meu Senhor
com olhos de piedade
para que tu me perdoes
minhas culpas e maldades
e me mandes pôr em parte
onde te possa pedir muito perdão e bondade.

25.º

O' meu immenso Senhor,
pois que tu és tão piedozo,
não atendes minhas culpas e maldades
olha o meu dezamparo e soledade
tenha meu Senhor dó de my,
para que tu me outorgues
tudo quanto te pedir,
para com o teu abrigo me cobrires,
e com o teu emparo me emparares
e com os meus me acompanhares,
e de Inquisição me livrares
com brevidade
pela tua Divina Piedade.

26.º

O' meu immenso Senhor
sede servido de ouvir
o teu gado peccador
pois que anda dezemporado
triste e desconsolado
sem guia e sem pastor,
chamando por ty Senhor
que lhe des algum favor.

27.º

(Oração para os defuntos) (1)

Folganza composta e estancia alta, debaixo de las azas de la Divindad, com grado de los santos e limpos como o lustre del cielo, lustrão e resplandeção, escapamento de ossos, perdão de culpas, livramento del peccado e prolongamento de salvação, com piedade e clemencia delante del morador de los Cielos e parte buena para el mundo venedero, esté el alma d'aquella filha de Israel, que deste mundo partio en brevedade de annos, por mandado do Senhor, apiede-se, Rey dos Reys, ponha passo em sua jazida para que no fim de seus dias a faças estar no arroyo

(1) — Esta oração é tradução da oração para os defuntos da liturgia judaica, conforme existe no livro *Sepher Tephilat Sion* (Livro de orações conforme o rito espanhol-português) edição de Berthold Alkalay de Viena de Austria, pag. 448-449.

Por ser uma tradução literal duma oração hebraica rimada, resultou confusa e quasi incompreensível.

dos teus vivos, abrevia como dormentes com Abrahão, como Moyses e Arão, como has ditto Adonay fartará a sua alma insecula seus ossos, abrigala has e sera como horto farto, como manadero de agoa viva, que suas agoas não cessem, sua alma sera atada com legados de la vida el e nossos mortos e morte de nossos hermanos para sempre sem fim, Amen.

28.º

ORAÇÃO DA FORMOSURA (1)

A honra e louvor do Senhor dos altos Ceos :

Seja a santa formosura de Adonay nuestro Dios, perfeita a obra das minhas mãos compõe, perfeita a obra das minhas mãos comporá. Sobre my cobertura do alto, que me lembre do abastador. Digo Adonay é meu Deus, meu abrigo, meu castelo, e meu Senhor, que vós Senhor dos altos Ceos me livreis e me guardeis do laço do encampamento (?) de mortandade, de quebranto. Não temo o pavor da noite nem a seta que corre no dia nem a trilaria que trila na sesta, nem a mortandade da treva. Cubrame do suberbo escudo das tuas verdades. A tua direita caem mil de milhares, mas dispuzestes a my em tuas moradas, e em ty só me sustento. Em my não haverá nem mal nem malicia, os teus Anjos Senhor me encomendarão a ti, para meu caminho para minha carreira, para me eu deitar para me eu levantar, e para me guardares assim como vós Senhor guardastes os filhos de Israel com os teus olhos me acatarás afoitamente meus males desfarás, que não pise a penha com o meu pé.

Trilharei e pisarei leão vivo aspide vivo. Quem teu nome temer emparalo has, quem por ti chamar responder-lhe has, do laço do perigo me livrarás. Nas mayores pressas e angustias chamar te hei e responderme has e viverás muy breve com a tua santa mão e com a tua santa salvação e com o teu santo perdão geral, para me livrares Senhor e me guardares como guardastes aos filhos de Israel.

29.º

Alevantate Senhor e salvame, que tu es o meu verdadeiro Dios, feriste o inimigo na queixada, os seus dentes com a tua mão aquebrantaste, vem tu Adonay e salvame procura por my e por minha honra, ensalçador da minha cabeça. Que ainda de redor se levantem mil milhares de povo contra my, não temerei senão a ti Dios de Adonay, alevantate Adonay e salvame quando vires meus inimigos e angustiadores estiverem mais amitigados contra my, contra as suas almas, não haverá nelles, senão em ti Dios de Adonay. Alevantate Adonay e salvame com a tua santa mão, com a tua santa salvação, e com a tua santa remissão, e com o teu santo perdão geral, para me livrares Senhor e me guardares como guardaste aos filhos de Israel.

30.º

ORAÇÃO QUE SE REZA AO DEITAR DA CAMA

Eu me deito agora e sempre em poder de Adonay
muitas são as suas piedades que nos ha de apiedar.

Bento Adonay ao nosso deitar, bento Adonay ao nosso levantar,
em teu poder almas de mortos, em teu poder almas de vivos,
a ti Senhor encomendo a minha alma e tudo o que me deste
e me tens para dar.

(1) — Esta oração, que se inspira no Psalmo 91, é muito parecida á oração n.º 54, do apêndice II.

31.º

ORAÇÃO QUE SE CHAMA : ALMA, CORAÇÃO E ENTENDIMETO

Alma, coração e entendimento te peço meu Senhor para te agradar, alegria e paz e contentamento e hum bom cuidado, para que sem te offender te poder louvar, que bem sabes tu Senhor muy claramente confesso que tu es o grandioso omnipotente, tu es o Senhor que tudo has dado, tiveste em ser, tudo emprestaste, nada foi em tua companhia, antes que los hiziesses nada havia. Ó macula do Ceo, terra e mar, só em contemplar me espanto, não buscaste mais materia e officiales, senão a tua palavra justa e santa; portanto doces, sinos e cantares, mi lingua a ti agradeza a ti cante,

A ti canto Senhor a ti adoro, a ti me humilho, e a ti me oro, se mal parecia, mal pareço, não me destes Senhor que assim o digo que he o menos que eu mereço, porque nunca tive fé contigo, se havia hecho mi officio, contemplando mi consciencia, tu me fores o ser favoravel, propinque sem me ser necessario penitencia.

Bendito sejas tu Senhor omnipotente, bendigalo su braço maravilhoso, bendigalo os tribus de sus gentes, anno alegre e gozoso, os Anjos do Ceo digão Amen, Amen, glorias sejam dadas ao Senhor. Anjos Consistorios Divinos e Divinaes sem fim, muito louvai, e pedi, e rogai ao Senhor dos altos Ceos por my, e por todas minhas couzas.

32.º

Olvida immenso Dios nuestros pecados
pues que ponemos em ti la confiança
de abuelos e padres amotinados,
no pongas en nos otros la vengança,
buelve los tus mansos ojos inclinados
pues que es vida y fuente de esperança ;
no mires mi Señor nuestra discordia,
solo uza ti mi Señor, de tu gran mizericordia.

II

INTERROGATÓRIO

«IN GENERE»

«Aos vinte e seis dias do mez d'Abril de mil seiscentos settenta e quatro annos em Lisboa, nos Estaos, e caza primeira das audiencias da Santa Inquisição, estando ahi na de manhã o senhor Inquisidor Bento de Beja de Noronha, mandou vir perante sy a Brittes Henriquez, ree preza, contheuda nestes Autos, e sendo presente lhe foi dado juramento dos Santos Evangelhos, em que poz a mão, sob cargo do qual lhe foi mandado dizer verdade, e ter segredo, o que ela prometteo cumprir. Perguntada se cuidou em em suas culpas, e as quer confessar nesta Meza para descargo de sua consciencia, e bem despacho de sua cauza ?

Disse, que não tinha culpas, que confessar nesta Meza. Pelo que lhe forão feitas as perguntas seguintes.

¿ Perguntada, se depois do ultimo perdão geral a esta parte, se apartou de nossa Santa Fé catholica, e Ley Evangelica, e se passou á Ley de Moysés tendo a ainda agora por boa, esperando salvar-se nella, não crendo no mysterio da Santissima Trindade, nem em Christo Senhor nosso, nem o tendo por verdadeiro Deos e Messias promettido na ley, antès esperando ainda por elle como os judeus esperão ?

Disse, que não fez tal.

¿ Perguntada, se rezou algumas orações judaicas, ou os psalmos de David, sem gloria Patri no fim por observancia da ditta Ley de Moysés ?

Disse, que tal não fez.

¿ Perguntada, se guardava os sabbados de trabalho, por observancia da ditta Ley, começando da sesta feira á tarde, varrendo, ou mandando varrer as cazas e limpar os candieiros, pondo-lhe torcidas novas, e azeite limpo, e deixando-os acezos thé per sy se apagarem ?

Disse, que não fez tal.

¿ Perguntada, se guardava as Paschoas dos judeus, assim a do pão asmo, como a das Cabanas, ou outras algumas, celebrando as com as ceremonias que elles costumão ?

Disse, que tal não fez.

¿ Perguntada, se fez alguns jejuns judaicos, assim das segundas, e quintas feiras de cada semana, como o do dia grande, que vem aos dez da lua de settembro, e o da Raynha Esther, que vem aos quatorze de Fevereiro, ou outros alguns, estando em cada hum dos dittos dias sem comer, nem beber senão á noite depois de saida a estrella ?

Disse, que não fez tal.

¿ Perguntada, se quando morria alguma pessoa em sua caza, ou na vizinhança lançava, ou mandava lançar fóra a agoa que tinha nos cantaros para beber, por cerimonia judaica ?

Disse, que tal não fez.

¿ Perguntada, se amortalhava, ou mandava amortalhar seus defuntos em mortalha nova, e enterrar em terra virgem, e cóvas fundas por cerimonia judaica ?

Disse que não fez tal.

¿ Perguntada, se deixava de comer carne de porco, sangue, gordura, aves afogadas, lebre, coelho e peixe de pelle por cerimonia judaica ?

Disse, que nunca deixou de comer as dittas couzas.

¿ Perguntada, se quando vinha a carne do açougue a dessangrava, ou mandava dessangrar, e tirando-lhe o cebo, e gordura, lançar em agoa e sal e metter na pannela com azeite fritto, e sebôla por cerimonia judaica ?

Disse, que não fez tal.

¿ Perguntada, se tirava ou mandava tirar a landoa do quarto trazeiro da rezmeuda por cerimonia judaica ?

Disse que tal não fez.

¿ Perguntada, se nas noites de Natal e S. João lançava ou mandava lançar na agoa, que tinha nos cantaros para beber brazas acezas, miolos de pão, gottas de vinho, e pedras de sal, por cerimonia judaica ?

Disse que não fez tal.

¿ Perguntada, se quando se amassava em sua caza lançava ou mandava lançar no fogo tres pellouros de massa por cerimonia judaica ?

Disse, que tal não fez.

¿ Perguntada, se quando lançava a benção ás pessoas de sua obrigação, o fazia pondo-lhe a mão aberta sobre a cabeça, e correndo-lhe polo rosto abaixo athé o peito nomeava Abraham, Izaac e Jacob como os judeos costumão ?

Disse que tal não fez.

Foi-lhe ditto, que ella fora por vezes admoestada nesta Meza, com muita charidade, quizesse confessar suas culpas, e declarar toda a verdade dellas, o que ella, uzando de máo conselho, athégóra não tem feito; e lhe fazem a saber, que nesta Meza ha informação, que ella Rée despois do ultimo perdão geral a esta parte se apartou de nossa Santa Féé Catholica, e se passou á Ley de Moysés, crendo e esperando salvar-se nella, fazendo seus ritos, e ceremonias, e communicando-se com pessoas de sua nação tambem apartadas da Féé, com as quaes se declarava por judia. Pelo que de novo a admoestada da parte de Christo Senhor nosso abra os olhos da Alma, e pondo de parte respeitos humanos, que a pôdem impedir, trate do remedio della, com fazer inteira, e verdadeira confissão de suas culpas, declarando todas as que tiver commettido contra nossa Santa Féé Catholica, e as pessoas, com quem as communicou, não impondo sobre sy nem sobre outrem falso testemunho, por que isso he o que lhe convem para descargo de sua consciencia, salvação de sua alma, e alcançar a misericordia, que nesta Meza se costuma conceder aos bons e verdadeiros confitentes. E por tornar a dizer, que não tinha culpas que confessar porque era, e fora sempre fiel, e catholica christã, foi outra vez admoestada em fórmula, e mandada a seu carcere, sendo-lhe primeiro lida esta sessão, em presença de seu curador, com quem assinou, e com o dito senhor Inquizador. Filipe Barbosa o escrevi. = Brites Henriques = Bento de Beja de Noronha = A... Nunes.»

Brites Henriques

Fac-simile da assinatura de Brites Henriques,
quando foi presa pela Inquisição

III

ACORDÃO

PUBLICADO NO AUTO-DE-FÉ REALISADO NO TERREIRO
DO PAÇO, EM LISBOA, AOS 10 DE MAIO DE 1682

Acordão os Inquidores, Ordinario, e Deputados de Santa Inquisição, que vistos estes autos, culpas, confissões, e declarações de Brites Henriques christã nova solteira filha de Antonio Rodrigues Mogadouro homem de negocio, natural e moradora desta cidade Réé preza que presente está.

Per que se mostra, que sendo christãa bautizada, e como tal obrigada a ter, e crer tudo o que tem, crê e ensina a Santa Madre Igreja de Roma, ella o fez pello contrario vivendo apartada de nossa Santa Fée Catholica tendo crença na Ley de Moyzês fazendo em observancia della os jejuns do dia grande que vem no mez de Setembro, o da Raynha Esther que vem no de Fevereiro, e o dos primogenitos estando em cada hum dos dias delles sem comer, nem beber senão á noyte depouys de luzes acezas, e de haverem aparecido no ceo sette estrellas, e então, ceava couzas que não erão de carne; e deixava de comer a de porco, lebre, coelho, e peixe de pelle. E guardava os sabbados de trabalho desde o por do sol da sesta feira antecedente até o por do sol do sabbado do dia seguinte.

Pellas quais culpas sendo a Rée preza nos carceres do Santo officio, e com charidade admoestada as quizesse confessar pera descargo de sua consciencia, e poder ser tratada com mizericordia. Disse que não tinha culpas que confessar. Pello que depouys de admoestada que disesse sómente a verdade, foi mandada a seu carcere.

Depouys do que pediu audiencia voluntariamente, e disse que ella de sua propria, e livre vontade queria declarar na Meza da Inquisição toda a verdade; e esta era crer ella Rée firmemente em Adonay que assim se chamava o Deos que dera a ley a Moyzês assim e da maneira que o mandava a mesma Ley. E que na ditta Ley de Moyzês esperava de prezente, salvar sua alma, porque só nella havia salvação, e na propria Ley estava determinada a viver, e morrer.

E vendo-sse na Meza do Santo Officio a obstinação da Rée lhe foi dito que considerasse bem a rezolução que tomava em querer persistir em seus erros, e como hia mal emcaminhada em ter crença na Ley de Moyzês, por quanto nela já não havia, nem podia haver salvação por ser acabada pela vinda de Christo Senhor Nosso verdadeiro Deos, e Homem Redemptor do genero humano, e Messias promettido na mesma Ley de Moyzês; e foi de novo admoestada tornasse sobre si, e reconhecendo os ditos erros os confessasse por tais apartando-sse delles, e se convertesse á Fée catholica, que tem, crê, e ensina a Santa Madre Igreja de Roma cuja filha era, e professara no Bautismo, e nella fora criada, e instruida, confessasse inteiramente suas culpas declarando as mais pessoas com quem as havia comunicado, porque isto era o que lhe comvinha pera descargo de sua consciencia, e salvação de sua alma, e pera merecer ser tratada com a mizericordia que a Santa Madre Igreja custuma conceder aos bons, e verdadeiros confitentes. E por tornar a dizer que estava rezoluta a não deixar a crença da ley de Moyzês foi mandada a seu carcere.

E continuando-sse o processo de sua cauza se procurou no decurso della mostrar á Rée o caminho de sua salvação, e o emgano em que vivia persistindo na crença de seus erros.

E neste estado pediu audiencia, e disse que alumiada pello Spirito Santo, e movida das admoestações que lhe havião sido feitas na Meza do Santo Officio, e da clareza com que se lhe havia mostrado a verdade de nossa Santa Fée catholica, e como pella vinda de Christo Senhor Nosso havia expirado a ley de Moyzês e que o Messias promettido na dita Ley por quem os Judeus esperavão era o mesmo Christo. Ella de sua propria, e livre vontade sem outro fim mais que o da salvação

de sua alma queria abraçar a Santa Fé catholica de que até então vivia apartada e deixar de todo o ponto a Ley de Moyzés, a qual detestava, e apartava de si dally por diante crendo que só na Fé de Christo Nosso Senhor havia salvação, e que queria declarar toda a verdade de suas culpas, e esta era.

Que persuadida com o ensino de certas pessoas de sua nação se apartou de nossa Santa Fé catholica, e se passou á crença da ley de Moyzés tendo-a por boa e verdadeira esperando salvar se nella, e não na fé de Christo Nosso Senhor em o qual não cria, nem o tinha por Deos verdadeiro, e Messias promettido na Ley, antes esperava ainda por elle, como os judeus esperão ; não cria no mysterio de Santissima Trindade, nem nos Sacramentos da Igreja, e os recebia, e fazia as mais obras de christã por comprimento do mundo, e só cria em Adonay, que assim nomeava a Deos do ceo e a elle se encomendava com as orações seguintes :

(Segue a transcrição duma parte das orações de Brites Henriques já publicadas neste apêndice).

E por observancia da dita Ley guardava os sabbados de trabalho começando a guarda delles da sexta feira á tarde, e fazia jejuns judaicos na sobredita fórma, e as mais ceremonias que sabia e costumão fazer os professores da ley de Moyzés. Comunicando estas couzas com pessoas de sua nação apartadas da Fé com as quais se declarava por Judia, perseverando na crença dos dittos erros até o tempo que se declarou na Meza do Santo Officio.

E por não satisfazer á informação da justiça que contra ella havia, veio o Promotor fiscal do Santo Officio com libello criminal, accuzatorio contra ella que lhe foi recebido si et in quantum, e a Rée o contestou pella materia de suas confissões, e não quiz uzar de defeza, pelo que foi lançada da com que pudera vir.

E rattificadas as testemunhas da justiça na fórma de direito, se lhe fez publicação de seus ditos conforme ao estyllo do Santo Officio a que não veio com contradittas, pello que foi lançado dellas. E sendo-lhe depoyos repetidas e perguntadas ex-officio, de novo se rattificarão em seus primeiros ditos, reportando-sse ao que havião dito em seus testemunhos.

O que tudo visto, com o mais que dos autos consta, declarão, que a Rée foi hereje, apostata de nossa Santa Fé catholica, e que emcorreo em sentença de Excomunhão mayor, e em confiscação de todos seus bens para o fisco, e Camara Real, e nas mais penas em direito contra os semelhantes estabelecidos.

Visto porem como a Rée uzando de saudavel conselho confessou suas culpas na Meza do Santo Officio reconhecendo seus erros, e dando mostras e sinaes de arrependimento, pedindo da dureza e obstinação com que permaneceu nelles, perdão, e misericordia, com o mais que dos autos rezulta.

Recebem a Rée Brites Henriques ao gremio e união da Santa-Madre Igreja como pede, e lhe mandão que vá ao auto da fé na fórma costumada, e nelle ouça sua sentença, e abjure publicamente seus hereticos erros em fórma, e em pena e penitencia delles lhe assignão carcere e habito penitencial perpetuo.

E terá recluzão em hum dos Recolhimentos dos de melhor conta, e opinião, e reformação desta cidade a arbitrio dos Inquizidores ; e no ditto Recolhimento será instruida nas couzas da Fé necessarias para salvação de sua alma, e cumprirá as

mais penas e penitencias esperituaes que lhe forem impostas. E mandão que da Excomunhão mayor em que emcorreo seja absoluta in fôrma ecclesia: = Estevão de Britto = Foyos.º

Brites Henriques

Fac-simile da assinatura de Brites Henriques
nêste acordão, após oito anos de Inquisição

ALOCUÇÃO

LIDA NO MUSEU DO CARMO EM SESSÃO DE 14 DE DEZEMBRO
DE 1923

Estão aqui presentes na nossa casa os ilustres representantes da cidade de Ceuta, que os enviou para amavelmente responder á visita que a missão portuguesa lhe fizera no verão passado, e que aí fôra recebida e tratada com aquela nobre bizaria que a nação hespanhola põe sempre em todos os seus actos sociais.

A conquista de Ceuta aos Mouros por D. João I em 1415 abriu nova era na historia de Portugal, e poderei dizer, na de Hespanha, como verdadeiro início das empresas maritimas que tanto notabilizaram Portugueses e Hespanhois, e tanto concorreram para os progressos da civilização.

Falar de Ceuta é pois recordar heroismos antigos: e sempre isso se faz com orgulho, porque a tradição é a seiva que mantem a vida moral dos povos.

Senhores representantes da cidade de Ceuta: a Associação dos Arqueologos Portugueses, a que tenho a honra de presidir, saúda-vos com todo o affecto, e toma a liberdade de vos lembrar que o edificio, em que vos achais reunidos com ela, o fundou, pouco antes da conquista, um amigo do proprio conquistador, de quem disse o nosso epico, referindo-se a Ceuta (iv, 48):

Este he o primeiro Rei que se desterra
Da patria por fazer que o Africano
Conheça pelas armas quanto excede
A lei de Christo á lei de Mafamede

J. Leite de Vasconcellos

A OBRA LITOGRÁFICA
DE
DOMINGOS ANTONIO DE SEQUEIRA
COM UM ESBÔÇO HISTÓRICO
DOS INÍCIOS DA LITOGRAFIA EM PORTUGAL

MEMÓRIA APRESENTADA À ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES
E LIDA EM SESSÃO DE 18 DE DEZEMBRO DE 1924

POR

LUIZ XAVIER DA COSTA

Ao Dr. José de Figueiredo.

A litografia constitui uma arte cuja prática, relativamente fácil, não obriga a longa aprendizagem os desenhadores hábeis que se lhe dedicam. Conforme escreve Henri Bouchot (1), «algumas horas passadas na oficina... tornam de extraordinária clareza as coisas mais abstractas».

Todavia não basta, como aliás sucede nas outras artes, o génio criador ou a simples habilidade do executante, para obter resultados proporcionais ao seu merecimento e qualidades. O bom êxito depende também de particularidades técnicas e de cuidados de execução que a prática ensina, o exercício aperfeiçoa e que, no caso especial da invenção de Senefelder, sobretudo durante os períodos seguintes ao início da sua evolução histórica, eram numerosos e contingentes (2). Nos primeiros trabalhos de muitos dos célebres litógrafos daquela época são manifestas as deficiências e as imperfeições, que posterior-

(1) «*La lithographie*» par Henri Bouchot. — Paris 1895 — Pag. 251.

(2) «*Log. cit.*» — Pags. 251, 263 e segs.

mente desaparecem consoante aumenta nos debuxadores o conhecimento habitual do processo.

Pelos mesmos motivos, ao considerar-se a notável obra litográfica executada em Paris por Domingos Antonio de Sequeira, depois da chegada a essa cidade na emigração de 1823, ocorre pesquisar a maneira como o pintor haveria feito a sua aprendizagem neste ramo, de modo a conseguir, dentro de um espaço de tempo relativamente curto, as produções que admiramos. Em outro estudo meu sobre o artista deixei registada a enumeração destas, fornecida pelo próprio autor em escritos seus, e fiz a descrição das que examinara e conhecia ⁽¹⁾.

Ainda que era grande o talento de Sequeira e absolutamente excepcional a sua aptidão para as artes do desenho, não se podia admitir que houvesse chegado a resultados tão perfeitos sem prévio tirocínio, mesmo limitado que fôsse. Além disso, na parte dos seus autógrafos que já publiquei ⁽²⁾, encontram-se passagens que deixavam entrever a realidade de tal preparação, feita em Lisboa no período anterior á saída, a 7 de setembro do ano citado, para o exílio no estrangeiro donde não mais voltou.

Na carta dirigida ao cunhado João Baptista Verde, datada de «Paris 28 de Abril de 1824» e em que participa enviar-lhe as estampas que lá tinha «*lythographiadas*» até essa data, fazendo a enumeração delas, escreve também o seguinte: «*Recomendo m.^{to} ao mano de fazer suspender o tal emprestimo da prença da lythographia, e se a quiçerem que apagem pello presso q̄. lhe mandei dezer, porq̄. quando eu aquiçer agora vender ja estara uzada e deminue de presso, e eu naõ estou para perder mais dinheiro, e estes favores q̄. trazem perjuizos da bolça he preciso acabar com elles isto mesmo diga apessoa aquem se emprestou*» ⁽³⁾. E em outra carta, de «27 Setembro», notabilíssima porque nela descreve os quadros que expusera no «Salon» do Louvre: «... agora mesmo acabo de receber hu.^a Carta pello Correio, de meu sobrinho Joze, em que me dá parte do que tem acontecido a respeito da Empreença e pedras da lythographia» ⁽⁴⁾.

⁽¹⁾ «A morte de Camões—Quadro do pintor Domingos Antonio de Sequeira» — Lisboa 1922 — Pags. 167 «K—Litografias feitas por Sequeira» e 232 «Nota final».

⁽²⁾ «Log. cit.» — Pags. 239 e segs.

⁽³⁾ «Log. cit.» — Pag. 240.

⁽⁴⁾ «Log. cit.» — Pag. 241.

A completar estas notícias, elucidam-nos, sôbre a origem dos mencionados apetrechos e modo como êles vieram á posse do artista, as informações exaradas no longo e minucioso artigo técnico, publicado em o número de abril de 1822 dos «*Annaes das sciencias, das artes, e das letras*» (1) e assinado por «L. S. M. A.», iniciais de Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, um dos redactores do jornal parisiense. Nêsse trabalho notável, que devo mesmo classificar de histórico e ao qual tornarei a referir-me no decurso do presente estudo, pois o considero como um dos precusores e talvez o verdadeiro iniciador do estabelecimento da invenção de Senefelder em Portugal, escrevia o ilustrado articulista: «No nosso Volume III pag. 45 da segunda parte, hum dos nossos collaboradores deo huma noticia resumida da historia e principios fundamentaes da arte de lithographar. Tendo-nos applicado a conhecer practicamente este ramo de industria... (2) ... Não daremos a descripção da imprensa,... porque d'esta cidade passamos a remetter ao Sn.º Sequeira huma..., que esperamos este habil artista e cidadão benemerito deixará ver a aquelles que nisso poderem ter interesse.» «Remetteremos tambem ao Sn.º Sequeira as pedras por meio das quaes ... [a litografia] se pratica.» (3) «...As pennas fazem-se de molla de relógio,...; remetteremos ao Sn.º Sequeira algumas d'estas pennas em estado de servir, assim como o martello que serve para as curvar no sentido da largura da molla.» (4)

Era pouco verosímil que o infatigável desenhador, se não levado já ao conhecimento e á prática dos processos litográficos por outras vias, solicitado, como se vê, pelo publicista e decerto influenciado pelas efficientes propostas ministeriaes e projectos legislativos sôbre o assunto, ventilados nas Côrtes, aos quais oportunamente farei a devida referênciã cronológica, houvesse possuido em Lisboa a prensa e as pedras a que se refere quando escreve de Paris ao cunhado,

(1) «*Annaes das sciencias, das artes, e das letras; por huma sociedade de portuguezes residentes em París.*» — Tomo XVI. — Abril — París, 1822. — Parte segunda. Correspondencia, e noticias, das sciencias, das artes, etc. — Technologia. — Pag. 105 — «*Bellas artes / Lithographia.*»

(2) «*Log. cit.*» — Pag. 105.

(3) «*Log. cit.*» — Pag. 106.

(4) «*Log. cit.*» — Pag. 111.

provavelmente as mesmas que Mousinho de Albuquerque lhe enviara desta cidade, sem com elas haver procurado realizar os fins para que eram destinadas. As referências transcritas quasi que certificavam, portanto, a efectividade das tentativas.

De mais, outro documento existe que ajudaria a comprová-las : No reverso do desenho á pena, original de Sequeira e arquivado no depósito do Museu Nacional de Arte Antiga com o número «1340», apparece uma desenvolvida consulta sôbre técnica e têrmos de litografia, escrita pela mão do artista. Êste papel, adquirido aos sobrinhos pela antiga Academia Real das Bellas Artes, pertencia ao número dos que êle deixou na posse dêstes, quando saiu definitivamente para fora do país ; e pelas características que apresenta, pode considerar-se como datando dos últimos tempos que precederam a emigração.

Confirmando porêem as suposições formuladas, consegui finalmente descobrir, entre os desenhos que ainda actualmente se encontram na posse da familia do pintor, exemplares dos seus primitivos ensaios litográficos.

Mostram-se alguns sôbre um quarto de papel branco, fino, de superfícies ligeiramente ásperas, sem filigrana e com a marca de água «SMITH & ALNUTT / 1819» :

Numa das faces — (EST. I. — FIG. 1) — : cabeça de homem velho, fartamente barbado, virada tres quartos á direita e um pouco inclinada para o hombro esquerdo ; olhar de canto, fixando o observador ; bastas sobrancelhas ; nariz adunco ; o crânio, que se advinha calvo, não está esboçado. Desenho simples, feito a traços irregulares de lápis gordo, sem sombreados nem meias tintas e medindo 0,^m130 nas duas dimensões. Tiragem a preto, imperfeita, constituindo evidentemente uma prova de ensaio da impressão. O fundo é sujo de tinta da pedra e deixa ver traços de roupagens, sombras e contornos, por tiragem sobreposta, de uma figura idêntica á que existe na outra face do mesmo papel.

Nessa outra face, debuxada sôbre o alto : figura de homem em pé, visto de frente e olhando de frente ; veste casaca, calção, meias brancas, e arrasta as dobras de grande manto roçagante. Tudo mal definido e difficil de interpretar. Desenho sumáriamente apontado a lápis gordo, com esboços de um fundo tracejado. Dimensões

0,^m175×0,^m140. Tiragem fraquíssima, muito irregular e defeituosa rudimentar...

A família Sequeira possui um esbôço, feito a carvão e lápis sôbre papel côr de rosa viva, que representa D. João VI em corpo inteiro, erecto, de cabeça descoberta, junto a uma enorme cadeira de braços situada por detrás e á sua esquerda, revestido de manto rial e apoiando a ponta do scetro, seguro na mão direita, em um banco com almofada e talvez a coroa, que lhe fica por êste lado. Suponho tratar-se de um belo estudo de conjunto para o retrato official que o pintor executou a óleo e foi colocado por cima da cadeira do trono na sala das sessões do Congresso Constituinte de 1821, no Palácio das Necessidades (4). E sendo o desenho análogo, se não idêntico na figura, ao da prova litográfica descrita, da qual pode considerar-se como modêlo, variando sómente nas dimensões, marca para a tentativa de reprodução a data provável e posterior á que assinala aquela obra histórica do artista.

Outro ensaio litográfico seu, conservado também pela família, acha-se repetido sôbre um fragmento de papel branco, muito encorpado e quási sem cola, esteirado finamente, sem marca de fabrico, de superfícies ásperas, irregularmente cortado á tesoura, quási rectangular e medindo 0,^m195×0,^m130.

Em uma das faces—(EST. I.—FIG 2)—, ao alto, na metade superior, duas cabeças de perfil, viradas á esquerda e meio sobrepostas. A composição tem o aspecto de retratar pessoas da intimidade do autor. No primeiro plano, á direita, cabeça de velho com feições muito acentuadas e emagrecidas; rosto glabro, de maxilas desdentadas, nariz adunco e queixo prognata; a fronte calva; o cabelo ralo, corrido de trás sôbre o temporal e sôbre a orelha; a parte de cima e posterior do crânio não se percebe. No segundo plano, pela esquerda, cabeça de indivíduo jovem; fronte larga, alta e lisa, com grandes entradas; o cabelo encrespado cobre-lhe a fonte e o alto da cabeça, deixando algumas farripas que esvoaçam sôbre a testa; rosto glabro, de feições correctas e pouco modeladas; pescoço roliço e nú. O fundo é tracejado sumáriamente. Desenho a lápis gordo, com 0,^m10 de alto×0,^m12 de largo. Impressão a preto, muito irregular e imper-

(4) «Log. cit.» — Pag. 74.

feita, com manchas de água pelo meio e o fundo do lado direito sujo da tinta da pedra.

A meio da outra face do papel repete-se, como já mencionei, a mesma estampa, em tiragem um pouco mais limpa porém menos vigorosa.

Em maio de 1923, antes de haver examinado a prova dupla que acabei de descrever, já a minha atenção fôra despertada por outro exemplar desta litografia, que vi entre os desenhos de Sequeira no depósito do Museu Nacional de Arte Antiga, arquivado na pasta «N *» e com o número «2264». De tiragem mais nítida, mas por igual deficiente, acha-se em um quarto de papel branco-amarelado, com menos corpo e de esteirado mais largo e visível que o da prova antecedente. Como não mostrava assinatura, ou qualquer indicação manuscrita, unicamente a certeza da sua proveniência e a circunstância dêle se encontrar entre as obras do artista cedidas ao Estado pelos sobrinhos, me levaram a admitir que fôsse trabalho seu.

Algum tempo depois fui presenteado, pelo meu amigo José dos Santos, com outro exemplar em tudo igual ao das Janelas Verdes, se bem que mais fraco e confuso, o qual apareceu entre a parte do espólio artístico e bibliográfico do saudoso José Queiroz adquirida pelo conhecido livreiro-antiquário. Apresenta escrita a lápis, por letra que não é a do desenhador, a assinatura «Sequeira», demonstrando assim que a autoria do trabalho já era sabida por algum dos seus anteriores proprietários.

É evidente que o conhecimento e a vulgarização das produções a que me hei referido não veem alterar a reputação do mérito de Sequeira, porque nada aumentam, como em nada podem diminuir também, o alto valor da obra definitiva deixada pelo grande português. Constituem essas produções, como já acentuei, simples tentativas e ensaios primevos, decerto praticados sem mais aprendizagem que a originada pelas naturais aptidões, boa vontade e estudo próprio, de um processo de multiplicação artística, cuja expansão, relativamente recente, devia despertar a curiosidade e o interesse do exímio debuxador por causa da fidelidade e da beleza dos resultados que prometia e por constituir um expedito e fácil meio de exteriorização, directo e seguro, para o seu exuberante e impaciente génio criador.

Em Paris, desde que pôde utilizar-se dêle com conhecimentos

bastantes e em condições técnicas apropriadas, produziu os outros trabalhos notáveis que sabemos.

A grande importância do aparecimento das tentativas litográficas executadas em Lisboa, nos tempos que precederam a emigração de setembro de 1823, está na fixação da data aproximada para elas e em que assim ficam constituindo os mais antigos vestígios, até agora encontrados, da aplicação em Portugal de uma arte cuja história da evolução entre nós ainda não está sequer coordenada.

A descoberta genial de Aloysio Senefelder, feita em 1795 ou 1796, industrializada na Baviera desde 1799 com Andre, depois com os irmãos do inventor, Thibaldo e Jorge, e em 1808 com Mitterer, com o próprio Senefelder, com Mettenleier e com outros, dificilmente se espalhara pelo resto da Europa. Apesar de tentativas mais ou menos fugazes e obscuras, ainda que repetidas, só se vulgarizou na França, em 1815, com Engelmann e De Lasteyrie; na Bélgica, cêrca de 1818, com Burggraaff e com Dewasme; na Inglaterra, em 1820, pelo aparecimento de umas vistas dos Pirinéus assinadas por Mariana Colston, de outras da Itália por James Cockburn, e com Rodwell e Martin publicando em 1821 os trabalhos de Géricault.

Em Espanha, o precursor da nova arte parece haver sido o diplomata barcelonês Carlos de Gimbernat, que em 1807, estando na Baviera, dirigiu ao govêrno uma memória sobre o processo litográfico. Mas só em 1819 o impressor-editor Antonio Brusi y Mirabent o introduziu e fez praticar em Barcelona, ao mesmo tempo que Goya, com todo o entusiasmo do seu génio e com o prestígio do seu nome, fazia ensaios em Madrid, antes que na capital funcionasse oficina alguma. Em 1824 agrupava Madrazo no seu «atelier» um grande número de desenhadores; e Fernando VII, dotando-o do próprio bolsinho, fundava o «Real Establecimiento Lithographico», instalado na «calle de Alcalá». Madrazo aí promoveu a reprodução dos quadros da galeria de pintura e publicou, no ano de 1826, a magnífica obra in-fólio «*Colleccion lithographica de cuadros del Rey... lithographiados por habiles artistas...*», como estreia da régia oficina, mostrando-se de facto os artistas espanhois mais hábeis, perfeitos e avançados que os da Alemanha, da Bélgica e sobretudo da Itália, país onde o novo método por muito tempo não teve aceitação.

Aparte os referidos ensaios feitos em Madrid por Goya, a verdadeira e notável actividade litográfica do genial pintor, com a «*Dansa*

espanhola», a «*Estocada*» e, acima de todas, com as quatro maravilhosas «*Tauromaquias*», data porêem de Bordéus, do ano de 1825, quando o extraordinário velho, havendo abandonado a Espanha e após uma viagem a Paris, que durou desde julho até setembro de 1824, fixou definitivamente a sua residência naquela cidade francesa (1) Deu-se com êle, como litógrafo, um caso análogo ao que se dera com Domingos de Sequeira, o qual também, depois das tentativas de Lisboa, sómente no exílio e residindo em Paris realizou cabalmente a sua obra litográfica.

Outros elementos, até agora não devidamente ponderados, se podem ligar á história dos começos da litografia nos países ibéricos.

É conhecido o facto do general Lejeune, ajudante de campo do marechal Berthier, havendo visitado em Munich, no ano de 1806, o estabelecimento dos Senefelder onde executou uma estampa célebre, voltar a Paris entusiasmado com o processo e ser encarregado por Napoleão de o estudar e implantar em França, o que logo encetou com aprazimento de David e de Carle Vernet e apesar do desdêm hostile de Vivant Denon, director dos Museus Imperiais. Lejeune teve porêem que abandonar a emprêsa para vir fazer a guerra peninsular, da qual regressou á sua pátria unicamente em 1811; por sinal encontrando nela o invento de Senefelder já convictamente praticado, desde 1809, pelo mesmo Denon, que anteriormente o desdenhava, e pelas suas aristocráticas discípulas.

Também o coronel Lomet, que executara trabalhos de litografia na Alemanha em 1808 e tentara depois, em Paris, interessar por êles o conservador das Artes e Officios, que lhes não prestou a devida atenção, veio á península fazer a guerra napoleónica.

Que influências tiveram no conhecimento do processo litográfico em Espanha e Portugal as vindas de Lejeune e de Lomet e a sua permanência em qualquer dos países? É possível que nenhuma. Mas são factos a averiguar, dadas as relações que muitos dos officiais inva-

(1) «*Goya*» par Jean Tild — Paris 1921 — Pags. 49 e segs., 59-60, e 133.

A propósito não deixarei de lembrar que, havendo Goya durante a sua permanência de dois largos meses na capital da França frequentado o «Salon» do Louvre, aberto em 25 de agosto de 1824 e onde o nosso Sequeira expunha com successo o quadro «A morte de Camões», é muito provável que aí, ou em outro meio afim, se tivessem encontrado e até conhecido os dois artistas peninsulares.

sores mantiveram com os artistas das nações ocupadas e o procedimento de alguns d'êstes para com os dominadores estrangeiros, exemplificado no de Goya ou no de Sequeira e tão declaradamente manifesto de francesismo. A respeito do portuguez, sabemos a intimidade e a camaradagem que manteve com o conde de Forbin, então ajudante do general Delaborde, ás ordens de Junot, e pintor-amador distintissimo (1).

*

*

*

Conforme averigüei, a primeira notícia impressa em portuguez que se encontra sôbre litografia, foi publicada em Paris, em janeiro de 1819, no «Tomo III» dos «*Annaes das sciencias, das artes, e das letras*», subscrita por «C. X.» iniciais de Candido José Xavier (2). Nesse artigo memorável o referido autor dá a invenção de «Aloys Sennefelder» como datando do «primeiro anno do... seculo [XIX]», faz a sua história e alonga-se na descrição dos respectivos métodos, vantagens e applicações.

Apesar disso, até 1822 o processo não se introduziu em Portugal, segundo narra Balbi (3). Foi estudado na capital franceza por Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, o qual lá se encontrava também e, tencionando implantá-lo na pátria quando a esta regressasse, publicou a respeito dêle, em abril do último ano citado, no «Tomo XVI» dos mesmos «*Annaes das sciencias, das artes, e das letras*», a desenvolvida e importante memória a que já anteriormente fiz referênciã e da qual extratei os períodos relativos á prensa, pedras e outros apetrechos litográficos que o articulista promete enviar para Lisboa a Domingos Antonio de Sequeira (4).

Afigura-se-me que este trabalho do futuro homem de Estado deve ser considerado como o propulsor e verdadeiro introdutor da litografia no nosso país. Quer fôsse, porém, importado o primeiro conhecimento do

(1) «*A morte de Camões...*» — Pag. 57.

(2) «*Annaes das sciencias, das artes, e das letras;...*» — Tomo III. — Janeiro. — Paris, 1819. — Parte segunda. Noticias das sciencias, das artes, etc. e correspondencia — Technologia. — Pag. 45. — «Artes de imitação. / Lithografia.».

(3) «*Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve...*» Par Adrien Balbi — Tome second — Paris 1822 — «Appendix» — Pag. (ccij).

(4) Veja a citação, a referênciã e os extratos, a pag. 9 do presente estudo.

processo assim directamente da França, como parece manifesto; quer já o houvesse sido anteriormente, por intermédio da Espanha, como se antolha possível; quiçá proviesse de Inglaterra, como também seria permitido conjecturar ao repararmos na coincidência das resoluções legislativas tomadas sôbre outro assunto, de origem britânica e proposto simultâneamente no mesmo documento em que se trata do estabelecimento da litografia, ou se atendermos ás influências políticas, comerciais e migratórias, que então nos ligavam á grande nação insular; logo na sessão das Côrtes Constituintes de 7 de maio de 1822, decorrido pouco mais de um mês após a publicação em Paris da instrutiva memória de Mousinho de Albuquerque, o secretário Felgueiras (1), dando conta da correspondência e expediente recebidos, mencionou «um officio do Ministro dos negocios do Reino (2), expondo o proveito, e gloria, que resultaria á Nação de naturalizar no Reino Unido a arte da lithografia, e o methodo do ensino mutuo, chamado de *Lancaster*, e que a esse fim bastaria a modica despeza de 800,000 a 900,000 reis em metal, que se mandou remetter á Commissão de fazenda.» (3).

Na sessão de 25 de junho leu o deputado Barroso Pereira, «por parte da Commissão», o respectivo «*Parecer*» (4) favorável, o qual tem a data de 12 do mês, é subscrito por «*José Ferreira Borges; Francisco de Paula Travassos; Francisco Barroso Pereira; Manoel Alves do Rio; Francisco Xavier Monteiro; Agostinho José Freire*» e foi pelo Congresso aprovado sem discussão: «... o Governo deve ser autorizado a fazer a proposta despeza para o fim que inculca; e... esta deve ser abonada pelo cofre da intendencia geral da policia.» (5) A circunstância de se encontrar textualmente designado no aludido

(1) João Baptista Felgueiras, deputado pelo Minho.

(2) Filippe Ferreira d'Araujo e Castro.

Na sua «Necrologia», publicada no «*Diario do Governo*» — Num. 194 — Anno 1849 — Lisboa: Quarta feira 15 de agosto. — Pags. 1035-1036 — e assinada por «Joaquim Vicente de Paula», escreve o articulista: «Deve-se a S. Ex.ª a introdução nestes Reinos da Litographia, e do Ensino Mutuo, pelo methodo de Lencaster, ...»

(3) «*Diario das Cortes Geraes, extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa.*» Segundo anno da legislatura. — Tomo sexto. — Lisboa — Na Imprensa Nacional. 1822. — Pag. [79].

(4) «*Log. cit.*» — Pag. [553].

(5) «*Log. cit.*» — Pag. [554].

documento « o methodo do ensino mutuo, dito de *Lencastre* aperfeiçoado pelas ultimas observações em França », induz a concluir que a importação dêste não provinha directamente de Inglaterra como se poderia supor, mas seguira, de modo análogo á invenção de Senefelder, a via intermediária da nação tão ostensivamente especificada.

Como quer que fôsse, no cumprimento do exposto e sob o costumado título de « *Resoluções e Ordens das Cortes* », officiou João Baptista Felgueiras « para *Filippe Ferreira de Araujo e Castro* » com data da mesma sessão de 25 de junho de 1822, notificando-lhe a aprovação á « proposta do Governo, expedida pela secretaria... do Reino, em data de 6 de Maio proximo passado, » e as competentes autorizações orçamentais (1).

A mudança política de maio de 1823 deve ter feito suspender tais projectos e resoluções legislativas, assim como fez interromper os ensaios e tentativas litográficas de Sequeira, ligadas de certo ás primeiras e provávelmente na dependência delas, por causa das vantagens futuras que esperaria da sua realização. Este modo de interpretar os factos é muito aceitável se bem atentarmos nêles, na sua cronologia e no papel preponderante que o artista desempenhou sempre com as instituições liberais e entidades que ruíram, as quais por seu turno haviam manifestado constantemente por Sequeira e pelos seus trabalhos e aptidões a mais decidida preferênciã, facultando logares de destaque á sua actividade.

Decorrido pouco mais de quinze meses após a Vilafrancada e em discordância com o espirito do alvará de 5 de junho de 1824, referendado pelo arcebispo de Evora, o qual estatui « que fiquem nullas, e de nenhum effeito todas as inovações, Decretos, e Leis emanadas das denominadas Côrtes... que fôrão a obra daquelle tumultuoso e illegal Congresso... » (2), foi criada afinal em Lisboa uma litografia régia, a « *Officina Regia Lithografica* », por decreto de D. João VI, de 11 de setembro do ano citado, mandando estabelecê-la « no Edificio denominado do Thesouro velho » e « nomeando para seu Director a *João José le Cócq*, com o ordenado de quatrocentos mil reis annuaes, de baixo das instrucções... assignadas pelo Marquez de *Palmella*,... Ministro e Secretario dos Negocios Estrangeiros, e... Encarregado do Ministerio dos Negocios do Reino, as quaes fazem parte do...

(1) « *Log. cit.* » — Pag. [556].

(2) Volume de « *Legislação Portugueza-1823 a 1826* » — N.º 69.

Decreto». Por essas «Instrucções», de facto publicadas juntamente com o diploma referido, a «*Regia Officina Lithografica*» ficou «debai-xo da immediata Inspeção da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino.» (1)

Devemos reparar em que é a mesma do anterior, a data de outro «Decreto» nomeando «o Professor *João José le Cocq*» para a regência da «Escola normal do methodo do Ensino Mutuo» criada «nesta Corte e Cidade de Lisboa», e publicado também no mesmo número da «*Gazeta de Lisboa*» que insere o «Decreto» e «Instrucções» para o estabelecimento e regulamento da lithografia régia, logo no seguimento delas (2). Descobre-se por êste modo a identidade da iniciativa e projecto de Araujo e Castro, sancionados em julho de 1822 pelas Côrtes Constituintes, com as medidas decretadas e executadas em setembro de 1824 pelo govêrno absoluto. Além disso, sabendo-se que Le Cocq se encontrava «habilitado para bem desempenhar esse encargo, em razão de haver ido a França estudar e praticar o methodo do ensino mutuo» (3), é natural admitir-se que lá houvesse estudado e praticado também a técnica e a exploração do invento de Senefelder, adquirindo a competência e as aptidões que somos levados a atribuir-lhe para que fôsse escolhido e nomeado director do primeiro estabelecimento lithográfico official criado no país.

A ajuizar pela data manuscrita e aposta em todos os exemplares como complemento das outras indicações litografadas, o trabalho mais antigo que conheço saído da «*Officina Regia*», por ser do ano da sua criação, é a estampa in-fólio, sôbre papel branco muito encorpado, de superficies ásperas, desenho a traço e ponteadado feito á pena, que representa um bonito aparelho de demonstração astronómica, com figuras alegóricas, adornos, etc., da qual existem 16 exemplares repe-

(1) «*Gazeta de Lisboa*.» — Num. 220. — Anno 1824. — Sexta feira, 17 de setembro. — Pag. [1054].

(2) «*Log. cit.*» — Pag. [1055].

Êste número da «*Gazeta de Lisboa*» insere ainda, na mesma pag., uma curta e anónima «*Memoria sobre a Lithographia*» que expõe resumidamente os fundamentos, vantagens e applicações do processo.

(3) «*Historia dos estabelecimentos scientificos litterarios e artisticos de Portugal...*» por José Silvestre Ribeiro — Tomo III — Lisboa 1873 — Pag. 223.

No mesmo Tomo III — Pags. 366 e segs. — encontram-se também as noticias sôbre o estabelecimento da «*Officina Regia Lithographica*».

tidos na Biblioteca Nacional de Lisboa (4) e tem os títulos e dizeres «*Planetario / ... / Inventado em França pelo P.^e Theodoro d'Almeida, e pelo mesmo augmentado em Lisboa, e se mostra na Caça do Espi-rito Santo da Cong.^{am} do Orat.^{ro}*» «*Caetano Desenhou em pedra, em 1824.*» (2) «*Officina regia Lithographica.*» (3). Conforme adiante veremos, tenho razões para supor que o autor da obra, nela mencionado pelo primeiro nome, é Caetano Ayres de Andrade, pintor de figura nas obras do Palácio da Ajuda, antigo ajudante de Domingos Antonio de Sequeira de quem fôra discípulo, e mais tarde professor de desenho na Academia das Bellas Artes de Lisboa (4).

(1) Devo ao ilustrado 1.^o bibliotecário Fernando Enes o conhecimento da existência dos mencionados exemplares, com a data que manifestam. O exame dêles veio confirmar as notícias sôbre a estampa, dadas no «*Diccionario bibliographico portuguez*» por Innocencio [Tomo septimo — Lisboa 1862 — Pag. 306] e por Brito Aranha [Tomo decimo nono (Decimo primeiro do supplemento) — Lisboa 1908 — Pag. 248].

Aproveito a occasião para agradecer publicamente áquele Ex.^{mo} amigo e a todo o pessoal do gabinete das estampas da Biblioteca Nacional a boa vontade com que sempre atenderam as minhas solicitações e o manifesto interêsse com que me auxiliaram nas pesquisas realizadas para documentar o presente trabalho.

(2) A vírgula e a data não são impressas; mas escritas á mão sôbre o papel, imitando o resto litografado da indicação.

(3) Em cumprimento da portaria do govêrno, de 22 de agôsto de 1842, o notável aparelho do P.^e Theodoro de Almeida, existente até então na Bibliotheca Nacional, foi transferido e confiado por depósito, «para os exercícos competentes e devendo ser tratado com todo o esmêro e resguardo», á Escola Polytechnica de Lisboa, que antes representara ao govêrno «sobre a necessidade do Planetario... para instrução dos alumnos que n'aquelle estabelecimento frequentavam o curso de astronomia.» (Veja-se «*Historia dos estabelecimentos scientificos...*» por José Silvestre Ribeiro — Tomo VII — Lisboa 1878 — Pag. 133.).

De facto ainda ha alguns anos se via o planetário no gabinete de astronomia do mencionado instituto de ensino, actualmente Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, ostentando as inscrições reproduzidas na estampa litográfica que o representa: «*Joanni Principi*» «*Theodorus / de / Almeida / ex / Oratorio / O*» «*Lisboa / Arçenal Real do Exercito / 1796*».

O seu autor escreveu e publicou também um opúsculo com a descrição do aparelho, citado no «*Diccionario bibliographico*» de Innocencio e Brito Aranha juntamente com outras referências ao mesmo assunto.

(4) «*Noticia de alguns pintores portuguezes...*» por Sousa Viterbo — Terceira serie — Coimbra 1911 — Pags. 59 e segs.

«*Dictionnaire historique-artistique...*» par le comte A. Raczyński. — Paris 1847 — Pag. 8.

A actividade da «Officina Regia» segue em 1825, o que se verifica por outra estampa existente na colecção iconográfica da citada Bibliotheca: Grande retrato em busto de el-rei D. João VI, três quartos á direita, a cabeça descoberta, manto rial pelos hombros, condecorações, etc; e por baixo, sobrepujado por uma coroa, o anagrama «JVI» e os dizeres «*Sendim f. 1825.*» «*Lisboa*» «*Lithographia Regia.*». Trabalho feito só a traços de lápis gordo, muito artístico, patenteando contudo falhas e falta de vigor na estampagem, próprias dos inícios do processo.

Um retrato de D. João VI, existente na antiga colecção de Anibal Fernandes Tomaz e notável pela data e origem que mostra para o seu desenho, não é produção litográfica da «Officina Regia», nem apresenta característica alguma de ser trabalho executado em Lisboa; deve ter sido feito em França, em ano posterior ao indicado, talvez depois da morte do rei. Trata-se de um retrato in-4.º, sem título, em meio corpo, três quartos á direita mas olhando de frente, e assinado á esquerda «*L. Gras f. Lisbonne 1824*». Por baixo, o escudo das armas riais portuguesas e os dizeres «*Digne héritier des vertus de Marie, / le Pauvre sait tout ce qu'il a donné... / au bonheur de son Peuple il consacre sa vie; / il a beaucoup souffert et beaucoup pardonné*».

Mas dois retratos do mesmo soberano, existentes na colecção da Bibliotheca Nacional (1), apesar de não terem expressas as datas em que foram litografados, pelo aspecto que apresentam e pelos dizeres e emblemas que mostram, devem ser produções portuguesas; e podem attribuir-se, um ao ano de 1825, se não ao de 1824, e outro á segunda metade daquele ou ao ano seguinte. E de época muito próxima será provavelmente uma linda estampa conservada pela família Sequeira, representando um menino nú que segura uma pomba e

(1) 1.º — Pequeno retrato de D. João VI: busto, duramente recortado, sem fundo, de perfil á direita, cabelo e suissas encanecidas. Por baixo: «*Dom Ioão VI / Rey do Portugal do Brazil, e Algarves.*». Litografia a lápis gordo, de aspecto primitivo.

2.º — Retrato, em metade do tamanho natural, de D. João VI: busto, três quartos á direita; cabeça descoberta; rosto de frente, olhando para a esquerda; fardado, com a bandá da Torre e Espada e a das Tres Ordens; um riquíssimo Tosão de Oiro no peito. Por baixo: «*Impera em Cora*[Escudo rial português, sôbre a esfera armilar]ções, e n'elles vive.» «*Lx.ª Off. R. Lithog.*». Litografia só a traços de lápis gordo. Encontra-se outro exemplar, muito perfeito, na colecção joanina do Dr. Alberto Mac-Bride.

tem por título e dizeres : «Innocencia» «Off. R. Lith.» «Sendim-Lithog.^{ou} cop.^{do} um esquisse do Grand Sequeira, q̃. possue I. B. Verde.».

Durante a regência de D. Isabel Maria teve a «Officina Regia Lithographica» grande melhoramento no ano de 1827, em que foi mandado vir «de uma das mais acreditadas officinas de Paris um habil impressor», de facto chegado a Lisboa (1).

Essa actividade sequente do estabelecimento, a não lhe quererem attribuir a estampa in-fólio oblongo, assinada «Clarice Duprat» «Lx.^a Off. R. Lithog.», do desenho de uma paisagem aquática «Dedicado / A Sua Alteza Real a Serenissima Senhora Infanta / Dona Isabel Maria.», que possuo, vai-se demonstrando cronologicamente pelo retrato, sem título, em metade do tamanho natural, de Carlos Honorio de Gouvea Durão, ministro de Estado em 1826: busto, três quartos á esquerda, olhando de frente; fardado; hábito de Christo em pedras preciosas; e os dizeres «Queiroz del. em 1827.» «R. Off. Lithog. Lx.» (2). Depois pelo retrato, também em busto e com o hábito de Christo, de «Faustino J. Roiz./ Lente das Aulas de Desenho e Esculptura, por S. Mag.^{de}» «Franc.^{co} d'Assis Roiz teve a satisfação de retratar / seu amabilissimo Pai, na id.^e de 66 annos, e o lithografou em 1828.» «O. R. Lith.». Ou pelo retrato em meio corpo, de frente, sentado a escrever, dentro de moldura rectangular com abertura oval, de «J. A. de Macedo / idade 62 annos» [«NJPossollo do viv. des. e lit.^h. na Off. R. Lith. / 1828» e a quadra

«Pode o buril de seu rosto
Traçar a imagem que he esta
A sua alma em seus escriptos
Somente se manifesta» (3).

O retrato de «A Serenissima Senhora Princesa do Brasil, / D. Maria Francisca Benedicta; / de saudosa memoria / tendo de idade 83 annos e 25 dias. / Feito de recordação por J. Rafael, 1.^o Pintor da C. e C., no terceiro dia depois da fatal perda do vivo

(1) «Historia dos estabelecimentos scientificos...» por José Silvestre Ribeiro — Tomo V — Lisboa 1876 — Pag. 275.

(2) Colecção iconográfica da Biblioteca Nacional.

(3) Existe outro retrato de José Agostinho de Macedo, desenhado e litografado pelo mesmo Possollo, sem a quadra poética e com mais variantes.

original / Agosto 1829» está assinado «*Sendim lithog.*» «*Off. Reg. Lithg.*» (1).

As grandes «*Vistas de Cintra...*» copiadas do natural e litografadas por Domingos Schioppetta, ou «*Esquioppetta*», bem conhecidas dos coleccionadores de documentos referentes á pitoresca estância, e que eram consideradas como das primeiras produções litográficas executadas em Portugal, mostram em três delas a indicação «*O. R. Lith. anno 1829*»; em outra «*O. R. Lith. anno 1830*»; não manifestando data as duas que representam «... (*Collares*) *Vargem.*» [sic] (2).

Da mesma origem, ainda que não datados, a qualquer dos anos anteriormente referidos se devem attribuir vários retratos de D. Miguel, como régente ou como rei, barbado ou de rosto glabro, acompanhado das insignias da rialeza e outras vezes revestido delas (3). Na mesma cronologia se incluirá a bela estampa de «*Sendim*» «*que representa... o dia 22 de Fevereiro de 1828, no acto de desembarque do... Senhor D. Miguel no Caes de Belem...*» (4); e a que «*A. J. Silva Lith.*», representando «*S. A. R. o ser.^{mo} su.^r infante D. Miguel. regente de Portugal e Algarves. / Quadro aluzivo ao feliz regresso do mesmo... Senhor a estes Reinos, e dedicado a / S. Mag.^{de} I. e R. a Senhora D. Carlota Joaquina de Bour-*

(1) Colecção do Conde de Almarjão.

Veja «*Joaquim Rafael pintor e escultor portuense...*» por Henrique de Campos Ferreira Lima — Coimbra 1923 — Pag. 30.

(2) Colecção de Afonso de Dornelas Cisneiros.

Veja Sousa Viterbo «*Artes e artistas em Portugal*» — Lisboa 1892 — Pag. 19.

(3) Entre êles, um existente na colecção da Biblioteca Nacional e que deve ser anterior a fevereiro de 1828, data da chegada de D. Miguel a Lisboa, de regresso do exílio: in-fólio, busto muito grande, de perfil á direita, fardado; cabeça descoberta, rosto imberbe; e os dizeres «*Queiroz fez*» «*Exactamente tirado do proprio Original, unico que existe em Port.*» «*R. Offic. Litog. Lx.^a*».

Outro, de composição muito vistosa, in-fólio máximo, pertence ao pintor Alberto Sousa e datará de 1829, ou mais provavelmente de qualquer dos três anos seguintes: D. Miguel, em mais de meio corpo, de frente, com o rosto barbado, a coroa na cabeça e o manto rial pelos hombros, fardado e ostentando ricas condecorações, empunha o scetro na mão esquerda e com a direita desembainha a espada. Por baixo «*Sendim.*» «*Off. R. Lithograf.*» e o título «*Pela religião e pela patria / Elrei fidelissimo D. Miguel 1.^o nosso senhor, / Rei de Portugal, dos Algarves, e Conquistas.*».

(4) Colecção da Biblioteca Nacional. Outro exemplar no palácio de Queluz.

bon./...» (1); ou a que «Amaral, fecit.» (2) e figura «Sua Magestade Fedelissima ...Hindo para a Tapada passar revista as leaes tropas, como seu gene-ral em chefe, no faustissimo dia do seu natalicio, 26 de outubro de 1831./...» (3).

Se não fôrem aceitas as mencionadas atribuições, um retrato in-fólio de D. Miguel, imberbe, em mais de meio corpo, virado três quartos á direita, fardado, com veneras e revestido de manto régio, empunhando o scetro na mão direita e apoiando a esquerda nos copos da espada, vendo-se ao lado direito do personagem, sôbre uma rica credência, a coroa rial e a estátua da justiça, e ao fundo a effigie de D. Carlota Joaquina dentro de moldura oval coroada, tem os seguintes dizeres datados: «Sendim» «Off. R. Lithg. Lx.^a 1828» «Editor, Ant.^o Patricio Pinto Rod.^{es}» «D. Miguel [Escudo oval das armas riais portuguezas] Primeiro, / Reyde Portugal, e dos Algarves» (4). Outro retrato menor (0,^m317×0,^m218), em busto de frente, fardado e ostentando condecorações, o rosto glabro virado três quartos á esquerda e a cabeça encimada pelo ôlho da Providência dentro de uma coroa de loiros da qual irradiam para a figura feixes luminosos, mostra haver sido originado pelo célebre quadro a óleo que ainda existe em Queluz, nos dizeres «Queiroz fez em 1828» «Joh. Ender pinx. Alemanha» «R. Off. Lythog. Lx.^a», e tem por título: «O Sr Dom Miguel / [Escudo circular das armas portuguezas, com o dragão da Casa de Bragança como timbre na coroa rial] Rey de Portugal e dos Algarves. / Offerecido aos honrados, e sempre Leaes Portuguezes.» (5). Um retrato pequeno (estampa que parece arrancada a qualquer livro) em corpo inteiro, fardado e com manto, de pé junto a uma mesa que sustenta a coroa, o scetro e um cartapácio aberto das «Cortes de Lamego», no interior de ostentosa sala, tem o título «Servator

(1) Antiga colecção de Anibal Fernandes Thomaz.

(2) Christovão de Almeida Amaral, conforme assina em outro trabalho litográfico.

(3) Antiga colecção de Anibal Fernandes Thomaz.

(4) Idem. Outro exemplar na colecção do Dr. A. Vasco Rebêllo Valente, no Porto.

(5) Colecção Rebêllo Valente. Vem a propósito notar que a mencionada litografia de Queiroz, variando só nas dimensões e na disposição e dizeres da medalha de Vila Franca que tem o retratado, é réplica da conhecida gravura de Renard, a qual diz «d'après nature par C. R.».

Legum, Michael dat pignora Pacis.» e a data «*O. R. Lith. 1829*» (1). Finalmente outro grande retrato in-fólio do mesmo rei, em meio corpo, três quartos á esquerda, com o título «*Sua Magestade Fidelíssima/ o Senhor* [Escudo das armas reais portuguezas, tendo por baixo a legenda «*INTREPIDO DEFENSOR DO ALTAR, E THRONO;*»] *D. Miguel I./ Legítimo Rei de Portugal, e Algarves e seus Dominios,/ Dedicado a Nação Portugueza, em Memoria da feliz Chegada do mesmo Augusto Senhor, a este Reino, em 22 d'Fev.ro d'1828./ Por seu Autor Antonio Joaquim Pereira do Lago Sarmento*», apresenta também as indicações «*Sarmento Deliniou em 1831*» «*Amaral Lithog. ou Off. Regia Lithg.*» (2).

Tornam-se menos raras depois as peças datadas, saídas da «*Officina Regia*»: O belo retrato de «*O Visconde de Queluz*», assinado «*Primavera/ 1831*». O retrato do pintor «*Joaquim Rafael*», com «*Sendim do vivo del. e lithog. . . . 1832*». O de «*Francisco Antonio Martins Bastos*» pelo mesmo «*Sendim*» «*O. R. Lith. 1832*». As grandes e vistosas estampas, in-fólio máximo, dêste litógrafo, entre as quais uma delas, ostensivamente alusiva ao flagelo da cólera-morbus, tem por «*Editor Silencio Christão de Barros*» e a data «*1832*»; e outra, com o título «*Victoria da Legitimidade*» e as indicações «*Lisboa Off. R. Lithog. 26 de Julho de 1833.*», apresenta a declaração pouco crível «*N. B. Este Desenho foi apromptado na pedra pelo Author . . . em 1828. . . .*».

Com as datas de 1833 e posteriores, são frequentes as estampas provenientes da mesma «*Officina*», a qual, pelo decreto de D. Maria II de 6 de dezembro de 1836, depois regulamentado pelo de 9 de setembro de 1837, e atendendo á representação da Academia de Bellas Artes de Lisboa, deixou de ser um estabelecimento independente para ficar sujeito á administração da última, cessando a direcção de João José le Cocq (3). Apesar dos antigos jornais portuguezes, que pude consultar e que tratam da litografia, serem falhos de dados aproveitá-

(1) Antiga colecção de Anibal Fernandes Thomaz. Outro exemplar na colecção da Biblioteca Nacional.

(2) Antiga colecção de Anibal Fernandes Thomaz.

(3) «*Historia dos estabelecimentos scientificos. . . .*» por José Silvestre Ribeiro — Tomo VI — Lisboa 1876 — Pag. 96; e Tomo VIII — Lisboa 1879 — Pags. 230 e 231.

veis a respeito da sua história no nosso país (1), em um dêles, com data relativamente recente (2), encontra-se a informação pouco precisa, mas condizente com os factos anteriormente narrados, de que «a primeira lithographia que nos consta se estabeleceu em Lisboa, foi a da Academia, na rua Augusta, onde hoje está estabelecido um monte-pio, junto ao arco da Praça do Commercio... no reinado de el-rei D. João VI.»

Outras, porém, devem ter sido criadas pouco depois da fundação da «Officina Regia»:

Em 1829 já existia a «Lithographia de Santos», ou «Lithographia Nacional de Santos» como também se intitulava, instalada no Largo do Conde Barão, N.º 21. O conhecido retrato sequeiriano de José Bernardo da Rocha Loureiro, que descrevi em outro estudo anterior (3), apresenta as seguintes indicações comprovativas: «A. J. Silva cop. d'um Orig. de Sequeira» «na Lith. de S.ºs» «1829.»/ «Para Dedicar/ Ao Ill.º S.º Jozé Ignacio d'Andrade.» E, mostrando a actividade do estabelecimento dois anos mais tarde, um grande «S. João Baptista», cópia feita por Manuel Maria Bordallo Pinheiro, tem os dizeres «Leonardo di Vinci, inv.» «Off. Lithog. de Santos.» «M. M. B. P. desenh. Março de 1832.»

Outra estampa da mesma proveniência, certamente feita no primeiro dos anos mencionados, apesar das deficiências artísticas e técnicas que apresenta, torna-se interessante por vários motivos e porque fornece curiosos dados biográficos sobre o proprietário que dava o nome á officina. É um retrato in-4.º de D. Miguel I, com

(1) «*Arquivo popular.*» Semanario pintoresco. — Volume I. — 1837. — Lisboa.

«*Idem.*» — Volume II. — 1838. — Lisboa.

«*O panorama.*» Jornal litterario e instructivo — Volume segundo. — Lisboa: 1838.

«*Idem.*» — Volume terceiro. — Lisboa. 1839.

«*Idem.*» — Volume Quarto. — Lisboa. 1840.

«*Idem.*» — Volume Quinto. — Lisboa. [1841].

«*O mosaico.*» Jornal d'instrucção e recreio — Volume Segundo. Lisboa 1840.

«*Revista Universal Lisbonense.*» Jornal dos interesses phisicos, moraes e litterarios. — Tomo IV. — Lisboa 1845.

«*Idem.*» — Segunda serie. Tomo III — Decimo anno: — Lisboa 1851.

(2) «*Illustração popular.*» Publicação semanal — Volume III — Lisboa-1874. — Numero 1 — Pag. 1 — [3.ª columna].

(3) «*A morte de Camões...*» — Pags. 170-171.

barba, em busto; fardado, manto rial pelos hombros, condecorações, etc. Por baixo os dizeres «A. O. S. Pietra. Dezenhou em Lith.» «Santos Retratou, e Estampou»; e o titulo «S. M. F./ o/ Senhor;/ D. Miguel I./ Rei de Portugal e dos Algarves &c.ª/ Offerecido á Fiel, e Valoroza Tropa Portugueza/ por/ Pedro Antonio Joze dos Santos / Lithographo, Retratista, e Creado Particular/ de S. M.» (1).

Aparece depois a «Lithographia de Manuel Luiz» ou Manuel Luiz da

(1) As manifestações «litográficas» de dedicação a D. Miguel, da parte do proprietário da oficina, já eram mais antigas e até anteriores á existência da mesma, como se infere de uma estampa, in-fólio máximo, retratando em tamanho pouco menos de natural aquele príncipe, imberbe, de perfil á direita, fardado de general, com a banda das três ordens, a mão direita sobre o lado esquerdo do peito e cobrindo o seguinte letreiro circular, em versais resplandecentes: «A VIRTUDE REGE O MEU PEITO». Por baixo, á direita «Off. R. Lithg.». E ao centro, os dizeres «O Serenissimo Senhor Infante Regente / D. Miguel/ Offerecido e Dedicado ao mesmo Augusto Senhor / por seu mais umilde Criado / Pedro Antonio José dos Santos». Apesar de tais dizeres e de não estar assinada, esta bela estampa, da qual existe um exemplar na biblioteca da Academia das Sciências de Lisboa, havendo visto outro na antiga coleção iconográfica de Anibal Fernandes Thomaz, tem todo o caracter de ser obra de Sendim.

Parece que a «Officina de Santos» tentou muito cedo o emprêgo das pedras nacionais em substituição das que vinham da Alemanha, como inculcam os dizeres de dois retratos in-4.º, de aspecto arcaico, produções prováveis das primeiras épocas do estabelecimento. Lê-se no primeiro, de execução muito pouco artística: «P.º Ant.º J.º dos S.ºs inv. e Lithog. na sua Off. com liçªa» / «O Ill.º e Ex.º Sr. / Ayres Pinto de Souza.» [Brazão] «Em pedra lithog. Portuguêza». E no segundo, pouco mais perfeito do que o anterior: «Joze Daniel Rodrigues da Costa. / Nos Livros das suas Obras / Jozino Leirience.» / «P. An.º J.º Santos, do vivo retratôu, lithografiôu, e estampôu, em pédra Portuguêza».

Sobre as pedras litográficas portuguesas, suas proveniências, vantagens económicas do seu emprêgo e exportação, elogio da sua boa qualidade, constituição e desenvolvimento da «Companhia Conimbricense de exploração de pedreiras litográficas», fundada em 1839, encontram-se dados curiosos em «O panorama.» — Volume terceiro. — Lisboa. 1839 — [N.º] 100 (Março 30, pag. 104. — [N.º] 101) (Abril 6, pag. 106. — [N.º] 127) (Outubro 5, pag. 320. — «Idem» — Volume Quinto. — Lisboa [1841]. — [N.º] 226 — Agosto 28. Pag. 280.

Um «registro» in-4.º peq.º de «S.ª Aurelia Martyr, / Que se venera na ermida dos / Condes do Sobral, / Na villa do Sobral do Monte Agraço» tem mais os seguintes dizeres: «Desenho em Pedra Portugueza das que forão achadas por Antonio Joaq.º Dias Monteiro, Lithografo da Real Casa de S. Magestade Fidelissima». (Cf. «Os registros de santos» por Luis Chaves, — Parte II — Catálogo pelo nome dos Autores — in «O Archeologo portugês...» — Vol. XXV — 1921 & 1922 — Pag. 161.).

Costa, na Rua Nova dos Martyres, N.^{os} 12 e 14, (1) que toma grande desenvolvimento e mais tarde se distingue pela importância e perfeição dos seus trabalhos, entre os quais se tornam célebres, sendo muito elogiadas em 1838 e nos anos seguintes, as estampas de figuras e retratos feitas por J. J. Lopes, e os «quadros historicos» feitos por Sendim e por Fonseca para a obra de Castilho (2). Uma outra oficina situada na mesma rua com os N.^{os} 2 e 4, fazendo esquina para a Rua do Ferragial [sic] de Cima, fundada em 20 de janeiro de 1835, durou dezenas de anos e ainda existia em 1874, pertencendo a Domingos Francisco Lopes, litógrafo da casa rial (3).

Também a Academia Real das Sciencias de Lisboa, logo nos inícios da introdução do processo em Portugal, instalou uma litografia privativa. São categóricas a tal respeito as informações tradicionais fornecidas por pessoas da família do antigo artista Vicente Pinto de Miranda (4), o qual afirmava o mesmo e que os primeiros trabalhos

(1) Uma folha de prova litográfica, antes das côres, para cartas de jogar (figuras e azes representando personagens e factos liberais) existente na Biblioteca Nacional, mostra a indicação «*Off. Lith. de M.^{el} Luiz Rua dos Martyres N.^o 12 e 13. Lx.^a 1835.*». Igual data apresentam as sete estampas da «*Continuação da Collecção / dos / Trajos uzos e / Costumes mais notaveis / dos / Habitantes de Lisboa e Provincias de Portugal*», litografadas na mesma oficina e cuja primeira série saíra das oficinas «Régia» e «de Santos», com frontespício de «1832» e algumas das estampas datadas «1833».

Existe um belo retrato, in-fólio pequeno, de Manuel Luiz da Costa, litografado a dois lápis na sua oficina em época muito posterior, por Macphail, com a reprodução da assinatura e sobre fundo rectangular amarelado com traços de lápis branco.

(2) «*O panorama.*» — Volume segundo. — Lisboa: 1838. — [N.^o 68] (Agosto 18, pag. 263. — [N.^o 69] (Agosto 25, pag. 272. — [N.^o 84] (Dezembro 8, pags. 391-392.

«*Idem.*» — Volume terceiro. — Lisboa. 1839. — [N.^o 101] Abril 6, pag. 106. — [N.^o 121] (Agosto 24, pag. 272.

«*Idem.*» — Volume Quinto. — Lisboa. [1841]. — [N.^o 226] — Agosto 28. — Pag. 280.

«*O mozaico.*» — Vol. II. — Lisboa 1840. — N.^o 49 — 10 de Fevereiro. Pags. 47-48.

(3) «*Illustração popular*» — Log. cit. — [1.^a columna].

(4) Vicente Pinto de Miranda, filho de Antonio Pinto de Miranda, nasceu no Rio de Janeiro em 1782 e faleceu no Porto em 1865. Foi desenhador e miniaturista muito apreciável. Estando em Lisboa, empregado na secção de Minas, conheceu Bartolozzi com quem conviveu na maior intimidade, dedicando-se os dois mútua estima e colaborando em trabalhos. Conservou sempre com aprêzo grande quantidade da obra do exímio artista e, até á morte, na cabeceira do leito, um retrato a pastel do gravador, seu mestre e amigo, que ainda se guarda na posse da família.

executados na dita oficina fôra êle quem os fizera. Com efeito eu possuo, por dádiva dos seus parentes, algumas provas litográficas originais que lhe pertenceram; e, para tirar qualquer dúvida, uma delas, a duas tiragens, com a figura a preto sobre fundo amarelo, cópia da célebre cabeça de garoto de Teniers, tem as indicações «*O. P. fez*» «*Lith. da Acad. R. das S.*».

Um exemplar igual guarda-se na biblioteca da mesma Academia, onde encontrei também, incorporadas entre as estampas do conhecido códice «*Collecção de Epitaphios, Inscricções e Lettreiros...* Por Antonio Joaquim Moreira» (1), duas outras litografias de aspecto arcaico, a lápis gordo e á pena, representando tôscos desenhos do túmulo de Egas Moniz no Mosteiro de S. Bento de Paço de Sousa, tendo as indicações de que constituem «*Est. I.*» e «*Est. II.*» de qualquer obra impressa á qual foram arrancadas, e ambas os dizeres: em baixo, á esquerda «*CIR. cop.*» (2); e á direita «*Lith: da A: R: das S.*».

Não sei até quando durou esta oficina litográfica. Concordando porêem com as informações referidas, outra notícia ajuda a confirmá-las: Quando em fins de 1836, ou princípios de 1837, foi fundada a oficina litográfica da Imprensa Nacional de Lisboa, devida á iniciativa de José Liberato Freire de Carvalho nomeado administrador do importante estabelecimento do Estado por decreto de 13 de setembro do primeiro dos anos citados, «as primeiras quatro pedras adquiridas foram compradas a Carvalho & Lemos; e poucos dias depois de montado o primeiro engenho compraram-se mais catorze á Academia Rial das Ciências». Tal notícia, além de outras muito interessantes sôbre a fundação, primeira instalação, funcionamento e pessoal primitivos daquela oficina da Imprensa Nacional, encontra-se na erudita monografia de José Vitorino Ribeiro (3), a ela referente e bem conhecida de todos os estudiosos.

(1) «*Volume 9.º... Lisboa — 1864.*» — Fol. «34» e Fol. «35».

(2) Podem ser as iniciais de Constantino José dos Reis, escultor, aluno de Joaquim Machado de Castro e inscrito no «*Dictionnaire historico-artistique...*» par le comte A. Raczynski — Paris 1847 — Pag. 242.

(3) José Vitorino Ribeiro «*A Imprensa Nacional de Lisboa—Subtdios para a sua história — 1768-1912*» — Imprensa Nacional 1912 — Pags. 64 e 65.

As primeiras estampas executadas no Porto por João Baptista Ribeiro, são datadas do ano em que foi levantado á cidade o cêrco das tropas miguelistas. Fez Ribeiro, como ensaio, o belo auto-retrato a traço e ponteadado, «*Litografado por elle mesmo. Porto. 1833.*» (1): em busto, de frente, o hábito da Conceição ao peito, desenhando com a mão direita em um grande livro; a cabeça encostada á mão esquerda; duas violetas caidas sobre a mesa do trabalho. Depois, havendo ficado satisfeito com o precedente, fez o grande retrato em meio corpo, três quartos á direita, olhando de frente, fardado, com banda e ostentando uma condecoração brasileira, de «*D. Pedro, Duque de Bragança* (2) */ Dedicado aos seus admiradores*» «*João Baptista Ribeiro, do vivo, des. e lith.*» «*Porto 1833. Lith. Ribeiro*»; e outro mais pequeno da princesa D. Maria Amelia, sem o nome da retratada, figurando a criança entre nuvens, sentada em uma almofada, olhando de frente e estendendo os bracinhos para o lado esquerdo, com os dizeres «*L'auguste enfant guidé par un Dieu protecteur. / Ouvre ses petits bras pour caresser son père.*» «*João Baptista Ribeiro lithographou—Porto 1833.*

É sabido o facto do imperador D. Pedro, amigo e protector do artista, a quem amiudo visitou interessando-se pelos seus trabalhos, haver-lhe oferecido um prelo litográfico completo, para os executar (3). Esta noticia deve ligar-se com outras relativas á criação de uma «Regia Officina Lithografica do Porto», para a qual o francês Vincent l'Hospitalier, como official litógrafo, fôra durante o cêrco pôsto á disposição do lente da cadeira de desenho da «Academia de Commercio e Marinha» que, desde junho de 1833, era o próprio João Baptista Ribeiro.

Foi porê m o dito official dispensado do serviço pela portaria de 14 de setembro do ano citado, assinada por Candido José Xavier, e ordenou-se na mesma data ao director da «Officina Regia Lithografica de Lisboa» que escolhesse e nomeasse um outro, inteligente e hábil, para a «Officina» portuense. João José le Cocq não conseguiu arran-

(1) O resto dos dizeres biográficos acha-se cortado em parte, nas estampas, pelo vinco da pedra.

(2) Em «fac-simile» da assinatura.

(3) «*Noticia de alguns pintores portuguezes...*» por Sousa Viterbo — Terceira serie — Coimbra 1911 — Pag. 144.

jar nenhum com tais requisitos, chegando apenas a citar o nome de Carlos de Almeida Amaral, soldado do 4.º batalhão móvel destacado em S. Julião, o qual estava «empregado na reunião das livrarias dos ex-conventos»; mas, além de não aceitar o encargo, parecia «não ter ainda toda a pericia que no Porto se deseja». (1)

Depois de várias diligências e falecido já o imperador, escreve João Baptista Ribeiro em uma longa carta, de 8 de novembro de 1834, dirigida ao bispo-conde D. Fr. Francisco de S. Luiz, ministro do reino de D. Maria II: «Tenho os retratos que fiz, de S. M. F. (2) e do seu Augusto Pai, ambos copiados pelo natural e ambos desejados anciosamente pelo Publico, mas de balde, por falta do cumprimento da mencionada portaria (3). Estou ensinando huns sessenta estudantes na Academia, e condemnado a servir-me para as lições de estampas elementares cheias de erros, e por ventura poderia isso evitar-se cumprindo-se aquella Portaria, pois que eu desenharia então sobre a pedra lithographica exemplares melhores que os dos estrangeiros, para servirem não só na Academia, mas onde se quizesse estudar a materia. Finalmente, rogo a V. Ex.^a que faça, a bem do Publico, dar o devido cumprimento áquella providente Determinação do Amigo das Sciencias e das Artes, do Homem que honrava os processos d'Arte nesta minha caça com a sua Imperial Presença, dias, semanas e meses, e que até parecia hum Artista luminoso no juizo com que encaminhava os meus trabalhos. Perdõe-me V. Ex.^a, este desafogo, que he fi ho de quem ensina n'hũa Academia ha 23 annos, e de quem ha 30 estuda por paixão.» (4)

O que se verifica, é que na «Lithografia de Ribeiro», e não em qualquer estabelecimento official, estampou Manoel da Fonseca Pinto, com a data «Porto 1836», o retrato in-fólio pequeno, sem titulo, de

(1) Êste Almeida Amaral, apesar da diferença no primeiro nome, deve ser o mesmo que em 1831 já encontramos a estampar litografias miguelistas na «Officina Regia» de Lisboa.

(2) O retrato de D. Maria II foi desenhado, em 1834, a lápis de côres.

(3) De 14 de setembro de 1833.

(4) Todas estas notícias sobre a «Regia Officina Lithografica do Porto» fôram extraídas do interessante artigo de Nogueira de Brito «Arte Portugueza — Pinturas existentes no Pôrto por ocasião da extinção das congregações religiosas» publicado no «Boletim da Associação dos Archeologos Portugueses...» — Tomo XIII — 5.ª serie — N.º 8 a 12 — 1921 — Pag. 396.

Antonio Bernardo de Brito e Cunha, um dos dez liberais enforcados na Praça Nova em 7 de maio de 1829, retrato que tem a seguinte quadra :

*«De Socrates rival nos dotes d'Alma,
Como elle do martyrio tem a palma.
Victima d'hum tyrano! Honrado Brito!
Foi a honra o teu unico delicto.»*

Porém não é menos certo que, passados tempos, alguns trabalhos de Ribeiro se estampavam em Lisboa: Se o grande retrato de «*Manoel da Silva Passos/ Dedicado aos seus amigos*» ostenta a data e proveniência «*Porto 1837. Lith. de Ribêiro.*», pela mesma época o retrato do «*Visconde de Sá da Bandeira*», assinado e datado «*J. B. Ribeiro desº, e lith. no Porto 1837*», mostra a indicação indubitável «*Lith.ª de M.º Luiz R. N. dos Martyres n.º 12 Lx.ª*»; encontrando-se a mesma indicação no grande retrato de «*Francisco de Almada e Mendonça/ Dezebargador Corregedor e Provedor da Comarca do Porto/...*», firmado «*J. B. Ribeiro Lith./ Porto 1839.*»; assim como no retrato de «*Thereza Tavola/ Primeira Dama absoluta do Theatro de S. João... em 1839*». Anos depois, facto análogo se dava com a estampagem na capital de notáveis retratos desenhados na pedra pelos artistas portuenses José Alves Ferreira Lima e Guilherme Antonio Correia, os quais, do mesmo modo que João Antonio Correia, irmão do último, e Francisco José de Rezende, trabalharam em litografia.

Contudo em 1835, montando oficina, segundo se depreende do anúncio publicado em um jornal da época (1), «... Joaquim Cardoso Victoria Villanova, morador na rua do Campo Pequeno, conhecido já [na] Cidade como Pintor e Gravador, construiu huma Imprensa Lithographica, preparou o papel de transferir o Lapis e Tinta Lithographica, os ácidos e tinta de imprimir, fez várias experiencias, e a última o Retrato de S. M. I. o Senhor D. Pedro, copiado do que em França se lithographára em 1832...». O artista preparava-se também para «observar o resultado da pedra de Ançãa empregada na Lithographia».

(1) «*O Artilheiro*» — N.º 34 — 1835 — Porto 16 de Dezembro — «Imprensa Lithographica construida no Porto».

«*Idem*» — N.º 36 — ... 23 de Dezembro.

Passados tempos, em 1837, publicou o mesmo jornal (1) um re-tumbante artigo de elogio aos trabalhos litográficos de Villanova, no qual se especifica a estampa representando «algumas Famílias Polacas, que são conduzidas para a Siberia por hum partido de Cossacos». Desta data em diante assinalam-se no Porto as estampas a lápis gordo (2), ou á pena imitando águas-fortes (3), assinadas pelo referido professor de desenho.

Vem a propósito lembrar ainda, que o amador José James Forrester, barão de Forrester em 1855, grande e activo negociante escocês residente na capital do norte e a quem a cidade e o Douro devem a recordação e o beneficio de valiosos empreendimentos, fez litografar artisticamente em Inglaterra, a contar de 1835, grande número dos seus próprios desenhos de paisagens e de retratos, estampas que depois espalhava oferecendo-as aos amigos e que hoje são apreciadas nas colecções (4).

Cêrca de 1869 existiam no Porto nove oficinas litográficas (5).

Em Lisboa, após as datas já mencionadas, o movimento litográfico progride em quantidade, qualidade e importância, atingindo certa elevação artística nos começos da segunda metade do século XIX. Alguns dos retratos então executados na pedra constituem verdadeiros primores e devem apontar-se entre as boas coisas da arte portuguesa.

A expansão não afrouxa, contudo. A Escola Polytechnica possui uma officina (6). Em 1874 são em número de vinte as que existem na capital, como se pode verificar pela sua lista publicada em um jornal

(1) «*Idem*» — N.º 115 — 1837 — Porto 26 de Maio — «*Bellas Artes*».

(2) Jazigo do Coração de D. Pedro — «*J. Villa Nova del. e lith. Porto 1838.*»
Retrato do conde das Antas — «*J. C. V. Villa Nova Lith*» «*Porto 1839.*»

(3) S. José — «*J. C. V. Villa Nova Lith. Porto. 1839.*»

(4) Apesar da lista aí publicada estar incompleta, veja: «*Oporto, Old and New./ Being a historical record/ of The Port Wine Trade/ and A Tribute to British Commercial Enterprise/ In the North of Portugal,*» by Charles Sellers. — London, E. C./ 1899. — Pag. 262.

(5) «*Apontamentos para a historia da cidade do Porto,*» juntos e coordenados por J. M. P. Pinto. — Porto 1869 — Pag. 159.

(6) Existe uma estampa, com a indicação comprovativa, na colecção do Dr. A. Vasco Rebêllo Valente, do Porto.

da época ⁽¹⁾. Muitos dos melhores pintores dêsse tempo e dos nossos dias trabalharam em litografia, produzindo obras dignas do seu mérito e de serem admiradas e arquivadas como de intrínseco valor: Usaram do processo T. J. d'Annunção, Victor Bastos, M. Lupi e o grande Silva Porto, cuja estampa «*Os bois*», entre outras, é muito notável. Os dois Bordalos, Rafael e Columbano, seguindo as tradições do pai que foi litógrafo distinto e, como vimos, um dos primeiros que trabalhou em Portugal; Rafael no género e no retrato caricaturais, onde sobresaem a série dos «*Actores*» e o «*Album das Glórias*»; o extraordinário Columbano em figuras e retratos, dos quais alguns, como o de Soares dos Reis e o de Anthero de Quental, hombream com as maravilhas das suas telas. E Ramalho, Ribeiro Christino, Luciano Freire, Salgado, Roque Gameiro, . . . para fazer citações entre tantos nomes que me ocorrem. Aí por 1880 e anos imediatos, até o príncipe rial, depois infeliz rei D. Carlos I, cultor esclarecido das belas-artes, executou alguns desenhos litográficos de marinhas, que datou e assinou.

É quasi certo que se fôrem cuidadosa e sistematicamente corridas as estampas ilustrativas de livros ou jornais, e pesquisadas as colecções e arquivos, outros documentos datados aparecerão, além dos que mencionei, próprios para organizar e completar devidamente a história dos inícios da litografia em Portugal, com especialidade a dos primeiros anos da «*Officina Regia Lithographica*». Não sendo porém êsses os fins do meu estudo, limitei-me a coligir eventualmente os elementos apontados, para fixar, tanto quanto me fôsse possível, as datas daqueles inícios, cotejando-as com as da introdução do processo nos outros países da Europa e sobretudo com as datas dos ensaios realizados por Sequeira antes da sua emigração, ou feitos pelos seguidores do artista que depois lhe haviam ficado com o prelo e mais apetrechos.

Cabe aquí fazer notar que os litógrafos cujos nomes aparecem assinando os primeiros trabalhos saídos da «*Officina Regia*», Caetano Ayres de Andrade, a quem já me referi, e Mauricio José Sendim, o desenhador hábil que mais pronta e completamente se especializou na prática da invenção de Senefelder desde a introdução desta em Portugal e que depois não cessou, em toda a longa vida,

(1) «*Illustração popular*» — Log. cit. — [2.ª columna].

de manifestar uma operosa actividade nas litografias da capital, haviam sido discípulos de Sequeira de quem eram ajudantes, sendo provavelmente seus colaboradores nos ensaios litográficos e na fugaz emprêsa do «Atheneo das Bellas Artes» que a contra-revolução de maio de 1823 fez malograr á nascença (1).

Os seus nomes por extenso, juntamente com os de Antonio Pinto Vieira e Francisco de Borja Freire, aparecem exarados em um dos apontamentos manuscritos, deixados pelo pintor na posse da família, quando em setembro do ano citado emigrou para o estrangeiro, e nos quais minutara várias disposições relativas á organização e funcionamento do referido instituto de ensino. Podemos supor que fôram alguns dos citados individuos (2), especificando Ayres de Andrade e Sendim, que ficaram por empréstimo com o prelo e pedras litográficas pertencentes ao emigrado e a que êste se refere nas cartas para João Baptista Verde, de 28 de abril e de 27 de setembro de 1824, continuando com êsse material as experiências e ensaios que o mestre encetara antes da partida.

Como quer que fôsse, depois das tentativas de Sequeira, anteriores portanto a setembro de 1823, continuou-se em Lisboa a trabalhar em litografia, conforme se depreende dos trechos que transcrevi das suas cartas. E o pintor faz a crítica, não só a esses trabalhos mas, possivelmente, também aos que se tentavam na «Officina Regia», recentemente criada, em outro fragmento da carta de «18 de Janeiro de 1825», carta igualmente notável porque nela descreve a cerimónia da distribuição dos prêmios no «Salon» do Louvre, pelo rei Carlos X, e dá a notícia da medalha de ouro que recebeu pelos quadros que exposera (3): «...pelo contiudo da sua Carta de 23 de N.^{bro} e apressa com q̄. diz escrevera para chegar taõ tarde emfiro que os novos trabalhos lythographicos que se estaõ fazendo em Lisboa naõ prduzem o efeito q̄. poderiaõ dezejar, isso esperava eu tudo onosso

(1) «Domingos Antonio de Sequeira desenhador de medalhas» (2.^a comunicação) — Lisboa 1923 — Pags. 20 e segs.

(2) Francisco de Borja Freire era gravador, abridor de cunhos de moedas, medalhas e carimbos. Antonio Pinto Vieira não sei se será o pintor Antonio Inacio Vieira, que trabalhava nas obras do Palácio da Ajuda e a quem faz referênciã a «Noticia de alguns pintores portuguezes» por Sousa Viterbo — Terceira serie — Coimbra 1911 — Pags. 67 e 165.

(3) «A morte de Camões...» — Pag. 241.

asim vai, pois como podem esperar obras feitas com tais principios e entregues a pessoas que so tem palavras enada de conhecimentos praticos, não dovido dos bons desejos, mas estes sós não produzem senão o mesmo q̄. sonhos, aqui a onde há muitos estebelassimentos Lythographicos apenas hã hũ athe dous que deẝempnem com perfeiçãõ apezar de todos os dias se trabalhar em novas descobertas, em Methodos de deẝenhar — e de Estampar, há boẝilis que sã que os descobre he que os sabe &.ra ».

*

Escrevendo isto, o portuguez mostra que não esquecia as dificuldades e os insucessos relativos dos seus primeiros ensaios. Ao contrario, porque se lembrava d'elles e do meio limitado em que os realizara, confrontando-o com a vastidão do meio parisiense; conhecedor da importância e do desenvolvimento que a nova industria artistica ai tomara e dos resultados brilhantes que obtinha; prevendo para ella um futuro ainda mais largo, pelos interessantes aperfeiçoamentos que ia sofrendo, o que tudo era devido em grande parte á emulação entre as diversas actividades profissionais; Sequeira traça um quadro historico verdadeiro e resumido do estado da litografia por essa época na capital franceza, onde como desenhador hábil e expedito executava, ou fazia executar por Gianni, as belas reproduções que conhecemos de trabalhos seus.

De facto, os anos que decorrem de 1815 a 1825 marcam a installação definitiva e a vulgarização da litografia em França, com o estabelecimento simultâneo de Gabriel Engelmann em Mulhouse e do conde de Lasteyrie na Rue du Bac, em Paris, cidade para onde o primeiro se transferiu no meado de 1816, encetando-se logo a rivalidade, que não mais cessou, entre os dois activos empreendedores e foi uma das principais causas da florescência e do desenvolvimento que logo tomou a nascente industria. Em 1816 instalou-se também Delpech, que em janeiro de 1817 já estava associado a De Lasteyrie.

De 1818 a 1825 os estabelecimentos litográficos augmentam de numero; e são: além do de Delpech com De Lasteyrie, no Quai Voltaire, e do de Engelmann, na Rue Cassette, mais tarde na Rue Louis-le-Grand; o de Gihaut, no Boulevard des Italiens; o de Villain, na Rue de Sèvres; os de Martinet, Langlumé, Motte, Lacroix, Gault

de Saint-Germain, Delaunois, Charasse; os de Lefèvre e Brunet, em Lyon; o de Sandobal, em Nantes; o de Constans, em Sèvres... Mas, como afirma Sequeira na sua carta para o cunhado, dois dentre êles, que suponho serem o de Engelmann e o de Delpech com De Lasteyrie, marcham na vanguarda e distanciam-se dos outros pela expansão que tomam, pela perfeição e arrôjo dos trabalhos que apresentam, pela oportunidade e variedade dos assuntos que escolhem e pela judiciosa aplicação das inovações e descobertas que tentam (1). Em 1826 fundam-se as oficinas de Lemercier.

Quási todos os grandes artistas da época, Vivant Denon, Carle e Horace Vernet, Pierre Guerin, Girodet, Eugène Lami, Géricault, Fragonard, Ingres e Prudhon, Marlet, P. Roch, L. Boilly, Décamps e Delacroix, J. B. Isabey, Bonington, para não citar muitos, até o próprio Gròs, arrastados pela curiosidade ou entusiasmados com o processo, trabalham mais ou menos assiduamente em litografia. Em cêrca de dez anos a invenção de Senefelder tomava na arte francesa um lugar preponderante.

Era tal o prestígio do meio, que o mesmo inventor, arruinado várias vezes pelas emprêsas em Inglaterra, na Austria e por fim na Baviera sua pátria, salvo temporariamente de maiores dificuldades pelo govêrno dêste reino que, em 1810, lhe arbitrara o ordenado anual de 1:500 florins, como inspector dos estabelecimentos litográficos, quis também tentar fortuna em Paris. «Quero vêr Canaan!» dizia o obstinado lutador.

Aconselhado, ao que se diz, pelo conde de Lasteyrie e por Engelmann, veio a esta cidade com Knecht para publicar a tradução do tratado técnico que escrevera. Com efeito a edição francesa da «*Art de la lithographie*» é datada de «*Paris 1819*». O acolhimento entusiástico que teve, consequência da fama que gozava e das boas informações correntes a respeito do seu character, e por certo a esperança de tirar melhores resultados onde Engelmann e De Lasteyrie prosperavam, decidiram Senefelder a estabelecer-se, montando uma

(1) Apesar disso, conforme veremos no decurso dêste estudo, Sequeira executou em Paris os trabalhos litográficos que dêle conheço, ou fez executá-los por Gianni, não sómente nas oficinas do conde de Lasteyrie e de G. Engelmann, mas também nas de Langlumé, de Constans e de Senefelder. Sendo possível que outras se encontrem indicadas nos dois trabalhos de que ainda não examinei exemplares.

pequena oficina na Rue Servandoni, logo transformada em ponto de reunião de notabilidades científicas, políticas, artísticas, literárias e diplomáticas, atraídas pela curiosidade e pela simpática bonhomia do proprietário. Mais tarde mudou-se para o Boulevard Bonne-Nouvelle; e durante alguns anos permaneceu em Paris, dedicando-se á construção e venda de prensas litográficas, fazendo estampagens, esgotando-se em descobrir aperfeiçoamentos para o processo que inventara, divulgados os quais eram logo empregados pelos seus competidores e por êles explorados em proveito próprio... Nunca o protegeu a sorte.

Mais uma vez arruinado, cansado de lutar, teve que abandonar a França, indo a Viena fundar ainda um novo estabelecimento. De lá, quebrantado e doente recolheu a Munich, onde viveu quasi esquecido com a pensão que recebia do Estado, cego afinal e morrendo cheio de desgosto por tal motivo em 26 de fevereiro de 1834.

Sequeira, chegando nos primeiros dias de outubro de 1823, em pleno período de successo do método de reprodução artística que já tentara em Lisboa, não admira que logo fôsse de novo atraído á sua prática, em tudo facilitada pelas condições em que se realizava. Havendo falecido a 22 de novembro o seu «grande condutor e amigo» (1) marquês de Marialva, ainda não decorridos dois meses sobre a chegada a Paris do pintor, a seguir publica êste a estampa litográfica que compôs e executou, dedicada ao triste acontecimento — (EST. I. — FIG. 3) — e que é um formosíssimo trabalho (2).

Pode censurar-se a esta obra uma certa dureza na modelação e o tom algo fuliginoso dos escuros. Mas êsse defeito, se existe, proveio de um êrro que fácilmente cometiam alguns litógrafos principiantes, apesar de exímios debuxadores, por não tomarem na devida conta a diferença entre o aspecto mais suave que aparenta o lápis gordo ao desenhar na pedra, e a saturação negra da tinta que o vai substituir, quando da impressão no papel. Tal defeito é notado nas primeiras litografias de Girodet, aliás primorosas, com especialidade no retrato de Coupin de la Couperie executado em 1816. Fazendo contraste, outros desenhadores, como Guerin, por temerem cometer o êrro

(1) «A morte de Camões...» — Pag. 239.

(2) «Log. cit.» — Pags. 83 e 168.

apontado, caíam no defeito oposto e tratavam as meias tintas e as sombras, na pedra, com tal fraqueza, que depois as provas da impressão resultavam deslavadas e moles.

A estampa referida saíu da «Lith. do C. de Lasteyrie, dirigée par R. L. Brégenat [?]; e, estando datada de 1823, infere-se que não levou mais de um mês a ser executada.

A outra estampa — (EST. II. — FIG. 1) — com data do mesmo ano, mas essa tendo a indicação da «Lith. de G. Engelmann» e que Domingos de Sequeira, na enumeração feita (1), designa por «*emprouiso de varias cabeças*», é excelente no valor exacto dos tons e das meias tintas; constituindo, não só por êsse motivo, mas também pela composição, pelo desenho e pela estampagem, uma admirável obra de arte litográfica (2).

Já de 1824 é a estampa — (EST. II. — FIG. 3) — do «*Retrato do filho do Marques [de Marialva]... e que vai representado o inocente izolado no mundo no meio da França esperando secorro*», conforme os dizeres do artista na citada carta de «28 de Abril». Esta data marca assim o limite máximo da época de produção de tal trabalho, bem como dos outros enumerados na referida carta e que o autor enviava de presente para Lisboa: «*o Retrato do filho do S.r Conde de Linhares*», «*o Retrato do Nuncio*» — (EST. III. — FIG. 1) — com a marca da «Lith. de Langlumé» (3), e «*o Retrato do amigo Machado com toda a familia a Inglesa e 5 animais*» — (EST. III. — FIG. 2) — saído da «Lith. de C. Constans.» (4); os dois últimos mencionando o ano em que fôram impressos.

(1) «*Log. cit.*» — Pag. 239.

(2) «*Log. cit.*» — Pags. 170-171.

(3) Veja a NOTA FINAL.

(4) «*A morte de Camões...*» — Pags. 171, 233 e 240.

O retratado é o célebre Joaquim José da Gama Machado, conselheiro da embaixada portuguesa, erudito e excêntrico capitalista residente em Paris, onde faleceu a 9 de junho de 1861, havendo nascido em Lisboa cêrca de 1776. Autor da «*Théorie des ressemblances, ou essai philosophique sur les moyens de déterminer les dispositions physiques et morales des animaux...*», publicada em quatro partes — Paris 1831, 1836, 1844 e 1858 —, a sua curiosíssima biografia pode ver-se no «*Diccionario universal portuguez*» editado por Zepherino d'Albuquerque — Vol. VI — Pags. 150 e segs.; e, mais resumida, no «*Portugal*» diccionario redigido por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues — Vol. IV — L-M — Pags. 649-650. Além de Gama Machado, figuram na litografia a senhora inglesa com quem vivia e

Não admira que Domingos de Sequeira suspendesse depois, temporariamente, esta sua intensa actividade litográfica, porquanto na mesma carta declara que «*conf[er] de fazer o quadro p.^a a exposição q̄. vai abriresse no dia 24 de Agosto*». Esse quadro foi «*A morte de Camões*»; e á sua factura seguiram-se, conforme sabemos, uma excursão a Nantes e a execução de outro quadro a óleo, «*o Repouzo de Nossa Senhora no Egito*», que também chegou a estar exposto no «*Salon*» do Louvre. Em carta datada de «*27 de Setembro*» escreve que «*v[er] fazer hu.^a Lythographia*» dêste último trabalho ⁽¹⁾.

O retrato do conde do Lavradio — (Est. III. — Fig. 4) —, proveniente da «*Lith. de C. de Lasteyrie*», mostra a rubrica de haver sido feito ainda em 1824 ⁽²⁾. Mas só na carta de «*18 de Janeiro de 1825*» o autor pede ao cunhado para dizer a D. Francisco d'Almeida «*que todos os seus amigos em Paris... já tem o seu retrato em Lythographia... que na primeira oucaziã mandar[á] para... Lisboa*» ⁽³⁾, como cumpriu, juntamente com a carta de «*19 de Março*» ⁽⁴⁾.

Muito mais tarde, em «*26 de Julho de 1826*», após o regresso a Paris da viagem a Roma, para onde partira no fim de julho ou no 1.^o de agosto do ano anterior, é que se refere á estampa alegórica — (Est. IV. — Fig. 2) — de D. Pedro IV jurando defender a Carta Constitucional, sustentada por D. Maria da Glória: «*Eu aqui estou a concluir hu.^a Lythographia do retrato do Grande Imperador e Rei e nosso Redemptor creio q̄. para a semana sará concluido, depois deste trabalho e nos fins de Agosto conto de partir com a minha Cara filha para Italia*» ⁽⁵⁾. De facto a impressão desta obra, executada na «*Imp: Lith: de Sennfelder & C.^{ie}*», tem a data de «*1826*» ⁽⁶⁾.

Quanto a mim, êste não é dos melhores trabalhos do artista sob

a quem menciona nos seus numerosos testamentos; e alguns dos animais de que se cercava no próprio domicilio, entre os quais tinha logar proeminente, pelas qualidades de intelligência e afecivas que lhe attribuia, o periquito que aparece pousado no dedo da mão direita da retratada.

(1) «*A morte de Camões...*» — Pags. 240-241.

(2) «*Log. cit.*» — Pags. 167-168.

(3) «*Log. cit.*» — Pags. 233 e 243.

(4) «*Log. cit.*» — Pags. 234 e 244.

(5) «*Log. cit.*» — Pags. 133, 134, 230, 231, 234 e 245.

(6) «*Log. cit.*» — Pags. 172-173.

o aspecto da realização técnica, a despeito da complexidade de composição e do minucioso acabamento. Duro de contornos, um pouco sêco nos modelados, as posições das figuras bastante rígidas, a sua maneira teatral justifica-se contudo pela índole popular e fins de propaganda política a que era provávelmente destinado. Contrasta em todo o caso com a beleza do desenho original exposto no Museu Nacional de Arte Antiga; e ainda mais com um esbôço preparatório, quasi das mesmas dimensões, também a carvão e esfuminho com leves toques de branco, sôbre papel de linho alvo, existente na posse da família Sequeira — (Est. IV. — FIG. 1) —. A figura do imperador no último é admirável de espontaneidade, de justeza na marcação das linhas e dos valores, de vida na attitude e de impressionismo na luz e no ambiente em que aparece.

Depois da volta definitiva para Roma, em 26 de setembro do mesmo ano, não conheço trabalho litográfico algum feito por Sequeira. Quando naquela cidade pretendeu reproduzir o seu «Calvário», escolheu a gravura a água-forte, executada por A. Biordi sob a sua vigilância e, no dizer de Possidonio da Silva, por um método em «*que o seu pensamento e a sua maneira fossem expressos o melhor possível*»; como igualmente projectava para os outros tres quadros da mesma série, actualmente existentes na Casa Palmela (1). Isto passou-se no espaço de tempo decorrido depois do verão de 1827, em que terminou a primeira destas obras primas (2), até ao dia 24 de junho de 1833 no qual foi acometido por um ataque apoplético, ficando privado, segundo afirma o genro Migueis de Carvalho, «*quasi inteiramente... do exercicio das suas faculdades intellectuaes*» e «*achando-se [depois] quasi sempre confinado em hum leito*» (3).

Conforme sabemos, a litografia implantou-se tardiamente na Itália, introduzida ao que parece por um francês chamado Delorme, sendo olhada pelo amaneirado meio artístico da época com indiferença e um certo desdém, qual inovação desnecessária, falha de tradições e

(1) «*Dictionnaire historico-artistique...*» par le comte A. Raczyński — Pag. 270.

(2) «O Pintor Domingos de Sequeira—Uma carta do genro do grande artista ao conde de Lavradio» por Jordão de Freitas — in «*Correio da Manhã*» — I anno — Numero 278 — Lisboa 16 de Janeiro de 1922.

(3) Vergílio Correia «*Sequeira em Roma—Duas épocas*» — Coimbra 1923 — Pags. 68-70.

de nobreza. Para êste insucesso concorreu a existência de uma numerosa e florescente pléiade de abridores em cobre, que persistiu até período avançado do século XIX, alguns hábeis, de grande nomeada, e cuja prática fez considerar por muito tempo o novo processo como dispensável para a reprodução das obras de arte e até incapaz de hobrear com a gravura. Porisso as oficinas litográficas, que aliás se estabeleceram em Milão, em Bolonha, em Turim, em Florença e em Roma, não trabalhavam á altura das de Paris, de Londres ou de Madrid, e as suas produções eram deficientes e imperfeitas.

Não deve portanto causar estranheza o aparente abandono dos processos litográficos de reprodução por parte de Sequeira, logo que se encontrava em Itália. Regressando a França, no verão de 1826, da temporária viagem á cidade papal, imediatamente tornou a servir-se dêles, havendo sido unicamente a dificuldade de os empregar com resultados satisfatórios depois da sua instalação definitiva em Roma, que decerto o obrigou a substituí-los pela gravura.

*

* *

É curioso lembrar que foi um artista italiano, pintor do rei de Napoles, ceranense emigrado também em Paris, Giuseppe Gianni, o «Ganni» ou «Gianai» dos biógrafos de Sequeira, quem nesta cidade executou as litografias dos retratos de D. João VI — (EST. IV. — FIG. 4) —, do conde de Suberra — (EST. V. — FIG. 2) —, de Silvestre Pinheiro Ferreira — (EST. V. — FIG. 3) —, feitas por desenhos do pintor português⁽¹⁾; e, se acreditarmos o que narrou Possidonio da Silva a Raczynski, a litografia do quadro a óleo expôsto no «Salon» do Louvre, «o Repouso no Egito»⁽²⁾, á qual o artista se refere na carta de «27 Setembro 1824».

Não consegui até agora examinar qualquer prova da mencionada estampa, de modo a poder verificar se haverá confusão naquela afirmativa de Possidonio da Silva e se a litografia foi executada, não por Gianni, mas directamente por Sequeira, como também permitem su-

⁽¹⁾ «*A morte de Camões...*» — Pags. 29 [Nota (5)] e 174-175.

⁽²⁾ «*Dictionnaire...*» par le comte A. Raczynski — Pag. 269.

por as palavras escritas por êste: «*hũ piqueno quadro... do qual vou fazer hu.ª Lythographia*».

Pelo resto do texto da carta sabemos as razões pelas quais essa obra é tão rara em Portugal, que possivelmente dela não veio para cá exemplar algum: não haverem sido agradecidas ao artista as ofertas que fizera das anteriores (1). Porêem no Gabinete das Estampas da Biblioteca Nacional de Paris, onde se faziam os depósitos legais das produções gráficas da época, deverá ser encontrada. E eu recomendo vivamente, a quem tiver possibilidade de o fazer, que realize a pesquisa, não só tendo em vista o fim indicado, mas também para ajuizar do trabalho pictural que a reprodução figura e que devia ser interessante, a confiarmos nas palavras de Stendhal ao criticá-lo (2) e nas de Possidonio da Silva ao descrevê-lo (3).

Suponho não andar muito longe da verdade considerando-o como uma reminiscência, se não uma réplica, de um outro quadro feito por Sequeira em época muito anterior e do qual nos resta a imagem na conhecida gravura em cobre — (EST. IV. — FIG. 3) — que tem por título «N. S. do DESTERRO./ *Ao Ill.º Ex.º* [Escudo heráldico, tendo pela parte inferior uma fita com a divisa: «DE DIEU TOUT»] *Senhor/ Guilherme* [Escudo etc.] *Beckford, &c. &c. &c./ Dedicada esta copia gravada de hum Painel original/ de D. A. de Siqueira/ O seu obrigad.º e mais atento Servidor / Greg. Fran.º de Queiróz Pensionario/ do Princ. Reg. N. Senhor.»* e as assinaturas «*D. A. de Siqueira A. R. inv. e pint.*» «*G. F. de Queiróz sculp. sendo disc. de F. Bartolozzi R. A.*».

Estes dizeres assinalam os anos de 1793 a 1799 para limites da época em que seria pintado o quadro a que se referem: pois indicando o autor dêle como Académico Romano, só depois de 3 de novembro de 1793, data em que Sequeira foi admitido na Academia de S. Lucas (4), podiam qualificá-lo assim; e declarando Queiroz pensionário do Príncipe Regente e discípulo de Bartolozzi, tal circunstância unicamente se deu entre 1796, ano em que o gravador partiu de Lisboa para Londres, e 1799 em que deixou a aprendizagem sob a

(1) «*A morte de Camões...*» — Pag. 241.

(2) «*Log. cit.*» — Pags. 106-107.

(3) «*Dictionnaire...*» par le comte A. Raczyński — Pag. 269.

(4) Vergílio Correia «*Sequeira em Roma-Duas épocas*» — Pag. 35.

direcção do famoso mestre florentino, para trabalhar independente (1). Podemos portanto considerar a obra como feita nos últimos tempos da primeira estada do pintor em Roma, ou nos anos que imediatamente se lhe seguiram, quando regressou a Lisboa após uma excursão artística por Itália (2).

De qualquer dos períodos que seja, ela apresenta uma maneira puramente italiana, que muito bem nos deixa compreender e aceitar o rigor de visão com que Stendhal, ao examinar no «Salon» do Louvre a provável réplica de 1824, executada em Paris a tantos anos de distância, escrevia a propósito da última: «On dirait une copie du Corrège».

A comparação da litografia de Gianni com a gravura de Queiroz mostrará as diferenças existentes entre as duas obras de pintura que representam e que a descrição de Possidonio da Silva faz desde logo notar. Assim, por exemplo, se as reminiscências do informador de Raczynski correspondiam em exactidão á realidade, S. José apparecia, no quadro de Paris, dormindo á sombra de algumas árvores, apoiado sôbre o cotovêlo; e o burro, cuja cabeça «de um desenho irreprehensível» se via no primeiro plano, do lado esquerdo, desdentava-se em um regato. Emtanto que, na gravura do quadro setecentista, S. José está figurado em pé, segurando pelas rédeas, com a mão direita, o animal a que se apoia e, com o braço esquerdo estendido, parece indicar a Nossa Senhora a obrigação de seguirem viagem; não existe regato algum em que esteja bebendo o quadrúpede, e o desenho da cabeça dêste deixa alguma coisa a desejar...

Faltam-me elementos para marcar rigorosamente a época em que foi executado por Gianni, na «Lith. de C. Constans», o belo retrato de D. João VI (3). O facto de Sequeira não se lhe referir na enumeração de «28 de Abril de 1824» (4), nem em qualquer das suas cartas, incluindo a de «19 de Março de 1825» na qual aliás participa

(1) «Collecção de memorias...» por Cyrillo Volkmar Machado — Lisboa, 1823 — Pag. 293.

(2) A linda estampa «SÃO LUIZ GONZAGA», gravada pelo mesmo Queiroz em idênticas circunstâncias, tem a indicação: «D. A. de Siqueira A. R. inv. e del. 1799.»

(3) «A morte de Camões...» — Pag. 175.

(4) «Log. cit.» — Pags. 239-240.

ir fazer a Roma, para onde partiu nos fins de julho ou a 1 de agosto, o retrato a óleo e em tamanho natural do rei (1), dá-nos indicação de que a estampa é posterior a essas datas.

A ausência de Paris durou até 26 de maio do ano seguinte (2), havendo D. João VI falecido a 10 de março. O artista declara na carta de «26 de Julho» que já está a concluir a litografia do novo imperador D. Pedro, para «depois deste trabalho... [voltar] para Italia» (3). É possível portanto que o retrato do anterior soberano houvesse sido estampado durante a aludida ausência do pintor, podendo a data da sua publicação colocar-se no segundo semestre de 1825, ou no primeiro de 1826.

Este retrato de D. João VI constitui a todos os respeitos uma notável obra de arte. Como já escrevi em anterior estudo meu (4), fazendo a sua descrição, muito belo e vigoroso devia ser o desenho original, para tanto emocionar ainda através do transporte litográfico um pouco duro de Gianni! Quem nunca examinou directamente uma prova da estampa, ajuiza muito aproximadamente do seu mérito pela boa reprodução fotogravada, apesar de reduzida, que o professor Vergílio Correia publica no seu interessante livro «Sequeira em Roma — Duas épocas» (5).

E por isso torna-se incompreensível que o mesmo erudito historiador de arte, criterioso biógrafo do artista, nos apresente, como sendo um preparo para a litografia, aquêl raso e incaracterístico desenho a lápis da cabeça do retratado rei, que publica também no seu trabalho (6). Por certo evidencia o debuxo um paciente e minucioso decalque do retrato litografado, reproduzindo todos os seus traços e contornos. Mas a sua acanhada técnica não conseguiu reproduzir dêle a indizível expressão do olhar e da fisionomia, nem sequer o modelado e as meias tintas.

É comparar as sombras da cabeleira sedosa e revôlta, dos sobrolhos, das narinas; a vida daquela feia bôca; o desenho e côr (a côr, sim) daquêles beiços, a aspereza do lábio superior e do mento,

(1) «Log. cit.» — Pag. 244.

(2) «Log. cit.» — Pag. 245.

(3) «Log. cit.» — Pag. 245.

(4) «Log. cit.» — Pag. 176.

(5) «Fig. 10.» — Em frente á pag. 62.

(6) «Fig. 9.» — Em frente á pag. 60.

o opado das faces... O grande, o extraordinário desenhador, que foi Sequeira, cairia em todos os êrros e abandonar-se-ia em muitas deficiências; porém os seus trabalhos possuem todos um cunho de espontaneidade, de largueza, de sobriedade justa, de aparente facilidade, de «nervo» emfim, que os faz reconhecer fácilmente. São desenhos intuitivos, mostrando a alma dos sêres...

Recordando os numerosos e variados retratos de D. João VI debuxados por Sequeira e existentes na posse da família dêste, na colecção Rebêllo Valente, no Museu Nacional de Arte Antiga, ou esparsos por tanta parte, menos se comprehende ainda a opinião expressa pelo citado historiógrafo. Na monografia a que me estou referindo, publica o illustre autor a reprodução de um outro retrato do mesmo rei, a carvão, (1) autenticado na sua attribuição ao pintor pela proveniência e pelos detentores que o teem possuido. Êste sim; ainda que de tal forma não fôsse identificado, bastaria o seu exame, pela sua maneira inconfundível, para tornar livre de qualquer dúvida a attribuição da autoria.

Para mais e como é de prever, por hábil que seja o transportador litográfico, o original desmerece sempre com a passagem, em espontaneidade e em perfeição, quando é obra de artista eminente. O facto já foi especificadamente notado com relação aos trabalhos de Gianni feitos por desenhos de Sequeira (2). Mas verifica-se também nas litografias executadas pelo próprio desenhador português, mostrando-se os bosquejos preparatórios para elas superiores ás reproduções impressas pela pedra. A todos me refiro no decurso do presente estudo, havendo-os mencionado em outro anterior, com excepção do lindo desenho, a carvão, para o retrato do filho do marquês de Marialva — (Est. II. — FIG. 2) —, o qual só ha pouco tempo encontrei e pude examinar na colecção Rebêllo Valente (3). Afora êle, conhecia porém o retrato do conde do Lavradio — (Est. III. — FIG. 3) —, existente na mesma colecção portuense; D. Pedro IV jurando defender a Carta Constitucional sustentada por D. Maria da Glória, em exposição no Museu das Janelas Verdes; e o retrato do conde de Subserra

(1) «Fig. 8.» — Em frente á pag. 58.

(2) «A morte de Camões...» — Pag. 177.

(3) Veja a NOTA FINAL.

— (Est. V. — FIG. 1) —, existente ainda no palácio da quinta do seu título, preparo para a estampa de Gianni (4).

De 1826 deve datar a última, assim como a de Silvestre Pinheiro Ferreira que com ela faz jôgo e é também obra do ceranense, ainda que menos vigorosa e modelada, apresentando mesmo um aspecto nevoeiro que a outra não tem.

O desenho original de Sequeira, para a litografia do retrato do conde, mostra expresso o ano indicado; e a estampa menciona, entre os títulos do retratado, o de «*Embaixador junto a S. M. C;*». Ora sabendo-se que êle foi nomeado para êste logar nos começos de 1825, partindo logo a ocupá-lo e exercendo-o até abril de 1827, quando pediu a demissão e regressou a Portugal, a circunstância mencionada na estampa é confirmativa da época marcada no desenho (2), sendo possível que o diplomata por essa ocasião houvesse ido a Paris, onde vivera e contava muitas e valiosas relações e onde faleceu o primeiro

(4) «*A morte de Camões...*» — Pags. 168, 172 e 177.

Descobri ultimamente na biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa uma óptima cópia a carvão, quasi nas mesmas dimensões do original, sobre papel branco encorpado com a marca «C. WISE/182 [3 ?]», do retrato do conde de Suberra feito por Sequeira e existente na quinta da Alhandra. Êste desenho, do qual não se averigua o modo como foi parar ao logar onde actualmente existe, é bem feito e está assinado em baixo, á direita, a tinta: «*C. de S. D. F. Maria*». Sua autora, a 2.^a condessa de Suberra, D. Maria Mancia de Lemos Roxas Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Teixeira Vahia, que usou o título concedido em segunda vida a seu padraсто e pai adoptivo, dedicou-se bastante ao desenho; e no arquivo do palácio conserva o meu Ex.^{mo} amigo Marquês do Lavradio bastantes produções artísticas da ilustre senhora, que parece foi discípula de Sequeira. A junção anagramática da inicial «*F*», pertencente ao nome «*Fradique*» do primeiro marido, com a assinatura «*Maria*», é um costume muito generalizado na época.

(2) Torna-se evidente o êrro em que caiu Anibal Fernandes Thomaz, a pag. VIII do folheto «*Episodios da terceira invasão-Diario do general Manuel Ignacio Martins Pamplona (Maio a Setembro de 1810)*... — Figueira 1896.», quando attribui a data de 1824 á litografia do retrato do conde de Suberra, da qual publica, em formato reduzido, uma cópia feita á pênna por Julio de Castilho em 26 de maio de 1892 e por êste oferecida ao autor, com informações que originaram o engano. O exemplar autêntico da estampa feita por Gianni (e não «*Jainny*») existente na coleção iconográfica do bibliófilo, era o que havia pertencido ao mesmo Castilho, que êste copiara e que depois, em 14 de março de 1893, ofereceu também ao colecionador com uma longa dedicatória escrita, na qual repete as erróneas informações de data e declara que a estampa fôra dada em Paris a J. Possidonio N. da Silva pelo próprio Sequeira.

marido da sua filha adoptiva, do qual era muito amigo, em 4 de outubro de 1826. Por outro lado Pinheiro Ferreira, enviado no meado de 1825 em comissão para Inglaterra, saiu de facto do reino, mas não passou da capital francesa, onde se achava quando foi eleito deputado no ano seguinte e onde permaneceu durante mais alguns. Conjugando datas, conclui-se que Sequeira retratou os dois personagens no espaço de tempo que decorre entre o regresso de Roma a 26 de maio de 1826 e a viagem definitiva para esta cidade em 26 de setembro do mesmo ano ⁽¹⁾.

*
* * *

A respeito do retrato de homem idoso — (EST. V. — FIG. 4) —, estampa menos que mediocre executada na «Lith. de Senefelder» e cujos dizeres «*Petro Parenti Ludovicus Filius O/Direx. D. A. de Sequeira Lusit.*» tanto excitam o desejo de conseguir a identificação do retratado e concomitantemente a do autor do trabalho, ao que parece discípulo de Sequeira em Paris, ou pelo menos guiado nesta produção litográfica pelo ilustre desenhador, nada posso acrescentar ao que já expus em anterior estudo meu ⁽²⁾.

As suposições aí formuladas, caso se confirmassem, poderiam induzir a colocar a data da execução da estampa entre setembro de 1824, em que o pretenso retratado, Pedro de Sousa, chegou a Paris ido de Lisboa, e julho de 1825, em cujo final partiu para Roma na companhia de Sequeira, para «gozar o Anno Santo». Tudo hipóteses, com a explanação das quais não desejo alongar mais a presente memória.

Sequeira P. de
fest. Paris 1823

Ampliação da assinatura e data litografadas na estampa designada por «*Improviso de varias cabeças*»

(1) «*A morte de Camões...*» — Pag. 133-134.

(2) «*Log. cit.*» — Pag. 174 e 232.

NOTA FINAL

Apesar de ser meu intento dar a conhecer na totalidade a obra litográfica de Sequeira, continuo a não poder realizar este desejo em relação ao «Retrato do filho do Sr. Conde de Linhares» (1), estampa feita, como sabemos, antes de «28 de Abril de 1824» e enumerada na carta que tem esta data, porquanto não encontrei até agora qualquer exemplar identificado do referido trabalho. Apenas me recordo de haver observado, ha alguns anos, na bela colecção iconográfica do falecido conde de Valenças (Dr. Luiz Jardim), actualmente dispersa, a litografia de um busto ou meio corpo de criança aparentando poucos meses de idade, a cabeça coberta com uma touca. O seu desenho, não muito vigoroso, poderia attribuir-se ao exímio artista. Impressa em papel branco encorpado, mas falta de assinatura e de dizeres que fixassem a minha curiosidade, a qual além disso, por essa época, não era dispendida especialmente pelo assunto, justifica-se o não asseverar que estas reminiscências correspondam de facto á descripção de alguma prova da estampa procurada.

Se não correspondem, é caso para ponderar a possibilidade de que algum dos lindos desenhos de criança existentes na colecção Rebêllo Valente, entre os quais se encontra o desenho de Sequeira para o retrato litográfico do filho do marquês de Marialva e mais dois já publicados na «*Illustração Portuguesa*» do jornal «*O Seculo*» — 2.^a serie — Numero 2 — 5 de março de 1906 — Pags. 33 e 43 —, seja o preparo para o retrato litográfico, que não conheço, do filho do conde de Linhares.

*

* * *

Sobre o «Retrato do Nuncio» — (Est. III. — Fig. 1) —, cuja data se engloba com as dos trabalhos acima mencionados, já possuia algumas informações que publiquei (2). Mas só ha pouco tempo se me ofereceram as ocasiões para ajuizar d'êles pelos exames que fiz aos dois exemplares que pude finalmente vêr : um em papel branco, encorpado, na posse da família Sequeira ; o outro em papel da China, colado sobre papel branco, pertencente ao meu Ex.^{mo} amigo Conde de Nova Goa e proveniente da já citada colecção iconográfica do falecido conde de Valenças (Dr. Luiz Jardim).

Grande e boa litografia a lápis gordo e esfuminho, de tiragem a preto : No campo de uma oval, cujo eixo maior é vertical e o fundo limitado por contôrno linear, aparece a figura do eclesiástico, em busto, visto de frente e olhando de frente. Rosto glabro, de feições acentuadas e muito finas, fisionomia arguta, aspecto sor-

(1) «*A morte de Camões...*» — Pag. 233.

(2) «*Log. cit.*» — Pags. 73, 173 e 232.

ridente ; testa ampla ; cabelo grisalho, repuxado para trás e formando dois grandes rôlos, muito salientes, sôbre as orelhas. Colarinho branco, alto, por dentro da gola da murça ; e ao peito, sôbre esta, uma riquíssima cruz episcopal de grandes ametistas cercadas por brilhantes, suspensa num trancelim de ouro. Não é visível porção alguma dos membros superiores. Fundo esbatido sobre os hombros da figura.

Em baixo, ao meio, por fora mas junto do contôrno da oval, em caligrafia muito miúda : «*Lith. de Langlumé*». Pela parte inferior, em quatro linhas horizontais de caracteres variados, sendo a primeira a romano e as outras a cursivo : «A. S. E. R.^{ma} M. ^{GR} MACCHI, / *Nunzio Ap.ºo presso S. M. Christianiss.a / In omaggio di rispetto e riconoscenza Sequeira P Pittore di Camera di SM. F.ma / l'anno 1824.*». Dimensões da oval 0,^m315 × 0,^m228. Dimensões da cabeça do retrato 0,^m100 × 0,^m095. Altura do busto 0,^m250.

A cronologia dos dados biográficos permite supor que as relações do artista com o alto dignitário da Igreja, manifestas em Paris pela litografia do retrato acompanhado da affectuosa dedicatória, fôsem possivelmente mais antigas, datando talvez da primeira estada de Sequeira em Roma, desde 1788 a 1795, onde não faltariam ocasiões de se haverem conhecido e tratado os dois, ambos jovens, quasi da mesma idade, cheios de naturais ambições e de esperanças no futuro. Em Paris reencontravam-se, distanciados é verdade pela hierarquia religiosa e social do diplomata, mas conservando provavelmente um e outro as recordações da mocidade que passara...

M.^{sr} Vincenzo Macchi, natural de Capo di Monte onde nasceu em 1770, occupara desde 1818, por nomeação de Pio VII, a nunciatura helvética. Arcebispo «in-partibus» de Nisibis e em 1824 núncio de Leão XII junto a Carlos X de França, assistiu como representante apostólico, em 29 de maio de 1825, na catedral de Reims, á coroação do rei, o qual por esta ocasião lhe dedicou e ofereceu uma medalha de ouro, cunhada expressamente em tamanho fora do vulgar e ostentando legenda apropriada com o nome do agraciado. Feito cardinal em 2 de outubro de 1826, recebeu o barrete em Paris, das mãos do mesmo soberano.

Em 1828 succedeu a Rivarola no governo da Legação de Ravena, ascendendo depois a comissário das Quatro Legações, com residência em Bolonha. Prefeito do Papa em 1834, occupou em 1835 a presidência da Congregação da Revisão das Contas, que pela primeira vez era exercida conforme a regulamentação de Gregorio XVI. Nomeado em 1836, por ocasião das perturbações que assinalaram o pontificado dêste, legado em Bolonha, onde já residira como comissário, veio a falecer em Roma no ano de 1860, bispo de Ostia e Velletri, cardinal-deão do Sacro Colégio e secretário dos Breves.

Como se vê, a longa vida do eminente purpurado, a quem Sequeira retratou, acompanha sete pontificados : de Clemente XIV, Pio VI, Pio VII, Leão XII, Pio VIII, Gregorio XVI e Pio IX ; havendo êle exercido, nos últimos cinco, os mais elevados cargos eclesiásticos e políticos do Estado.

*
* *

Do «*Retrato do filho do Marquês*» [de Marialva] — (Estr. II. — Fig. 3) — também por muito tempo não tive conhecimento objectivo (1); para afinal, confirmando o velho prolóquio de que não ha falta que não redunde em abundância, examinar depois nada menos de três exemplares: Em janeiro de 1923, no «atelier» de Luciano Freire, vi o primeiro, adquirido alguns anos antes pelo illustre professor para a sua colecção particular e por êle oferecido ulteriormente ao Gabinete das Estampas do Conselho de Arte e Arqueologia do qual é dedicado e competentíssimo director. Em agôsto seguinte encontrava outro em casa da Ex.^{ma} Senhora D. Mariana Nobre de Carvalho da Costa Sequeira, actual representante em Portugal da família do grande pintor. Finalmente, em julho de 1924 comunicava-me o meu Ex.^{mo} amigo Marquês do Lavradio achar-se no arquivo do seu palácio de Suberra um terceiro exemplar, acompanhando documentos interessantíssimos e de irrecusável autoridade, os quais patenteiam a curta e dramática biografia do pequeno retratado e incidentalmente autenticam o trabalho artístico que o representa.

Mais uma vez desejo manifestar reconhecimento a todos os aludidos possuidores desta obra de Sequeira pelo interêsse que dedicaram ás minhas pesquisas e pela deferência com que atenderam as minhas solicitações, confiando ao meu estudo e guarda documentos valiosos a que dedicam estima e cuidado.

Os três exemplares da estampa são idênticos na espécie e simplesmente diferenciados pelo grau da patina que tomou o papel; a qual vai desde a côr branca, imaculada, do exemplar, guardado até agora entre outros papeis, pertencente ao Marquês do Lavradio, até á côr queimada, com pintas amarelas, que apresenta o da família Sequeira, ha muitos anos expôsto á luz. Também as grandes margens, conservadas no exemplar que foi do professor Luciano Freire, acham-se cortadas em oval no exemplar da família Sequeira; e mais cerceadas ainda, por forma irregularmente rectangular cujos cortes interessaram profundamente as partes laterais do desenho, no exemplar do Marquês do Lavradio, certamente para caber na carta que o transportou.

Trata-se de uma bonita litografia a lápis gordo, de aspecto cuidado e agradável, tiragem a preto sobre papel branco não muito encorpado, e sem qualquer fundo ou contôrno a emoldurar o desenho. As dimensões dos limites da pedra, que ficaram visíveis, são pouco mais ou menos 0,^m237×0,^m174; as maiores da parte desenhada 0,^m130 em altura por 0,^m125 de largo; e as da cabeça da figura, respectivamente 0,^m044×0,^m034. No meio de nuvens aparece uma pequena porção da esfera da Terra, a qual mostra a península Ibérica, a França e parte da Itália, todas em situação inversa, resultante da estampagem. Por detrás sobressai o tronco nu de uma linda criança aparentando talvez ano e meio de idade, virado três quartos á esquerda, os cotovelos apoiados sôbre o orbe terrestre e as mãosinhas como se as fôsse a juntar em attitude de prece. Seu rôsto, visto de frente, tem olhos escuros que fixam o observador com expressão inteligente; a bôca é graciosa; os cabelos,

(1) «*A morte de Camões*...» — Pag. 233.

escuros também, formam grande madeixa sôbre a frente, para o lado esquerdo. O desenho, quasi miniatural, é primoroso. Á direita, em baixo, sôbre o limite das nuvens, encontra-se escrito pela letra do artista e com o mesmo lápis litográfico que serviu para o debuxo na pedra : «*D. A. de Sequeira fecit. 1824*». Não tem mais dizeres ou indicações.

Conhecendo a estampa, por ela identifiquei sequeñtamente o respectivo desenho original —(Est. II — FIG. 2)— que existe, conforme já ficou expresso, na collecção do Dr. A. Vasco Rebêllo Valente, do Porto, e que constitui uma das mais lindas e sugestivas obras debuxadas por Sequeira : Feito a carvão e esfuminho sôbre papel branco, nas mesmas dimensões da litografia que o reproduz, mas em disposição contrária a ela por causa da inversão na tiragem, é de tal delicadeza e frescura na execução, ao mesmo tempo acabada e sóbria, de tão exacto modelado, de tal vivacidade na expressão do rosto e graciosidade no gesto infantil, que bem claramente patenteia o período de apogeu artístico em que estava o seu autor ao executá-lo. Não tem assinatura. Nem precisava dessa prova para evidenciar o génio do exímio debuxador que depois o passou á pedra, aliás modificado ligeiramente nas feições e na idade que aparenta o pequeno modêlo.

Como já narrei, o exemplar do «*Retrato do filho do Marquês de Marialva*» existente nos arquivos do palácio de Suberra, acompanha documentos que se referem ao retratado e que fornecem os elementos necessários para lhe historiar a curta vida, elementos alguns dêles até agora desconhecidos, outros pouco lembrados e todos interessantes pela época e qualidade dos personagens a que respeitam.

Pobre descendente dos Marialvas! Desventurado orfão do «*galant gentilhomme*»! O drama palpita intenso nos documentos apontados, com um realismo que a mais cuidadosa das narrações não conseguiria reconstituir e que, a despeito do afastado dos acontecimentos, nos impressiona e comove ainda fortemente.

A qualidade dos seus autores marca também a importancia devida a êsses documentos, porquanto as relações de amizade que os signatários haviam mantido com o falecido pai, as altas posições sociais que eram as dêles e os elevados cargos que todos ocupavam na diplomacia e na política do país, tornam especialmente valiosas e autorizadas as informações que fornecem sôbre o caso, o qual, se era tratado no cumprimento de deveres officiais, mais o era ainda aos impulsos do coração e obedecendo a nobres sentimentos de altruismo e de justiça.

É da correspondência trocada entre o conde de Suberra (1), ministro de D. João VI depois da contra-revolução de maio de 1823, mais tarde seu embaixador junto á côrte de Madrid quando demittido daquêle cargo no princípio de 1825, e Francisco José Maria de Brito, o erudito *Candido Lusitano* ou *Amador Patricio*

(1) O general Manuel Ignacio Martins Pamplona Côrte Real foi nomeado, por ocasião da «*Vilafrancada*», ministro assistente ao despacho, encarregado dos negócios da guerra e interinamente da pasta da marinha, por decreto de D. João VI de 1 de junho de 1823.

Agraciado com o título de conde de Suberra em duas vidas, por decreto de 3 e carta de 11 de julho do ano citado, demittiu-se do ministério em janeiro de 1825 deixando a direcção dos negócios a 20 do mês.

Nomeado embaixador de Portugal junto á côrte de Espanha, partiu logo em 16 de março para Madrid, onde chegou a 30. Em abril de 1827 exonerou-se do cargo diplomático, regressando ao país.

do jornalismo, amigo e protector de Filinto Elysio, velho diplomata encarregado de negócios e depois ministro plenipotenciário na legação de Paris pelo falecimento do embaixador marquês de Marialva, o pai do retratado na litografia, que extratei os fragmentos que vou publicar e cuja leitura confirmará certamente o interesse anunciado.

Se não temesse alongar demasiadamente esta nota, chamaria a atenção para o modo sugestivo como nêles é referida a morte do prestigioso fidalgo, comentando também o contraste do sentimento manifestado, de pesar e de saudade, que ela causou, inclusivamente no próprio soberano, com o procedimento havido para com o filho que o extinto deixava.

Farei notar porêem a analogia, se não a quasi identidade, das palavras com que Sequeira, autor da estampa descrita, na carta de «28 de Abril de 1824» acompanhava a remessa de exemplares para Lisboa, como oferta ao cunhado e a outras pessoas, com as palavras de Francisco de Brito, acompanhando a remessa do exemplar que enviava na carta de 29 do mesmo mês e ano ao conde de Suberra, como memorial para protecção ao retratado. Em ambas as cartas se encontra a repetição da mesma imagem literária : o isolamento do inocente, abandonado no meio da França, pedindo amparo e esperando socorro. E é para ponderar a coincidência nas suas datas, como se os signatários estivessem combinados ou obdessem a uma força oculta que os obrigava a formular, simultaneamente e de maneira idêntica, os mesmos pensamentos e a mesma solicitação.

O «*Dezembargador Dornellas*», Dr. José de Dornellas da Fonseca Napoles e Silva, nomeado tutor do orfão por decreto de 3 de março de 1824 e a quem Francisco José Maria de Brito nas suas cartas se refere com tanta insistência, percebendo-se a insinuação de que não cumprira diligentemente a obrigação legal, vem incluído na resenha genealógica intitulada «Justificação do uso do apelido Dornellas pelo Ex.^{mo} Sr. Francisco de Pina Machado Ferraz de Gusmão e Dornellas...» in «*Historia e Genealogia*» por Affonso de Dornellas— X Volume — Lisboa MCMXXIII — Pag. 47.

Seguem os extratos da correspondência mencionada :

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu antigo am.^o e Condicipulo. Mal previa eu, que tendo escrito algumas linhas de amisade a V. Ex.^a no dia 3 do Corrente, teria que repetir esta deligencia em breves dias para lamentar a perda inopinada do nosso excellento Compatriota o Marquez de Marialva, a qual terá vivamente afligido a V. Ex.^a, como me afligio a mim e a S. Mag. e, e provavelmente toda esta Corte, quando se propagar esta triste noticia chegada ontem á noute por hum Expresso mandado pelo Conde do Porto Santo. Em meu particular muito sinto esta catastrophe pelas muitas obrigaçoens que devi a este Fidalgo na epoca da minha desgraça.

Lx.^a 8 de Dez.^{bro} 1823

*Vale et me ama
Conde de Suberra*

COPIA Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. — Quando chegou ás minhas mãos a Carta com que VEx.^a me honrou em 2 de Outubro p. p., ena qual vinha inclusa outra para o Marechal Duque de Bellune, Ministro da Guerra, já este tinha sahido do Ministerio; e como V. Ex.^a me communicava qual era o objecto desta Carta,.....
 Do resultado darei incessantemente parte a V. Ex.^a. Tenha V. Ex.^a todas as felicidades q̃. mui cordealmente lhe deseja q.^m he » De VEx.^a » Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. Conde de Subserra»
 Muito Attento, esiel Am.^o, Marquez de Marialva»
 Pariç 20 de Novembro de 1823 ./.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu Am.^o e antigo Condicipulo. A Copia da Carta acima Chegou-me antes de ontem para avivar mais a magoa da perda desse amavel Fidalgo, pela Singular Combinaçãõ de ter sido escrita no mesmo dia do fatal ataque, que o levou a melhor vida. A Saudade de S. Mag.^e a quem tive a honra de a mostrar, avivou-se Com esta Leitura.

.....
 Tenha Saude, e passe hum melhor inverno nesse paiç, do q̃ o teria passado na alagada Hollanda

Lx.^a 15 de Dez.^{bro}
 1823

De V. Ex.^a
 am.^o Velho
 C. de Subserra

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu Am.^o Snr, antigo e Condicipulo,.....
ajuiço das circumstancias que o rodeiaõ. Possaõ ellas cooperar para oorfaõ illegitimo do Marquez de Marialva entrar na sociedade civil como filho digno de seu Pay em honra e fazenda! ese a innocencia desvalida he certa de merecer amparo no regaço bondadoso do Pay commum dos Portugueses, naõ me será licito lembrar a VEx.^a a tristissima posiçãõ de Jose Anselmo Corrêa, que morre de fome? cortame o coraçãõ vêlo na penuria e naõ podelo ajudar como quizera: todavia tem recebido esperanças, naõ verificadas ainda! valalhe a indulgencia do Amo quem servio tantos annos, e naõ pereça á mingoa ecommenscabo do credito nacional em conjunctura taõ venturoza para os outros. Assim seja.....

seu fiel e antigo Am.^o
 Francisco Jose Mariade Brito

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Pariç 29 de Avril 1824

Meu antigo Amigo e Condicipulo,.....
 Sollicitando ate agora debalde anomeaçãõ de hum tutor, curador para ofilho natural do Marquez de Marialva, mando a V Ex.^a como Memorial o retrato deste

menino, isolado em França, epedindo o amparo, e proteçãõ d'ElRey (que na opiniaõ vulgar he o Pai dos expostos) para entrar na sociedade civil como filho de hum Pai morto, como o soldado, no serviço castrense. Queira VEx.^a dar a maõ a este innocente desvalido, e naõ tarde mais hum acto de justiça taõ digna do Coraçãõ Magnanimo do Melhor dos Soberanos.

P. S.

Peço a VEx.^a ahonra
de beijar por mim
aMaõ a ElRey e Sr Joaõ

De VEx.^a

Amo fiel, Condiscipulo e Co
Francisco Jose Mariade Brito

[Junta a esta carta, com outros documentos, está uma prova da litografia de Sequeira, muito aparada e irregularmente cortada á tesoura, de modo a interessar os lados do desenho.]

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Pariz 22 de 7.^{bro} 1824

Meu antigo Amõ e condiscipulo, se eu pudesse dezfafogar, como quisera, o meu animo com VEx.^a largas paginas escreveria,.....
.....Outro negocio de igual importancia para mim he a legitimaçãõ do Menino de Marialva, de quem he tutor o D.^{tor} Dornellas; se tiver hoje tempo, ainda lhe escreverei: queira VEx. com huma aragem de bondade proteger este orfaõ de hum Pay honrado, ede outra laia que os da sua classe.....

Vale et me ama

[Sem assinatur.]

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu antigo amigo e condiscipulo.....
.....Tomo a liberdade de incluir aberta huma carta para o Dezfembargador D'Ornelas que ElRey nomeou tutor do filho do Marquez de Marialva, por Decreto de 3 de Março, em cuja data nomeou o Marquez de Loulé Estribeiro Mor, e Jose Maria de Mendonça Camarista. Seja VEx Protector deste orfaõ, ea simples entrega dacarta por maõ de VEx, he já recommendaçãõ para aquele Ministro apressar a legitimaçãõ, eprocurar a determinaçãõ legal de alimentos, que he de direito natural fixaremse do dia de obito de hum Pay rico, fin.do no serviço do Estado. He o primeiro empenho e o unico que pedirei a VEx.^a, ede abonar na Real Presença o meu dezejo de acertar, e bem servir. Mas no cazõ prezente falo ao amigo commum do Marquez, e porisso tudo espero da sua efficaçõ benificencia.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Conde de Sob-serra

de 20 de 8.^{bro} [por outra letra]

seu antigo e fiel amo

Francisco Jose Mariade Brito

Mafra 6 de 9.^{bro} de 1824

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu antigo Am.^o e Condicipulo.....
Remetti ao Dez.^{or} Ornellas a Sua Carta, e accrescentei huma minha, disen-
do-lhe que esse negocio era meu pelo que devia á memoria do Marquez de Marialva.

Vale et me ama
Subserra

Illmo e Exmo Snr

Pariz 6 de Janeiro 1825

[Nota pela letra do conde de Subserra:] resp. de Madrid no 1.^o de Abril

Meu antigo Amigo e Condicipulo
.....Com vergonha o digo, que por petição do preto Joã de Menezes, afilhado do defunto Marquez de Marialva, veio da hi amedalha da Restauração para Durberq [?], cosinheiro do mesmo Marquez que sem sahir de Paris nem apodiaa pertender, nem adevia conseguir. Os fidalgos que a trazem estaõ justamente escandalizados de a verem ao peito de hum cosinheiro Francez, que anda campeando com ella, egabandose da merce, com escandalo nosso, e dos Francezes. Conheço que as graças subrepticias, eobrepticias saõ nullas por nossas leis, mas quando o corretor desta foi hum preto, cahem-me as faces de vergonha, esõ desabafõ com VExa, e continuarei acerca do D.^{or} Dornellas que ainda me naõ respondeu sobre a legitimação do orfaõ do Marquez, tendo elle sido nomeado Tutor por Decreto de 3 de Março passado!!!

seu antigo Amõ e Condicipulo
Francisco Jose Mariae Brito

Illmo e Exmo Snr

Pariz 19 de Março 1825

[Nota pela letra do conde de Subserra:] resp. a 4 Abril

Meu bom amigo e antigo condicipulo, espero que esta carta encontre já a VExa nessa Corte [Madrid], por me constar que deveria sahir da de Lisboa em 15 do corrente:.....

Naõ me permiti escreverlhe ate agora, por não saber quem trata das bruxas, embora naõ dêsse muito pasto á curiosidade; por isso respondi ao D.^{or} q'Ornelas, mandando a meu Irmaõ, a official da Secretaria, Procuraçãõ de Mme Ayala para elle escolher solicitador que agensiasse a legitimação, a legitimação. [sic] do orfaõ Marialva, ordenando a meu Irmaõ depagar ao Dezebargador Tutor os desembolsos por elle feitos, ees que decorrerem, já que ninguem se lembrou de acudir atamanho desamparõ! Mas por infelicidade da May, o menino morreu de huma catharral complicada com a dentição no 1 deste mez, e como elle naõ estava ainda legitimado, mal pode ella pretender dos avidos herdeiros, senaõ os alimentos de 22 mezes que o sustentou a seus peitos! Como VEx bem me disse, houve hum cruel egoismo, até em se transmittirem tarde a D'Ornellas, o Decreto, e o reconhecimento do Pai, e porisso só pelas cartas delle, que VEx me mandou com a sua de Janeiro

vim asaber do desamparo, em que cahira este negocio taõ recomendado, e pelo qual só VEx orou, eobrou efficaçmente. Aqui corre como positivo ter ElRey dado ao Duque de Lafoens os bens daCoroa, e Ordens que vagaraõ pelo obito do Marquez. Peço a VEx ofavor de me dizer oque ha decerto neste ponto, porque se tal mercê naõ está feita poderia Mme d'Ayala suplicar daClemencia de ElRey huma pensãõ vitalicia em atençaõ do deziinteresse da desventurada May, e da inteira confiança que poz na Justiça de S. Mg^{de}, para se cumprirem as Regias Intençoens do Decreto de 3 Março, pensãõ que poderia ser assentada no rendimento dos mesmos bens, econtinuaría aser paga pelos que fossem agraciados com os mesmos bens. Mas se a doaçaõ teve lugar, e como pela morte do Menino, caducaraõ os serviços do Pay, mesmo para os herdeiros, seria huma mercê extraordinaria, bem que barata para a Corõa, dandotelhe com este pretexto apensaõ nas Comendas vagas. Naõ sei se a grata memoria que guardo do Marquez, ealastima que tenho da Viuva, me fazem devanear, mas como fui quem abrio caminho neste negocio, VEx me desculpará o quehouver de demasia nesta lembrança.....

P. S.....

Vale et me ama

Francisco Jose MariadeBrito

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr

Meu Am.^o e Condicipulo. Depois de lhe ter escrito pelo correio Alvaro, chega o Correio ord.^{ro} que me tras a Sua de 19 do Corr.^e

Triste Sorte foi a do orsaõ Marialva, ou talvez feliz, pues que nada tinha a esperar de Seus parentes, que andaõ agora em escandalosas desavenças huns Com outros. O Duque de Lafoens naõ teve os Bens da Corõa e Ordens, até que eu Sahi; oppuz-me a essa graça, por impolitica, e porq a ella nenhum direito tinha, apezar do Desembargo do Paço ter a baixeza de Consultar a favor. Se V. Ex.^a quizer que eu apoie a Supplica da May, eu o farei com gosto, esperando achar no Conde de Porto Santo favor, pela lembrança da amizade que teve Com o defunto Marquez. Ad.^s

Madrid 31 de Março

1825

Vale et me ama

C. de Suberra

[Sobrescrito:] AO Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Snr. Francisco José Maria de Brito, Min.^o Plenipotenciario de S. M. Fidell.^{ma} junto a S. M. Christianissima Paris

[Nota em uma carta de Francisco José Maria de Brito, datada de «Paris 7 de Maio 1825», pela letra do conde de Suberra:] Sem resposta por ter falecido a 13 do mesmo mez

INDICADOR

	PAG.
Características da arte litográfica.....	116
Ensaio realizado por Sequeira em Lisboa, antes do exílio de 1823. Notícias sobre os apetrechos que possuía. Parece que estes lhe haviam sido en- viados de Paris por Mousinho de Albuquerque.....	117
Provas conhecidas dos mencionados ensaios, as quais devem ser considera- das como os incunábulo da litografia em Portugal :	119
<i>Cabeça de velho barbado</i> (EST. I. — FIG. 1)	»
<i>Retrato de D. João VI em pé</i>	»
<i>Cabeças de velho e de jovem, sobrepostas</i>	120
Inícios e expansão do invento de Senefelder na Europa, especialmente em Espanha. Goya litógrafo. Alguns elementos históricos a ponderar no estudo da introdução do processo na Península Ibérica.....	121
Primeiras notícias impressas em português sobre litografia. Remessa dos apetrechos necessários para Lisboa, dirigidos a Sequeira. Iniciativa oficial para o estabelecimento da arte em Portugal : O ministro do reino Araujo e Castro e as Côrtes Constituintes de 1822. O governo absoluto de 1823 e a criação, em 1824, da «Officina Regia Lithografica» de Lisboa.....	124
Primeiros trabalhos datados saídos desta. Reinado de D. João VI. Regência de D. Isabel Maria. Regência e reinado de D. Miguel. Incorporação do estabelecimento na Academia de Bellas Artes de Lisboa, no reinado de D. Maria II.....	127
Outras oficinas litográficas primitivamente estabelecidas na capital : As lito- grafias «de Santos», «de Manuel Luiz», «da Academia Real das Sciencias» e «da Imprensa Nacional».....	134
Primeiras estampas litográficas executadas no Porto por J. B. Ribeiro. Notí- cias sobre uma «Regia Officina» portuense. A «Lithografia de Ribeiro». Impressão em Lisboa de produções dos litógrafos do norte. Oficina e trabalhos de J. C. V. Villanova. Os trabalhos de Forrester.....	138
Continuação do movimento litográfico em Lisboa. Artistas que usaram do processo. Ayres de Andrade e Sendim, discípulos, provavelmente cola-	

	PAG.
boradores e depois continuadores de Sequeira nos seus ensaios, assinam as primeiras produções da «Regia Officina Lithografica». O pintor, exilado em Paris, faz a critica aos trabalhos realizados na pátria.....	141
Estado e expansão da litografia em França desde 1815 a 1825. Oficinas estabelecidas naquêlê país. Os grandes artistas dedicam-se ao processo, que toma na arte franceza um logar preponderante. Senefelder em Paris. Pouca sorte do inventor.....	144
Influência do meio parisiense sôbre o êxito dos trabalhos litográficos originaes produzidos por Sequeira no exilio. Resenha histórica e crítica destas produções :	146
<i>Alegoria á morte do marquês de Marialva</i> (EST. I. — FIG. 3)	»
<i>Improviso de várias cabeças</i> (EST. II. — FIG. 1)	147
<i>Retrato do filho do marquês de Marialva</i> (EST. II. — FIG. 3)	»
<i>Retrato do filho do conde de Linhares</i>	»
<i>Retrato do núncio M. gr Macchi</i> (EST. III. — FIG. 1)	»
<i>Retrato de Gama Machado com uma senhora e animais</i> (EST. III. — FIG. 2)	»
<i>Retrato do conde do Lavradio</i> (EST. III. — FIG. 4)	148
<i>D. Pedro IV jurando a Carta com D. Maria da Glória</i> (EST. IV. — FIG. 2)	»
Sequeira, saindo de Paris para Roma, deixa de trabalhar em litografia. A implantação tardia e deficiente do processo em Itália, com a indiferença do meio artístico, o qual preferia a gravura em cobre, explicam aquêlê abandôno por parte do pintor portuguezs.....	149
Estampas litográficas, de trabalhos de Sequeira, executadas em Paris por Gianni. Resenha histórica e crítica destas produções :	150
<i>O repouso da Santa Familia na fuga para o Egito</i>	»
[Gravura de Queiroz «N. S. do DESTERRO»]..... (EST. IV. — FIG. 3)	151
<i>Retrato de D. João VI em meio corpo</i> (EST. IV. — FIG. 4)	152
<i>Retrato do conde de Subserra</i> (EST. V. — FIG. 2)	155
<i>Retrato de Silvestre Pinheiro Ferreira</i> (EST. V. — FIG. 3)	»
Desenhos originaes de Sequeira para as estampas litografadas. Enumeração de alguns que existem nas colecções :	154
<i>Retrato do filho do marquês de Marialva</i> — Pertencente ao Dr. A. Vasco Rebêllo Valente	»
<i>Retrato do conde do Lavradio</i> — Pertencente ao Dr. A. Vasco Rebêllo Valente..... (EST. III. — FIG. 3)	»
<i>D. Pedro IV jurando a Carta com D. Maria da Gloria</i> — Museu Nacional de Arte Antiga	»
<i>Desenho preparatório para o mesmo</i> — Pertencente á familia Sequeira..... (EST. IV. — FIG. 1)	149

	PAG.
<i>Retrato do conde de Suberra</i> — Pertencente ao Marquês do Lavradio (Est. V. — FIG. 1)	155
Estampa litográfica executada em Paris por um discípulo de Sequeira, sob a direcção dêste:.....	156
<i>Retrato de um desconhecido (Pedro de Sousa?)</i> (Est. V. — FIG. 4)	»
NOTA FINAL — O retrato do filho do conde de Linhares. — O retrato do nuncio M. ^{sr} Macchi. Biografia dêste alto dignitário da Igreja. — O retrato do filho do marquês de Marialva. A estampa e o seu desenho original. Pode fazer-se a história da curta e dramática vida do retratado pela correspondência particular trocada entre o conde de Suberra, ministro de D. João VI, e Francisco José Maria de Brito, encarregado da legação de Paris e depois ministro plenipotenciário na mesma. — Ex- tratos da citada correspondência.....	157

CORRECÇÕES

A pag. 120 — Nota (1) — onde se lê «*Log. cit.*» deve lêr-se «*A morte de Camões...*».

A pag. 124 — Nota (4) — onde se lê «pag. 9» deve lêr-se «pag. 118».



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



FIG. I



FIG. 2



FIG. 3

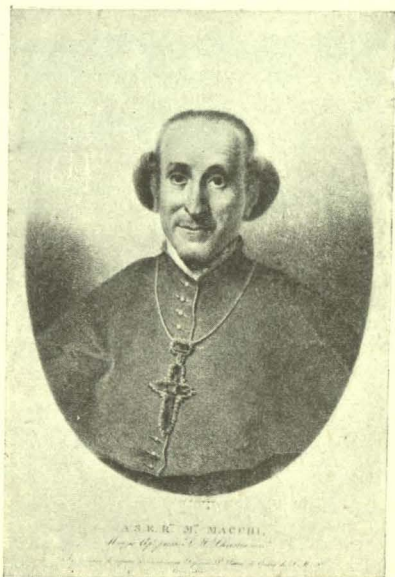


FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3

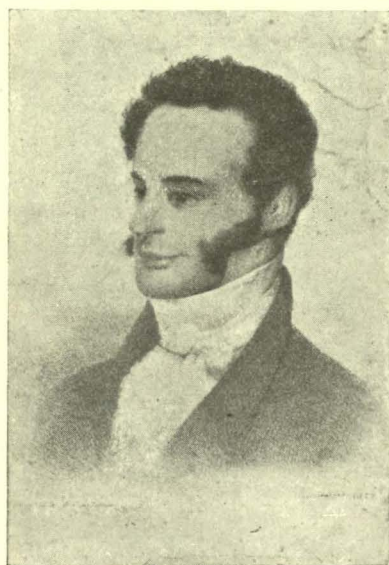


FIG. 4



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4



FIG. 1



FIG. 2



FIG. 3



FIG. 4

ALGUMAS
INSCRIÇÕES PORTUGUESAS
DO
MUSEU DO CARMO

(CONTRIBUIÇÕES PARA O CATÁLOGO DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES)

3.ª SÉRIE

POR

J. M. CORDEIRO DE SOUSA

Ao iniciar a terceira série das inscrições portuguesas existentes no museu do Carmo, cumpre-me fazer algumas rectificações sobre a proveniência de certas pedras incluídas nas séries anteriores e que o acaso ou mais demoradas investigações me fizeram conhecer.

Como disse algures, no arquivo da Associação, nas diversas séries do Boletim, ou ainda nos antigos catálogos, só excepcionalmente se encontra mencionada a proveniência dos objectos entrados no museu. Assim o saber hoje a que igreja ou mosteiro pertenceu determinada inscrição, é maior dificuldade que a da sua decifração ou leitura.

Não deverá pois parecer estranha a ignorância do local onde esteve a que transcrevo na 2.ª série com o numero XXIII, quando todos nós a vimos ainda no demolido arco de Santo André. Outra que eu sopunha ter vindo de Setúbal (XVI, 2.ª série), esteve na parede da capela mór do Salvador.

Pela cópia de uns apontamentos que foram do falecido conselheiro Anselmo Braamcamp Freire, e um amigo comum me fez chegar ás mãos, vejo que a campa de Fernão Lopes Correia (VIII, 2.ª série), estivera na demolida igreja paroquial de Sacavem, que ficava

junto ao largo da Saude. Quanto á ascendência do Guarda-Roupa Mor, nada adiantam esses papeis que o dão como filho duma Maria Lopes Correia e dum... homem honrado.

Ainda uma outra ha (XXI, 2.^a série) que se refere a certa escritura feita nas notas do tabelião Domingos de Barros, cujo cartório tive razões para julgar perdido e, felizmente, foi dos poucos que se salvaram do fogo em 1755. Com efeito, na Torre do Tombo encontra-se o contracto celebrado no primeiro dia de junho de 1660, na casa do capitulo do convento de Nossa Senhora do Monte do Carmo, entre o Prior Fr. Nuno Viegas e os mais religiosos, ali chamados «por som de campa tangida», e o comendador Luís Mendes de Elvas, secretário da Junta dos Tres Estados, como provedor da Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora da Encarnação (Da Cadeia seria talvez o nome dado vulgarmente á Irmandade) e o secretário, procuradores, tesoureiros e mais irmãos, em que o convento lhes dá «as duas cazas das portarias de fora e de dentro para nellas fazerê seus jazigos e na caza em q̄ oie estão os ossos fazerem a caza p.^a sua meza e junta» e a casa em que vivia um tal Manoel Freire Operatudo da Cunha, que ficava junto á portaria de fora e tinha porta para a rua, «p.^a q̄ em todo o comprim.^{to} largura e Vão dellas possam fazer seus carn.^{ros} ou sepulturas, seguindo sobre esta mat.^{ra} o parecer de Gregorio Luis, mestre das obras do dito Conu.^{to}» podendo também, na casa de dentro, fazer uma capela.

Embora a Irmandade dos Escravos de Nossa Senhora da Encarnação não seja assim nomeada na inscrição referida, não resta dúvida que é a mesma, pois Domingos de Barros, não lavrou contracto que possa confundir-se, em todo o mês de junho de 1660.

Outros êrros haverá porventura neste trabalho em que o tempo faltou para mais profundas pesquisas, mas que o sabêr daquêles a quem o assunto interessa, facilmente corrigirá.

I

AQI JAZ L
OPO GOMEZ

Cabeceira de sepultura, encontrada recentemente numa escavação feita no largo de São Domingos, em sítio que devia ficar no adro,

fronteiro á entrada do antigo templo. Ao ser descoberta, conservava ainda a sua posição primitiva.

Caracteres unciais do fim do XIII século ou princípio do XIV.

II

A SEU TEMPO
(ESTE) HE HO MEU PRAZER
HO MEU PRAZER
ESTE E HO MEU PRAZER

III

A SEU TEMPO
ESTE E HO
MEU MEU
PRAZER

Informa-me o ilustre presidente da secção de Heráldica e Genealogia, Ex.^{mo} Snr. Afonso de Dornelas, que estes dizeres são a *tenção* de Mem Cerveira, seu antepassado que plantou os olivais de Santarem.

No museu dessa cidade existem umas pedras semelhantes (1).

IV

MICHAEL SILVIVS
EPISCOP·VISENS·
NAVIGANTIVM
SALVTIS CAVSA
TVRRES II FECIT
ET III COLVMNAS
POSVIT
ANN·M·D·XXXV·

(1) — Gabriel Pereira, *O museu distrital de Santarem*, no boletim desta Ass., Tomo IX, 4.^a série, n.º 8.

Inscrição gravada numa grande lápide de granito outrora colocada por baixo da estátua que indicava aos navegantes a entrada no rio Douro e se guarda hoje neste museu. Acêrca dela vem uma pequena noticia no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, vol. V pag. 8o.

V

(S)

DE MANOEL
ALVZ REMIREZ
E SEVS HER
DEIROS FALE
CEO A 12 DE
ABRIL. 1575

Como me tem sucedido com tantas outras inscrições que aqui ficam arquivadas, nada consegui averiguar acêrca deste Manoel Alves Ramires, ou sequer da sua sepultura.

VI

CÔDITV̄ A LVPO DE ABREV ET VIRGINI
DEIPARAE DE MÔTE DICATV̄·A·M·D·LXX·IX·
AMPLIFICATV̄ VERO AB IPSO=
SVB HAC FORMA·A·M·D·XC·IX

Estava esta inscrição sobre a porta da capela particular da quinta da Ramada, em Frielas.

Vê-se que a pequena ermida fôra edificada no século XVI por um Lopo de Abreu e logo amplificada. Mais tarde, no século XVII, foi comprada pelo pai de D. António Caetano de Sousa, que a reedificou, ou, pelo menos, lhe fez grandes obras, e por fim, já em nossos dias, é de novo vendida, desmantelada, arrancam-lhe os formosíssimos azulejos, as lápides sepulcrais e a pedra que comemorava a sua fundação, cuja entrada neste museu se deve ao nosso consócio Ex.^{mo} Snr. Luis de Albuquerque Betencourt.

VII

S.D MANOEL TE
LES.E.D.RVI TELS.
SEV.F.º S.R.

Esta campa foi evidentemente aproveitada para estes Teles. Cobrira antes a sepultura doutro membro dessa nobre família dos alcaides de Campo Maior e de Ouguela. Em volta notam-se-lhe ainda vagos vestígios da primitiva inscrição. Tem ao centro insculpidas as armas dos Silvas ligadas ás dos Vasconcelos, trabalho que parece indicar a segunda metade do seculo XV.

Está esta pedra sendo estudada por um nosso consócio, distinto genealogista, pelo que me julgo dispensado de mais demorada investigação.

VIII

S PERPETVA DO CAPI
TAM DIOGVO BORGES
DE SEA CAVALEIRO FI
DALGVO DA CAZA DEL
REI NOSO SOR A QVEM
SERVIO NA INDIA E NES
TE REINO E NAS ARMA
DAS DEL 4º ANNO(S)
IAS NESTA FILIPA BOR
GES SVA MAI E DE TO
DOS SEV(S).....

De um homem que andou quarenta anos á cutilada por longíquas paragens, era de justiça dizer alguma coisa mais do que o nome da mãe, ou a simples referência a um cargo que todavia se não define, ou ainda á sua qualidade de fidalgo, aliás já patenteada pelo leão rompante do brasão materno. Nem uma ligeira menção dos seus feitos, nem uma vaga notícia das funcções que desempenhou, nem uma alusão, aliás natural, ao homem que foi seu pai. Parece haver um

mistério na vida desta creatura que adopta o nome da mãe e gasta pela India e nas armadas, entre aventureiros, tão grande parte da sua existência.

No livro dos *Brazões da Sala de Sintra*, conta Braamcamp Freire, que uma dona Elena de Mesquita, filha de Filipa Borges e neta do abade de Refoios dom Diogo Borges, fôra a mãe de dom António de Melo, filho do Bispo da Guarda. Seria o nosso Diogo Borges irmão de dona Elena e afastar-se hia dos seus, escandalisado com a vergonha, ou antes, com a falta de vergonha da irmã?

IX

.....FRZ.....
IAM DE MOR
ROGVA A QVĒ
 ...(A)VE M^A DE ISS7

X

.....DA.....
MA EQVE.....
 ...(G)REGORI(O)..
S.....

XI

.....CINQVO
DE IVRO
A ALFANDE
ANO

XII

AQVI IAZ MA.....
 COST(A) QVE.....
 D...O DE IORIE...

XIII

.....CAT.....
ES·BE.....
 ...ESTE·COMVEN(TO)
 ...·(E)M 6 DE MAIO D(E)
 (1)742

Estes cinco fragmentos, impossíveis de reconstituir com rigor, estão gravados em pedras de cuja proveniência não ha a menor indicação.

XIV

DIVO IOANNI ARCHIEVANGELISTAE
 VIRGINI DILECTOTER MAXIMO
 D LVDOVICA DALCACOVA PIETATIS
 ET EXIMII AMORIS ERGO DICAVIT
 ANNO D· 1600·

Proveniente do convento de Odivelas.

Sobre esta lápide e capela em que estava colocada, veja-se o que diz Borges de Figueiredo, a pag. 162 do seu conhecido trabalho.

XV

GASPAR MANSO
 PATRÃO MOR
 ME POS MDCIX

PESO LHE·HÛ PA
 TER NOSTER
 E HÛA AVE MARIA

Se bem que tenhamos de repelir a injusta afirmação de Byron ⁽¹⁾, é tristemente certo que a maioria das cruzeiras erguidas á beira das nossas estradas, recordam ao caminhante que ali morreu alguém. Era costume antigo esse e, embora muitas delas tenham uma origem puramente devota, não podêmos hoje garantir que não tenha sido aquêlê o motivo que levou Gaspar Manso a pôr um crucifixo junto ao caminho que levava ao alto da Ajuda. O sítio era êrmo e não é impossivel que algum parente ou amigo do patrão mor ali caísse varado por traçoieiro arcabuzo. Quem quer que foi, parece que lá ficou enterado, pois ha pouco, tirado o cruceiro e escavando-se em procura dos degraus que se supunha existirem, encôntrou-se uma caveira.

Em princípios talvez do século XVIII, levantaram em volta do cruceiro as paredes da elegante capelinha em que ficou encerrado e tão bem se destingue na gravura reproduzida pelo nosso erudito consócio Ex.^{mo} Snr. Dr. Artur Lamas, no interessante estudo onde demonstra *Em que casa nasceu Simão Botelho*, e ali é designada por *Ermida do S.^{re} Docruzeiro*, no *caminho da Tapada*, ou *chemin conduisant de la Ville á ia baraque du Roy*, nome de *la tapade* ou *Enclos*.

XVI

J. M. J.

LUDITE NON GRATIS: QUISQUIS
CERTAMINE VICTUS
PRO PRETIO SOLVAT VICTOR
ET IPSE PRECES.
GAUDIA (LUDENDI SIC SIT
LUCROSA VOLUPTAS)
PRO OCCIDUO GRATI NON
PERITURA PETANT.
R. P. A. M.

Inscrição proveniente do convento dos Marianos.

Tinham primeiro estes religiosos, ao virem para Portugal, habitado umas casas á Pampulha que eram de Francisco de Távora e a que

(1) — *Peregrinação de Child-Harold*, C. I, est. XXI.

chamaram de São Felipe. Mais tarde, em 1604, passaram para outras de dom Garcia de Noronha, que ficavam junto a São Crispim e que denominaram da Madre de Deus. Preferiam porém, os bons dos frades, sítio mais retirado. Para os lados de Santos, olhando o rio, tinha Vasco Fernandes Cesar, umas terras que se prontificou a vender-lhes por setecentos mil reis. A 27 de setembro, uma quarta feira, do ano de 1606, lançam aí a primeira pedra do seu novo mosteiro, a que dão a invocação de Nossa Senhora dos Remédios e onde cinco anos depois, a 3 de maio, entram em solene procissão, trazendo o Santíssimo e todas as imagens em ricos andores, com grande acompanhamento de povo.

Esta pedra veio-nos de lá. Estava na cêrca.

XVII

FVNDAVIT FR ANTO
NIVS AB ASCENTIONE
GVARDIANVS HVIVS
CONV^{TI} DIE 20 IVLH

1619

Qual seria o convento e qual a fundação de Fr. António? Não encontro a menor indicação ácerca da proveniência desta pedra.

XVIII

VESPORA DE
S. ANT.^o SE BO
TOV A PR^A PE
DRA ANO DE 1629

No dia 12 de Junho do ano de 1629, *botou-se* a primeira pedra dum edificio. Qual? Esta data coincide, segundo João Batista de Castro, com a da fundação do convento de São João de Deus, mas não deve referir-se-lhe a inscrição, pois nêsse ano tomaram os religiosos posse dêle. Será provavelmente de qualquer modesta capelinha dos arredores lisbonenses.

XIX

(CAPELA) DE HENRIQUE COELER E DE SVA MV=
 (LHER MARJIA VENTVRA E DE SEVS DES=
 (CENDENT)ES HERDEIROS E SVCCESORES
POR TRESPACASSÃO Q̃ LHES
OIMANS SOBRINHA E HERDEIRA
MPOS INSTITVIDORA POR ESCRI
 (TVRA FEITA NAS) NOTAS DO TABELIAM DOS CAR
 (NEIRO⁽¹⁾ A)₂₀ DE ABRIL DO ANO DE 1630

Não quiz o acaso que encontrasse qualquer noticia acêrca dêste Henrique Coeler. A escritura e que se refere a inscrição, perdeu se com o cartório de Domingos Carneiro, no incêndio de 1755. A pedra esteve no claustro de São Francisco, no chão, diz Moreira, que a transcreve, já mutilada, na sua *Collecção de Epitaphios*.

Não deve, no entanto, ser a sepultura de Coeler. A meu vêr esta inscrição, que primitivamente estava na parede, refere-se a uma capela instituida por uma senhora cuja sobrinha e herdeira a trespassou por escritura de 20 de abril de 1630.

XX

LOUVADO SEIA
 O SANTISSIMO
 SACRAMENTO
 1632

A pedra onde se lêem estes dizeres tem, na face oposta, as armas dos Rebêlos e deve ter estado colocada sobre um portão, servindo de base a uma pequena cruz. Supõe o erudito investigador e nosso con-

(¹) — No livro do Distribuidor Geral dos Tabeliães, existente na Torre do Tombo e referente ao ano de 1629. (Não existe o de 1630), encontra-se o nome de Domingos Carneiro, cujo cartório se perdeu em 1755.

sócio Ex.^{mo} Snr. Gustavo de Matos Sequeira que tenha pertencido ao Portal de São João dos Bemcasados, também chamado Cruz de São João dos Bemcasados, em sítio que Sua Ex.^a estuda no 4.^o volume do seu monumental trabalho sobre Lisboa *Depois do Terremoto*.

XXI

S^A DE BENTO DA
 COSTA DE BARBV
 DA E DE DONA M^A
 VELLOZA SVA
 MOLHER E DE SE
 VS HERDEIROS A
 QVAL LHE DEV A PRO
 VINCIA DARRABI
 DA PELA M^A DEVAÇA^o
 Q̃ SEMPRE LHE TEVE
 1638

XXII

S^A DE BENTO DA
 COSTA DE BARBV
 DA E DE MENE
 ZES E DESEN
 DENTES E DE SE
 VS HERDEIROS A
 QVAL LHE DEV A PRO
 VINCIA DARRABI
 DA PELA M^A DEVAÇA^o
 Q̃ SEMPRE LHE TEVE
 1660

Estas duas inscrições estão gravadas na mesma lápide e provêm do extinto convento de Palhais. A segunda foi sobreposta á primeira aproveitando-lhe contudo as 1.^a, 2.^a, 6.^a, 7.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a linhas.

Aquêlê Bento da Costa de Barbuda, era filho de Diogo de Barbuda e de dona Maria da Costa de Menêzes, filha de Bento da Costa Homem, e neta de Sebastião Homem, que fôra almoxarife dos Fornos del Rei, officio que Bento de Barbuda veio a herdar de seu avô materno. E' pois natural que a amisade e porventura a gratidão dos pobres vizinhos arrábidos, lhe abrisse os poucos palmos de terra que esta lápide cobria.

O outro, esse Bento da Costa de Barbuda e de Menêzes, da segunda inscrição, criatura cujo orgulho se está a ver na sobreposição do seu nome ao do velho almoxarife, deve ser talvez um neto seu, que vivia em Setubal, filho do filho Diogo e de dona Maria de Menêzes Lobo da Alcáçova. Deus porém castigou-lhe a vaidade, não lhe dando *descendentes*, como mandára escrever na campa.

XXIII

AQVI IAS SIMÃO VAS MER
CADOR QVE FOI DEL REI
DOM IOÃO O QVOARTO E
ESTE CARNEIRO HE SEV
E DE SVA MOLHER FR^{CA} DA
COSTA E DE SEVS ERDEIROS
O QVAL EALECEO AOS 29 DE
IVNHO DE 645 ANNOS

Apesar de se intitular mercador del Rei dom João 4.^o o seu nome não figura no índice da Chancelaria daquele Monarca. Alguem me disse ter uma vaga ideia de vêr ha muitos anos, esta campa, num corredor de São Bento; Moreira ⁽¹⁾ porém não a menciona entre as daquela casa.

(1) — *Colllecção de Epitaphios, Inscriptões e Lettreiros*, Ms. da Biblioteca da Academ. R. das Sciencias.

XXIV

D. M. O.
 ADM. R. P. F.^p FERDIN A SPVS.
 H. I. CONV. QVOND. GVARD.
 ET PROV. MIN. DIGNIS
 OBIIT 23 OCTOB. AN. 1666 M
 ACT LXXVI
 FR. IOAN ADEO ET. QVOND M. P.
 PATR. CHARISS
 P
 F. T. SIB. VIV. MORI.....

Era de São Francisco da Cidade.

XXV

S.^A DO SARG.^{TO} MAIOR AN^{TO}
 COREIA DANDRADA FIDAL
 GO CAVALEIRO PROFESO
 NA ORDÊ DE XP.^o DA CAZA DE
 S.^A E DE SVA MOLHER AN.^{TA}
 DE MADVREIRA PITA NAT
 VRAIS DA CIDADE DE TA.^o GER.
 E DE SEVS ERDEIROS

1677

ESTA CAMPA VEIO DA IGREJA DA SR.^A DA GLORIA
 DE LAGOS E FOI MANDADA RENOVAR POR SEU
 QUARTO NETO O BARÃO DA CAPELINHA.

Elucida-nos acêrca desta campa, o distinto académico e presidente da nossa secção de Heráldica e Genealogia, Ex.^{mo} Snr. Afonso de Dornelas, no seu interessante artigo «A Heráldica no Museu do Carmo», publicado no *Boletim da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, T. XIII, série 5.^a n.º 4 (pag. 169).

XXVI

PRAEFVLGENTI ECCLESIAE
 SOLI,
 FIRMISSIMAE MVNDI
 COLVMNAE,
 MIRACVLOSO SAPIAE
 FVLMINI
 MAGNO P. AVG.
 LAP. HVNC
 SEREN. PETR. PORT. PRINC.
 FIRM. CATH. REL. PETRA
 C. D. O.
 ERGA, SEREN. M. SVAE
 DA LOISIAE REG. AMORE
 DISCALCEATORVM
 FVNDATRICIS
 ANNO DNI. 1682
 DIE VERO 26 I SEPI
 TEMBRIS

Tanto esta pedra pode ter vindo do convento do Grilo, como do de Corpus Cristi, ambos de descalços e ambos fundados pela Rainha dona Luísa de Gusmão. Um fê-lo, quando Regente, para os religiosos Agostinhos; o outro, de bem conhecida história, deu-o aos frades Carmelitas, de cuja Província se proclamou oficialmente Protectora.

Dona Luísa morreu a 27 de Fevereiro do ano de 1666. Como o seu mosteiro de Santo Agostinho não estivesse ainda acabado, levaram-n'a para a igreja dos Torneiros e, vinte e cinco anos depois, não podendo ainda fazer-se a trasladação, seu filho Pedro II, manda colocar lhe os ossos por baixo do Sacrário. Será esta pedra a tampa desse ossuário? Se pela sua forma e até pelas argolas de bronze chumbadas dos lados, parece ter tido essa aplicação; pela data, nove anos anterior á mudança dos ossos, leva a crer que é apenas uma homenagem dos humildes descalços á que com a sua Regra dispendêra, no curioso dizer de frei João do Sacramento, *as cupiosas affluencias da sua não menos Religiosa que Real benignidade.*

XXVII

EL REI DÕ Aº ANRIÕZ
 QVE ESTA VILA TOMOV
 AOS MOVROS EM DIA
 DE S MIGVEL 8 DE MAIO

1147

Consta que esta inscrição, com o busto de Afonso I que a encima esteve colocada sobre a porta da ermida de São Miguel, na alcáçova de Santarém.

O padre Inácio da Piedade e Vasconcelos, não se lhe refere.

O busto que figurou na exposição de Paris de 1867, diz o nosso catálogo que é trabalho do século XII. A inscrição porém é do século XVII e deve ter substituído a antiga que provavelmente já mal se entendia.

XXVIII

ESTE.CAPº DEV A PROVINCIA
 DA.ARRABIDA A LVIS CRA—
 VEIRO.E A SVA MOLHERCNA
 DE MATOS.PA SVA SEPVLTVRA.
 PERPETVA HAVENDO RESP.Tº
 A SVA MTA DEVACÃO E DE SEVS
 PASSADOS.O QVAL MANDARAO
 FAZER. E ORNAR A SVA CVSTA

Está-se a ver nestas discretas palavras o reconhecimento dos pobres frades de Palhais, para com o visinho a quem o convento recorria em ocasiões difíceis.

XXIX

NO ANNO DE 1222 FOI
 ESTA IGREIA CONSA
 GRADA AOS DOZE DI
 AS DE DEZEM BRO

Quem, por acaso ou levado pela curiosidade de conhecer o velho bairro de Alfama, suba a estreita Calçadinha do Tijolo, que das Escolas Gerais leva á rua de São Vicente, encontra á sua esquerda um acanhado recinto, cercado por umas árvores quasi raquíticas, a que a Câmara deu um dia o pomposo nome de Largo de Santa Marinha. Aí se ergueu outrora a pequenina igreja românica que o camartelo municipal, na febre estúpida dos aformoseamentos, inconscientemente demoliu, ao começar o ano de 1845. Era de lá a pedra em que, no século XVII, gravaram esta inscrição, dizendo-nos a data em que fôra sagrado o primitivo templo.

XXX

·S·ROCHE·ORA·PRO·NOBIS·

E' geralmente sabido que proximo ao cubêlo que ficava no vértice do ângulo norte-poente da chamada muralha fernandina, abria-se um pequeno postigo que veio a denominar-se de São Roque, por lhe terem colocado por cima a imagem do piedoso advogado da *pestenença*.

Um dia porem lembra-se a Câmara de derrubar aquelas pedras que tanto tempo haviam resistido ás hostes de Castela. Então recolhem o pesado santo, expulso do seu nicho, na visinha Misericórdia e mais tarde levam-n'o para o asilo de São Pedro de Alcântara. Acharam-n'o velho, e para máis, mostrava uma ascorosa chaga numa perna.

Aí ficou para um canto, e por sinal, canto bem pouco decente, até que o nosso Ex.^{mo} consócio e meu amigo Snr. Antonio Cesar de Mêna Júnior, o fez transportar para o Museu do Carmo.

Na base em que assenta, lê-se em caracteres do fim do século XVII, a súplica acima transcrita.

XXXI

MEMORIA
MEA INCEN
ERATIONES

Esta pequena pedra é das muitas cuja proveniência não consegui averiguar.

XXXII

- 1) A ORDEM 3^A MANDOU FAZER A SUA CVSTA(A OBRA DESTES PASSOS E AZULEJAR)
- 2) TODO O CLAVSTRO NO ANNO DE 1720 TE(NDO JA OS PASSOS PRINCIPIO NO ANNO)
- 3) DE 1670

Sobre a porta duma capela que dava para o claustro do convento de Santa Maria do Carmo, estava colocada uma pedra onde se lia esta inscrição que Moreira (1) nos dá ainda completa.

XXXIII

NESTE LUGAR DO BARCO
 DE MARTIM AFONÇO PRINCIPIAÕ
 AS TERRAS Q̃ O SANTO CONDES≡
 (TA)UEL D. NUNO ALUES PR.^A DOOU
 AO REAL CONUENTO DE N.SR^A DO≡
 MONTE DO CARMO DA CIDADE DE≡
 LX (A)OS 28 DIAS DO MES DE (J)ULHO
 DA ERA DE CEZAR DE 1442 Q̃ HE O AN≡
 NO DO NACIMENTO DE N.S. JESU≡
 CHRISTO DE 1404
 ESTE PADRAÕ MANDOU FAZER O M
 R.P.M.FR.AN^{TO} DA ENCARNACAÕ P.^{OR} DO≡
 CONU^{TO} DO CARMO DE LX.^A NO ANNO
 DE 1730

Ao fundar Nuno Alvares, o seu mosteiro de Santa Maria do Carmo, não pensou apenas em lhe suster as grossas paredes com os lendários alicerces de bronze. Cuidou também de construir-lhe uns outros

(1) — Antonio Joaquim Moreira, *Collecção de Epitaphios, Inscrições e Letreiros*
 Ms. da Bib. da Academia Real das Sciencias.

de autêntico e bom oiro, que houvessem de garantir-lhe a existência pelos séculos além.

Quão longe vinha ainda o assalto de 34!

Para isso dotou-o com largas rendas, destinando-lhe os bens de que livremente podia dispôr. Assim, estando um dia nos seus paços da vila de Almada, chama o tabelião Martim Vicente e manda-o lavrar uma escritura em que dêa ao convento a sua quinta da Alcaidaria, no termo de Ourem, as azenhas de Corroios e «todo o salgado que entra do barco de Martim Afonso para dentro» e se compunha dos esteiros de Algenoa, da Amora, de Corroios e da Arrentela.

Foi isto no dia 28 de julho do ano de 1404, diz-nos o bom de frei Joseph Pereira de Sant'Ana.

XXXIV

S. IOANNI
 NEPOMUCENO
 NOVO ORBIS THAUMATURGO
 TERRAE, AQUIS, IGNI, AERIQUE
 IMPERANTI,
 ATQUE CUM ALIAS
 TUM PRAESERTIM IN ITINERE
 MARITIMO
 LUCULENTO SOSPITATORI SUO
 GRATI ANIMI ERGO
 HANC STATUAM
 POSUIT
 CLIENS DEUOTISS:
 AN: REPARAT: SALUT:
 M: DCC: XLIII.

JOAO ANTO D PADOA AFES.

Inscrição esculpida na base da elegante estátua de São João Nepomuceno, que desde 1743 esteve na ponte de Alcântara.

De João Antonio de Pádua, de quem o nosso museu guarda outros trabalhos, fala Volkmar Machado, na sua *Collecção de Memorias e*

Viterbo, no *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, tomo VIII, 3.^a série, pag. 103.

XXXV

AQUI JAZEM OS
OSSOS DO EX^{MO} E
R^{MO} SENHOR D. JO
ZE DE SOUZA CAS
TELLO-BRANCO
BISPO DO FUNCHAL

Dom José de Sousa Castelo Branco, nasceu em Leiria a 2 de novembro do ano de 1653. Parece que bastante tempo viveu com seus pais nessa cidade em cuja Sé foi cônego, sendo mais tarde nomeado inquisidor em Evora. Em 1697 foi eleito bispo do Funchal. Sagrado a 29 de junho do ano seguinte, tomou conta do bispado precisamente dois meses depois.

Conservou-se na Madeira até o ano de 1715 em que a sua fraca saúde o obrigou a embarcar para Lisboa no dia 16 de julho e, em 1721, perdida a esperança de poder voltar para a sua Sé, renunciou o bispado, vindo a morrer a 29 de igual mês do ano de 1746 e sendo enterrado na capela que mandara fazer na Cartuxa de Laveiras. Por isso, um dia em que o nosso distinto consócio Ex.^{mo} Snr. António Cesar de Mêna Júnior, dirigia a demolição duns casebres na moderna Casa de Correção ali instalada, encontrou, servindo de elegimento numa porta, a sua campa que imediatamente fez transportar para o Carmo.

Como dom José de Sousa Castelo Branco foi um distinto genealogista, digâmos também, em homenagem á sciencia que cultivava, algumas palavras sobre a sua ascendência.

Era filho do capitão de cavalos Heitor Vaz de Castelo Branco e de sua mulher dona Luisa Maria da Silva e Ataide, filha de Luís da Silva da Costa, que depois de enviudar foi casada com o desembargador António da Cunha Pinheiro. Pelo pai, era neto de António Vaz de Castelo Branco e de dona Maria Rebelo da Silva; bisneto de outro Heitor Vaz de Castelo Branco que foi casado com dona Filipa

de Valadares; terceiro neto doutro António Vaz de Castelo Branco, casado com dona Ana de Sousa; quarto neto de Diogo Vaz de Castelo Branco, que esteve na tomada de Ceuta e foi casado com uma filha de Alvaro Gil da Fonseca, dona Catarina; quinto neto de Gonçalo Vaz, alcaide de Castelo Branco; sexto neto do alcaide da Covilhã Alvaro Vaz de Castelo Branco; e sétimo neto do conhecido Vasco Pires de Castelo Branco, que foi o primeiro que usou tal apelido e de onde descendem os vários ramos desta nobre família.

XXXVI

D·O·M

IOANNES S·R·E·PRESB·CAR(DI)
 NALIS DA MOTTA VIXIT
 ANNOS LXII MENS·I
 DIE XXI OBIJT IV
 OCTOBRIS ANNI
 DOMINI MDCCX(L)VII

Ao abrirem-se os caboucos para assentar no nosso museu, a estátua da Rainha dona Maria I, de João José de Aguiar, encontrou-se uma lousa que o desabamento da abóbada do transepto da antiga igreja, fizera cair em pedaços dentro da sepultura que cobria. Era a campa do Cardeal Mota.

Dom João da Mota e Silva, filho de Amaro Dias e de Maria dos Santos, nasceu em Castelo Branco, aos 14 de agosto de 1691. Começou os seus estudos em Lisboa e em Evora, indo depois para Coimbra, onde se doutorou em teologia. Aos vinte e dois anos era cônego primeiro presbítero da Patriarcal, aos trinta e seis recebia o barrete cardinalício que Bento XIII lhe enviava pelo seu secretário, o Monsenhor Lercari, e pouco depois dom João V nomeava-o seu Ministro e Secretário de Estado.

A sua vida foi rápida como a sua carreira. Aos cinquenta e seis anos, pois a inscrição «nos anos está alheia da verdade» (1), morre

(1) — Manoel Ferreira Leonardo, *Elogio Historico, Panegirico, Encomiastico, etc. do Eminentissimo Senhor D. João da Mota e Silva, etc.* Lisboa, 1748.

no seu palácio de Lisboa, a 4 de outubro, pela uma hora da tarde. O corpo, depois de embalsamado, veio para a igreja do Carmo, onde, metido num rico caixão de ébano, foi sepultado «junto ás grades do côro».

Referindo-se á pompa com que aqui lhe celebraram as exéquias, escreveu Alexandre António de Lima, o seguinte soneto :

Tanta imagem funesta ! Oh que medroso
Pasma o Juizo ! Este aparato justo
Quanto erige ao respeito ordena ao justo ;
Se he mais horrivel, quanto mais pomposo

Todo o esplendor, que inculca luctuoso
Authoriza a Parca o golpe injusto.
E ficára este estrago, em que me assusto,
Sem tanto obsequio, menos horroroso.

Esta pompa he tropheo da iniqua sorte :
Quanto avulta o poder, cresce a tristeza.
Oh raro assombro ! Oh deenganos forte !

Onde se eleva a humana natureza ?
Em que funda a vaidade ? se he na morte
Circunstancia do horror até a grandeza.

XXXVII

AQVI ESTAO SEPVLTADAS
VARIAS PESSOAS DESTA FAMI
LIA DA ERA DE 1493 ENTE
A DE 1764 TAMBEM ESTA
SEPVLTADA D. JOZEFA AN^{TA}
DE MARIS SARM.^{TO} FILHA DE
DE PEDRO DE MARIS SARM.^{TO}
CONSILHEIRO DA FAZEN
DA FIDALGO DA CAZA DE S
MAG.^{DE} ESTA SEPVLTVRA
LHE MANDOV POR SEV MA
RIDO AN.^{TO} CAE.^{TO} DE SOVZA
FIDALGO DA CAZA DE S. MG.^{DE}

Campa proveniente da capela da Quinta da Ramada, em Frielas.
 Este António Caetano de Sousa, era António Caetano de Sousa Soares, que foi familiar do Santo Officio, filho de Manuel de Sousa Soares e de dona Rosa Maria Mendes de Barros Lima e sobrinho do autor da História Genealógica.

XXXVIII

AETERNAE · MEMORIAE
 PASCHALIS · JOSEPHI · MELLII · FREIRII
 OPTIMI · CIVIS
 ET
 JURECONSULTI
 IMMORTALITATE · DIGNISSIMI ·
 SACRUM ·
 QUI · NATUS · POSTRIDIE · NONAS · APRIL · MDCCXXXVIII
 OBIT · OCTAVO · CALEDAS OCTOBR · MDCCLXXXVIII
 DULCISSIMO · AVUNCULO · SUO ·
 BENEMERENTI
 POSUIT
 FRANCISCUS · FREIRIUS · A SILVA MELLIUS

Inscrição gravada na campa do doutor Pascoal José de Melo Freire dos Reis, que estava na ermida de Santa Rosa de Lima, na freguesia de São José em Lisboa.

Em 1873 a Associação dos Advogados promove a trasladação dos ossos de tão distinto juriconsulto para o jazigo no cemiterio dos Prazeres, vindo a lápide para o Museu do Carmo.

Sobre este notabilissimo advogado português, veja-se o que desenvolvidamente dizem Inocêncio e Brito Aranha, no Dicionário Bibliográfico

XXXIX

POENITENTIVM TERTIVS SEXU.M.CAPIT.VTRVMQVE

Esta legenda está esculpida em volta dum braço proveniente da Ordem Terceira de São Francisco.

XL

N.M.EVFRAZIA
DO ESP^{TO} SANTO A
12 DE ABRIL DE
1703

XLI

M.GRACIA
DO(SS.^{MO} S)ACRA
A 6 9.^{BRO} DE 1722

XLII

F.A M ELEN-
A I DE I M.^A A
22 DE FV.^{RO} D —
E 1728

XLIII

F.N.M.AN.^{TA} TER
DE S. ANNA A
26 DE JUNHO
1728

XLIV

ESTA NESTA SEPULTU
RA A M.^E TH.^A DO SS.^{MO} SACRA
M.^{TO} A 14 DE JULHO DE 1740
E A IR.ANNA DE IHS.M.^A
A 19 D AGOSTO.DE 1729
A IRM.^A IOZEFA DE IHS.
A 12 DE IAN.^{RO} DE 1742

XLV

A. I. ANNA
M.^A FALES
EV A 29 D N.^{MRO}
DE 1730

XLVI

N. M. M.^{NA} DE
IHSXP.^{TO} A 20
DE 9.^{BRO} de 1732

XLVII

FALECEO N. M.
M. DE S. IOSE AOS
... DE AG.^O DE 1747

XLVIII

FALESEV N. M.^E
TEREZA M.^A DE S.
IOZE A 8 DE ABRIL
NA ERA DE 1760

XLIX

FALESEV N
M FELIPA M
DA CRVS A II
DE NOVEN
BRO DA ERA
DE 1762

L

FALESEU A IR.^{MA} SE
 BASTIANA THEREZA
 DE IEZUS M.^A IOSE
 O 1º DE OBRO DE
 1764

LI

FALESEU N
 M.^E M.^A GRACI.^A
 DO SS.^{MO} SACRA(M.¹⁰)
 M.^{TO} A 7 DE 7^{BRO}
 D 1766

LII

FALECEO A N IR
 MARIA IVSTINA DE
 S.^{TA} THEREZA A 14
 DE DEZBRO de 1767

LIII

FALESEU N
 M.^E JOANNA MADA
 LENA DAPIADADE
 A 26 DE JULHO
 DE 1773

LIV

... (THER)E ZA MARG.^{DA}
 (DO SS.^{MO}) SACRAM.^{TO}
 (RELIG^A) DESTA CA
 (SA FUN)DADORA DO
 ... MOST.^{RO} DE COR
 ... FALECEO NES
 ... 2 DE ABRIL
 (DE 1)773

LV

FALECEO A N. IR
 ANNA TEREZA
 DE SÃO JOZE AÓS
 12 D MAIO
 D 1779

LVI

F. A I.^R MARIA DE
 S. IOSE AOS
 25 DE FEUR^O
 DE 1784

LVII

FALESEV.....
 IZABEL THARE
 ZA DO SACRAMENTO
 AOS 27 DE DEZEMB
 RO DE MIL.....

LVIII

F.A.N.I. MO =
NICA JOAO
DE S. THE(REZA A)...
DE JUNHO D...

LIX

F. N. M. TER.^A J.^E
DA CONC.^{AO} A 10 DE
JUL. 1804

LX

F.N.M.^E FRAN.^{CA}
THAREZA D IMI
NO PR^O DE DEZ.^{BRO}
DE 1807

LXI

F.N.M.M.
I.^E D.I. A 18 D
ABRIL DE 1814

LXII

F.A IR M.^A IOAQUI
NA TH.^A DE S. IOZE A
25 DE ABRIL DE 1815

LXIII

F.N. IR
TH.^A MARG.^{DA}
DO SM^O SACRAM.^{TO}
A 22 D JANR^O
D 1821

Todas estas lápides vieram do extinto convento de Santo Alberto. Como disse ao transcrever a que comemora o falecimento da 2.^a condessa dos Arcos (1), só o acaso poderá um dia dizer-nos quem foram estas virtuosas senhoras.

Quantas lágrimas choradas, quantas ilusões desfeitas, e quem sabe, que lindos dramas de amor, nos ocultam hoje estes nomes!

LXIV

D. ABB.^E SILVA
M. F.
1818

Inscrição gravada numa pequena pedra proveniente de dependências da Real Casa Pia de Lisboa.

LXV

AQUI JAZ O ILL.^{MO}
E EX.^{MO} ALMIRAN
TE PEDRO MARIZ
DE SOUZA SAR
MENTO. FALLE
CEO A 26 DE MAR
ÇO DE 1822, QUE
DEIXOU SAUDÓZA
MEMORIA PELAS
SUAS VIRTUDES

Foi o almirante Pedro Mariz de Sousa Sarmiento quem comandou a esquadra que acompanhou a divisão portuguesa ao Roussillon. Foi sepultado na igreja do convento do Santo Crucifixo.

A mais desenvolvida notícia acerca deste ilustre marinheiro,

(1) — X, 1.^a série. Por engano aí chamei ao 2.^o conde dos Arcos dom Lourenço Filipe de Lima Brito e Noronha, quando o seu nome foi dom Lourenço Filipe de Lima Brito e Nogueira.

dá-no-la o Sr. Afonso Dornelas, no seu belo trabalho sobre António Caetano de Sousa.

LXVI

- 1) — A 23 D'AGOSTO de 1889 A MESA DA VENERAVEL IRMANDADE
- 2) — DOS CLERIGOS POBRES SITA NA PAROQUIAL EGREJA DA ENCARNAÇÃO
- 3) — D'ESTA CAPITAL TOMOU POSSE D'ESTE EDIFICIO QUE LHE FOI CONCEDIDO
- 4) — PELA CARTA REGIA DE 13 DE JULHO DO MESMO ANO
- 5) — PARA N'ELLE ESTABELECEER POR INICIATIVA DO SEU JUIZ
- 6) — O M.^{TO} REV.^{DO} MONSENHOR ALFREDO ELVIRO DOS SANTOS
- 7) — A SEDE DA VENERAVEL IRMANDADE E UM AZYLO HOSPITAL
- 8) — E HOSPEDARIA PARA O CLERO.

LXVII

A TRANFERENCIA DA SEDE DA
 VENERAVEL IRNANDADE DOS CLERIGOS POBRES
 PARA ESTE EDIFICIO
 E A ABERTURA DO AZYLO HOSPITAL
 E HOSPEDARIA PARA O CLERO
 TIVERAM LOGAR NO DIA
 12 DE JANEIRO DE 1890.

Mesmo quando estas duas inscrições não nos contassem tão pormenorisadamente os factos a que se referem, êles são tão recentes que de certo, estão ainda na memória de todos. Bastará acrescentar que o decreto de 7 de maio de 1903, anulou a concessão do velho convento de Santa Marta, que foi entregue ao Ministério do Reino, para nêle se estabelecer um hospital.

OS VASCONCELLOS VILALOBOS

UMA CARTA INÉDITA DE PARENTESCO E BRAZÃO D'ARMAS

COMUNICAÇÃO LIDA À ASSOCIAÇÃO DOS ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

POR

D. ANTONIO DE SÃO PAYO

No Livro Primeiro dos Brazões da Sala de Cintra (2.^a ed.), seu autor, o grande investigador que foi Anselmo Braamcamp Freire, a pagina 394, em nota ao artigo de Vasconcellos, trata dos tumulos de S. Francisco de Evora, e dissertando sobre eles, procurando demonstrar que não era ali que jaziam os restos do inclito Mestre de Sant'Iago, Mem Rodrigues de Vasconcellos, como alguns escritores opinavam, chegavam mesmo a insistir, abórda a genealogia dos Vasconcellos senhores do morgado da Fonte Boa, em Evora.

Não foram muitos os elementos que para este trabalho Anselmo Braamcamp Freire se poudo socorrer: uns documentos da Torre do Tombo, uma passagem da crónica do Conde D. Pedro de Menezes, escrita por Azurara, umas noticias nos «Paralelos de Princepes e Varões Illustres» de Francisco Soares Toscano, algumas escassas informações nas obras de Gabriel Pereira, e alguns dizeres nos nobiliarios de Jorge Salter de Mendonça, e de Antonio Peixoto de Queiroz e Vasconcellos; por esta razão, começa o autor do artigo por dizer que tentaria sómente levantar o véu que encobre os fidalgos que nestes sepulcros foram encerrados, e termina convidando «quem mais souber corra-o todo». Tive eu a felicidade de encontrar mais alguns elementos que levantam o tal veu; acedo portanto ao convite.

Uma das razões que levou o grande critico a contestar jazer num daqueles tumulos os restos do celebre Mestre de Sant'Iago foi a circumstancia de nenhum dos tumulos ostentar o brazão dos Vasconcellos, e pelo contrario, neles se verem, e num muito distintamente, um escudo esquartelado de um lobo passante, com um enxequetado de trez peças em faixa e cinco em pala, o que parece corresponder pouco mais ou menos a Vilalobos e Porto-carreiros. Para a sua confirmação encontrou Braamcamp Freire uma passagem no capitulo 77 dos citados «Paralelos de Principes e Varões Illustres» em que se dizia que um certo Martim Vicente, criado de pequeno pelo Conde D. Pedro de Menezes, que com ele passou a Castella, com ele voltou para Portugal, e foi servir em Ceuta onde em 1417 e 1419 era contador por El-Rei, conforme refere Azurara na sua citada crónica, paginas 520, 338, e 444, durante o cerco daquela praça no ultimo dos referidos anos, tivera ocasião, não sem grande perigo, esforço, e ferimentos, de salvar do captivo, da morte talvez, ao capitão, o mesmo conde D. Pedro, cujo cavallo, numa sortida, cahira, e estava já ás mãos dos mouros.

Por lhe assim dever a liberdade e a vida, quis o Conde galardoar o feito por forma a dele permanecer a memoria, e bem mostrar a sua gratidão. «Ao salvador da sua vida, escreve Anselmo Braamcamp, seguindo Soares Toscano, abriu a sua familia. Desejou dar-lhe para apelido um dos da sua linhagem, e que daí por diante se ficasse chamando de Vilalobos, e deu-lhe por armas dois lobos de oiro passantes, em campo vermelho, em dois quarteis, e nos outros dois quinze escaques, oito de oiro, e sete d'azul, em cada um. Os lobos pelos Vilalobos de sua avó a Condessa de Ourem D. Guiomar; os escaques pelos Porto-carreiros de sua mãe a Condessa de Viana D. Maria. Martim Vicente aceitou, com a condição porem de poder juntar áquellas armas as suas proprias, as dos Vasconcellos, familia a que pertencia. De tudo se lavrou uma carta assinada pelo Conde em Ceuta a 18 de Setembro de 1419; carta em que ele manda, sob pena da sua maldição, a seus descendentes, que tratem ao agraciado por parente, o ajudem, e lhe não ponham impedimento no uso das referidas armas». A mesma coisa diz o nobiliario de Jorge Salter de Mendonça; Toscano acrescenta porem, e Braamcamp Freire traz este acrescentamento em nota, que a carta «está hoje (1621) em Estremoz, em poder de seus descendentes, donde eu copiei esta Historia para

honra do Vasconcélos, e Sandes de Vilalobos, que deste notavel cavaleiro procedem.»

«Não sei da existencia desta carta, dirão, continua o autor dos Brazões da Sala de Sintra, são só os *Paralelos* e o *Nobiliario*, que contam o factó, insistirão; pôde mesmo o documento ser falso e Toscano não ter dado por isso, notarão. E eu responderei: é verdade; mas tenho ali, na pedra daquelas sepulturas a confirmação de tudo.

Nelas estão enterrados dois fidalgos, um Vasconcelos, e um Vilalobos; ambos tem o mesmo escudo d'armas que não é nem das dos Vasconcélos, nem das dos Vilalobos: escudo em tudo igual ao dado pelo Conde D. Pedro a Martim Vicente; escudo que os autores referidos não viram nas lápides, porque se o conhecessem, o declarariam, e então poder-se-hia desconfiar de haver a historia sido inventada *après coup*; mas assim não se pode, e para ser só coincidência é demasiado perfeita».

Braamcamp tem razão contra o seu principal opositor Antonio Francisco Barata, em varios opusculos, e especialmente na sua obra *Evora antiga*, pag. 56; o que ele porem confessa não ter visto, e Toscano não transcreveu, a carta de parentesco e brazão d'armas, tive eu a felicidade de encontrar em duas copias. Nenhuma délas será de grande fidelidade, — o escrupulo diplomatico e a sciencia paleográfica são coisas modernas — mas, á falta do original que Deus sabe onde pára, neste pais onde tantos archivos se teem perdido, rasgado, abandonado á infiltração das aguas, vendido a pezo, ou queimados para supremo arrumo, limpeza e alivio de seus possuidores, apresso-me a délas dar conhecimento.

O interesse que tem uma carta destas em que se confere e descreve um brazão d'armas na data de 1419, quando o diploma mais antigo deste género que se conhecia era de 1438, e em que se dá exemplo do instituto juridico da adopção exercida na sua mais lata forma, é escusado encarecer quer sobre estes, quer sobre outros pontos de vista.

A primeira copia que encontrámos foi num manuscrito do Fundo Geral da Bibliothéca Nacional, que nos foi casualmente apontado por um amigo, muito amador tambem de velharias, e que esperamos ver ainda contado entre os nossos consocios. O copista foi um daqueles beneméritos da historiografia, das lêtras, das artes, das industrias, da agricultura, de todos os ramos enfim da actividade humana, que se

congregavam em Alcobaça, em Tibães, em Pombeiro, em todos esses centros de cultura que foram os conventos beneditinos de Portugal, e que uma sociedade cubiçosa dalguns palmos de terra que possuíam e que modelarmente cultlvavam, e dos grandiosos edefícios que haviam edeficado, pacientemente, pedra por pedra, século por século, com o suor do seu rosto, e com o esforço do seu braço, havia de assaltar e de expoliar, para destruir, perder, dispersar, tudo quanto haviam escrito, levantado, coleccionado, dia a dia, ano a ano, devotamente, amorosamente, e sobre tudo *patrioticamente*. Chamou-se Fr. Vicente de Jesus Salema, no século Vicente Cogominho Salema de Carvalho, e nasceu em Viana do Alemtejo a 13 de Maio de 1765, sendo filho de Antonio Flamineo de Vasconcellos Vilalobos Cogominho Pereira de São Payo e Oliveira Figueira Ferraz, e de D. Tereza Margarida Saléma de Carvalho, por cuja parte descendia deste Martim Vicente.

Aos catorze anos de idade foi para o mosteiro de Alcobaça onde vivia seu tio paterno, Fr. Luis de São José, e tomou o habito a 13 de Junho de 1779, vindo a professar no mesmo mosteiro a 2 de Julho de 1781. Seguiu os collegios da sua ordem, onde foi promovido ás cadeiras deles; primeiramente substituto do filosofia no collegio da Conceição d'Alcobaça, depois lente da mesma Faculdade, no de Ceissa. Leu em seguida, teologia moral em Alcobaça, e teologia escolástica no real Collegio do Santissimo Sacramento da Universidade de Coimbra, Faculdade onde lhe passáram carta de jubilação no capitulo Geral de Alcobaça em 1801. Naturalmente, depois de jubilado, descansando das suas especulações teologicas, Fr. Vicente Cogominho entregou-se aos estudos historicos, e em especial á genealogia. O que é certo é que deixou uma miscelania escrita da sua lêtra sobre a genealogia das suas várias costelas, que se conservou na biblioteca d'Alcobaça, e que depois do assalto aos conventos veio parar á Biblioteca Nacional e lá está catalogada com o uumero 1353 de Fundo Geral.

Com respeito á carta, escreve o autor copista:

«Como estes autores diz ele (depois de ter citado os que Braamcamp Freire consultou como já atraz dissémos) não trazem por extenso a carta de parentesco que o Conde D. Pedro passou em Ceuta a Martim Vicente a 18 de Outubro de 1419, e só lhe referem a data e a substancia, eu que a li, transcreverei a dita carta de uma copia

autentica passada em publica forma a 25 de Outubro de 1514 em Evora Cidade pousada do Dr. Diogo Taveira do desembargo d'El-Rey N. Sr. e corregedor em esta comarca dentro Tejo e Odiana e dalem O diana perante quem apareceu Rui de Sande Fidalgo da casa do Sr. Duque de Bragança (D. Jaime) e lhe apresentou uma carta d'armas que parecia ser assinada pelo Conde D. Pedro de Meneses de que lhe pediu traslado que mandou passar o dito corregedor pelo tabelião João Vaz da Cunha, tabelião d'El-Rei N. Sr. na dita cidade e testemunhas que presentes estavam quando o dito corregedor o mandou dar, João Martins Corda, tesoureiro da dita cidade, e Fernão de Córdova».

A segunda copia que achámos foi num manuscrito, de que é possuidor o Snr. Rui de Sande e Vasconcellos, de Estremoz, intitulado «*Tratado dos mais antigos Sandes de Portugal, os quais prencipia-
rão em Lopo Afonso de Sande q veio p^a este Rey (nic) com El Rey D. João Pr.^o quando foi a Castela com seu sogro o Duque de Alencastre* (Estremoz 1781), cujo autor é José Calado de Sande e Vasconcellos, tenente do regimento de granadeiros de Antonio de Mello, Sr. de Ficalho, filho legitimo de João de Sande Vasconcellos e Castello-Branco, e de D. Ana Maria Pacheco Pais.

Nesta obra vem transcrita uma justificação de nobreza que Manuel de Sande e Vasconcelos tirou em 1526, e d'este processo consta a seguinte petição:

«Senhor, Manuel de Sande, fidalgo da Casa d'El-Rei nosso senhor, peço a vossa mercê que me mande dar um traslado de um privilégio de armas de meu avô Martim Vicente de Vasconcellos, o qual é em poder de Mem Rodrigues de Vilalobos (porque) me espero de me ajudar dele em meus negocios e nele receberei justiça e mercê, e que será em publica forma porque o mesmo Mem Rodrigues lhe praz que me seja dado por sucessor da linha». Nesta petição foi posta o seguinte despacho: «Dê-se este privilegio em publica forma como péde». «E depois disto, continua o tabelião, aos desanove dias do mez de Julho do dito ano de mil quinhentos e vinte e seis anos fui a casa de Mem Rodrigues de Vilalobos aonde o achei e por elle me foi dado um privilegio escrito em pergaminho assignado pelo Conde de Vila Rial e selado de suas armas de que é o seguinte, André Silveira o escrevi».

E' tempo de darmos a ler a famosa carta, não o fizémos até já

para podermos dar uma leitura conjunta: é que devido aos frácos conhecimentos paleográficos dos tabaliães, — quem sabe mesmo o que seriam as suas aptidões de simples leitura? — e ás sucessivas transcrições de Fr. Vicente Cogominho e José Calado de Sande e Vasconcellos, o original chegou até nós, em ambas as obras com o texto um pouco deturpado, temos a certeza, do original, mas, o que numa copia falta, porventura a outra tem, manda a boa critica apresentar as duas, elas suprirão uma á outra as mutuas deficiencias.

Dom Pedro de Menezes Conde de Villa Real Alferes Mor do Infante Dom Duarte meo Senhor, capitão e governador de Septa por El-Rey m. Sr.

Faço saber a quantos esta carta virem que considerando Eu os m^{tos} e estremados serviços que tenho recebido de Martim Vict^e de Vas^{los} que em a d^{ta} cidade o dito Snr. por seo contador deixou, o qual continuadam^{te} sempre servio com m^{tos} escudeiros, peões, e besteiros, sendo em m^{tas} boas cousas que se em a dita cidade fizerom, dando de si sempre aquella conta que bom cavalleiro devia dar, entre as quais cousas em fui por elle livre da morte, saltando comigo em huma asequiã (sic) ás quintas onde era o cavallo commigo caíra e os mouros me tinham ja filhado e decido da sella e elle como bom cavalleiro me livrou das suas mãos e tanto que fui livre, elle se desceu de seu cavallo e mo deu ajudandome a subir a elle ficando elle a pé, donde os mouros lhe derão duas lançadas pellas pernas E porque tais serviços não passem sem galardão e memoria, Eu da m^a propria vontade, sem mo elle requerer, nem outrem por elle lhe roguei, que lhe aprouvesse, que

Dom Pedro de Menezes Conde de Vila Rial alferes mor do Infante Dom Duarte meo Senhor.

Faço saber a quantos esta carta virem que conhecendo eu os muitos e estremados serviços que eu tenho recebido de Martim Vicente de Vasconcellos em a dita cidade aonde o dito Senhor por seu contador o deixou, o qual continuadamente sempre servio com muitos escudeiros, peões, e besteiros, sendo em muitas boas cousas que se em di. a cidade se fizeram, dando de si sempre conta que bom covaleiro deve dar, saltando amigo dentro em uma aseguia e ás quintas donde já o cavallo comigo caíra e os mouros me tinham já decido da sala e ele como bom cavaleiro me livrou das suas mãos, e tanto que foi livre, ele se desceu do seu cavallo e mo deu ajudando-me a subir a nele ficando ele a pé, donde os mouros lhe deram duas lançadas pelas pernas. E porque tais serviços não fiquem sem galardão e memoria, eu da minha propria vontade, sem m'o ele requerer, nem outrem por ele, lhe roguei, que lhe aprouve, que filhasse parte de minhas armas, e se chamasse de meu linhage posto que fosse fidalgo de uma das boas linhages

filhasse parte de minhas Armas, e se chamasse de meo linhage postoque fosse Fig.^o de huma das boas linhages nem mais antigas deste Reino, somente por memoria elle se chamasse de Villalobos Ao qual aprouve de assim o aceitar com tal condiçom, que as Armas, que lhe eu assim desse, fossem misturadas com as suas proprias, que são as dos Vasconcellos.

E a mi assi me aprouve. As quais Armas, que se lhe assi dei são estas que se seguem.

Dous lobos de ouro em campo vermelho, e dous quarteirões, e hum escudo passante da linhagem dos Villalobos da parte de meu padre, e os outros dous quarteirões, em um ou ambos quinze escaques em cada hum convém a saber: outo de ouro e sete azues da linhage dos Portocarreiro da parte de minha madre As quais armas lhe entreguei por bem dos ditos serviço havendo-o por tal, que m^{to} bem as merece. E forão lhe entregues por Portugal Rey d'Armas, em hum a cota d'Armas debuchada. Porem quere e mando assim como lhe ficassem de meo linhage que elle as traga e possa trazer, e seus filhos e netos, e todos os que delle descenderem e mando e rogo a meus filhos e netos e aos que deles descenderem que lhas não contradigam, antes o hajam por seu parente a elle e aos que delle descenderem havendo-os propriamente por meu linhagem por quanto o dito Martim Vicente he delle merecedor.

E se alguem lhas quizer contradizer, elleas defenda e possa defender e este que tal fizer, haja

destes Reinos mais antigos, sómente por memoria ele se chamasse de Vilalobos ao qual aprouve de assim o aceitar, com tal condição, que as armas, que lhe assim desse, fossem misturadas com as suas proprias que são as dos Vasconcellos.

E a mim assim me aprouve. As quais armas que eu a ele dei são as hue se seguem.

Dous lobos de ouro em campo vermelho em dous quarteirões, em um escudo passante, da linhage dos Vilalobos da parte de meu padre, em os quais quarteirões quinze escaques em cada um convem a saber: oito de ouro e sete azues da linhage Portocarreiro da parte de minha madre. As quais armas lhe dei entreguei por bem dos ditos serviços havendo-o por tal, que muito bem os merece, foram-lhe entregues por Portugal Rey d'Armas em uma cota debuchada: Porem quero e mando como chefe que sua de meu linhage que ele as traga e possua por si e seus filhos e netos e todos os que dele descenderem, e mando e rōgo a meus filhos e netos, e aos que de mim descenderem que lhas não contradigam mas antes o tenham por parente a ele e aos que dele descenderem havendo-os propriamente por meu linhagem por quanto o dito Martim Vicente é dela merecedor. E se alguem lhas quizer contradizer, ele as defender e possa defender, e este que tal fizer, haja cumpridamente a minha maldição, e os que cumprir minha vontade hajam a benção cumpridamente.

cumpridamente a minha maldição, e os que cumprir m^a vontade haja a benção minha cumpridamente.

E o d^{to} Martim Vicente por cumprir m^a vontade as ditas armas recebeu em si, e as filhou, e foi lhe feita esta carta por minha mão, e sellada com o sello de minhas armas, feita na cidade de Septa a dezoito de Setembro de mil quatrocentos e dezanove anos».

E o dito Martim Vicente por cumprir minha vontade as ditas armas concebeu em si, e as filhou, e foi lhe feita esta carta assignada por minha mão, e sellada com o selo de minhas ditas armas, feita na cidade de Septa a dezoito de Setembro de mil quatrocentos e dezanove anos.

Esta carta, na copia de Fr. Vicente Cogominho, a qual comuniquei á Secção d'Heraldica pouco depois do seu achado, causou alguma surpresa ao meu querido presidente da mesma Secção, Snr. Afonso de Dornellas, que chegou mesmo a duvidar da sua autenticidade. Seja-me permitido porem discordar, e defender a probidade dos tabeliães João Vaz da Cunha e André Silveira, e do desembargador Dr. Diogo Taveira que passaram as publicas formas que F. Vicente Cogominho e José de Sande e Vasconcellos se limitaram a copiar.

Quais foram as objecções do Snr. Afonso de Dornellas?

1.º De se intitular na carta, D. Pedro de Menezes, por Conde de Vila Rial, titulo que não parece ele usasse, o que se afigura comprovado pelo epitafio no seu tumulo em Santarem que Affonso de Dornellas pacientemente estudou durante seis longas horas e conseguiu transcrever e publicar no IV volume da sua *Historia e genealogia* onde escreveu: «Depois de meu conhecimento directo com o tumulo de D. Pedro de Menezes, vi que um grande erro se tem alimentado durante séculos e que agora fica desfeito. D. Pedro de Menezes nunca foi Conde de Vila Rial, se o tivesse sido lá estaria gravado no tumulo, e mesmo analisando bem a história e os acontecimentos, fica-se com a certeza que D. Pedro de Menezes nunca teve tal titulo» (*Hist. e gen.* Vol. IV pag. 55).

2.º O de Azurara não referir o caso na sua crónica, o que tambem Braamcamp Freire notára, mas tentou explicar.

3.º O de se entender na lição de Fr. Vicente Cogominho que a carta fôra escrita pelo proprio punho de D. Pedro de Menezes.

4.º O das armas que o Conde confere — esquadreladas de Vila-lobo se Portocarreiros — não serem as mesmas que apparecem no seu tumulo de Santarem.

Nós vamos responder.

A' 1.ª objecção diremos que se é que verdade D. Pedro de Menezes usava quasi exclusivamente o titulo de Conde de Viana, não é certo que ele não tivesse sido Conde de Vila Rial, e que não usasse deste titulo: Braamcamp Freire cita uma carta de confirmação da leziria do Galego em Santarem em que ele aparece com este titulo que está registado no livro 4.º da chancelaria de D. João I, fl. 66 v., e que é citada pelo proprio Snr. Affonso de Dornellas no volume citado da sua citada obra. Mas doutro documento tenho conhecimento em que D. Pedro de Menezes tambem aparece intitulado Conde de Vila Rial: é a carta de aforamento dos moinhos da ribeira de Almonda, em Torres Novas, que esta registada no mesmo livro 4.º da mesma chancelaria, fl. 83, e cuja existencia me foi gentilmente comunicada pelo nosso consocio Snr. José Mendes da Cunha Saraiva; aqui lhe ficam os meus agradecimentos.

A' 2.ª direi que explicar porque é que Azurara não refere o caso, é impossivel: não quiz, não gostava de Martin Vicente, esqueceu, nem tudo pode lembrar... Mas o que é certo é que houve até durante muitos anos a tradição oral do caso: quando, por exemplo, em 1527 Manuel de Sande e Vasconcellos fez aquella justificação de nobreza a que atraz nos referimos, e no processo inquiriu vinte e cinco testemunhas, uma dellas, Duarte Afonso, cavaleiro fidalgo da Casa de D. João III, disse que «ouviu dizer ao Marquez de Vila Rial, perguntando-lhe a ela testemunha pelo dito suplicante, que o dito suplicante e seus parentes traziam suas armas certa parte delas por um avô ou bisavô do suplicante dar a vida ao Conde D. Pedro bisavô do dito Sr. Marquez...»

A 3.ª objecção ficou sem efeito pelo conhecimento que tive posteriormente da copia de José Calado de Sande e Vasconcellos.

Quanto á 4.ª diremos que as armas que apparecem no seu tumulo foram lá mandadas pôr por sua filha a «muito honrada mui nobre e mui honesta senhora» Dona Leonor de Menezes, conforme reza o proprio epitafio, não temos por isso a certeza que as armas que lá estão fossem as que ele usava; e já Braamcamp Freire reparára que era caso extranho o de neste brazão (que é cortado de um e partido de

dois, com as armas dos Vilalobos e dos Limas, sobreposto de Menezes) apparecerem as armas dos Limas que lhe vinham por sua bisavó, quando ele podia usar as dos Portocarreiros que lhe pertenciam por sua mãe, senhora illustrissima, filha de João Rodrigues Portocarreiro que havia sido senhor da vila da qual D. Pedro de Menezes era Conde, pelo que se inclinava a pensar que o brazão dos Vilalobos com os Limas fosse antes de D. João Afonso Tello, 1.º Conde de Viana, e pai do Conde D. Pedro (Vid. Liv. Prim. dos Braz. da S. de S. pags. 121 e 122).

Respondidas assim as objecções do Snr. Afonso de Dornellas vamos agora aos tumulos do convento de São Francisco, depois transformado em Santa Clara, de Evora. Escreve Braamcamp Freire a paginas 397 da sua 2.ª Ed. do Livro Primeiro dos Brazões da Sala de Sintra: «n'um nobiliario, mas eu tenho muito medo deles, transcreve-se um epitafio, que se diz ter existido numa campa da referida igreja de S. Francisco, onde hoje se não encontrará, creio, o qual dizia: Sepultura do m.^{to} nobre Cav.^o Martim Vicente de Vas.^{los} Juis que foi desta cidade f.^o de Vasco Miz Zote e de D. M.^a Mendes de Vasconcellos sua mulher descendente por seu padre de D. Arnaldo Baiam e por sua madre delrei D. Ramiro de Leão, faleceo ano de 1410 (Antonio Peixoto de Queiroz e Vasconcellos, nobiliario das familias de Portugal. Tom. I fl. 24 vol. 26, Ms. da Torre do Tombo) Parece-me muita fidalguia junta para um modesto juis e cidadão de Evora vindo a ser este Martim Vicente provávelmente o que era juis naquella cidade nos anos de 1382 e seguintes, não sabendo eu explicar o motivo por que aparece aqui com o apelido de Vasconcellos, a não ser por a abreviatura lá gravada não ser entendida por quem trasladou o epitafio. Diz mais o citado nobiliario que no meio da campa estava ainda outro letreiro: *E de seu filho Martim Vicente de Vas.^{los} e de sua m.^{er} Constança Annes que fez Cap.^a de Fonteboa para sua m.^{re} e cinco filhos em 1449*».

Acedo ainda ao convite de Braamcamp Freire de «quem mais souber corra-o tudo».

As desconfianças do illustre critico ácerca da veracidade ou autenticidade do epitafio que encontrou no nobiliario de Antonio Peixoto de Queiroz e Vasconcellos, não se comprovam. Nos dois manuscritos que venho citando e que tanta luz lançam sobre os Vasconcellos Vilalobos d'Evora, (as obras citadas de Fr. Vicente Cogeminho e de

José Calado de Sande e Vasconcellos) encontrei elementos para assim o poder afirmar.

Martim Vicente era com efeito da linhagem dos Vasconcellos, sendo filho de Martim Vicente de Vasconcellos Zote, aquele juiz em Evora de quem fala Braamcamp Freire, a *Monarchia Luzitana*, tomo oitavo fl. 521, e o livro primeiro da *Extremadura* fl. 214, e que morrera em 1410, e neto pelo lado paterno de Vasco Martins Zote e de D. Maria Mendes de Vasconcellos, sua mulher; esta, filha de Mem Rodrigues de Vasconcellos, que era do tronco dos deste apelido, e de sua segunda mulher D. Constança Afonso de Brito; aquele, de D. Martim Martins Zote, nomeado por El-Rei D. Diniz com o titulo de vassalo com trezentas libras de soldo em panos quando poz casa a seu filho o Infante D. Afonso, como se vê do mapa dos fidalgos nomeados para a casa do Infante, e que Brandão transcreve na *Monarchia Luzitana*, Tomo V, cap. 17, fl. 34, casado com D. Aldara Gomes, filha de Gomes Lourenço da Cunha. Casou Martim Vicente com Constança Annes de quem teve cinco filhos de quem adeante falaremos, e veio a falecer em Evora em 1449 com testamento feito nesta cidade, em suas casas, na rua dos mercadores, a 31 de Julho de 1448, no qual instituia uma capela denominada da Fonte-boua, em S. Francisco da mesma cidade, para que, alem dos bens que lhe ficavam anexos fossem vinculados, aqui tivesse ele, sua mulher, e descendentes enterramento.

No reinado de D. Maria I ignorando-se quem seriam os administradores dessa capela, porque desde o tempo em que El-Rei D. Manuel unio as capellas sitas em S. Francisco ao patrimonio das freiras de Santa Clara, estas é que cumpriam os encargos, os padres se serviram della para a obra do novo retabulo da sua capella mor, que é de marmores, e que lhe fez o seu bemfeitor o conego Antonio de Landim e Sande, morto em Evora a 30 de Novembro de 1802.

Quando se soube de tal destroço, Antonio Flaminio de Vilalobos e Vasconcellos Cogominho, então assistente em Viana, e depois em Montemor, sua naturalidade, nesse tempo administrador da capela da Fonte-boua, reclamou para o provincial de Xabregas na visita d'aquelle convento, com a certidão que da dita sepultura, letreiros, e escudo de armas de Vasconcellos, tinha sido passada no ano de 1635 em Evora a 18 de Setembro por Marcos Freire, notario apostolico de S. Santidade, a pedido de Manuel de Sande e Vasconcellos, da

vila de Estremoz, que a tinha registada nos livros da sua familia, de que Manuel Borralho Alvares publico tabelião de notas da vila de Estremoz passára treslado em Estremoz em 29 de Abril de 1756.

Em virtude do requerimento de Antonio Flamineo, de que tratou como seu agente o P. Fr. Carlos de Castro, religioso d'aquelle convento, os prelados assignaram-lhe uma campa na casa do capitulo em que não havia letreiros nem sabiam o possuidor, porem Antonio Flamineo não lhe poz os antigos letreiros dos dous Martins Vicentes, pai e filho, e se os puzesse, teriam sido destruidos com a obra que na casa do capitulo se fez em 1818.

Dizia o letreiro da orla ou bordadura da campa segundo a leitura de Marcos Freire notario apostolico de Sua Santidade na mencionada certidão de 18 de Setembro de 1635 cujo teor vem no livro de José Calado de Sande de Vasconcellos :

«Sepultura do muito nobre cavalleiro Martim Vicente de Vasconcellos juiz que foi nesta cidade, filho de Vasco Martins Zote, e de Dona Maria Mendes de Vasconcellos sua mulher, Descendente por seu padre de Dom Arnaldo de Bayão, e por sua madre de El-Rei Dom Ramiro de Leão; faleceu no ano de mil quatrocentos e dez».

Assim leu Marcos Freire mas ajuntou á dita certidão um esboço da campa o qual vem copiado nos dois manuscritos de que atraz démos noticia: dele se tira a seguinte melhor leitura :

«Sepultura do muito nobre cavaleiro Martim Vicente de Vasconcellos juiz que foi desta cidade filho de Vasco Martins Zote e de Dona Maria Mendes de Vasconcellos descendente por seu padre de Dom Arnaldo de Baião por sua madre del-Rei Dom Ramiro de Leão faleceu ano 1410» Segue o brazão dos Vasconcellos ao centro, e por debaixo dele: « e de martim vicente de vasconcellos seu filho que fez capela de fonte boa para sua mulher Constança Anez e sinco filhos faleseo ano 1449».

Como esta inscrição está hoje perdida pelos tratos que deram á pedra da campa como referimos, e encontrámos tanto no livro de Fr. Vicente Cogominho como no de José Calado de Sande e Vasconcellos, copia do debuxo que o notario Marcos Freire ajuntou á sua certidão, achamos interessante publicár este desenho ainda que tosco, devendo até interessar sobremaneira os estudiosos eborenses. Aqui fica pois registado.

Martim Vicente de Vasconcellos (*Vilalobos* depois da carta de D. Pedro de Menezes), casou, como dissémos atraz com D. Constança Annes, cuja filiação se ignora; dela teve a

1 — D. Beatriz Martins que casou com Estevão Serrão, e deles procederam os Lobos e Gamas d'Evora, e os Vilalobos de Montemor e do Algarve.

2 — Lopo Martins, que herdou a casa de seu pai e foi trizavô de Fr. Luis Mendes de Vasconcellos, Grão-mestre de Malta.

3 — D. Inez Martins, que José Calado de Sande e Vasconcellos na sua obra citada, diz ter casado com Lopo Fernandes de Sande o que comprova pelas justificações de nobreza a que procederam o já referido Manuel de Sande e Vasconcellos em 1526, cujo processo vem transcrito na mesma obra, e Francisco de Sande, seu primo que obteve brazão d'armas dos Sandes em 1513. Foram os progenitores dos Sande e Vasconcellos, d'Evora e Estremoz.

4 — Martim Vicente, que estava em Evora quando seu pai morreu; como seu irmão Lopo ou tinha já falecido, ou estava em Africa onde serviu, foi ele quem ficou com a celebre carta de parentesco e brazão d'armas passado pelo Conde D. Pedro a seu pai. Foi corregedor de toda a provincia de Entre Tejo e Odiana por carta de D. Afonso V passada em 1435 (Livro 4.º da Chanc. de D. Afonso V fl. 42, v.) e da provincia da Beira por carta do mesmo rei dada em Evora a 2 de Fevereiro de 1456 (Liv. 15, fl. 117, v.º) creio ter sido ascendente daquele Mem Rodrigues de Vilalobos que estava em 1526 de posse da celebre carta, cuja geração creio egualmente, estar extinta pelo menos em linha directa.

5 — D. Julia Martins, sem mais noticia.

BIBLIOGRAFIA

No cumprimento duma resolução da assembleia geral, iniciou-se no III volume da «Arqueologia e História», esta secção destinada a dar noticia das publicações dos nossos consócios, oferecidas, como determinam os estatutos, á biblioteca da Associação. Agora como então não foi possível fazer mais que uma simples resenha desses trabalhos, exceptuando a apreciação feita na assembleia geral de estudo de 16 de Abril de 1925 pelo Ex.^{mo} Snr. Dr. Laranjo Coelho, ao oferecer, por incumbência do autor, o Ex.^{mo} Sr. Coronel Lacerda Machado, um exemplar da tiragem especial da obra intitulada *O Primeiro Alcaide Mor de Portalegre e sua Descendencia* e que aquele nosso ilustre consócio amavelmente se prestou a reproduzir para ser aqui incluída.

Afonso de Dornellas

ELEMENTOS DE HISTORIA :

- I — ALLEO. GLORIOSA EPOPEIA PORTUGUESA EM CEUTA. Lisboa, 1924. In-8.º 52 p. grav.
- II — SANTISSIMA VIRGEM D'AFRICA PADROEIRA DE CEUTA. Lisboa, 1924. In-8.º 24 p. grav.
- III — O TERCIO DE ESTRANGEIROS DO EXERCITO ESPANHOL. Lisboa, 1924. In-8.º 25 p. grav.
- IV — OS JOGOS FLORAIS DE 1923 EM CEUTA. Lisboa, 1924. In-8.º 85 p. grav.
- V — INCONOGRAFIA DE CAMÕES. SÉCULOS XVI E XVII. Lisboa, 1924. In-8.º 48 p. grav.
- VI — AS ARMAS DE ALCOBAÇA. Lisboa, 1925. In-8.º 13 p. grav.
- VII — CESARES. CONDES DE SABUGOSA. Lisboa, 1925. In-8.º 44 p. grav.
- VIII — AS ARMAS DE CEUTA. Lisboa, 1925. In-8.º 24 p. grav.

HISTORIA E GENEALOGIA — XII volume. Lisboa, 1925. In-8.º 197 p. grav.

Antonio da Costa Leão

PROBLEMA BIBLIOGRÁFICO. CAMILO E OS MIGUELISTAS. Lisboa, 1924. In-8.º 65 p.

Arthur Lamas

A CASA-NÓBRE DE LÁZARO LEITÃO NO SITIO DA JUNQUEIRA (EXTRA-MUROS DA ANTIGA LISBOA). Lisboa, 1925. In-4.º 216 p. 52 gravs.

Antonio Caldeira Pires

HISTÓRIA DO PALÁCIO NACIONAL DE QUELUZ — 1.º volume. Coimbra, 1925. In-8.º LIV-420 p. gravs.

Edgar Prestage e Pedro de Azevedo

REGISTO DA FREGUESIA DA SÉ DESDE 1563 ATÉ 1610. Publicado com introdução notas e indices por —. Coimbra, 1924. In 4.º XXXVI-635 p.

P.º Ernesto Sales

NOSSE SENHOR DOS PASSOS DA GRAÇA. Lisboa, 1925. In-4.º VII-251 p. 17 gravs.

F. A. Garcez Teixeira

CONTRIBUIÇÕES PARA A HISTORIA DAS ARTES EM PORTUGAL, — IV — A ANTIGA SINAGOGA DE TOMAR. Lisboa, 1925. In-8.º 16 p. 6 gravs.

F. Perfeito de Magalhães e Menezes

DOCUMENTOS SOBRE A REPRESENTAÇÃO DO TITULO DE CONDE DE ALVELLOS. PORTO, 1923. In-8.º 19 p.

F. S. de Lacerda Machado

O PRIMEIRO ALCAIDE MOR DE PORTALEGRE E SUA DESCENDENCIA. 1287-1924. Elvas, 1924. In-4.º 50 p. gravs.

Veiu êste trabalho enriquecer a bibliografia das publicações históricas referentes a Portalegre, tão escassa e afinal tão pouco abundante para o que a linda cidade norte alentejana merece, sendo êste estudo importante principalmente pela valiosa contribuição que êle nos traz para a história do seu velho castelo e das muralhas da sua vetusta fortaleza, cuja reconstituição o sr. coronel Lacerda Machado faz no seu trabalho de uma forma cabalmente elucidativa. Dos castelos que conhecemos e temos visitado no norte do Alentejo é o de Portale-

gre um dos que mais desmantelado se nos apresenta, quer pelos insultos do tempo, quer pelos duros embates que sofreu nas encarniçadas lutas que se travaram na fronteira, factores êstes agravados pelo desleixo e abandono a que teem sido votados muitos dos mais gloriosos padrões da nossa epopeia nacional. O sr. coronel Lacerda Machado, que á sua curiosidade de erudito reúne a sua competencia de tecnico militar, baseiando o seu estudo nos documentos materiais que ainda restam do velho castelo, na tradição, que é ainda e sempre, em tantos casos, um proveitoso e seguro guia, e na arquitetura militar da época aplicada ao terreno, materiais de investigação acompanhados ainda de elucidativos desenhos e de um traçado geral do recinto da antiga fortaleza, com todos êstes elementos, pois, permitiu-nos reconstituir um dos mais antigos monumentos da pitoresca cidade de Portalegre. Este castelo, como o da próxima vila de Castelo de Vide, trazem-nos á lembrança a nobre figura do rei lavrador, a cujo espirito administrativo e pratico, a cujas excelsas qualidades de governo tanto ficou devendo a fortificação militar da nossa antiga e vasta provincia de Entre-Tejo e Guadiana. E' pois o trabalho do sr. coronel Lacerda Machado um valioso subsidio para a história do velho monumento coevo da infancia do antigo burgo de *Porto Alegre*, nome que tão bem lhe cabe porque alegre e aprazível é, na verdade, a situação da linda e hospitaleira cidade, na brancura da sua ridente casaria, no pitoresco dos seus aspectos panoramicos, na extensão do seu horizonte, na amena frescura das suas quintas arrabaldinas. Que coisas gloriosas, que belas tradições nos não fazem evocar os apurados baluartes que ainda restam dessa nossa antiga fortaleza fronteira, sempre que o seu negrume amarelecido e musgoso do tempo, contrastando com a brancura da casaria, se destaca á nossa vista! Entre tantas coisas e tradições uma há que mais do que nenhuma outra avulta na nossa desvanecida lembrança de filho da região: que-remos referir-nos aos primeiros arrojados feitos do paladino de Aljubarrota, D. Nuno Alvares Pereira, tão ligado a Portalegre por sua mãe Iria Gonçalves do Carvalhal, que ali morou, tão ligado a Portalegre por ali ter sido um dos primeiros campos de liça onde havia de pôr em acção a sua tão precoce, a sua indómита coragem de soldado, o seu ardor, a sua fé inquebrantavel de denodado patriota; esta sua primeira acção de guerra, ainda em verdes anos, foi a tomada do castelo de Portalegre ao alcaide-mór D. Pedro Alvares Pereira,

seu irmão, que, como é sabido, havia seguido o partido da rainha a favor de Castela.

D. Nuno ajudado dos seus inseparáveis companheiros de armas, Gonçalo Anes, de Castelo de Vide, e Martim Afonso d'Aramenha, e com o vigoroso apoio da arraia meuda, *dos ventres ao sol*, no dizer do cronista, toma o castelo em menos de meio dia fazendo hastear nêle o estandarte vitorioso do mestre de Avis.

Não são menos interessantes no trabalho do sr. coronel Lacerda Machado os subsidios que tambem nos dá sôbre a descendencia do 1.º alcaide-mór de Portalegre Ayres Cabral, senhor de Belmonte, avô do famoso navegador Pedro Alvares Cabral, a quem se deve a descoberta do Brasil, e bisavô de Gonçalo Velho.

Sob o ponto de vista heráldico é tambem aquela pitoresca cidade norte alentejana uma das terras onde ramificaram muitas das mais fidalgas estirpes da nobreza do país. Além daquelas a que o sr. Lacerda Machado se refere por terem intima ligação com a descendencia do 1.º alcaide-mór de Portalegre, como sejam as familias *Acciaioli, Cary, Lacerdas e Machados*, muitas outras ali tiveram representantes, como fôram a dos : *Andradas, Avilezes, Barros, Britos, Costas, Castelo-Brancos, FONSECAS, Gomides, Giraldes, Juzartes, Refoyos, Sousas, Tavares, Paes, Pereiras, Rombos, Vasconcelos, Motas, Velezes* etc.

E' pois a cidade de Portalegre muito rica de tradições históricas e arqueológicas, heraldicas e genealógicas de forma a captivar e a atrair os espiritos curiosos e eruditos como o do sr. coronel Lacerda Machado, que oxalá continue a dar-nos, a par dos seus estudos predilectos sôtre investigação vocabular, interessantes trabalhos como êste para proveito dos estudiosos e da bibliografia da região norte alentejana, região que tanto aprecia e que adoptou como sua.

Frazão de Vasconcellos

A SEPULTURA DE FERNÃO SOARES, PAGEM DO LIVRO DEL REI D. JOÃO III, EXISTENTE NO CONVENTO DE ALMEIRIM. Lisboa, 1924. In-8.º 16 p. gravs. do braço dos Calatayudes e Figueirões.

G. de Matos Sequeira, Rocha Júnior e Alberto Sousa

OLIVENÇA. Lisboa, 1924. In-4.º 268 p. gravs.

J. C. Sousa Gonçalves

O CASTELO DE PALMELLA. Notícia Histórica. Lisboa, 1903. In-8.º 17 p. grav.

No BUSSACO. Lisboa, 1905. In-8.º 45 p. grav.

O CONVENTO DE MAFRA. Lisboa, 1906. In-8.º 11 p. grav

Joaquim Fontes

STATION PALEOLITHIQUE DE MEALHADA. Lisboa, 1915. In-8.º 9 p. grav.

INSTRUMENTS PALEOLITHIQUES DÂNS LA COLLECTION DE PREHISTOIRE DES SERVICES GEOLOGIQUES — ETUDES 2 a 5. Lisboa, 1916. In-8.º 16 p. 2 ests.

A «ARTE RÚPESTRE GALLEGO Y PORTUGUÉS» E A CRÍTICA DO SR. VIRGILIO CORREA — Separata da «Revista de Historia. Porto, 1918. In-8.º 7 p.

O HOMEM FOCIL EM PORTUGAL. Lisboa, 1923. In-8.º 91 p. grav.

ESTAÇÃO PALEOLÍTICA DE CÂMPOSANCAS (PONTEVEDRA-ESPAÑA) — Separata da Revista Brotéria. Caminha, 1925. In-8.º 10 p. 14 grav.

Jordão de Freitas

MORTE E ENTERRAMENTO DE CAMÕES. Lisboa 1925. In-8.º 31 p.

Luís Chaves

OS BARRISTAS PORTUGUESES. Coimbra, 1925. In-8.º 110 p. 17 grav.

Luiz Xavier da Costa

A OBRA LITOGRAFICA DE DOMINGOS ANTÓNIO DE SEQUEIRA COM UM ESBÇO HISTÓRICO DOS INÍCIOS DA LITOGRAFIA EM PORTUGAL. Lisboa, 1925. In-4.º 60 p. 5 ests.

Manuel Domingues Heleno Júnior

A GEOGRAFIA NO ENSINO SECUNDÁRIO. Lisboa, 1919. In-8.º 144 p.

ANTIGUIDADES DE MONTE REAL. Lisboa, 1922. In-4.º 104 p. grav.

CARTAILHAC E A ATQUEOLOGIA PORTUGUESA. Lisboa, 1922. In-8.º 9 p.

Marlo Saa

A INVASÃO DOS JUDEUS. Lisboa, 1925. In-8.º 309 p. grav.

Marquez de Jacome Corrêa

LEITURAS SOBRE A HISTÓRIA DO VALLE DAS FURNAS. São Miguel Açores, 1924. In-8.º 217 p. grav.

Pedro Vitorino

ACÊRCA DE DUAS INSIGNIAS RELIGIOSAS — Separata da Revista de Estudos Historicos. Porto, 1924. In-8.º 7 p.

P. M. Laranjo Coelho

O ASILO DE CEGOS DE CASTELO DE VIDE. Lisboa, 1924. In-8.º 23 p. grav.

Sant'ago Presado

ENTRE FOLHAGEM. Lisboa, 1924. In-8.º 223 p.

Vasco Valente

A ORDEM DO SANTO SEPULCRO EM PORTUGAL. Lisboa, 1924. In-8.º 104 p. grav.

Visconde de Santarem

MEMORIAS E ALGUNS DOCUMENTOS PARA A HISTORIA E TEORIA DAS CORTES GERAIS QUE EM PORTUGAL SE CELEBRARAM PELOS TRÊS ESTADOS DO REINO ORDENADAS E COMPOSTAS EM 1824 PELO 2.º VISCONDE DE SANTAREM. Nova edição publicada pelo 3.º Visconde de Santarem em 1924, precedida dum estudo de António Sardinha.

Lisboa, 1924. In-8.º 324 p.
